

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Viviane Amélia Ribeiro Cardoso

**A educação ambiental na formação de lideranças jovens em territórios atingidos pela
mineração: o desastre como negócio e o empreendedorismo como propósito**

Juiz de Fora

2024

Viviane Amélia Ribeiro Cardoso

A educação ambiental na formação de lideranças jovens em territórios atingidos pela mineração: o desastre como negócio e o empreendedorismo como propósito

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: Educação brasileira - gestão e práticas pedagógicas.

Orientadora: Profa. Dra. Angélica Cosenza Rodrigues

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ribeiro Cardoso, Viviane Amélia.

A educação ambiental na formação de lideranças jovens em territórios atingidos pela mineração : o desastre como negócio e o empreendedorismo como propósito / Viviane Amélia Ribeiro Cardoso. -- 2024.

295 p.

Orientador: Angélica Cosenza Rodrigues

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2024.

1. Educação Ambiental. 2. Discursos Empresariais da Mineração. 3. Desastres Socioambientais. 4. Formação de jovens. 5. Fundação Renova. I. Rodrigues, Angélica Cosenza, orient. II. Título.

Viviane Amélia Ribeiro Cardoso

A educação ambiental na formação de lideranças jovens em territórios atingidos pela mineração: o desastre como negócio e o empreendedorismo como propósito

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: "Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas".

Aprovada em 12 de dezembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Angélica Cosenza Rodrigues - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. André Silva Martins
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Bruno Milanez
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dra. Rita de Cassia Pimenta de Araújo Campelo
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Philippe Pomier Layrargues
Universidade de Brasília

Dra. Paula Corrêa Henning
Universidade Federal do Rio Grande

Juiz de Fora, 29/10/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Philippe Pomier Layrargues, Usuário Externo**, em 13/12/2024, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angelica Cosenza Rodrigues, Professor(a)**, em 13/12/2024, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Milanez, Professor(a)**, em 13/12/2024, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Corrêa Henning, Usuário Externo**, em 15/12/2024, às 19:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Silva Martins, Professor(a)**, em 16/12/2024, às 18:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cassia Pimenta de Araujo Campelo, Professor(a)**, em 17/12/2024, às 21:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2067695** e o código CRC **02688D25**.

Para as/os jovens da Bacia do Rio Doce, mulheres e homens que almejam um mundo mais justo, lutam contra as opressões do sistema capitalista, por suas famílias, suas comunidades, pela vida e por dignidade.

AGRADECIMENTOS

O movimento desta pesquisa foi como um coração pulsante. Nela, encontrei sentido e vi seu crescimento, ora com desconfiança, achando que não seria possível, ora sendo guiada pela própria pesquisa que me mostrava que, sim, eu precisava estar exatamente onde estava, no tempo certo. Nunca estive sozinha nessa caminhada. No início, imaginei que havia chegado até aqui por pura teimosia, mas, ao fim, compreendi que cada desafio enfrentado foi uma parte essencial dessa jornada. Em meio à sonoridade das canções, nos momentos em que precisei refletir e reencontrar a fé na vida, também encontrei pessoas, grupos e o apoio necessário para deixar essa luz brilhar, movida pela força de quem confia no amanhã e na luta que se constrói diariamente.

Por isso, expresso minha imensa gratidão ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental (GEA) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Foi ali que amadureci meu olhar, somando forças nos dias difíceis, sem jamais perder a ternura, aprendendo a esperar. Agradeço especialmente à minha professora e orientadora, Angélica Cosenza, por tornar possível esse percurso. Sua sabedoria e sensibilidade me ensinaram a ver, sentir e acreditar que a luta por uma educação transformadora vale cada esforço. Levo comigo profunda gratidão e admiração por sua dedicação e ensinamentos. Agradeço ainda ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFJF e aos técnicos administrativos pelo comprometimento e excelência no atendimento ao discente. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, possibilitando a realização do estudo, a continuidade da pesquisa e minha formação acadêmica.

Agradeço aos/às professores/as, membros da banca da minha tese pelas valiosas contribuições, orientações e apoio, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Sem me estender muito, deixo aqui meu apreço imensurável a todos os amigos e amigas, em especial ao André Castilho pela escuta, bem como à minha família, especialmente ao meu companheiro Fabrício, à minha mãe Maria Célia e o meu pai Luiz Paulo que mergulharam visceralmente comigo nos caminhos desta escrita. Também expresso minha profunda consideração aos/às companheiros/as do Movimento Brasil Popular, professores/as e a todos os/as jovens que me acolheram em suas vidas. Meu mais sincero reconhecimento à luta de todos/as vocês. Espero que as reflexões destas páginas façam jus às trincheiras por um país e um mundo mais justo.

Creio nos jovens

[...] Acredito nos jovens que no seu levante têm esperança
E não se deixam levar por falsas promessas.
Acredito nos jovens que veem a dor,
Mas buscam transformá-la pelo amor.

Creio nos jovens que desarmados lutam
Contra aqueles que, armados,
Querem destruir os pobres, os fracos e os pequenos.

[...] Creio em vocês, jovens, quando não se submetem
E quando contestam toda a ordem injusta
E todos aqueles que desafiam a vida.

[...] Não desanimem nunca,
Não deixem de lutar,
Enfrentem, resistam, tenham coragem.
Não desanimem nunca!

(Padre Júlio Lancellotti, 2022)

RESUMO

A imposição econômica e política da mineração sobre os territórios emerge como uma forma de poder no capitalismo pela política neoliberal com um caráter em parte discursivo. Isso se evidencia especialmente após grandes desastres socioambientais, como no caso do rompimento da barragem de Fundão na região de Mariana em 2015, o que resultou na criação de uma nova organização: a Fundação Renova. Desse modo, a tese desta pesquisa sustenta que o rompimento da barragem de Fundão evidenciou uma faceta particular do capital: a mercantilização dos desastres. Por sua vez, também sustenta que uma condução educativa empresarial, mediada pela educação ambiental, tem buscado orientar sujeitos à adaptação de desastres nos moldes do empreendedorismo. Com base na Análise Crítica do Discurso, destaco como problema social os sentidos discursivos empresariais da mineração em projetos educativos ambientais em territórios atingidos pelo desastre socioambiental advindo do rompimento da barragem de Fundão. A Fundação Renova, através da formação de Lideranças Jovens, revela essa potencialidade na mobilização educativa de práticas e discursos orientados pelos valores empresariais da mineração, reverberando sobre uma estratégia ideológica e hegemônica neoliberal que pode conduzir a uma educação ambiental prescritiva, individualizada e empreendedora, o que promove uma assimilação intelectual e moral dos/as jovens para uma complacência em relação ao desastre. Deste problema surgem as seguintes perguntas de pesquisa: Quais interesses motivam a Fundação Renova a formar jovens lideranças nos territórios atingidos? Quais sentidos discursivos orientam o Programa de Educação Ambiental voltado para esses/as jovens? É possível identificar, entre os/as jovens, discursos que perpetuam ou desafiam a função ideológica e hegemônica da Fundação Renova? Este estudo tem por objetivo compreender os sentidos discursivos de educação ambiental através do Projeto Júpiter, formação de Lideranças Jovens da Fundação Renova, nos primeiros territórios atingidos pela mineração, analisando, especificamente, as enunciações discursivas dos/as jovens participantes, bem como a presença ou contestação dos discursos empresariais da mineração feitas por eles/as. Como *corpus*, foram utilizados materiais documentais e entrevistas semiestruturadas com jovens participantes. Os documentos revelaram ênfase sobre três discursos que produzem sentidos sobre a educação ambiental pela perspectiva da educação para o desenvolvimento sustentável: a resiliência como via para a sustentabilidade, o protagonismo juvenil e a autonomia limitada, enfatizando a capacidade individual de adaptação frente às adversidades e de soluções socioambientais alinhadas aos valores empresariais por meio de projetos educativos ambientais. As análises

das entrevistas revelaram a identificação dos/as jovens com o discurso empresarial, com ênfase em técnicas de gerenciamento e empreendedorismo. Outro aspecto foi a autoidentificação dos/as jovens como líderes para solucionar problemas socioambientais locais, evidenciando a internalização de papéis na geração de resultados. Esse discurso priorizou pequenas práticas sociais educativas de dimensão técnica e individualizada no enfrentamento de dificuldades complexas em seus territórios. Outros discursos emergiram em resistência aos discursos dominantes: os/as jovens expuseram conhecimentos enquanto outras formas de se mobilizarem para enfrentar os problemas intrínsecos ao rompimento da barragem. Porém, ao contradizer o discurso hegemônico da Fundação Renova, foram constrangidos/as pelo discurso empresarial da mineração na negação de suas formas de saber, agir e ser.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Discursos Empresariais da Mineração; Desastres Socioambientais; Formação de jovens; Fundação Renova.

ABSTRACT

The economic and political imposition of mining on territories has emerged as a form of power in capitalism through neoliberal policy with a partly discursive character. This is especially evident after major socio-environmental disasters, such as the Fundão dam collapse in the Mariana region in 2015, which resulted in the creation of a new organization: the Renova Foundation. In this way, the thesis of this research argues that the collapse of the Fundão dam highlighted a particular facet of capital: the commodification of disasters. In turn, it also argues that corporate education, mediated by environmental education, has sought to guide people to adapt to disasters along the lines of entrepreneurship. Based on Critical Discourse Analysis, I highlight as a social problem the corporate discursive meanings of mining in environmental educational projects in territories affected by the socio-environmental disaster resulting from the collapse of the Fundão dam. The Renova Foundation, through the training of Youth Leaders, reveals this potential in the educational mobilization of practices and discourses oriented by mining business values, reverberating on a neoliberal ideological and hegemonic strategy that can lead to a prescriptive, individualized and entrepreneurial environmental education, which promotes an intellectual and moral assimilation of young people towards complacency in relation to the disaster. The following research questions arise from this problem: What interests motivate the Renova Foundation to train young leaders in the affected territories? What discursive meanings guide the Environmental Education Program aimed at these young people? Is it possible to identify, among the young people, discourses that perpetuate or challenge the ideological and hegemonic function of the Renova Foundation? The aim of this study is to understand the discursive meanings of environmental education through the Jupiter Project, the Renova Foundation's Youth Leadership Training program, in the first territories affected by mining, specifically analyzing the discursive enunciations of the young participants, as well as the presence or contestation of the corporate mining discourses made by them. Documentary materials and semi-structured interviews with young participants were used as the corpus. The documents revealed an emphasis on three discourses that produce meanings about environmental education from the perspective of education for sustainable development: resilience as a path to sustainability, youth protagonism and limited autonomy, emphasizing the individual's ability to adapt to adversity and to find socio-environmental solutions in line with business values through environmental education projects. The analysis of the interviews revealed that the young people identified with business discourse, with an emphasis on

management techniques and entrepreneurship. Another aspect was the self-identification of young people as leaders in solving local socio-environmental problems, showing the internalization of roles in generating results. This discourse prioritized small educational social practices with a technical and individualized dimension in dealing with complex difficulties in their territories. Other discourses emerged in resistance to the dominant discourses: the young people exposed knowledge as other ways of mobilizing to face the problems intrinsic to the dam collapse. However, in contradicting the hegemonic discourse of the Renova Foundation, they were constrained by the corporate mining discourse in denying their ways of knowing, acting and being.

Keywords: Environmental Education; Mining Business Discourses; Socio-environmental Disasters; Training young people; Renova Foundation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	- Modos gerais de operação da ideologia por Thompson (2011)	50
Quadro 2	- O campo da Educação Ambiental e a problemática da mineração: análise dos anais do EPEA	117
Quadro 3	- Estratégias metodológicas pela ACD e suas categorias analíticas	131
Quadro 4	- Sistematização dos dados de análise e as respectivas seções temáticas	137
Quadro 5	- Análise dos módulos formativos do Projeto Lideranças Jovens	154
Figura 1	- Divulgação da Filosofia Elos do Instituto Elos	159
Figura 2	- Divulgação da Fundação Renova sobre o Projeto de Formação de Lideranças Jovens conduzida pelo Instituto Elos	161
Quadro 6	- Projetos do Primeiro Ciclo da Formação de Lideranças Jovens do Programa de Educação Ambiental da Fundação Renova	162
Figura 3	- Divulgação das plataformas de formação dos Projetos de Lideranças Jovens na Bacia do Rio Doce	164
Figura 4	- Panfleto de divulgação do Projeto Júpiter	173
Figura 5	- Publicação para divulgação do Projeto Júpiter em sua rede social	179
Quadro 7	- Projetos selecionados Projeto Júpiter CPCD e Fundação Renova nas primeiras regiões atingidas	180
Figura 6	- Infográfico Projetos Júpiteres - CPCD e Fundação Renova	184
Figura 7	- Fotografias dos modos de vida das comunidades atingidas presente no catálogo Museu Virtual - Mariana Território Atingido	188
Figura 8	- Cachoeira do Brumado como atração turística interdita	189
Figura 9	- Manifestações na cidade de Barra Longa	193
Figura 10	- Marca da lama tóxica na praça central de Barra Longa após a ruptura da Barragem de Fundão em 2015	194
Figura 11	- Parque de Exposições reformado no bairro Volta da Capela	195
Figura 12	- Encontro do rio Piranga com o Rio do Carmo após a ruptura da barragem de Fundão em 2015.....	201
Figura 13	- Encontro do Rio Piranga com o Rio Carmo em 2022 durante inserção a campo	201
Figura 14	- Propaganda da Empresa Samarco na cidade de Rio Doce	204
Figura 15	- Divulgação da aprovação da Lei Municipal que reconhece o Grupo Semear como Utilidade Pública Municipal	205
Figura 16	- Divulgação do Programa de Mentoria do Grupo Semear	206
Quadro 8	- Finalidades e intencionalidades da educação ambiental nos projetos júpiteres	212
Figura 17	- Apresentação das ações do Projeto Tuim da Barra	218

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
AEDAS	Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social
AIAAV	Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale
AMEFA	Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas
ANM	Agência Nacional de Mineração
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ATI	Assessoria Técnica Independente
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIEDS	Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável
CIF	Comitê Interfederativo
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CPCD	Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento
CT-ECLET	Câmara Técnica de Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo
DDM	Discurso do Desenvolvimento pela Mineração
EA	Educação Ambiental
EDS	Educação para o Desenvolvimento Sustentável
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EPEA	Encontros Pesquisas em Educação Ambiental
FGPA	Fundação Geraldo Perlingeiro Abreu
FMI	Fundo Monetário Internacional
FR	Fundação Renova
GEA	Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental
GEAsur	Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur
GEPSA	Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais
GESTA	Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAM	Movimento Pela Soberania Popular na Mineração
MG	Minas Gerais

MPF	Ministério Público Federal
OCDE	Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organizações das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEA	Programa de Educação Ambiental
PL	Partido Liberal
PNSB	Política Nacional de Segurança de Barragens
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PoEMAS	Núcleo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PT	Partido dos Trabalhadores
RBJA	Rede Brasileira de Justiça Ambiental
Rio+20	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável 2012
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
S.A	Sociedade Anônima
SIGBM	Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração
SISEMA	Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TTAC	Termo de Transação e Ajustamento de Conduta
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	O CONTRATO QUE ROMPE A BARRAGEM: TECENDO CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO	28
2.1	DISCURSOS E LINGUAGENS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O NEOLIBERALISMO E A MINERAÇÃO EM QUESTÃO	31
2.2	OS CONCEITOS DE HEGEMONIA E IDEOLOGIA E A FORMAÇÃO EDUCATIVA DAS EMPRESAS DE MINERAÇÃO	43
3	“OURO DESÇA DO SEU TRONO”: A MATRIZ COLONIAL DA MINERAÇÃO E A MERCANTILIZAÇÃO DOS DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS	57
3.1	A RELAÇÃO COLONIAL COM A DESTRUIÇÃO SOCIOAMBIENTAL	60
3.2	OS INTERESSES CAPITALISTAS PELA NATUREZA: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A SUSTENTABILIDADE.....	68
3.3	A MINERAÇÃO E SUAS VIOLAÇÕES: RACISMO AMBIENTAL E A APROPRIAÇÃO PRIVADA DE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS.....	78
4	“DA LAMA AO CAOS”: O EMPREENDEDORISMO COMO PROPÓSITO EDUCATIVO DIANTE DAS CRISES SOCIOAMBIENTAIS.....	97
4.1	A POLÍTICA NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO E O EDUCAR PARA O CONSENSO.....	103
4.2	ENFRENTAMENTOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MINERAÇÃO E A ILUSÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL....	115
5	A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS JOVENS: CAMINHOS METODOLÓGICOS PELA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO.....	129
6	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E JUVENTUDE: ANÁLISES DISCURSIVAS DO PROGRAMA DA FUNDAÇÃO RENOVA E DO PROJETO JÚPITER.....	138
6.1	SENTIDOS EDUCATIVOS AMBIENTAIS NOS DOCUMENTOS DA FUNDAÇÃO RENOVA SOBRE A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS JOVENS.....	144
6.2	SENTIDOS EDUCATIVOS AMBIENTAIS SOBRE A JUVENTUDE NO PROCESSO FORMATIVO DO PROJETO JÚPITER.....	167

6.3	SIGNIFICAÇÕES DE AÇÕES EDUCATIVAS PARA OS TERRITÓRIOS ATINGIDOS NOS PROJETOS JÚPITERES	187
6.4	SIGNIFICAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PROJETOS JÚPITERES.....	210
7	ENTRE A RESILIÊNCIA E A RESISTÊNCIA: O QUE DIZEM OS/AS JOVENS FORMADOS/AS LIDERANÇAS EM SEUS TERRITÓRIOS	227
7.1	SER RESILIENTE E A AUTOGESTÃO DE SI: A IDENTIFICAÇÃO COM O DISCURSO EMPRESARIAL	229
7.2	SER LIDERANÇA JOVEM E PROTAGONISTA PARA GERIR PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NOS TERRITÓRIOS	237
7.3	SIGNIFICAÇÕES SOBRE A AUTONOMIA LIMITADA: QUANDO JOVENS QUESTIONAM E CONTRADIZEM OS DISCURSOS DOMINANTES	244
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	253
	REFERÊNCIAS	268
	APÊNDICE A - Carta de apresentação de pesquisa para o contato com os/as jovens participantes do Projeto Júpiter	293
	APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	294
	APÊNDICE C - Roteiro Entrevista com jovens participantes do Projeto Júpiter	295

1 INTRODUÇÃO

Eu já estou com o pé nessa estrada
 Qualquer dia a gente se vê
 Sei que nada será como antes amanhã
 Que notícias me dão dos amigos?
 Que notícias me dão de você?
 Alvorço em meu coração
 Amanhã ou depois de amanhã
 Resistindo na boca da noite um gosto de sol.

Nada será como antes,
 Canção de Beto Guedes e Milton Nascimento, 1972

Introduzir esta tese foi uma das tarefas mais desafiadoras dessa trajetória. Isso porque esta pesquisa não apenas permeou os quatro anos de sua realização, mas também atravessou momentos históricos marcantes, como crises políticas e a ascensão da extrema direita durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (PL) (2019-2023), além da crise sanitária deflagrada pela pandemia de Covid-19 em 2020, eventos climáticos extremos e incessantes desastres ambientais.

Nos termos de Cara (2019), podemos associar esses acontecimentos ao momento histórico caracterizado pela radicalização da agenda neoliberal aliada ao ultrarreacionarismo. Nesse ínterim, as ondas da barbárie se encontram com a educação, pois essas políticas se manifestam na negação do conhecimento científico e nos retrocessos dos direitos sociais, o que nos leva a questionar sobre o direito à educação: que tipo de educação está sendo priorizada frente a tantas controversas e para quem ela se destina?

Em meio ao esforço para reconstruir os destroços sociais e individuais provocados pela pandemia, a vitória progressista e dos movimentos sociais advinda pelo terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (2023-2026) em 2023, contra a extrema direita no Brasil, estancou um momento político com profundos retrocessos na educação, na saúde e no meio ambiente. Entretanto, as estratégias ultraliberaes e ultrarreacionárias que atacam os direitos das populações marginalizadas pelo sistema capitalista ainda persistem. Entre essas medidas, destacam-se: a retomada da Reforma do Ensino Médio, que tem promovido a mercantilização da educação pública (Cássio, 2023); a intensa pressão sobre os povos indígenas para a aprovação da lei do Marco Temporal, que representa um retrocesso nos direitos territoriais dos povos originários (Equipe Sumaúma, 2023); e a expansão da exploração petrolífera na Amazônia,

impulsionada por grandes projetos econômicos do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (Brum, 2024).

Em Minas Gerais, a intensificação das políticas neoliberais e conservadoras tem se tornado ainda mais acentuada. Desde 2019, sob a liderança de Romeu Zema (Novo), o governo estadual tem promovido uma agenda que reforça essas orientações em setores estratégicos para a população, como o projeto de venda das estatais mineiras, o desmonte da educação do estado, a desvalorização docente e a desestruturação de legislações e órgãos ambientais, fortalecendo, assim, uma privatização dos direitos públicos em variados aspectos (Editorial Brasil de Fato, 2024).

Nesse sentido, esta pesquisa não só marca profundamente minha formação, mas também cristaliza um propósito. Este propósito se constituiu ao longo de minha trajetória acadêmica, movimentando-me em direções teóricas e práticas sobre as questões socioambientais, assim como para a militância em movimentos sociais e no compromisso educativo e de enfrentamento com o campo da educação ambiental.

A dinâmica injusta de um sistema que corrói corações e mentes despertou, assim, esse propósito. Entre os territórios mineiros, saio jovem de Barbacena, minha cidade natal – ponto de carimbo do Passaporte Estrada Real, a cidade foi conhecida pelos hospitais psiquiátricos e pela “loucura”. Palco de tratamentos desumanos, o Hospital Colônia de Barbacena foi criado no início do século XX e perpetuou por muitas décadas, até os anos de 1980, a desumanidade de uma raiz moderna colonial (Arbex, 2013).

Segundo Brum (2013), eram enviados à Barbacena homens, mulheres e crianças que se rebelavam ou que não estavam em conformidade com a normalidade moderna, os padrões estabelecidos ou as regras sociais do sistema dominante. O Museu da Loucura (2024) retrata o sombrio e triste passado, quando o hospital era visto como um “depósito de rejeitados”, com corpos vendidos para o lucro de poucos, transformando “o sofrimento humano em objetivos mercadológicos” (Arbex, 2013, p. 208).

Parto de Barbacena para refletir sobre a existência presente de inúmeros depósitos de rejeitados, não mais em manicômios, mas fundados pelos cantos da rua, da pobreza, da violência, pela negligência das instituições, pela destruição ambiental, pelo desastre e pelo imperativo educativo de um regime moral e político de uma sociedade neoliberal. À luz da análise de Dardot e Laval (2016), implica em uma existência na qual a vida é moldada por relações e condutas sob uma lógica empresarial.

Neste caminho, procuro aqui dirigir o olhar sobre este trilhar, nem sempre linear sobre o que me provoca indignação. No sentido freiriano, da denúncia das injustiças

socioambientais que sobressaíram aos meus olhos para o anúncio do fazer pedagógico emancipatório que me atravessou como formação política na esperança e no amor: a justa ira conduz meus passos (Freire, 2000).

Evoco, assim, nesta introdução, a canção de 1972, do Clube da Esquina, como uma reflexão sobre o passado, permitindo-nos entender melhor nosso presente. A partir dessa canção, busco problematizar a persistência das estruturas de dominação para que seja possível impulsionar as lutas na defesa dos direitos sociais e ambientais. Carregada de simbolismo poético, a música sugere a busca por caminhos de resistência: “resistindo na boca da noite um gosto de sol”.

Entre as montanhas de Minas Gerais, o tempo carrega a ideia de que “nada será como antes”. A arte reflete e reverbera em meio às recorrentes mudanças, mas algumas estruturas dominantes insistem em permanecer. O gentílico “mineira” remete não apenas à identidade plural de seus habitantes, mas também aponta para um destino marcado pela opressão: a mineração. Segundo Trocate e Coelho (2020), a mineração imprime sobre as montanhas pulverizadas de Minas Gerais o aprofundamento de desigualdades, crises e consumo de bens naturais em nome do progresso e do desenvolvimento. É no contexto da mineração em Minas Gerais que esta tese se insere.

Destacando a região de Mariana, marco mais um destino no passaporte da Estrada Real. A primeira vila, bispado e capital de Minas Gerais, confere, em meio a paisagem, não só os projetos arquitetônicos coloniais, mas também a presença das indústrias extrativistas de mineração (Minas Gerais, 2024; Trocate; Coelho, 2020). A região, assim, foi palco dos maiores desastres socioambientais causados pela mineração da história: o rompimento da barragem de Fundão da empresa Samarco, uma *joint venture*¹ associada à Vale e a BHP Billiton, em novembro de 2015. O fio condutor para o desenvolvimento desta pesquisa é o desastre socioambiental² do rompimento da barragem de Fundão causado pelas indústrias extrativistas de mineração. Na perspectiva de Mészáros (2008; 2003), qualifico o desastre como expressão da barbárie capitalista,

¹ Segundo Wanderley *et al.* (2016, p. 31) *joint venture* é uma associação entre empresas diferentes, portanto a Samarco se organiza entre a Vale (50%) e a BHP Billiton Brasil Ltda. (50%). No formato organizacional específico da Samarco a responsabilidade operacional recai sobre a Vale.

² Para esta tese, referencio os rompimentos de barragens de rejeitos de minério como desastres socioambientais. Entendendo que, esses rompimentos são resultantes de processos socialmente construídos, desse modo, ao trazer os rompimentos de barragens ocasionados pela mineração, sua referência se contrapõe a ideia de acidente ou causa natural, mas resultante de processos políticos, econômicos e sociais que perpetua impactos e violações de direitos na vida das pessoas e da natureza. Logo a barbárie capitalista se evidencia nesses desastres como poder e destruição socioambiental (Zhouri; Oliveira, 2018; Mészáros, 2003).

que se evidencia em crises estruturais e em violências sistêmicas, perpetuando destruição e injustiças socioambientais. Esse desastre desencadeou um mar de lama tóxica sobre a Bacia do Rio Doce, rompendo a conexão vital entre as pessoas e a natureza, devastando a flora e a fauna e provocando a perda de inúmeras vidas (Revida Mariana, 2024).

O desastre do rompimento da barragem de Fundão, como ponto de ruptura, desnuda a relação estrutural entre a mineração no Brasil e seus impactos sistêmicos sobre comunidades e ecossistemas. O desastre revela como o aparato institucional e econômico que sustenta a mineração no Brasil contribui para a geração de riscos, destruição e desastres (Trocate; Coelho, 2020). Longe de me limitar apenas ao rompimento, o desastre tem se prolongado ao longo do tempo gerando sofrimento e luta por reparação digna às pessoas atingidas, instigando uma reflexão crítica sobre o modo como opera as corporações envolvidas. Dessa forma, o capital vai ajustando-se e delineando uma sofisticada arquitetura jurídica e institucional para tratar os desastres socioambientais no Brasil sob uma perspectiva mercadológica (Rojas; Pereira, 2018).

Após o rompimento da barragem de Fundão, entram em cena estratégias privadas para o gerenciamento da crise, ampliando uma relação público-privada por meio de negociações firmadas a partir do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) (2016). Nesse contexto, surge a Fundação Renova, uma organização privada sem fins lucrativos, mantida pelas mineradoras responsáveis pelo desastre — Samarco, Vale e BHP Billiton. A gestão da tragédia consolida-se no mercado das reparações, utilizando um sofisticado léxico empresarial que caracteriza a Fundação Renova como “um modelo de governança”, “uma opção inovadora ao convencional modelo de solução judicial de conflitos” e promotora de “parcerias” com órgãos federais, estaduais e municipais (Rojas; Pereira, 2018; Fundação Renova, 2024, s/p).

Embora criada para implementar planos e programas de reconstrução e reparação, após nove anos de atuação da Fundação Renova e até o final desta escrita, as comunidades permanecem destruídas, as pessoas adoecidas e o rio altamente contaminado. Em agosto de 2024, a Fundação Renova foi condenada a pagar indenizações por dano moral coletivo devido à ilegalidade de propaganda e narrativa enganosa sobre o processo de reparação, no favorecimento das empresas mineradoras pela tentativa de amenizar e desqualificar, discursivamente, as consequências do rompimento da barragem de Fundão (Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, 2024).

Evidencio, assim, a tese que impulsiona minha pesquisa, buscando compreender a imposição política e econômica da mineração sobre os territórios, sendo essencial

reconhecer como esse problema reflete uma faceta particular do capitalismo em mercantilizar desastres, violando direitos socioambientais de diferentes comunidades e da natureza, exacerbada pela política neoliberal diante das crises socioambientais. Nesse cenário, o discurso emerge como um instrumento crucial: ele não apenas molda a realidade existente em aspectos particulares, mas também procura manter e reforçar o poder das estruturas dominantes (Fairclough, 2015; Trocate; Coelho, 2020). Desse modo, no discurso, emerge uma condução educativa empresarial, mediada pela educação ambiental, que busca orientar os sujeitos à adaptação nos moldes do empreendedorismo, afastando a crítica e contendo conflitos. Esta direção educativa dissimula as contradições capitalistas evidenciadas na barbárie da destruição ambiental como algo conciliável e individualizado.

Em contrapartida, outros discursos e práticas surgem como forma de subverter os sentidos dominantes. As pessoas atingidas continuam lutando por uma indenização justa para todas as vítimas, por uma reparação adequada com a participação coletiva das pessoas atingidas e pela restauração da vida na Bacia do Rio Doce em sua plenitude (Revida Mariana, 2024). Diante dessas circunstâncias, o *Jornal A Sirene* manifesta-se como um importante instrumento de reivindicação das pessoas atingidas, atuando como veículo de comunicação independente e de luta política. Produzido pelas vítimas do rompimento da Barragem de Fundão (Samarco/Vale/BHP), articuladas com outros coletivos e instituições de ensino, o jornal surgiu em resposta ao descontentamento com a cobertura jornalística dos veículos tradicionais sobre o desastre. Com sua primeira edição lançada em fevereiro de 2016, o nome do jornal remete à ausência de sirenes no dia do desastre. Todos os meses, no dia 5, uma nova edição é publicada, funcionando como uma sirene simbólica que ecoa a voz das pessoas atingidas e dos moradores das regiões atingidas (Jornal A Sirene, 2024).

À medida que diferentes comunidades procuram lutar por justiça e por uma reparação justa, a educação se revela como um elemento fundamental para compreender as intrínsecas relações entre a mineração e os desastres socioambientais. Frente essa realidade, sigo com o pensamento de Brandão (1995), que nos ensina que a educação permeia todos os aspectos da vida humana. Nesse sentido, ele nos convida a refletir sobre a educação em suas diferentes concepções, como teoria e prática mediada por diferentes domínios. Dessa forma, a educação pode ser vista como um instrumento de poder, capaz de legitimar comportamentos, valores e percepções de mundo.

Brandão (1995) nos ajuda a compreender ainda que a educação pode tanto ensinar quanto deseducar, especialmente quando usada para ocultar interesses políticos

e econômicos e sustentar determinadas relações de dominação: “[...] a educação participa do processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades. E esta é a sua força” (Brandão, 1995, p. 4). Essa perspectiva educativa de Brandão (1995), em diálogo com o campo da educação ambiental, está profundamente ligada à construção desta tese. A educação ambiental, portanto, possui diversas concepções e pode tanto forjar imaginários, que ocultam as contradições das crises atuais e reforçam a ordem social, quanto apaziguar o potencial subversivo e contestatório de outros conhecimentos e práticas (Layrargues, 2020).

Assim, a agenda capitalista no atual modelo neoliberal tem promovido a noção de sustentabilidade atrelada aos interesses empresariais e econômicos. Nesse contexto, a educação ambiental torna-se um campo em disputa, oscilando entre uma abordagem normativa e prescritiva que se alinha ao conceito de desenvolvimento sustentável e a reivindicação por outro modelo de desenvolvimento alternativo que reflete a busca de um potencial transformador da educação ambiental pela luta por justiça socioambiental (Layrargues, 2020; Henning; Ferraro, 2022).

Logo, assumo nesta pesquisa a perspectiva crítica da educação ambiental, visto que “o ato educativo é intencional e político, o que implica saber com quem construímos o fazer educativo e para qual finalidade” (Loureiro, 2019, p. 73). Caminhando com o campo da educação ambiental, Loureiro (2019) nos auxilia a compreender processos educativos, destacando as intencionalidades, as finalidades e com quem esses processos são desenvolvidos. Em termos pedagógicos, a educação ambiental pode tanto atuar como um instrumento ideológico que naturaliza e reproduz as relações de dominação, preconceito e discriminações vigentes quanto servir à construção de conhecimentos politizados que emanam das lutas socioambientais, manifestados por povos tradicionais, populares e ancestrais.

Envolvida pela problematização sobre a mineração e os desastres socioambientais em torno do campo da educação ambiental, ao longo do caminho traçado para este estudo, o Programa de Educação Ambiental da Fundação Renova despontou como um elemento significativo para ser pesquisado. Ao explorar os jornais informativos da Fundação Renova, distribuídos por toda a Bacia do Rio Doce e acessíveis online³, deparei-me com um projeto diretamente vinculado ao programa.

³ Durante o período da pandemia, quando as atividades presenciais foram suspensas, adotei uma estratégia de pesquisa em que passei a monitorar de forma intensiva as publicações, documentos e registros da Fundação Renova sobre o progresso de seus programas. É importante destacar

Atualmente denominado “Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce”, ele tem impulsionado o Projeto de Formação de Lideranças Jovens nos territórios atingidos, como descrito em sua divulgação: “Papo Jovem - Jovens lideranças estão sendo formadas para criar um mundo melhor” (Terra da Gente, 2021a, p. 8).

Foi então que identifiquei o que buscava investigar nesta pesquisa: o primeiro ciclo de formação de Lideranças Jovens, oferecido pela Fundação Renova em parceria com outras organizações sociais, como parte de seu Programa de Educação Ambiental. Sobre a finalidade do projeto, a divulgação feita pela Fundação Renova afirmava o seguinte:

Transformar e engajar jovens no processo de reparação. Essa é a proposta do projeto de Formação de Lideranças Jovens, promovido pela Fundação Renova nos municípios atingidos em Minas Gerais e no Espírito Santo. Ao todo, 1.200 jovens, de 15 a 29 anos, poderão participar gratuitamente de iniciativas voltadas à revitalização ambiental, social, econômica e cultural dos locais onde vivem (Terra da Gente, 2020, p. 11).

Durante os quatro anos deste estudo, mergulhei na busca por informações e documentações sobre o projeto, mapeando maneiras de acompanhar o ciclo de formação, estabelecendo contato com os/as jovens participantes, realizando viagens de campo e aprofundando em entrevistas com esses/as jovens. Tal percurso me levou ao Projeto Júpiter, realizado pela organização parceira da Fundação Renova, isto é, o Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD), entre 2020 e 2022, envolvendo jovens das primeiras regiões afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão.

A organização parceira da Fundação Renova no primeiro território atingido, o CPCD⁴, define-se como uma organização não-governamental sem fins lucrativos vinculada ao chamado terceiro setor. Fundada em 1984 em Belo Horizonte, seu fundador e diretor-presidente é Tião Rocha, educador e antropólogo. Acompanhei, assim, os projetos educativos ambientais desenvolvidos por diferentes jovens nas cidades e comunidades de Mariana, Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce, a fim de ouvi-los/as enquanto percorria o caminho do rio Doce, que ainda carrega nas águas a cicatriz silenciosa da lama tóxica.

que, devido às oscilações nas divulgações da Fundação, alguns documentos foram retirados do site ao longo dos quatro anos de pesquisa. No entanto, esses documentos foram salvos e estão arquivados na coleção de pesquisa da autora, integrando o caderno de campo (Cardoso, 2024). Para acessar as divulgações oficiais da Fundação Renova, consulte: <https://www.fundacaorenova.org/noticias-dos-territorios/>.

⁴ Os aprofundamentos sobre o CPCD, sua relação com a Fundação Renova e o tipo de formação desenvolvida para o Projeto de Lideranças Jovens estão disponíveis na Seção 6.2, do Capítulo 6.

À luz das contribuições de Fairclough (2001; 2003; 2015) e Chouliaraki e Fairclough (1999), esta pesquisa se orienta pela abordagem teórica e metodológica da Análise Crítica do Discurso (ACD). Por compreender, portanto, que minha posição constitui parte integrante do processo interpretativo, convido o leitor a acompanhar meu olhar como pesquisadora. Reconheço que esse olhar não é neutro, mas situado e posicionado ao longo desta investigação. Nesse sentido, opto por escrever prioritariamente na primeira pessoa do singular, a fim de envolver o/a leitor/a no desenvolvimento das reflexões e análises apresentadas, situando a articulação teórica entre as relações estruturais dos estudos em torno da mineração e da educação ambiental com as análises discursivas desenvolvidas neste trabalho. Junto a essa perspectiva, tenho por interesse desenvolver uma análise crítica sobre os mecanismos discursivos da Fundação Renova e de suas organizações parceiras a respeito dos potenciais efeitos ideológicos e hegemônicos empresariais da mineração nas práticas sociais específicas dos/as jovens.

Assumindo o arcabouço teórico da Análise Crítica do Discurso (ACD), esta introdução identifica um problema social que envolve as interações discursivas relacionadas à formação educativa de jovens em territórios atingidos por meio da educação ambiental conduzida por organizações sociais vinculadas às empresas de mineração responsáveis pelo desastre socioambiental do rompimento da barragem de Fundão. Desse modo, o problema social desta pesquisa situa-se sobre sentidos discursivos empresariais da mineração em projetos educativos ambientais nos territórios atingidos pelo desastre socioambiental do rompimento da barragem de Fundão.

A Fundação Renova, através da formação de Lideranças Jovens na Bacia do Rio Doce, revela uma potencialidade na mobilização educativa, prática e discursiva orientada pelos valores empresariais da mineração, que, como parte de uma estratégia ideológica e hegemônica neoliberal, pode conduzir a uma educação ambiental prescritiva, individualizada e empreendedora, que se afasta de uma formação crítica acerca das dinâmicas implicadas no desastre socioambiental. Dessa maneira, a formação de jovens na Bacia do rio Doce pode promover uma assimilação intelectual e moral dos/as jovens para uma complacência em relação ao desastre. Esse processo pode silenciar as desigualdades e injustiças socioambientais, além de encobrir os conflitos existentes.

Surgem, portanto, perguntas que cercam esta pesquisa: Quais interesses motivam a Fundação Renova a formar jovens lideranças nos territórios atingidos? Quais sentidos discursivos orientam o Programa de Educação Ambiental voltado para esses/as jovens?

É possível identificar, entre os/as jovens, discursos que perpetuam ou que desafiam a função ideológica e hegemônica da Fundação Renova?

Dessa maneira, este estudo tem por objetivo geral compreender os sentidos discursivos de educação ambiental através do Projeto Júpiter (CPCD), formação de Lideranças Jovens da Fundação Renova nos primeiros territórios afetados pela mineração, analisando, especificamente, as enunciações discursivas dos/as jovens participantes, bem como a presença ou contestação dos discursos empresariais da mineração por eles/as.

Procurando orientar a pesquisa, a fim de alcançar o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Investigar os elementos discursivos nos documentos do Programa de Educação Ambiental da Fundação Renova, com foco na Formação de Lideranças Jovens conduzido pelo Projeto Júpiter (CPCD) para os/as jovens dos primeiros territórios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão;
- Analisar as enunciações discursivas dos/as jovens nos materiais produzidos para o Projeto Júpiter (CPCD) sobre as propostas educativas ambientais criadas por eles/as para seus territórios; e
- Analisar, através de entrevistas, os discursos dos/as jovens sobre as suas participações na formação de Lideranças Jovens pelo Projeto Júpiter (CPCD), a fim de identificar, em seus discursos, maneiras que mantêm ou subvertem a função ideológica e hegemônica da Fundação Renova sobre os sentidos empresariais da mineração.

Guiada pela ACD, conforme proposto por Chouliaraki e Fairclough (1999), esta pesquisa se estrutura em torno de três etapas principais: 1) análise da conjuntura; 2) análise da prática particular discursiva e; 3) análise de discurso. Essas etapas me auxiliaram no aprofundamento das investigações sobre os mecanismos dos discursos empresariais da mineração perante os desastres socioambientais e seus potenciais efeitos ideológicos e hegemônicos em práticas particulares em relação à educação ambiental.

Portanto, partindo desta introdução sobre a percepção de um problema social através dos discursos associados a ele, iniciarei com a análise da conjuntura, que contempla os capítulos 2, 3 e 4, procurando situar o problema social em um contexto político, econômico e social mais amplo, relacionando dois conceitos principais mobilizados pela ACD: ideologia e hegemonia.

Desse modo, o capítulo 2 integra uma reflexão mais abrangente sobre o neoliberalismo e a globalização em torno das concepções teóricas da ACD, pois, a partir dessas concepções se revelam as implicações parcialmente discursivas na organização da vida social diante das crises socioambientais. Logo, discutirei sobre as relações entre a problemática da mineração e a criação da Fundação Renova.

No capítulo 3, aprofundo o estudo sobre as relações estruturais da mineração. Neste contexto, abordo os enfrentamentos à problemática da mineração no Brasil, especialmente em Minas Gerais, de modo a refletir sobre as dinâmicas coloniais, capitalistas e neoliberais que geram injustiças socioambientais. Para isso, dialogo com os campos da ecologia política e da justiça ambiental, analisando os discursos em torno da questão ambiental e debatendo sobre as concepções dominantes e as alternativas críticas que as desafiam. Neste capítulo, discuto ainda como a mercantilização da natureza reflete uma mercantilização dos desastres socioambientais, aspectos que envolvem a criação da Fundação Renova e as lutas nos territórios afetados pela mineração.

Por sua vez, no capítulo 4 abordo a relação entre a educação ambiental e as práticas empresariais da mineração. Assim, analiso como as concepções ideológicas e hegemônicas influenciam o campo da educação ambiental, focando nos aspectos discursivos que sustentam uma formação voltada para o consenso em torno de uma política neoliberal de responsabilidade social empresarial. A educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) contempla o cerne dessa discussão, destacando especialmente a formação de indivíduos como empreendedores em resposta às crises socioambientais. Em contraposição a esta formação política, ideológica e hegemônica neoliberal, com propósito formativo empreendedor, o campo da educação ambiental se coloca em disputa. Aqui, compreendo as lutas do campo da educação ambiental em sua vertente crítica, almejando a intervenção de uma educação compromissada com o sentido político e pedagógico que desafiem o conformismo e a hegemonia imposta pelos discursos de uma sustentabilidade de mercado.

Avançando para as próximas etapas da pesquisa, no capítulo 5, apresento uma condução dos procedimentos metodológicos empregados a partir da ACD. Esse capítulo detalha as etapas de investigação, os materiais analisados, as categorias analíticas utilizadas pela ACD e a construção de temáticas de análise para este estudo.

Partindo deste momento, o capítulo 6 integra a análise da prática particular discursiva como segunda etapa procedida pelo arcabouço teórico-metodológico da ACD. Neste capítulo, são analisados, discursivamente, documentações sobre a definição

do Programa de Educação Ambiental da Fundação Renova, a produção discursiva sobre o Projeto de Formação de Lideranças Jovens e a condução educativa produzida pelo Projeto Júpiter (CPCD) para os primeiros territórios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão. Logo, a partir desses documentos, foram analisadas as significações discursivas dos/as jovens sobre suas práticas educativas ambientais nos materiais finais elaborados para o Projeto Júpiter.

Com base nas análises da prática particular discursiva nos documentos apresentados no capítulo 6, são identificadas quatro temáticas principais, distribuídas ao longo das seções deste capítulo. Essas temáticas estão relacionadas aos significados discursivos e práticos de educação ambiental referentes a uma perspectiva neoliberal, abordando conceitos como resiliência, pedagogia de projetos e o protagonismo juvenil para o empreendedorismo. Dessa forma, discuto neste capítulo como o processo formativo de Lideranças Jovens pelo Projeto Júpiter (CPCD) produziu significados discursivos e práticos relacionados à juventude, aos territórios afetados e à educação ambiental, com ênfase nas ações educativas propostas pelos/as jovens participantes dos projetos.

Na terceira etapa que compreende a estrutura da ACD, desenvolvo a análise de discurso a partir de entrevistas com os/as jovens participantes do Projeto Júpiter. O capítulo 7, portanto, integra as conexões entre os mecanismos discursivos expostos pela análise da conjuntura e a análise da prática particular discursiva sobre as subjetividades, analisando, assim, entrevistas com sete jovens participantes do Projeto Júpiter um ano após sua finalização. Este capítulo se divide em três seções principais que representam as temáticas das análises discursivas. Essas seções circunscrevem-se sobre a identificação dos/as jovens com o discursivo empresarial, do/a jovem como protagonista para gerir problemas socioambientais em seus territórios e do/a jovem questionador/a, em maneiras de subverter o discurso dominante.

Após essas investigações, a pesquisa culmina nas considerações finais, em que apresento uma reflexão sobre as análises discursivas e práticas realizadas. Por fim, almejo compreender como os sentidos discursivos estruturais refletem no contexto da educação brasileira, bem como nos processos específicos que moldam as subjetividades nesse campo em face aos recorrentes desastres socioambientais. Desse modo, destaco as questões relacionadas aos processos pedagógicos e discursivos ligados à educação ambiental que envolvem o problema social desta pesquisa e as possíveis contribuições deste estudo para o campo, especialmente no que se refere à emancipação socioambiental dos sujeitos, avaliando seus limites e seu alcance.

Isso se alinha ao que Fairclough (2015) considera ser uma parte fundamental da pesquisa, devido à sua abordagem crítica e emancipatória, pois, de acordo com o autor:

Para mudar o mundo, para entender o que precisa mudar, para saber que tipo de mudança é possível, para saber quais objetivos devemos almejar, para entender que tipo de ações são prováveis de produzir mudanças radicais (não há certezas), para entender quais riscos eles representam e com podemos evitá-los ou mitigá-los, precisamos estar constantemente buscando melhorar nossa compreensão da realidade existente (Fairclough, 2015, p. 5, tradução própria).

Ao voltar de uma das viagens de campo, atravesso a denominada “Estrada Real”, cortando as montanhas da Serra de Ouro Branco, região que liga a cidade de Ouro Preto a Conselheiro Lafaiete e às promessas da mineração. Fui refletindo sobre tudo que encontrei, conversei, senti, vi e trilhei ao longo de toda essa trajetória acadêmica. Quando um som repentino começa a tocar: “Agora não pergunto mais aonde vai a estrada. Agora não espero mais aquela madrugada. Vai ser, vai ser, vai ter de ser, vai ser faca amolada. Um brilho cego de paixão e fé, faca amolada.” (Beto Guedes; Milton Nascimento, 1975).

Esta melodia me fez chegar ao significado desta música presente no álbum Minas, de Milton Nascimento. Segundo Ike Coan (2015), a canção parte de um desdobramento de “Nada será como antes”. Os verbos na música demonstram um enfrentamento sobre o presente, anunciando a esperança na vida, por meio da luta coletiva. Este é o chamado do tempo presente para a transformação que devemos enfrentar coletivamente. Não se trata mais de esperar por um futuro incerto, mas de seguir com determinação na superação daquilo que não desejamos mais: a permanência de uma dinâmica injusta que nos limita a resistir frente às fraturas expostas das contradições sobre as crises socioambientais. A “faca amolada” simboliza a prontidão para o corte e as necessárias rupturas, representando a decisão lúcida de que é o momento de nos mobilizarmos, pelo anseio de que todas as formas de vida possam significativamente existir em sua plenitude e com dignidade.

Entre caminhos, escolhas e trajetórias, damos início à condução para pensar um novo horizonte. O despertar pelas contradições e problemáticas da mineração em Minas Gerais se encontram com o campo da educação. A educação ambiental, portanto, é o campo que me movimenta nessas escritas, fazendo dela luta e companhia, a procura de desvelar os poderes dominantes e assim anunciar, entre as fissuras e rupturas, a esperança, em busca da transformação socioambiental.

2 “O CONTRATO QUE ROMPE A BARRAGEM”: TECENDO CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

A meta é romper o contrato que rompe a barragem
Nós tá pagando o preço, eles que deram mole
Meu povo sofre, corre, bate, apanha, luta e morre
Pra trazer vida de volta, não tem desenrole [...]

Não tem como apagar, não
Não tem como devolver
Ai de mim, ai de nós
E aí, vai pagar pra ver?

(MUG *et al.*, 2019)

No dia 05 de novembro de 2015, final de tarde de uma quinta-feira, não havia sirene que alertasse a população da comunidade de Bento Rodrigues, pertencente à cidade de Mariana – MG e a cerca de 120 km da região metropolitana de Belo Horizonte, sobre o que tinha acabado de ocorrer às 15h30 da tarde: cerca de 45 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro e sílica despencaram sobre vidas, histórias, locais, biodiversidade e comunidades inteiras (MPF, 2022). Muitas pessoas conseguiram se salvar devido à mobilização de trabalhadores/as terceirizados/as que, ao saberem do fato, voltaram às comunidades para alertar a população (Saraiva; Pereira, 2021).

A barragem de Fundão, propriedade da empresa Samarco Mineração S/A e de responsabilidade compartilhada com as empresas Vale e BHP Billiton, estava situada no Complexo Industrial de Germano. Seu rompimento atingiu toda a Bacia do Rio Doce por cerca de 600 km até desaguar no mar, encontro do Rio Doce lameado com o Oceano Atlântico no distrito de Regência, município de Linhares – ES, no dia 21 de novembro de 2015 (MPF, 2022; Ibama, 2020).

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), as perdas “que se viram às primeiras horas e que aumentaram com o passar do tempo, projetam-se mesmo hoje como um devir que não tem tempo certo para findar” (MPF, 2022, s/p). O Laudo Técnico Preliminar do Ibama concluiu, no dia 26 de novembro de 2015, um nível de impacto tão profundo e perverso sendo impossível estimar um prazo de estabilidade e retorno dos diversos estratos ecológicos impactados direta e indiretamente (Ibama, 2015).

Contabilizaram-se 19 pessoas mortas e a perda de um bebê no sexto mês de gestação, ainda não reconhecido como vítima (Paes *et al.*, 2019), enquanto a mãe lutava

contra a avalanche de lama. Aproximadamente, 41 cidades foram afetadas em Minas Gerais e no Espírito Santo, além de três reservas indígenas atingidas (povos indígenas Krenak, Tupiniquim e Guarani) e mais de 240 hectares de mata atlântica devastada. Ademais, calcularam-se 14 toneladas de peixes mortos, mortandade de animais domésticos e fauna silvestre, transtorno na geração de energia elétrica e suspensão de abastecimento de água com o comprometimento na qualidade e na quantidade disponível, medo, desamparo e sensação de perigo (MPF, 2022; Ibama, 2015). São diversas formas de alteração, supressão e violação da vida que seguem em curso e representam um retrato visceral do poder e dependência da mineração em territórios da América Latina, como no Brasil e em Minas Gerais.

Em concordância com Mansur *et al.* (2016), o rompimento da barragem de rejeito de minério de Fundão não é um caso isolado, uma vez que expõe um efeito sistemático inerente as dinâmicas econômicas e políticas que estruturam nossa sociedade. Ou seja, a recorrência de rompimentos de barragens de rejeitos e o risco de novas barragens romperem estão combinados com relações de poder, agindo sobre a esfera política e econômica, privilegiando a valorização e desvalorização dos preços dos minérios no mercado financeiro. Isso quer dizer que são comportamentos que incidem sobre as representações políticas, órgãos públicos de agências ambientais e empresas, na pressa para a intensificação de produção e/ou na redução de gastos com a segurança e o meio ambiente (Mansur *et al.* 2016). Segundo Zonta e Trocate (2016, p. 7), “a tragédia de Mariana é inesgotável em exemplos, do mito da bonança ao progresso inevitável, numa desmensurada relatividade de que tudo pode ser recompensado”.

No caminho que percorre o mar de lama de rejeitos tóxicos, quase uma década se passaram, nesse tempo, movimentos sociais e atingidos/as reivindicam uma reparação justa, punição aos envolvidos e indenização para todas as pessoas que tiveram seus modos de vida afetados (MAB, 2021; Silva; Horta; Barros, 2022). De acordo com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), até então mais de um milhão de pessoas seguem sendo atingidas pela impunidade dos responsáveis e ausência de reparação. Essa realidade mobilizou o movimento “Revida Mariana - Justiça pra limpar essa lama” (Revida Mariana, 2024; MAB, 2023). O movimento procura, junto às pessoas atingidas, cobrar dos poderes públicos e das empresas mineradoras um outro modelo de repactuação, ou seja, uma reparação que seja de fato justa na efetivação dos direitos socioambientais das milhares de vidas impactadas e atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão (MAB, 2023). Isso denota que, o atual acordo firmado entre os poderes públicos e as empresas responsáveis pelo dano – tomado como modelo de

governança e de reparação – não tem correspondido e nem mesmo representado as pessoas atingidas (MAB, 2023).

Esse acordo firmado tem sua história marcada no dia 2 de março de 2016. Quatro meses após o desastre, criou-se a chamada Fundação Renova, a partir de um acordo assinado entre os governos federal e estadual, de Minas Gerais e o Espírito Santo, com a empresa Samarco e suas acionistas, Vale e BHP Billiton. O acordo conhecido como “Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta” (TTAC) transfere para a Fundação recém-criada a responsabilidade e o poder de ação para atividades de recuperação, remediação e compensação associada ao rompimento da barragem. A criação e atuação da Fundação Renova têm sido amplamente questionada, representando o aprofundamento das injustiças socioambientais nos territórios e um novo modelo de negócios que corresponde aos interesses das empresas mineradoras (Rojas, 2020; Rede de Pesquisa Rio Doce, 2018; Milanez; Giffoni Pinto, 2016).

Milanez e Giffoni Pinto (2016) esclarecem que o instrumento correspondente a um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) é considerado como uma “solução” extrajudicial para resoluções de conflitos entre os órgãos públicos e um violador ou potencial violador de direitos socioambientais:

A justificativa usualmente evocada para a propositura de um TAC na área ambiental é o caráter de urgência ante um desastre ecológico, uma vez que a morosidade dos processos judiciais pode causar o agravamento das consequências do dano ambiental, dificultando sua reparação (Milanez; Giffoni Pinto, 2016, p. 1).

Nesse sentido, segundo os autores, a escolha, celebração e legitimação política sobre a utilização de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), em casos de desastres socioambientais, retira a culpabilidade do causador dos danos para a gestão de urgência na mitigação dos prejuízos já produzidos sem que, de fato, corresponda às exigências a serem cumpridas.

Com a justificativa de tornar mais céleres as respostas frente o desastre socioambiental causado pelas empresas de mineração na região, Milanez e Giffoni Pinto (2016) esclarecem que o acordo firmado apresenta as mesmas relações e problemas estruturais que deram origem ao rompimento da barragem de minério. Ou seja, representa a limitação da capacidade institucional em fiscalizar e impugnar os causadores do desastre, os conflitos de interesse políticos e empresariais perante as pessoas atingidas e a perpetuação das falhas e limitações que permitiu o desastre (Milanez; Giffoni Pinto, 2016).

Perante os desdobramentos após o rompimento da barragem de Fundão, a Fundação Renova passa a representar uma complexa rede de relações assimétricas e simbólicas de poder, com o objetivo de “limpar a imagem das empresas causadoras da tragédia, retirando de cena práticas predatórias da exploração mineral que conduziu o colapso da Barragem de Fundão” (Vieira; Silva, 2019, p. 66).

De frente com a problemática das relações simbólicas e de poder que envolvem a Fundação Renova, neste capítulo, fundamentado na Análise Crítica do Discurso (ACD), tenho por objetivo descrever as estruturas de poder que influenciam o processo de produção discursiva sobre a questão ambiental relacionada às empresas de mineração. Assim, adentro sobre as estruturas sociais, políticas e econômicas que permeiam a transformação do mundo capitalista, a globalização, o neoliberalismo e as recorrentes crises socioambientais.

Compreendendo a linguagem e a manifestação de certos discursos como parte da construção da realidade social, e, portanto, integrando outros discursos concorrentes em um processo de disputa, neste capítulo procuro evidenciar o problema social desta pesquisa, considerando os efeitos ideológicos e hegemônicos dos sentidos discursivos produzidos pela Fundação Renova em seu Programa de Educação Ambiental.

Desse modo, o capítulo está dividido em duas seções. Na primeira seção, apresento a ACD e sua interação com o mundo social contemporâneo, destacando como os discursos e as linguagens se tornam instrumentos de poder frente a globalização e ao neoliberalismo. Além disso, considerando as transformações socioambientais, nessa seção situo os discursos como parte de práticas sociais para a discussão da problemática da mineração. Na segunda seção, apresento dois conceitos principais em ACD, hegemonia e ideologia. A partir desses dois conceitos, procuro contextualizar a problemática discursiva das empresas de mineração, levando em consideração a criação da Fundação Renova e o desastre socioambiental causado pelo rompimento da barragem de Fundão e os sentidos discursivos que produzem implicações para a educação ambiental.

2.1 DISCURSOS E LINGUAGENS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O NEOLIBERALISMO E A MINERAÇÃO EM QUESTÃO

Uma reflexão importante se apresenta no texto de Porto-Gonçalves (2006a) sobre a força da globalização a partir de uma única imagem, quando, no final dos anos 1950, o astronauta russo Yuri Gagarin avista a Terra do espaço e diz: “A Terra é Azul”.

Este marco dentro da corrida espacial e tecnológica que acontecia entre a antiga União Soviética e os EUA simboliza o que o autor considera ser o: “duro golpe na visão antropocêntrica” (Porto-Gonçalves, 2006a, p. 11), já que a Terra era apenas um ponto finito e solto no espaço infinito, agora se transformaria em uma única imagem. Azul, redonda e finita, a Terra vista do espaço também não apresentava fronteiras, não apareciam as diferenças dos povos, nem suas culturas, muito menos os conflitos e as desigualdades. Logo, em 1969, os EUA, em seu projeto Apolo, conquista a própria Lua, em uma clara mensagem de que, assim, o mundo dissolvia suas fronteiras. E sobre a Lua finca-se uma bandeira dos EUA.

Diante desse cenário de mudanças políticas, econômicas e sociais, a conquista do espaço no início dos anos 1970 simboliza uma idealização pela escala global, desaparecendo a escala local. Nesse sentido, os domínios políticos e a expansão econômica são reestruturados. Segundo Porto-Gonçalves (2006a, p. 13), “A expansão do capitalismo revestia-se de uma aura de missão civilizatória”. Assim como antes e agora em uma velocidade muito maior, os discursos passam a produzir efeitos significativos, orientados pela construção social da globalização. Portanto, em processos multiescalares, causais e temporais, discursos e linguagens passam a ser representativos de momentos estruturais e estratégicos como forma de legitimar e naturalizar, por exemplo, o etnocídio e o genocídio sobre as outras civilizações, considerados primitivos e atrasados por estarem assimilados aos territórios e a uma natureza que, mais do que nunca, deveria ser dominada e consumida.

Para pensar o processo da globalização no desencadear das transformações globais e locais e nas significativas mudanças entre os campos econômicos, políticos e sociais, a Análise Crítica do Discurso (ACD) oferece um diálogo teórico-prático amplo e heterogêneo entre diferentes concepções, compreendendo, assim, os discursos e as linguagens perante estas transformações do capitalismo e da globalização. Ao assumir a característica transdisciplinar, orientada pelo Realismo Crítico⁵, a ACD se desenvolve entre diferentes abordagens teóricas, articulando discussões do campo social à prática linguística.

⁵ O Realismo Crítico, com referência a filosofia de Bhaskar, considera o mundo “um sistema aberto, em constante mudança e constituído por diferentes domínios [...]” (Vieira; Resende, 2016, p. 34). As autoras descrevem estes domínios de estratificação do mundo como: potencial, realizado e empírico. De forma resumida, o potencial se expressa no domínio das estruturas e dos mecanismos de poder sobre um objeto. O realizado, refere-se aquilo que se realiza quando estes poderes são ativados. O empírico compreende o domínio das experiências efetivas, a intermediação concreta entre o potencial e o realizado. Vieira e Resende (2016) explicam estes domínios para a compreensão da ACD, quando diferentes discursos são investigados nos textos, levando em consideração aspectos das práticas sociais, entre sua reprodução e transformação.

Para Fairclough (2006; 2015), a reorganização do capitalismo pela globalização, estabelece reestruturações e reescalamentos entre campos da vida social, no tempo e no espaço e em modos de se identificar, perpassando, portanto, a centralidade do uso da linguagem e do discurso para manter, legitimar ou subverter relações de poder.

Partindo dos fundamentos do realismo crítico incorporados por Fairclough (2006; 2015), o discurso pode tanto refletir a realidade como também desempenhar um papel central para a legitimação e a reprodução das estruturas de poder perante as mudanças do capitalismo e da globalização. Logo, Fairclough (2001) e Chouliaraki e Fairclough (1999) elaboram um olhar sobre as transformações da prática social com a prática discursiva a partir das noções teóricas que perpassam o novo capitalismo, a modernização reflexiva ou a modernidade tardia.

Para Chouliaraki e Fairclough (1999), mudanças sociais contemporâneas provenientes da globalização levam também às mudanças discursivas. Nesse sentido, práticas linguísticas se estabelecem em conjunto com as práticas sociais como maneiras estratégicas para a construção de realidades, bem como a construção de relações entre as pessoas e a construção de modos de agir no mundo. À vista disso, as práticas linguísticas no novo capitalismo também são reconhecidas como práticas simbólicas e significativas para a construção reflexiva do pensamento que estrutura nossas relações.

A modernidade tardia pode ser definida por meio de três principais características que envolvem a acelerada modificação dos processos de conhecimento e informação. Descritas por Rodrigues (2014), a primeira característica está no sentido das modificações e extensões do alcance espaço-tempo. Isso quer dizer que relações sociais, antes determinadas localmente e pela tradição, circundam outros espaços em diferentes tempos, alcançando outros lugares e formulando novas formas de pensar o mundo. A segunda característica se relaciona aos processos de vulnerabilidades, riscos e incertezas recriadas pela modernidade, produzindo contornos reflexivos ao gerar as desconfiças institucionais, anteriormente inquestionáveis, perante a produção do risco e das incertezas no controle e nas respostas para tais transformações da vida contemporânea. A terceira característica está na reflexividade, ou seja, em construções de novas formas de se identificar e entender o mundo, percorrendo, assim, produções de identidades e estilos de vida que se convergem e hibridizam (Rodrigues, 2014).

Segundo Rodrigues (2014, p. 26), são nesses traços, salientados pela modernidade tardia, que os discursos e as linguagens se encontram em meio às lutas, marcando formas de ser, identificar e interagir: “[...] a modernidade tardia pode ser pensada como um período marcado pelo colapso de velhas certezas e pela produção de

novas formas de posicionamento”. Complementando essa perspectiva, Silva (2022) observa que a modernidade tardia se destaca por colocar em questionamento condições tradicionais da ordem social a partir de outros modos de vida trazidos por novos paradigmas contemporâneos.

A ACD, ao trazer a modernidade tardia para a pesquisa crítica, delimita estas mudanças sociais como novas possibilidades e oportunidades, mas também ressalta essas mudanças como causas de transtorno e sofrimento social, como marcas profundas nos significados e sentidos de identidade e pertencimento (Chourialaki; Fairclough, 1999).

Chourialaki e Fairclough (1999) consideram que essas mudanças sociais e discursivas são estratégias específicas adotadas por grupos para interesses exclusivos, muitas vezes apresentadas como de interesse geral. Assim, as transformações impostas pelo mundo capitalista com a globalização moldam novas dinâmicas do capital. Nesse contexto, questões políticas e econômicas se complexificam, estabelecendo novas relações de poder entre diferentes agentes sociais. O discurso e a linguagem no novo capitalismo operam como estruturas de poder que moldam consensos sociais, legitimando certas práticas e marginalizando outras. Isso influencia profundamente as interações entre economia, política e mobilização social em contextos históricos e políticos específicos (Fairclough, 2006; 2015).

Por conseguinte, o interesse da ACD parte em desvelar estratégias de poder que perpassam os discursos. Desse modo, o uso da linguagem e do discurso se manifesta pela continuidade ou por maneiras de subverter à lógica dominante. Portanto, o discurso circunscreve relações de dominações econômicas, políticas e sociais, assim como ressoa sobre as capacidades de fortalecer outras mobilizações para a mudança social. Na era do conhecimento e da informação, essas dinâmicas discursivas reverberam sobre uma série de fatores que constituem maneiras particulares de compreender o mundo (Fairclough, 2015; Vieira; Resende, 2016).

Com base na modernidade tardia, a ACD auxilia a pensar sobre os avanços tecnológicos e a intensificação das interconexões de dinâmicas do poder a nível global. Portanto, diante da modernidade, novas relações entre as práticas sociais e discursivas transformam a vida cotidiana, como o trabalho, o conhecimento e as maneiras de se comunicar. Dessa maneira, Chouliaraki e Fairclough (1999) problematizam o limite da possibilidade de reflexão na modernidade tardia, argumentando que a reflexividade não se estabelece individualmente e nem de maneira neutra, mas perpassa por construções de significados sobre a realidade social.

Chouliaraki e Fairclough (1999) dialogam com Harvey (1989) para a compreensão do discurso a partir da condição de modernização produzida pelo capitalismo. Harvey (1989) chama atenção para o novo tipo de linguagem que ressalta sobre um ordenamento dos processos sociais. Por essa razão, a linguagem, segundo Harvey (1989), concentra complexas inter-relações, hábitos, normas, práticas políticas e formas culturais que permitem ao sistema capitalista persistir com seu propósito de acumulação, mesmo perante as suas contradições. Conforme Harvey (1989), em face às crises econômicas, políticas e ambientais que ressoavam ao final do século XX, um novo tipo de acumulação se revela como maneira de superar o aprofundamento da crise mundial: a acumulação flexível e a acumulação por espoliação.

A acumulação flexível é descrita por Harvey (1989, p. 140) como o: “[...] surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”. A aceleração do tempo, o ritmo da inovação de produtos, a exploração da natureza e as novas formas de organização do trabalho, cada vez mais flexibilizadas, transformaram a luta de classes e o conhecimento científico e técnico, expandindo as vantagens competitivas, a criação de novos desejos e valores, o fluxo de informações e a adaptabilidade às demandas do mercado global por meio das terceirizações.

No entanto, ao longo do tempo, uma aguda crise de acumulação do capital entre as décadas de 1970 a 1990 reascendeu os interesses de grupos políticos e econômicos da burguesia e de corporações⁶ para novas formas de expansão capitalista, conhecido como neoliberalismo, referido por Harvey (2003) como *acumulação por espoliação*. Harvey (2003) considera o neoliberalismo uma doutrina política e econômica que mantém esta acumulação por espoliação, sendo seu mecanismo central de acumulação do capital as privatizações dos bens públicos, a mercantilização de direitos sociais, a desregulamentação de mercados e a financeirização e extração intensiva de bens naturais.

⁶ Sobre o neoliberalismo, David Harvey (2003, p. 130) chama atenção para: “[...] um conjunto isolado e em larga medida ignorado de pensamento ativamente moldado na década de 1940 por pensadores como Friedrich von Hayek, Ludwig von Mises, Milton Friedman e, ao menos por algum tempo Karl Popper [...] foi Margaret Thatcher quem, buscando uma estrutura mais adequada para atacar os problemas econômicos de sua época, descobriu politicamente o movimento e voltou-se para seu corpo de pensadores em busca de inspiração e recomendações depois de eleita em 1979. Em reunião com Reagan, ela transformou toda a orientação da atividade do Estado, que abandonou a busca do bem-estar social e passou apoiar ativamente as condições ‘do lado da oferta’ da acumulação do capital”.

Assim como Harvey (1989; 2003), Fairclough (2015) chama atenção para a crítica ao discurso como componente essencial para a crítica da ordem social existente. Dessa maneira, apontam para importância de compreender como os elementos discursivos e não discursivos estão relacionados entre si em organizações, instituições e na sociedade, bem como a necessidade de reconhecer a relevância das múltiplas formas de luta, do ser e do saber, procurando fornecer razões sólidas para agir e reagir às condições impostas pelo capitalismo global, a fim de contradizer e subverter o imperativo neoliberal.

Em uma visão dialética, os discursos compõem elementos da prática social. A produção de imagens e discursos integra uma ordem simbólica de interesses institucionais, políticos e econômicos, capazes de internalizar formas de poder, valores e referências. Ancorando-se em dimensões do território e do espaço (Harvey, 1989), a ação social reflexiva diante do diálogo e do acesso às informações não pressupõe consenso, pois discursos e linguagens se expressam em campos de disputa assimétricos de força e poder (Chouliaraki; Fairclough, 1999).

Conforme Fairclough (2003; 2001), a maneira de pensar e relacionar a modernidade tardia (ou novo capitalismo) na Análise Crítica do Discurso (ACD) orienta considerações sobre a reestruturação do capital para expandir economicamente e sustentar suas formas de poder, forjando suas crises. Nesse sentido, o discurso também se mercantiliza nas relações e campos sociais, moldando realidades e conservando a ordem socioeconômica neoliberal, dirigida pelo conhecimento e pelo discurso.

Evocando perspectivas teóricas para dialogar com a ACD, busco Milton Santos (2001) que considera o projeto neoliberal, consolidado no processo de globalização, uma expansão do capitalismo e aprofundamento das crises e contradições. O discurso, assim, arquiteta as expressões significantes da vida, produzindo consensos e internalizando o mundo capitalista como o “motor único da história” (Milton Santos, 2001, p. 30). Esse “motor único da história” se expressa sobre novas técnicas, novos mecanismos de produção do conhecimento e acesso à informação, a mundialização de produtos, do dinheiro, do crédito, da dívida e do consumo.

De acordo com Milton Santos (2001), a globalização e o neoliberalismo se consagram como um discurso único, o que permite imaginar e tornar possível um mundo cada vez mais veloz, alicerçado na economia e no consumo da vida social e pessoal. A globalização se apresenta como “o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (Milton Santos, 2001, p. 21), em que o uso das diferentes técnicas

ou tecnologias, desde a linguagem, a escrita e a informatização, são essencialmente processos políticos atuantes e eficazes.

A crítica de Milton Santos (2001) concentra-se sobre o uso político e econômico que se faz sobre as técnicas, os sistemas de conhecimento e de informação, capazes de assegurar e impulsionar a emergência e a existência de um mercado altamente globalizado para a história. Considerando a perversidade sistêmica do processo capitalista que produz uma violência estrutural sobre os corpos e a natureza, o autor chama a atenção para a maneira com que o sistema capitalista se potencializa perante suas crises sistêmicas, como na pobreza e na destruição ambiental.

Desse modo, para Milton Santos (2001), cria-se a necessidade de buscar mais dinheiro, transformando o território e o conjunto de sistemas naturais em um mecanismo instrumentado na lógica da utilidade, da competitividade e dos interesses dominantes. Em consequência disso, como marca profunda do neoliberalismo na vida e nos territórios, a escala de produção mundial, as flutuações do mercado financeiro e a ordem do consumo passam a unificar uma sociedade produzida pela flexibilização do trabalho, a lógica da utilidade, do individualismo e da competitividade.

Em sua ênfase sobre a globalização, enquanto construção de um pensamento único e neoliberal, Milton Santos (2001) descreve que os grandes donos da velocidade instantânea da informação, do conhecimento e da técnica, assim como do discurso, são indivíduos de nosso tempo, socialmente construídos para assegurar a exclusividade de seus privilégios e a exclusão social de outros. Neste processo de construção social, as soluções dadas às crises contemporâneas são consideradas não estruturais e geram, portanto, o aprofundamento das mesmas, impondo assim: “[...] uma certa visão da crise e a aceitação dos remédios sugeridos” (Milton Santos, 2001, p. 36). A construção e legitimação do discurso único é descrita por Milton Santos (2001, p. 18) como “o mundo tal como nos fazem crer”, ou seja, um mundo globalizado alicerçado na produção de fábulas e a serviço da monetarização da vida, produzindo imaginários. A produção de fábulas é entendida como uma narrativa fictícia, criada com o propósito de garantir o convencimento de valores particulares.

Para Milton Santos (2001), o mundo como ele é se cria e se recria a partir de fabulações, como ideias repetidas, garantindo assim o interesse das práticas dominantes. Estas fabulações são descritas pelo autor como: 1) a ideia de aldeia global; 2) o mito do espaço e do tempo contraídos; 3) a humanidade desterritorizada; 4) a comparação da riqueza entre nações; e 5) o liberalismo como melhoria de vida da sociedade do desenvolvimento. Partindo dessa premissa, o autor critica a ideia de aldeia global a

partir da visão homogeneizadora do mundo. Ele argumenta que, embora a globalização sugira uma interconexão universal, essa visão não leva em conta as desigualdades existentes nos acessos e nas interpretações das mensagens. Além disso, destaca que grupos sociais específicos têm o poder de formular e selecionar quais informações devem circular, bem como determinar os canais através dos quais essas informações são disseminadas (Milton Santos, 2001).

Em outro ponto, Milton Santos (2001) argumenta sobre a concepção de um mundo em que o tempo e o espaço são percebidos como encurtados devido à velocidade de informações na globalização, contestando que tempo e espaço são delimitações percebidas e vividas de maneira desigual, o que produz, portanto, significações e efeitos diversos sobre diferentes grupos, regiões e pessoas:

Aldeia global tanto quanto espaço-tempo contraído permitiriam imaginar a realização do sonho de um mundo só, já que, pelas mãos do mercado global, coisas, relações, dinheiros, gostos largamente se difundem por sobre continentes, raças, línguas, religiões, como se as particularidades tecidas ao longo de séculos houvessem sido todas esgarçadas (Milton Santos, 2001, p. 21).

Outra característica abordada por Milton Santos (2001, p. 21) é a “humanidade desterritorizada”. Segundo o autor, sob a globalização, as pessoas viveriam e existiriam a partir de então imersos em uma suposta cidadania universal. Desse modo, as identidades locais integrariam a uma economia global e serviria para marginalizar outros modos de vida tradicionais. Tal noção, destacada por Milton Santos (2001), avança de acordo com uma moralidade internacional que depende da presença de uma ação governamental em conjunto com outros interesses. Em um outro aspecto, o geógrafo considera a comparação entre riquezas, assim como examina a distribuição desigual dessas riquezas, avaliado pela tendência do crescimento econômico global, desconsiderando as desigualdades impostas por esse sistema.

Por fim, Milton Santos (2001) considera a fabulação da promessa de melhoria de vida da sociedade e dos setores empresariais pelo desenvolvimento fundamentado pelo neoliberalismo, ou seja, suposta “morte do Estado” como forma de permitir a ampliação da liberdade, do consumo e do viver. Segundo ele, nesse aspecto, a comparação da riqueza entre as nações contabiliza uma prosperidade que, no entanto, é desigual e só aumenta as vulnerabilidades entre os indivíduos, em que poucos se beneficiam do Estado. Para o autor, estes mitos e fabulações preservam e aumentam as desigualdades e a violência nos territórios, sendo a linguagem primordial na construção desse sistema

que tanto legitima e amplia a visão dominante, ocultando e negando suas contradições, como também pode transgredir em um espaço de contestação, possibilitando travar outras possibilidades, outros modos de vida e de sociedade.

Para Milton Santos (2001), o que o processo da globalização e expansão do capital pelo neoliberalismo conserva é, na verdade, uma perversidade sistêmica, isto é, mazelas crônicas que estão sobre o aumento do desemprego, da fome, da pobreza, de crises e desastres socioambientais e o surgimento de doenças, agindo igualmente sobre modos de ser e se identificar, como no individualismo e no egoísmo (Milton Santos, 2001). Conservadas a unicidade da técnica e da informação para a expansão do capitalismo como fábula e como perversidade, sustentam-se também as condições para a interação de conhecimentos com objetivos sociais e políticos de continuidade ao sistema vigente. Como contrapartida, o autor apresenta outras possibilidades de pensar e agir sobre um “mundo como pode ser” ou “uma outra globalização” (Milton Santos, 2001, p. 21). Neste sentido, o autor reflete sobre a existência de outras sociodiversidades, permitindo emergir no plano empírico as resistências e no plano teórico a “possibilidade de produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa, um novo grande relato” (Milton Santos, 2001, p. 21) capaz de constar à força da universalidade também presente nas formas afirmativas de resistir e subverter a lógica do que está posto.

Portanto, pensar a globalização requer refletir sobre as operações dominantes movidas pelo processo de internacionalização do mundo capitalista, o discurso e a linguagem. Assim, presentes na era da informação, apresentam-se como parte substancial das ações humanas e podem tanto representar modos particulares de conformar o mundo, bem como maneiras de subverter a lógica engendrada pelo pensamento capitalista e neoliberal (Milton Santos, 2001; Fairclough, 2006; Fairclough, 2001; Chouliaraki; Fairclough, 1999).

O diálogo entre a ACD, Harvey (1989; 2003) e Milton Santos (2001) nos auxilia a refletir sobre esse novo capitalismo que se configura como uma lógica de reestruturação da ordem socioeconômica, manifestando, na linguagem e nos discursos, a construção de formas de agir, pensar e ser. Logo, os imaginários sociais são moldados por interesses políticos e econômicos, operados pela noção política neoliberal.

Para Fairclough (2010, p. 231) o projeto político neoliberal, como uma nova ordem econômica, é “orientado/dirigido pelo discurso”, forjando realidades em que:

[...] o neoliberalismo passou a dominar a cena política e tem resultado na desorientação e no desgaste das forças econômicas, políticas e sociais comprometidas com alternativas radicais. Tem contribuído, assim, para o fechamento do debate público e para o enfraquecimento da democracia (Fairclough, 2010, p. 230).

Dessa maneira, podemos afirmar que as concepções teóricas e práticas em ACD se preocupam com as assimetrias de poder materializadas nos textos. Com base na perspectiva crítica da ACD, o conceito de poder relaciona-se, por isso, com os sentidos de consentimentos e dominação que perpassam as estruturas e a construção dos discursos. Para Fairclough (2015), o discurso é considerado uma forma de poder, um modo de formação de crenças/valores/desejos, uma instituição, isso significa que engloba a produção de significados e de diferentes recursos nesse processo. Assim sendo, por uma visão dialética, o discurso se relaciona entre as relações e práticas sociais.

Nesse sentido, as assimetrias de poder emanam do conjunto das relações sociais que permeiam a sociedade capitalista. Por essa perspectiva, relações de consenso e dominação refletem sobre os discursos e as linguagens presentes na prática social, podendo manter as relações dominantes, como também abrir possibilidades de mudanças pelas lutas travadas contra o poder estabelecido (Vieira; Macedo, 2018).

De acordo com Fairclough (2001, p. 58), “a análise de discurso preocupa-se não apenas com as relações de poder no discurso [...], mas também com a maneira como as relações de poder e a luta de poder moldam e transformam as práticas discursivas de uma sociedade ou instituição”. O autor argumenta que o poder por trás do discurso se refere à capacidade de moldar e constituir sentidos, determinando sobre quais discursos estarão disponíveis para diferentes grupos. Nessa lógica, o poder se revela menos visível, em busca do convencimento e do consenso, logo, ocultando a desigualdade de poder entre fontes dominantes, como governos, empresas e outros grupos na produção e disseminação de certos discursos e linguagens.

Exemplos citados por Fairclough (2010) e Chouliaraki e Fairclough (1999) sobre os discursos dirigidos pelo neoliberalismo estão no poder performático de forjar realidades orientadas por esta nova ordem política e econômica que se sustenta sobre vocabulários, linguagens e discursos, usando de palavras (por exemplo, *flexibilidade*, *governança*, *empregabilidade*, *recursos*, *gestão*, entre outras) como chave de leitura de um mundo guiado pelo gerenciamento empresarial e pela publicidade. De acordo com Fairclough (2010) e Vieira e Resende (2016), são discursos direcionados pelo novo capitalismo que reestruturam a colonização de diferentes campos sociais, como o

político, educacional e artístico, para recriar o desejo das sociedades como indivíduos consumidores/clientes, operando pela manutenção do poder do campo econômico vigente.

Relacionando este olhar com as crises socioambientais e a problemática da mineração no Brasil, podemos refletir em seu amplo enraizamento ao longo da história, de dinâmicas de relações de poder fundadas em noções dominantes de progresso e desenvolvimento e sobre a mercantilização de vidas e da natureza. A forma política e econômica do extrativismo mineral perpetua a acumulação originária advinda da colonização, aprimorando suas formas de violência na complexidade do mundo contemporâneo (Acosta, 2016; Trocate; Alves, 2020).

Segundo Trocate e Coelho (2020), a mineração junto à história do capitalismo com a globalização e a ofensiva neoliberal nos países dependentes convoca a uma financeirização da economia e concentração de riquezas sobre os bens naturais, em um processo de aprofundamento das desigualdades e da destruição. Os autores evidenciam que “apesar da obviedade de que a mineração é uma das principais bases produtivas de qualquer sociedade, não são tão evidentes as formas de organização da sociedade e os efeitos das diferentes escalas de consumo” (Trocate; Coelho, 2020, p. 30). Para eles, a ofensiva da mineração abarca um fenômeno multidimensional, entre o econômico, político, social e simbólico. Este fenômeno se explica segundo o conceito de *minério-dependência* (Coelho; 2017; Trocate; Coelho, 2020).

Pelo conceito de minério-dependência, há interesses e ações que condicionam certas regiões às estruturas econômicas, políticas, sociais e simbólicas com os interesses das grandes empresas de mineração. São, portanto, estratégias corporativas que permeiam os territórios e os centros decisórios políticos e sociais. Algumas dessas estratégias são exemplificadas, como patrocínio de festas, reformas de praças e escolas, ofertas de cursos, financiamento de campanha política e ocupação em conselhos e órgãos públicos. Dessa maneira, atribui para as populações uma única viabilidade econômica de emprego e arrecadação, fragilizando os questionamentos (Trocate; Coelho, 2020).

Trocate e Coelho (2020) afirmam ser este um consentimento conflituoso, isto é, um consentimento estrutural que age sobre formas de legitimar e admitir a instalação destes grandes empreendimentos de larga escala nos territórios, uma troca assimétrica, como uma balança, entre aspectos positivos (geração de empregos, desenvolvimento) e aspectos negativos (destruição ambiental, sobrecarga da saúde, aumento da violência e problemas sociais).

A partir da instalação destes empreendimentos, tem-se o rompimento dessas promessas quando: 1) os postos de trabalho são, em sua maioria, automatizados e precarizados; 2) os trabalhos com melhores salários são ocupados por cargos que exigem maiores capacitações; 3) começam a surgir também problemas socioambientais, como contaminações, violência, privação de espaços de lazer e a eminência de barragens romperem (Trocate; Coelho, 2020).

Nesse sentido, a forma particular do capitalismo perante a problemática da mineração, assim como pela ofensiva neoliberal, produz discursos e linguagens. Isso quer dizer que, ao longo da história, o capitalismo vem produzindo e reproduzindo sentidos no imaginário social a fim de moldar uma maior aceitação para a exploração de recursos, bem como criar um senso único e imperativo de necessidade, desenvolvimento e progresso.

Em síntese, modos de representar discursivamente podem revelar maneiras particulares de ver e entender o mundo, relações sociais e lutas pelo poder. A ACD auxilia a pensar o jogo de poder existente na questão ambiental (Rodrigues, 2014; Cosenza; Araújo; Ferraz, 2020). Questões como os discursos pelo desenvolvimento e a sustentabilidade, em condição de harmonia econômica, social e ambiental, podem fazer emergir sentidos dominantes para manter relações de consenso e aceitação. Desse modo, ao pensar que a educação e a educação ambiental podem ser mobilizadas para educar de acordo com a manutenção das práticas vigentes, inculcando tipos de saberes para a reprodução de determinados sujeitos sociais, são tensionadas, assim, distintas apropriações da questão ambiental na sociedade capitalista, sendo, portanto, um campo de disputa que pode tanto contribuir para a dominação de uns sobre os outros quanto buscar construir passos para a emancipação social.

Tendo em vista que os riscos socioambientais, como os recorrentes rompimentos de barragens de minério de ferro em Minas Gerais, são inerentes ao setor extrativo mineral (PoEMAS, 2015; Zhouri, 2020), desperta-se o interesse de investigação sobre as relações de poder que emergem dos discursos quando as empresas de mineração buscam sustentar e disseminar o desenvolvimento e a sustentabilidade a partir da educação ambiental.

Desastres socioambientais, a exemplo dos casos de rompimentos de barragens pela mineração, não são fruto do mero acaso. Ao contrário, revelam as contradições das relações sociais que condicionam diferentes acessos à natureza, bens ambientais, validação de conhecimentos, dentre outras situações de vulnerabilidades (PoEMAS, 2015; Zhouri, 2020; Trocate; Coelho, 2020). São relações construídas ao longo do

tempo que perpetuam o processo de colonização na formação da modernidade pelo capitalismo. As barragens que se rompem expõem as relações de poder presentes na vida social e, desse modo, erguem-se outras barragens construídas pela linguagem e pelo discurso para manter e instrumentalizar o poder dominante (Zhourri; Oliveira, 2018).

Na perspectiva de compreender um problema social imerso na linguagem e nos discursos, a abordagem teórico-metodológica da ACD abre possibilidades de relacionar aspectos da estrutura dominante sobre as práticas sociais presentes nos discursos, como também identificar as forças que se opõem a ela (Fairclough, 2010). Os discursos são então elementos presentes nas práticas sociais que desempenham funções, figuram representações e constituem identidades (Fairclough, 2010; 2016).

Movida pelo interesse de investigar as relações de poder e os discursos acerca da educação ambiental organizada por empresas de mineração, como projetos de compensação e reparação socioambiental decorrentes de desastres, destacarei na próxima seção os conceitos de hegemonia e ideologia. Os dois conceitos são fundamentais para a concepção do problema social desta pesquisa e formam a base teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso (ACD). As concepções de hegemonia e ideologia são necessárias para entender a linguagem como prática social, ou seja, como momentos irredutíveis da vida social em relação dialética com a sociedade, em que as questões sociais são de igual forma questões discursivas e vice-versa (Vieira; Resende, 2016).

Ao conceber o capitalismo e o neoliberalismo como problema central, a imposição econômica e política da mineração sobre os territórios emerge como uma forma de poder que tem um caráter parcialmente discursivo. Isso se evidencia especialmente após grandes desastres socioambientais, por exemplo, o rompimento da barragem de Fundão na região de Mariana em 2015, que resultou na criação de uma nova organização, a saber a Fundação Renova. Com ela, surgiram novos cenários de violações de direitos e disputas de poder.

2.2 OS CONCEITOS DE HEGEMONIA E IDEOLOGIA E A FORMAÇÃO EDUCATIVA DAS EMPRESAS DE MINERAÇÃO

Esta seção tem por objetivo fundamentar o olhar teórico a partir de dois conceitos principais mobilizados pela Análise Crítica do Discurso: hegemonia e ideologia. Por meio dessas concepções, procuro articular a análise teórica com a prática,

contextualizando a problemática discursiva das empresas de mineração, o desastre socioambiental do rompimento da barragem de Fundão e a criação da Fundação Renova e suas implicações na educação ambiental.

Pela perspectiva teórico-metodológica da ACD, a relação dialética sobre os discursos está fundamentada em seus princípios críticos, isto é, em como as questões sociais são também discursivas e vice-versa. Desse modo, o discurso é parte das práticas sociais ancorado em estruturas sociais fixas e ações individuais flexíveis:

Nas práticas sociais, a linguagem se manifesta como discurso: como uma parte irreduzível das maneiras como agimos e interagimos, representamos e identificamos a nós mesmos, aos outros e a aspectos do mundo por meio da linguagem (Vieira; Resende, 2016, p. 17).

Ao apresentar a relação dialética entre linguagem-sociedade, podemos compreender que os discursos são constituídos socialmente com consequências e efeitos políticos, sociais e morais. Dessa forma, a ACD:

Preocupa-se com efeitos ideológicos que (sentidos de) textos possam ter sobre relações sociais, ações e interações, conhecimentos, crenças, atitudes, valores e identidades. Isto é, sentidos a serviço de projetos particulares de dominação e exploração, que sustentam a distribuição desigual de poder (Vieira; Resende, 2016, p. 25).

Vieira e Resende (2016) esclarecem, assim, que, para a ACD, o poder não é uma força prevalecente sobre os indivíduos, mas instável. Desse modo, as relações de poder também podem estar passíveis de mudanças, entendendo este presente sobre o conceito de exercício de poder como hegemonia, de Antonio Gramsci, caracterizando o conceito de luta hegemônica.

Gramsci (2007) auxilia a pensar e entender os processos de dominação nas sociedades contemporâneas que se tornaram ainda mais complexas. Nesse sentido, sua formulação teórica contribui para refletir sobre o conjunto das relações sociais e educativas. Para o autor, hegemonia é compreendida como processo de dominação com base no convencimento, sem elidir coerção. A hegemonia emerge das disputas político-ideológicas e deve ser compreendida, portanto, como forma de direção moral e intelectual com implicações políticas e econômicas na estrutura social, capazes de capturar a subjetividade dos sujeitos a partir do consenso:

As ideias e as opiniões não ‘nascem’ espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, houve um grupo de homens ou até mesmo uma

individualidade que as elaborou e apresentou na forma política de atualidade (Gramsci, 2007, p. 82).

Desta forma, o exercício da hegemonia assegura que uma visão particular de mundo, gestada a partir dos interesses de um grupo dominante, torne-se o interesse geral para os demais grupos e sujeitos sociais. Então, a assimilação de discursos na prática social condiciona um exercício de poder pelo convencimento, interiorizando comportamentos em formas de pensar, sentir e estar no mundo. Cabe ressaltar que até a violência contra grupos que questionam as decisões dominantes é socialmente justificada através da obtenção do consenso.

A dimensão educativa no conjunto das relações sociais pode ser observada a partir da hegemonia, enquanto um projeto de orientação política e econômica ao instaurar, sustentar e universalizar interesses particulares. Pensando nesta compreensão de Gramsci (2007), podemos refletir a respeito da hegemonia dos interesses das empresas de mineração que buscam construir seus discursos como estratégia de convencimento, agindo de maneira educativa sobre recursos a fim de valorizar sua imagem nos territórios atingidos. Desse modo, procuram legitimar uma ideia de preocupação com a população e os problemas socioambientais.

Partindo desse exemplo, Coelho (2014) elucida que as empresas de mineração passam a adotar estratégias de relacionamento comunicacional e de gestão socioambiental por meio de agências privadas de consultoria, assegurando, assim, a conformidade da população diante de passivos socioambientais:

Essas agências de relacionamento comunitário são essenciais para a propagação do discurso do desenvolvimento e da boa convivência entre empresa e população local. Este é um dos principais agentes na legitimação da atividade mineradora. Com o discurso do ‘desenvolvimento sustentável’ e do ‘desenvolvimento humano’, essas agências são fundamentais para que a população aceite a mineração, mesmo com um gigantesco passivo socioambiental e econômico (Coelho, 2014, p. 64).

No contexto da educação em relação às empresas de mineração, Antunes-Rocha, Hunzicker e Fantinel (2020) elucidam como, nos territórios atingidos pelos rompimentos de barragens, são condicionadas práticas pedagógicas capazes de silenciar os problemas socioambientais intrínsecos à atividade econômica. Segundo as autoras, ao realizarem atividades com docentes e profissionais da educação, após o rompimento

da barragem em Brumadinho (MG), no ano de 2019⁷, foi possível identificar muitas ações que reforçam o aspecto individual da questão ambiental e a solidariedade, esquivando de propostas concretas e de longo prazo, para que os profissionais de educação pudessem lidar com os desafios que o rompimento da barragem expôs às escolas (Antunes-Rocha; Hunzicker; Fantinel, 2020).

Antunes-Rocha, Hunzicker e Fantinel (2020) perceberam que, em regiões afetadas por grandes complexos minerários, os projetos pedagógicos sobre a mineração são apartados dos aspectos ambientais, frisando apenas seus aspectos históricos e de benefícios para as regiões. A questão ambiental é tratada com o foco em materiais descartáveis e nos cuidados com a água e a natureza:

A relação entre as empresas de mineração e as escolas foi pontuada por quase todos os professores com os quais conversamos. Referida como parceria, a relação quase sempre envolve oferta de cursos, doação de materiais, apoio aos eventos, dentre um conjunto de pequenas ações cotidianas que possibilita a presença de uma trama de fios cujas pontas não se consegue localizar. Segundo uma docente, a relação é tão estreita que, em algumas situações, a escola utiliza material produzido pelas empresas para trabalhar a temática do meio ambiente. Há fortes indícios de que a empresa, nesses contextos, constitui-se como uma parceira das escolas (Antunes-Rocha; Hunzicker; Fantinel, 2020, p. 20).

Segundo Hunzicker e Antunes-Rocha (2022), essa seria uma prática pedagógica intencionalizada para apartar a população da problemática em que se encontram e dos riscos que estão submetidos.

Sobre essa prática pedagógica intencional, podemos refletir sobre a educação para o consenso como sustentação hegemônica. A fim de elucidar esse ponto, destaco o caso do rompimento da barragem de rejeitos de minério na região de Mariana (MG), em novembro de 2015, quando este foi noticiado pela mídia tradicional, primeiramente, trazendo como possíveis causas abalos sísmicos na região (Fontes; Lopes, 2017), destacando que o desastre poderia ter sido causado de forma natural, logo, descolando o problema da imagem das empresas de mineração envolvidas.

⁷ Quatro anos após o rompimento da barragem de Fundão, no dia 25 de janeiro de 2019, ocorreu o rompimento da barragem B1, localizada na mina Córrego do Feijão em Brumadinho - MG e pertencente à empresa Vale S.A., causando a morte de 272 pessoas. A maioria das vítimas era composta por empregados da Vale ou de empresas que prestavam serviços à mineradora. O rompimento da barragem B1 impactou 26 municípios da bacia do rio Paraopeba, afetando diversas comunidades e provocando danos sociais, humanitários, ambientais e econômicos imensuráveis. Até o momento da escrita deste trabalho, as pessoas atingidas continuam a reivindicar por uma reparação justa. (Milanez; Felipe, 2021; Konchinski, 2024).

Conflitos também são relatados entre as populações. O rompimento da barragem de Fundão deixou exposta a dependência econômica do setor da mineração, pois, após a paralisação das atividades minerais, manifestações públicas a favor das empresas são fortalecidas, como nos slogans: “Fica, Samarco”, “Justiça Sim, desemprego não” (Lobato; 2018; Chiavegatto; Nalon, 2019).

Mendonça (2016) e Mota *et al.* (2016) relatam ainda o preconceito, hostilização e discriminação com as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem, como se fossem elas as culpadas pela paralisação e agravamento da situação econômica da região, sendo até mesmo acusadas de obterem vantagens econômicas com o ocorrido. As dificuldades também permearam as escolas com a inserção dos/as estudantes pertencentes às regiões atingidas nas novas escolas da cidade de Mariana, estigmatizados como “meninos da lama” (Mendonça, 2016).

A manifestação das questões socioambientais via linguagem, expressa, desta maneira, as relações de poder que podem conservar a hegemonia dos discursos empresariais da mineração na educação, bem como buscar subvertê-la, enunciando oposição às forças hegemônicas. As lutas hegemônicas, que implicam na tensão entre dominação e resistência, são, portanto, travadas sob o discurso enquanto um projeto de orientação política ao tentar instaurar e sustentar modos de ser, pensar e agir.

Para Fairclough (2010), a hegemonia se apresenta como um aspecto da dominância, enquanto outras forças se opõem a ela:

[...] uma estruturação social específica da diferença semiótica pode ser tornar hegemônica, participando da legitimação do senso comum que sustenta relações de dominação, sendo sempre mais ou menos contestada no contexto das disputas por hegemonia. Uma ordem de discurso não é um sistema fechado ou rígido, mas aberto, posto à prova nas interações concretas (Fairclough, 2010, p. 227).

As ordens de discurso em ACD são as ordens do discurso hegemônico “como a ordem do discurso da política neoliberal [...]” (Vieira; Resende, 2016, p. 27). São esses sentidos particulares de dominação que estabelecem, reforçam e sustentam a ideologia veiculada pelo discurso. Por sua vez, o conceito de ideologia na perspectiva crítica da ACD pode ser entendido pela ótica de Thompson (2011) enquanto “[...] um instrumento semiótico de lutas de poder, ou seja, uma das formas de assegurar temporariamente a hegemonia pela disseminação de uma representação particular de mundo como se fosse a única possível e legítima” (Vieira; Resende, 2016, p. 27).

Thompson (2011) apresenta uma análise crítica sobre o conceito de ideologia, argumentando que a ideologia deve ser entendida como um sistema de representações que serve para manter relações de dominação ao esconder e distorcer a realidade social. Logo, o conceito de ideologia expressa as relações de poder e dominação. De acordo com o autor, nas sociedades modernas, os meios de comunicação de massa desempenham uma função primordial na mediação da ideologia, reproduzindo relações sociais existentes para a legitimação da dominação. Desse modo, a concepção de ideologia a partir de Thompson (2011) é entendida como as circunstâncias particulares que estabelecem e sustentam relações de dominação. Ou seja, o conceito de ideologia é entendido por meio de estratégias simbólicas a serviço da manutenção das estruturas de poder e das desigualdades sociais. Assim, o autor oferece elementos que permitem identificar e analisar estas construções simbólicas na prática social.

Fairclough (2016; 2001) entende a ideologia enquanto modalidade de poder capaz de sustentar significações, construções e representações da realidade pelo consenso, constituídas entre dimensões e sentidos das práticas discursivas e sociais que podem contribuir para a produção, reprodução e transformação das relações de dominação. Isso significa que:

As ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural e assim por diante, e, à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia (Fairclough, 2001, p. 121).

Por meio da ACD e utilizando da concepção de ideologia de Thompson (2011), podemos situar esta investigação sobre o uso da linguagem em contextos que envolvem assimetrias de poder e sustentação de desigualdades legitimadas pelo discurso, universalizando interesses particulares. Desvelar e desnaturalizar este funcionamento ideológico em busca da emancipação social torna-se um dos propósitos das análises em ACD, ao permitir “mapear conexões entre escolhas de atores sociais ou grupos, em textos e eventos discursivos específicos, e questões mais amplas, de cunho social, envolvendo poder” (Vieira; Resende, 2016, p. 23).

Ao trazer a problemática da mineração para essa reflexão, podemos considerar duas forças ideológicas que consolidam a legitimação da mineração nos territórios. Coelho (2014) elucida o discurso do desenvolvimento pela mineração (DDM). Segundo o autor, as forças simbólicas e discursivas da ideia de progresso e desenvolvimento são

forças de poder ideológicas que manipulam a realidade social em áreas afetadas pela mineração.

Coelho (2014) elenca dez argumentos mobilizados pelo discurso do desenvolvimento pela mineração (DDM) que conservam a dominação nos territórios: 1) a legitimação do desenvolvimento minerador como benefício para toda sociedade a partir da divulgação de grandes lucros que, na verdade, são destinados a acumulação do capital na mão de poucos; 2) a promessa da criação de empregos; 3) o enfoque no aumento da arrecadação, sendo relativamente pequeno diante dos impactos negativos que a atividade econômica gera; 4) a desconsideração dos impactos socioambientais, frente a relevância de uma mensuração positiva às questões econômicas, entre impactos positivos e negativos. Destaco este ponto, quando, para Coelho (2014, p. 65):

[...] se discute possíveis danos causados pela mineração, o DDM dá foco aos prejuízos centrados numa dimensão ambiental, ao mesmo tempo em que os pontos positivos estariam ligados a questões econômicas. Assim, cria-se uma dicotomia entre natureza e homem, numa espécie de balança que, aos olhos da população, tende a pesar a favor do lado hipoteticamente benéfico ao ser humano e prejudicial ao meio ambiente, que seria melhor do que o lado oposto: prejudicial ao homem e benéfico ao meio ambiente.

Dando sequência aos argumentos utilizados por Coelho (2014) sobre o discurso do desenvolvimento pela mineração (DDM), elencam-se: 5) uma naturalização da suposta vocação econômica das regiões à mineração, como destino-manifesto de sua economia, silenciando outras possíveis potencialidades; 6) sociedades modernas como indissociáveis à utilização de minérios, silenciando a busca de outras diversidades produtivas e alternativas econômicas; 7) a crença no setor, a um viés técnico, como mitigador e capaz de eliminar seus impactos negativos; 8) a desconsideração de outras potencialidades e necessidades reais das populações, trazendo para a mineração a única e verdadeira causa dos benefícios na região; 9) a utilização da imagem de responsabilidade social, com o uso de projetos sociais e pequenas concessões para legitimar uma ideia de preocupação com os problemas ambientais e sociais, o que aumenta a percepção dos impactos positivos; 10) a construção da crença em uma sustentabilidade no projeto minerador, desconsiderando seus impactos negativos. Sobre este último ponto, Coelho (2014, p. 66) esclarece: “A sustentabilidade é uma ideologia contemporânea que busca manter a acumulação em atividades econômicas extremamente danosas, sem grandes interferências no processo de produção”.

Ao construir seus discursos, os interesses das empresas de mineração estão na construção de uma imagem positiva sobre uma suposta forma de agir e atuar nos territórios, ocultando e dissimulando relações de dominação (Thompson, 2011), assim como conflitos e injustiças socioambientais. Thompson (2011) propõe possibilidades de análise das estratégias operacionais da ideologia na construção simbólica das realidades. Ao compreender a construção ideológica pela ACD, a partir da perspectiva crítica de Thompson (2011), são elencados modos gerais de operação da ideologia e suas estratégias típicas de construção simbólica, representadas pelo quadro abaixo.

Thompson (2011) descreve cinco modos gerais dos quais a ideologia pode operar: a legitimação, a dissimulação, a unificação, fragmentação e reificação. Para ele, essas operações se desdobram em outras estratégias de construção simbólicas. Apesar disso, esses modos gerais de operação da ideologia não são únicos e podem sobrepor e reforçar outras maneiras em manter sentidos de dominação. Ao constituir esta sistematização, o autor tem por intuito exemplificar estas estratégias ideológicas e simbólicas existentes no mundo social, assim como as circunstâncias que podem manter ou subverter esses sentidos. O quadro a seguir procura sintetizar os modos gerais de operação da ideologia e suas estratégias típicas de construção simbólica.

Quadro 1 - Modos gerais de operação da ideologia por Thompson (2011)

<i>MODUS OPERANDI DA IDEOLOGIA</i>	ALGUMAS ESTRATÉGIAS TÍPICAS DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA
<p>LEGITIMAÇÃO: Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas como legítimas, isto é, justas e dignas de apoio.</p>	<p>RACIONALIZAÇÃO: o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender e justificar um conjunto de relações ou instituições sociais, persuadindo uma audiência de que isso é digno de apoio.</p>
	<p>UNIVERSALIZAÇÃO: acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como interesses de todos.</p>
	<p>NARRATIVIZAÇÃO: estruturas narrativas, como as histórias, contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável, servindo para justificar, criar e sustentar relações de dominação.</p>
<p>DISSIMULAÇÃO: Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas.</p>	<p>DESLOCAMENTO: deslocamento de termos e expressões contextuais para conotações positivas ou negativas de uma determinada circunstância.</p>
	<p>EUFEMIZAÇÃO: ações, instituições ou</p>

	<p>relações sociais são descritas ou reescritas de modo a despertar uma valorização positiva.</p> <p>TROPO: uso figurativo da linguagem como a sinédoque (junção semântica da parte que representa o todo ou vice-versa), a metonímia (uso de um termo que toma lugar de um atributo) e a metáfora (sentidos figurados de recurso expressivo e comparações).</p>
<p>UNIFICAÇÃO: Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas através da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independente das diferenças e divisões que possam separá-los.</p>	<p>PADRONIZAÇÃO: formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica.</p> <p>SIMBOLIZAÇÃO DA UNIDADE: construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, difundidas através de um grupo ou de uma pluralidade de grupos.</p>
<p>FRAGMENTAÇÃO: Relações de dominação podem segmentar indivíduos ou grupos que desafiam os grupos dominantes, dirigindo forças de oposição potencial projetado como mau, perigoso ou ameaçador.</p>	<p>DIFERENCIAÇÃO: distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem.</p> <p>EXPURGO DO OUTRO: construção simbólica de um inimigo, retratado como mau, perigoso, ameaçador.</p>
<p>REIFICAÇÃO: Relações de dominação poder ser estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal.</p>	<p>NATURALIZAÇÃO: um estado de coisas que é uma criação social e histórica, tratado como um acontecimento natural ou como resultado inevitável de características naturais.</p> <p>ETERNALIZAÇÃO: fenômenos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes.</p> <p>NOMINALIZAÇÃO/PASSIVAÇÃO: recursos gramaticais e sintáticos que concentram a atenção em certos temas com prejuízo/ocultação de outros. Apagam os atores e a ação e tendem a representar processos como coisas ou acontecimentos que ocorrem na ausência de um sujeito produtor.</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Thompson (2011, p. 81-89).

Os modos gerais de operação da ideologia de Thompson (2011) nos auxiliam a compreender os significados discursivos do processo de dominação a partir da hegemonia e seus efeitos ideológicos nos textos e em relação com a sociedade. Modos

de agir, interagir, conhecer, fomentar crenças, atitudes, valores e identidades. Segundo Cosenza, Araújo e Ferraz (2020, p. 95):

[...] a importância da ACD pode se dar tanto em compreender a naturalização, ocultação ou manipulação de certos discursos e, assim, compreender a disputa ideológica pela hegemonia, quanto em explicitar possibilidades de transformação social, a partir da deslegitimação de certos discursos e fortalecimento de outros discursos contra hegemônicos.

Para Cosenza, Araújo e Ferraz (2020), a questão ambiental no Brasil pode ser tomada pela compreensão dos modos de operação da ideologia indicados por Thompson (2011) a partir de discursos que reforçam a imagem de ambientalistas/movimentos sociais como um entrave ao desenvolvimento. Como exemplo, frequentemente podemos encontrar recursos que se utilizam da fragmentação, representando diferentes atores sociais, entre aqueles que criam empregos, prestígio e progresso contra aqueles que impedem o crescimento econômico. A legitimação, portanto, atua como um discurso dominante para universalizar os interesses particulares como gerais (Cosenza; Araújo; Ferraz, 2020).

A partir dos conceitos de hegemonia e ideologia, conforme a concepção teórico-metodológica da ACD, emergem sentidos para a compreensão das relações assimétricas de poder. Nesse contexto, é possível identificar, no campo da educação ambiental, discursos e práticas que se alinham ao domínio hegemônico, revelando efeitos ideológicos que asseguram o consenso e promovem projetos específicos de dominação. Esses projetos buscam universalizar interesses particulares e manter a distribuição desigual de poder.

Considerando o campo da educação ambiental para identificar os sentidos ideológicos e simbólicos apresentados por Thompson (2011), assim como os sentidos hegemônicos na educação ambiental, as pesquisas de Loureiro e Lima (2012) e Henning (2019) investigam os discursos empresariais na educação. Tais discursos revelam uma operação neoliberal na esfera ideológica da educação, baseada na concepção de sustentabilidade de mercado. Essas são, portanto, práticas pedagógicas alinhadas ao campo hegemônico, pela perspectiva de um ambientalismo de mercado, ajustadas aos interesses do capital para pequenas ações técnicas, gerenciais, comportamentais e individualizadas (Layrargues, 2020).

Loureiro (2012; 2019) e Layrargues (2020) problematizam a noção de educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) como aquela que produz o esvaziamento

político e social da questão ambiental a partir do seu sentido empresarial. Dessa maneira, produz consenso, individualiza as problemáticas socioambientais e monetiza os impactos decorrentes desse modo de vida insustentável. De forma similar, Meira e Sato (2005, p. 14) defendem a necessidade de denunciar a “inconsistência teórica da educação para o desenvolvimento sustentável (EDS)”. Segundo os autores, a EDS não apresenta respostas educativas à crise socioambiental, fortalecida pelos “círculos de poder” (Meira; Sato, 2005; p. 5). Nesse sentido, defendem que esses novos arranjos políticos, ideológicos e hegemônicos que circundam a formação de sujeitos colocam o campo da EA em reflexão sobre sua práxis, apontando, assim, para o fortalecimento da EA como um campo em constante luta por outras maneiras de educar e conceber a natureza.

Ao tensionar a problemática da mineração e os discursos do desenvolvimento pela mineração, bem como suas implicações para a educação ambiental, considero relevante trazer exemplos que facilitam a compreensão das esferas hegemônicas e ideológicas abordadas nesta pesquisa.

A pesquisa de Dornellas (2011) sobre a empresa Vale e o Programa “Escola que Vale” identifica o discurso do desenvolvimento sustentável como um ordenador da ideologia da responsabilidade social. Em outras palavras, a ordem do discurso hegemônico, com sua orientação neoliberal, perpetua a atividade mineradora como compatível com a economia de mercado e uma suposta justiça social. Segundo a autora, isso significa “redimensionar as velhas práticas empresariais sem alterar o conteúdo social da dinâmica capitalista” (Dornellas, 2011, p. 47).

No exemplo a seguir, podemos relacionar o conceito de ideologia e hegemonia a partir da ACD por meio dos discursos ambientais utilizados pelas empresas de mineração. As relações de dominação são representadas como legítimas através de uma peça publicitária construída por empresas de mineração e veiculada como notícia jornalística em um canal de comunicação hegemônico. O texto traz a narrativização de uma mineração que aprendeu com os erros do passado e agora procura caminhos sustentáveis, utilizando da premissa de uma economia sustentável e apresentando “lições e contribuições do setor mineral em MG”:

Os desastres de Mariana e Brumadinho levaram parte da sociedade a acreditar que a atividade mineral é uma vilã. No entanto, vozes que defendem a ‘não-demonização’ da mineração tentam mostrar que o setor aprendeu com os erros, vem sendo cada vez mais cobrado para atuar de maneira ambientalmente responsável e tem evoluído quanto às práticas [...] Diferente das outras atividades econômicas, a mineração tem como característica a rigidez vocacional: não se pode

escolher onde minerar, é preciso estar onde o mineral está. (Minas do Amanhã, 2022, grifo próprio)

Compreendo ser essa uma estratégia de construção simbólica por meio dos discursos. Os modos gerais de operação da ideologia de Thompson (2011) podem ser observados no exemplo acima a partir da legitimação, quando as empresas procuram propagar a ideia de uma mineração sustentável ou a partir do discurso da sustentabilidade, em vista de maior aceitação da população, mesmo com a presença de grandes impactos e desastres socioambientais.

É possível identificar também o uso da fragmentação e dissimulação pelos modos gerais de operação da ideologia de Thompson (2011). Quando se afirma que “as vozes que defendem a não-demonização da mineração”, subentende-se que há outras vozes que defendem a “demonização” da mineração, utilizando da negação e de metáforas para representar de forma negativa outros grupos contrários a mineração, que são, desse modo, ocultadas e negadas. Nesse exemplo, é construída simbolicamente a segmentação de indivíduos que ameaçam os grupos dominantes, impedindo a mineração, isto é, construindo a imagem de um inimigo, enquanto movimentos contrários ao progresso e ao desenvolvimento.

Outros sentidos invocam uma suposta vocação natural econômica pela mineração, devido à presença de extensas reservas minerais nos territórios, como no discurso grifado acima: “Diferente das outras atividades econômicas, a mineração tem como característica a rigidez vocacional: não se pode escolher onde minerar, é preciso estar onde o mineral está” (Minas do Amanhã, 2022, grifo próprio). Assim, esses discursos espelham-se no ordenamento ideológico da mineração, a fim de legitimar a exploração da atividade econômica independente de outras relações que compõem o território, reificando fenômenos históricos e sociais como naturais e permanentes.

Pelo conceito de minério-dependência (Trocate; Coelho, 2020) e segundo Coelho (2014), é este destino-manifesto, reforçado pelo discurso do desenvolvimento pela mineração (DDM), que determina a atividade econômica como único caminho possível, o que estrutura seu funcionamento para sua maior aceitação. De acordo com os modos gerais de operação da ideologia de Thompson (2011), podemos considerar essa uma legitimação por meio da universalização de interesses específicos apresentados como de interesses gerais.

A partir dos desastres socioambientais inerentes à mineração, podemos caminhar para compreender as operações ideológicas e hegemônicas nas representações discursivas desse setor e seus efeitos na educação ambiental. A Fundação Renova, por

exemplo, surge como uma estratégia de construção simbólica após um grande desastre socioambiental, refletindo as dinâmicas ideológicas e hegemônicas presentes no setor extrativo mineral. Estabelecida como um acordo legítimo e consensual entre órgãos públicos e privados, a Fundação Renova é apresentada como uma inovação para a área de governança ligada às questões ambientais e de tragédias no Brasil após o rompimento da barragem de Fundão, com a justificativa de dar maior celeridade aos problemas ambientais gerados (Medeiros, 2016; Camargos, 2018; Milanez; Giffoni Pinto, 2016).

Por meio das empresas que atuam como aparelhos de hegemonia⁸, é possível encontrar apontamentos sobre como, a partir da legitimação, a criação da Fundação Renova é apontada como solução para os territórios atingidos e o meio ambiente, ao dizer que ficariam melhores do que eram antes. Conforme a apresentação do presidente da Vale à época para a imprensa, durante um evento do banco *Credit Suisse* descritas por Camargos (2018):

O meio ambiente e as pessoas vão ficar melhores do que estavam antes" [...] "Na visão dele [Fábio Schvartsman - presidente da Vale na época], Vale, BHP e Samarco poderiam 'protelar indefinidamente a solução', mas decidiram colocar recursos para reparação e na criação de uma fundação independente (Renova). 'Para remediar a coisa terrível que aconteceu fortuitamente', afirmou Schvartsman (Camargos, 2018, grifo próprio).

Segundo os modos gerais de operação da ideologia de Thompson (2011), verifico que a busca pela legitimação da Fundação Renova e os discursos que se constroem a partir de sua criação revelam uma dissimulação ao ocultar as injustiças socioambientais e as violações de direitos perpetuados nos territórios atingidos, afirmando que o “meio ambiente e as pessoas vão ficar melhores do que estavam antes”, dessa forma, valoriza positivamente as empresas e as instituições, suas ações e relações, ressaltando um sentido de que as empresas tinham uma escolha de “protelar indefinidamente a solução”, mas elas decidiram, por boa ação, “remediar a coisa terrível que aconteceu fortuitamente”. Portanto, “a coisa terrível que aconteceu fortuitamente” revela a força semântica de uma reificação do desastre socioambiental, deslocando-se

⁸Com base em Gramsci (2007), aparelhos de hegemonia são organizações que, representando os interesses das classes sociais e/ou de suas frações, atuam na organização, na representação e na difusão das ideologias para torná-las o senso comum em uma sociedade. Portanto, tais aparelhos tem por função educar o consenso para, assim, viabilizar a direção social, moral, política e econômica do conjunto da sociedade, veiculando discursos e práticas ideológicas para o exercício da hegemonia.

dos fenômenos sociais e históricos que levaram ao rompimento da barragem para a naturalização do desastre.

A ACD, ao guiar estratégias teóricas e metodológicas, expõe o problema social desta pesquisa que se concentra sobre o Programa de Educação Ambiental da Fundação Renova, especialmente no contexto do Projeto de Formação de Lideranças Jovens, pois a articulação de determinados sentidos discursivos podem orientar estratégias hegemônicas e neoliberais da educação ambiental que beneficiam as empresas mineradoras, desse modo, conserva o consenso e reforça a manutenção de situações de silenciamentos, desigualdades e injustiças socioambientais.

A problemática da mineração, como fenômeno multidimensional (Trocate; Coelho, 2020), mantém e produz injustiças socioambientais, como cicatrizes na terra e na vida de muitas comunidades, feridas expostas que não se fecham. Por isso, busco aqui possibilidades no enfrentamento pedagógico em desvelar tais estruturas dominantes.

Para este propósito, o próximo capítulo, amparado nos referenciais teóricos da decolonialidade, da ecologia política e da justiça ambiental, tem por intuito identificar as estruturas conjunturais que versam sobre a problemática do extrativismo mineral na América Latina. Da constituição mútua do passado colonial à consolidação do capitalismo e os desastres socioambientais em Minas Gerais, estes aportes teóricos cruzam a educação ambiental crítica, emergindo sentidos que nos auxiliam a desvelar a existência das formas dominantes que mobilizam as subjetividades de sujeitos em modos de ser, saber e poder.

3 “OURO DESÇA DO SEU TRONO”: A MATRIZ COLONIAL DA MINERAÇÃO E A MERCANTILIZAÇÃO DOS DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

Ouro desça do seu trono
Venha ver o abandono
De milhões de almas aflitas, como gritam
Sua majestade, a prata
Mãe ingrata, indiferente e fria
Sorri da nossa agonia.

Ouro Desça do Seu Trono /Mil réis,
Canção de Candeia, Paulo da Portela e Nonoca (1978).

Este capítulo se inicia com a canção do mestre Candeia, presente em seu último disco “Axé”, lançado em 1978. Candeia teve uma trajetória de vida emblemática e fez do samba um instrumento de reivindicação social de sua época, utilizando a poesia ritmada pelos sons da Escola de Samba Quilombo e do Partido Alto (Treece, 2018; Fagundes, 2023). A música “Ouro desça do seu trono” traz, em sua essência, uma crítica social, na qual o “ouro” é personificado para evidenciar a desumanização da vida pelo dinheiro e a corrupção moral provocada pela busca incessante por riqueza material. Em sua letra, o mestre nos convida a refletir sobre o verdadeiro valor da vida, denunciando o poder de uns sobre os outros, que “de tanto ver o poder prevalecer na mão do mal, o homem deixa se vender a honra pelo vil-metal”⁹. A canção expressa que existem outras riquezas a serem preservadas, como a própria dignidade humana. O samba de Candeia sintetiza, de maneira potente, a crítica social que orienta a reflexão deste capítulo.

O encontro com a Ecologia Política nos auxilia a assumir lugares de enunciação capazes de refletir sobre como o extrativismo mineral perpetua, da colonização ao capitalismo, injustiças socioambientais. Partindo dessa perspectiva, o campo da Ecologia Política emerge em sentidos teóricos e práticos, capaz de desvelar relações de poder entrelaçadas em nossas vidas e no mundo globalizado, podendo, assim, contribuir na indagação dos valores universais que sustentam injustiças socioambientais, almejando a reconstrução de outros valores políticos, simbólicos e de produções de conhecimentos (Leff, 2003; 2021).

Segundo Leff (2003) e Alimonda (2011), a Ecologia Política se constitui em confluência com diferentes campos das ciências sociais, como a antropologia, o direito e

⁹ A letra completa e explicação popular sobre seu significado encontram-se no link: <https://www.letras.mus.br/candeia/923606/>.

a economia, incorporando as dimensões políticas e ambientais, estudos e ações no encontro de diversos pensamentos, éticas, movimentos sociais e disciplinas. Para Alimonda (2011), a Ecologia Política destaca a necessidade da integração de diferentes perspectivas como possibilidade crítica ao observar os problemas socioambientais para além de uma concepção técnica.

Para Leff (2021), a Ecologia Política nos auxilia a compreender os conflitos socioambientais como disputas que se manifestam em diversas dimensões, como valores, linguagens, conhecimentos e culturas. Segundo o autor, a Ecologia Política emerge como um campo de estudo e prática que busca integrar diferentes formas de ser e estar com a natureza. Assim, ela envolve o confronto com uma racionalidade única e hegemônica, que se apropria da natureza com base em paradigmas científicos, econômicos e políticos dominantes, os quais sustentam a exploração e a degradação dos povos e dos territórios.

Ainda de acordo com Leff (2021), parte desse campo do conhecimento se fundamenta em uma racionalidade ambiental que articula as condições ecológicas às identidades culturais. O autor propõe a desconstrução da racionalidade dominante e a reconstrução de outros modos de ser, pensar e existir com a natureza pautados nas práticas emancipatórias dos povos que reivindicam a existência da vida em todas as suas formas, contestando a noção dominante de uma sustentabilidade política e econômica destrutiva.

Associada ao campo da Ecologia Política, a Justiça Ambiental proporciona observar a dimensão ambiental articulada à social, constituindo uma perspectiva que integra as lutas socioambientais (Acsehrad; Mello; Bezerra, 2009). Portanto, há uma condição de reconhecimento da existência de desigualdade, em que empreendimentos econômicos mais danosos à natureza são destinados para regiões e comunidades à margem do sistema capitalista, tal visão corrobora o que Bullard (2004) considera como racismo ambiental. Segundo Bullard (2004), esta seria uma prática legitimada pelas instituições políticas e econômicas, quando, articuladas com os conglomerados empresariais, definem e conduzem os impactos negativos para grupos à margem do sistema capitalista, logo, reproduzindo constantes conflitos entre grupos dominantes e grupos dominados.

Ao partir da concepção de que o extrativismo mineral está no cerne do dilema ambiental contemporâneo, os campos da ecologia política e da justiça ambiental contribuem para refletir sobre o cenário de intensificação das atividades de exploração da natureza, as vulnerabilidades institucionais no Brasil, os retrocessos das políticas

ambientais públicas e o desencadear de desastres socioambientais como os rompimentos de barragens de minério em Minas Gerais (Trocate; Alves, 2020; Zhouri; Oliveira, 2018).

São, portanto, desencadeados complexos processos de violências das afetações (Zhouri; Oliveira, 2018), interligando diferentes dinâmicas definidas pelo mercado mundial que estão fora dos locais impactados. Isso quer dizer que em territórios atingidos se materializam processos de injustiças: “as violências das afetações implicam em expropriação, na destruição de biomas e ecossistemas, na eliminação das economias locais e regionais, assim como na aniquilação dos modos de ser, fazer e viver territorializados” (Zhouri; Oliveira, 2018, p. 2).

Compreendendo este olhar, o desastre socioambiental do rompimento da barragem de Fundão, desdobra-se em diferentes acordos entre instituições públicas e organizações privadas, consolidando uma prática de compensação e reparação aos danos causados, o que concretiza um deslocamento da responsabilização sobre os crimes socioambientais para uma política de mediação de conflitos, gestão e negociações sem a participação das pessoas atingidas. Esse é o contexto da criação da Fundação Renova, que se expressa sobre uma nova forma de acumulação diante das crises socioambientais: o capitalismo do desastre (Zhouri *et al.*, 2018; Santos; Milanez, 2018; Giffoni Pinto, 2019; Rojas, 2020).

Nesse sentido, reflito com base em Krenak (2020a; 2020b), que esclarece como somos governados por grandes corporações que preservam o acúmulo de capital sob a ordem do chamado “progresso”, descrito como um “clube exclusivo de humanidade”, excluindo os “largados do mundo” (ou seja, a “sub-humanidade”), enquanto sustentam a crença em uma ilusória promessa de desenvolvimento próspero. Os bens comuns naturais são transformados em commodities para as grandes cadeias globais e corporações. Na conformação da natureza como negócio, os distúrbios socioambientais intensificam-se sobre grupos à margem da sociedade, sendo impactados de diferentes formas. À vista das consequências impostas por uma existência humana consolidada na utilidade e no valor monetário do outro e da natureza, Krenak (2020a, p. 7) contesta a possibilidade única da noção de “progresso” e nos diz: “não se come dinheiro”.

Almejando o aprofundamento dessas questões, este capítulo integra três principais seções. Na primeira seção, discutirei as relações entre mineração e colonialidade como perpetuação do poder. O objetivo dessa seção é debater como a relação colonial persiste na geração de violências sistêmicas nos corpos e na natureza. Nesse sentido, os fundamentos latino-americanos da colonialidade/modernidade e da

decolonialidade me auxiliam a entender a matriz colonial da mineração, assim como afirmar outras relações existentes com a natureza que subvertem a dominação hegemônica.

Seguirei essa linha de pensamento para discutir, com o apoio teórico da Ecologia Política, as formas de poder presentes no capitalismo e nas estruturas neoliberais que conservam os sentidos coloniais, simbólicos, discursivos e práticos sobre a natureza como valor monetário. Isso traz à tona a problemática da mineração nas discussões sobre as crises ecológicas atuais e a sustentabilidade como mercantilização da natureza.

Neste caminho, a terceira seção deste capítulo abordará os conceitos de justiça e racismo ambiental para contextualizar os conflitos em territórios minerados, especialmente quando barragens se rompem sobre determinadas populações e comunidades, consolidando processos de injustiças socioambientais já existentes nesses territórios. Essa seção buscará questionar o mercado das reparações como gerenciamento de desastres e a ascensão de uma mercantilização de desastres no Brasil, situando a criação da Fundação Renova como organização que representa as empresas mineradoras responsáveis pelo rompimento da barragem de Fundão.

3.1 A RELAÇÃO COLONIAL COM A DESTRUIÇÃO SOCIOAMBIENTAL

O desenvolvimento moderno sugere um deslocamento e um fracionamento da vida humana com a natureza, com sua história e suas diversas relações de trabalho, como a terra, a cultura e as cosmovisões de diversos povos e comunidades. Buscar envolver-se com e para a natureza que nos constitui sugere uma ideia diferenciada, como uma desconstrução da noção linear e incessante do e pelo progresso e na fé cega dada pela modernidade capitalista como significado mercadológico de desenvolvimento (Krenak, 2020a; 2020b).

Gudynas (2019) nos auxilia a revisar conceitos e origens por trás de palavras como *meio ambiente* e a própria concepção de *natureza*. Tal perspectiva do autor alia-se com o pensamento de Krenak (2020a; 2020b) e contribui na crítica e entendimento da ideia única disseminada e legitimada pelo sistema capitalista quanto à apropriação e mercantilização da natureza. A consolidação e cristalização desse entendimento remetem aos diversos períodos de nossa história.

Segundo Gudynas (2019), a concepção de natureza que mais se generalizou possui uma origem europeia, confluindo com grandes pensadores da época moderna, tais como René Descartes e Francis Bacon. Gudynas (2019, p. 19) afirma que estes dois

pensadores expressavam, em sua época histórica, um “imperativo de dominar a Natureza” e buscar entender a natureza e os animais como máquinas, podendo assim desmontá-los, fracioná-los para manipulá-los. Essa concepção produziu uma ideia de seres humanos externos ao meio ambiente, uma natureza selvagem e perigosa que deveria ser explorada e conhecida para dominá-la (Gudynas, 2019). Houve, então, uma legitimação da ideia de natureza distinta da sociedade, devendo esta ser fragmentada, catalogada, controlada, manipulada e dominada.

O mundo natural, como um conjunto de utilidades disponíveis, marca a ciência moderna confluindo com a ideia de “progresso” e o “desenvolvimento”, convergindo, assim, a origem do capitalismo com a colonização das Américas (Dussel, 1993). O encontro do colonizador com a natureza conforma outros territórios como “uma cesta cheia de recursos valiosos” (Gudynas, 2019, p. 107) a serem explorados e corpos a serem dominados. A tomada e a invasão de terras à época da colonização admitem uma cobiça, principalmente pelo ouro e pela prata, em que os territórios e os povos que neles habitavam são entendidos enquanto selvagens, pouco conhecidos e perigosos. Para Gudynas (2019, p. 109), o entendimento do outro e da natureza como menores e despossuídos de conhecimento passa a justificar a apropriação desses espaços para a espoliação de reservas minerais.

No livro “A ferro e fogo”, de Warren Dean (1996), podemos encontrar relações entre as expedições biológicas no Brasil no período colonial com os relatos da destruição da biodiversidade da Mata Atlântica em diferentes processos de expropriação econômica. Porém, os relatos expostos na obra reluzem a busca por ouro e o diamante no território brasileiro, sendo a população que aqui se formava caracterizada como desprovida de conhecimento e, dessa forma, entregue à cobiça dos minerais, silenciando os processos de violência penetrados nos corpos escravizados pelo domínio europeu.

A formação do território brasileiro e, mais especificamente de Minas Gerais, concentra em seu cerne os indícios de promessa de riqueza e abundância de poder, ao mesmo tempo em que as formações paisagísticas relatadas por Dean (1996) destacam a destruição da mata atlântica como enormes formas esburacadas advindas das explorações do ouro e diamante combinadas com a escassez de alimentos e pobreza. Segundo os registros do autor, entre 1700 e 1800 cerca de 1 milhão a 2 milhões de quilos de ouro e quilates de diamantes foram extraídos pela Coroa de Portugal em registros oficiais, enquanto uma forte quantia adicional desconhecida e incalculável foi contrabandeada (Dean, 1996). Houve então um forte fluxo de populações para as regiões mineiras, em sua grande maioria corpos escravizados: “em 1800, totalizava

cerca de 1.800.000 indivíduos, tendo se multiplicado seis vezes durante o século” (Dean, 1996, p. 115).

Para Dean (1996), o efeito da mineração no século XVIII assume formas de trabalho e tecnologias com um grande caráter de destruição, substituindo as florestas por imensas paisagens esburacadas, além das práticas de garimpo e do controle da coroa portuguesa: “Essas lavras valiam-se de assessoria de especialistas em mineração contratados da Alemanha [...] Sua principal inovação era o desvio de córregos para lavar leitos de aluvião” (Dean, 1996, p. 111). Logo, imperava-se o poder sobre a natureza e os corpos no Brasil e em diferentes partes da América Latina para o pleno desenvolvimento industrial europeu.

O colonialismo, portanto, inicia-se como um movimento de expansão europeia para o resto do mundo desde o século XV. Assim, instaura-se um período não apenas econômico de expropriação de corpos e da natureza, como também formas políticas e simbólicas de poder. O pensamento da modernidade/colonialidade, formado por intelectuais latino-americanos, nos auxilia a compreender o colonialismo enquanto parte indissociável do capitalismo, sendo o domínio das Américas a primeira oportunidade de acumulação primitiva do capital (Dussel, 1993; Quijano, 2005; Grosfoguel, 2008; Ballestrin, 2013).

Autores como Aníbal Quijano (2005) desenvolveram o conceito original de *colonialidade do poder*, cujas formas coloniais de dominação políticas e econômicas não se findaram com o colonialismo, mas perpetuam-se nas estruturas contemporâneas. Grosfoguel (2008, p. 126) argumenta ser este o sistema-mundo-capitalista-moderno/colonial. Segundo ele, “continuamos a viver sob a mesma matriz de poder colonial”, que está organizada nas estruturas políticas, jurídicas e econômicas dos Estados, arraigadas nos processos de acumulação do capital em escala mundial e na divisão internacional do trabalho, entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Desse modo, “as zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial” (Grosfoguel, 2008, p. 126).

Segundo Ballestrin (2013), raça, gênero e trabalho formam as três principais instâncias que conservam as relações de exploração, dominação e conflito, constituindo a formação do capitalismo mundial colonial/moderno. Neste sentido, Quijano (2005) nos auxilia a pensar sobre o etnocentrismo, ou a classificação social centrada na ideia de raça para a constituição da superioridade do outro (branco/europeu/masculino), enquanto os diferentes povos e etnias são considerados atrasados e primitivos,

justificando sua apropriação e despojando-se assim de suas próprias singularidades e identidades históricas.

Outras dimensões da colonialidade, como a *colonialidade do saber* e a *do ser* (Maldonado-Torres, 2018), apresentam-se sobre uma geopolítica do conhecimento denominado como eurocentrismo, ou seja, uma elaboração intelectual produzida a partir do silenciamento e subalternização de outros saberes e seres (Dussel, 1993; 2000; Costa; Loureiro, 2016; 2022). Segundo Quijano (2005), esta elaboração sistemática começa na Europa Ocidental, tornando-se mundialmente hegemônica e conservando um fluxo de domínio de um pensamento da burguesia a fim de manter as necessidades dos padrões mundiais. Advindo do iluminismo, o eurocentrismo se forma como um pensamento absoluto, dualista e de suposta neutralidade.

Para Dussel (2000), são forjadas formações sociais hegemônicas dominadas por uma cultura única e simplificadora, com isso, silenciando muitas outras formas válidas de ser, saber e se relacionar com a natureza. Estes domínios, portanto, estão sobre um sistema de opressão e silenciamento, que nega a vida em todas as suas formas e constituinte do sistema mundo-moderno colonial. As dimensões da colonialidade do saber, do poder e do ser se entrelaçam, configurando uma cultura e intelectualidade hegemônicas presentes também sobre as subjetividades, capazes de naturalizar a violência, a expropriação, a dominação e a exploração. São tomados recursos, corpos e mentes como forma de estabelecer o controle do trabalho e da natureza em torno do capital e conformando o pensar na promoção de um capitalismo mundial como colonização e autocolonização (Maldonado-Torres, 2018).

Nessa perspectiva, a essência da nova ordem mundial como modernidade, ou seja, construída a partir de uma universalidade e racionalidade entre países colonizados e países industriais, países subdesenvolvidos e países desenvolvidos, age sobre uma ontologia, epistemologia e ética, reordenando as relações humanas e formas de dominação políticas, econômicas e ambientais. Segundo Maldonado-Torres (2018, p. 43), “O desencantamento do mundo e sua concepção utilitária são partes dessa mudança, como é também o reordenamento de todas as relações humanas existentes e formas de dominação”.

Em conjunto com esta reflexão, Ferdinand (2022) explora o sentido de *dupla fratura do mundo*, discutindo como as relações coloniais e ambientais são frequentemente tratadas de forma isolada, mesmo estando intrinsecamente ligadas. Dessa forma, o modo de vida colonial, acompanhado da modernidade, produz a fragmentação dos povos, o silenciamento sobre os sistemas de servidão, a misoginia e o

racismo, inerentemente em conjunto com a legitimação da destruição ambiental. “Essa dupla fratura apaga as continuidades em que humanos e não humanos foram confundidos como “recursos” que alimentavam um mesmo projeto colonial, uma mesma concepção da Terra e do mundo.” (Ferdinand, 2022, p. 43).

Para Ferdinand (2022), três princípios estruturam a colonização com a destruição ambiental como formas designadas a conquistar espaços e habitar humanos e não humanos sob o ponto de vista colonial. De acordo com ele, o “habitar colonial” se estrutura da seguinte forma: 1) habitar a partir da subordinação de lugares e espaço a outros lugares e espaços considerados mais evoluídos; 2) habitar fundamentado na exploração de terras e da natureza para fins de enriquecimento; e 3) habitar a partir do altericídio, ou seja, a recusa, a expulsão e a exclusão do outro (Ferdinand, 2022, p. 45).

O autor afirma ainda que o modo de colonizar o outro e, assim, o seu habitar, constitui-se na negação e no apagamento de suas relações já existentes para a construção violenta e exploratória que forma o modo de vida capitalista, dando lugar e sentido para: 1) a instituição da propriedade privada da terra, antes um bem comum entre os povos indígenas; 2) o desenvolvimento de grandes propriedades agrícolas e industriais voltadas para a exportação e; 3) a escravidão como utilização de mão-de-obra para maximizar a exploração econômica em terras coloniais (Ferdinand, 2022).

Com base nisso, o estabelecimento do habitar colonial com a destruição da natureza se fundamenta na apropriação de terras, no massacre de povos originários, na escravidão, na destruição dos laços comunitários e de pertencimento, na perda do corpo e da terra e no esgotamento da natureza para fins de exploração comercial. Portanto, Ferdinand (2022) nos faz refletir sobre a continuidade do habitar colonial fomentado pelas operações políticas e econômicas capitalistas e neoliberais, visto que a servidão se perpetua em formas de trabalho forçado e na precarização da vida, junto à restrição dos direitos socioambientais.

Assim, a colonialidade mantém uma lógica de desumanização que, segundo Quijano (2005), na experiência histórica latino-americana, opera como um espelho, a fim de distorcer o que reflete, conduzindo o imaginário a aceitar, identificar e perceber a vida de maneira parcial ou distorcida. Nessa linha, ele explica que

[...] fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida (Quijano, 2005, p. 13).

Voltando a Ferdinand (2022), reflito sobre os efeitos do habitar colonial produzido pela mineração, cravada na história de Minas Gerais, que se expressa não somente nas ações predatórias da natureza, mas nas violências físicas e simbólicas nos corpos, nas arquiteturas e nos territórios como expressão de riqueza e de dominação pelo ouro, diamante e ferro, marcas históricas do passado e do presente das cidades mineiras.

Desta forma, a destruição socioambiental de rompimentos de barragens relacionados à mineração não é exclusiva aos anos de 2015 e 2019. De acordo com Trocate e Coelho (2020), em novembro de 1886 foi registrado o primeiro caso de rompimento de barragem em Minas Gerais. Foi o caso da Mina de Morro Velho em Nova Lima. Hoje, é possível observar questões que expressam a colonialidade, manifestando-se nos territórios através do *modus operandi* da mineração:

Algumas vezes o mundo se assombrou, no dia 10 de novembro de 1886, um imenso estrondo fez tremer Nova Lima e arredores, em Minas Gerais, como um terremoto anunciando o desmoronamento na Mina do Morro Velho. O sistema de escoramento feito de madeira cedeu, o que fez com que milhares de toneladas de minério desabassem soterrando centenas de trabalhadores ao longo dos 570 metros de profundidade da mina e bloqueando a sua entrada (Grossi, 1981). A atual capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, ainda não havia sido construída e os rumos da mineração do estado estavam concentrados na presença da empresa inglesa Saint John Del Rey Mining Company, sediada em Nova Lima e proprietária da Mina de Morro Velho. Em seu apogeu, a abismal mina seria a mais profunda do mundo em meados do século XX (Grossi, 1981); chegou a representar, sozinha, quase 2% das exportações brasileira, em 1866, além de contar com mais de 2.500 trabalhadores em seus túneis, entre pessoas negras escravizadas e trabalhadores livres (Trocate; Coelho, 2020, p. 19).

As consequências dos desastres socioambientais ocasionados pela mineração expõem não somente vidas ceifadas, natureza dizimada e perdas materiais, mas “uma morte social a partir da perda de elementos e função constituidores da história de vida dessas pessoas” e comunidades atingidas (Santos; Araújo Sol; Modena, 2020, p. 269). Este desencantamento do mundo (Maldonado-Torres, 2018) produz a desterritorialização de centenas de pessoas atingidas ao perderem suas relações simbólicas, de memória, de vínculo e pertencimento com seus lugares de origem (Santos; Araújo; Modena, 2020).

De acordo com Santos, Araújo Sol, Modena (2020), o processo de desterritorialização é percebido a partir da exclusão social e da autonomia dos grupos

atingidos com a perda de suas identidades territoriais, revelando, assim, sofrimento social e simbólico. Esta reflexão sobre o sofrimento social exposto pela pesquisa das autoras estabelece semelhanças com o que Ferdinand (2022) considera ser a destruição de pessoas a partir de suas respectivas identidades, culturas e de suas historicidades que, confluyente com a morte, manifesta na perversidade sobre os corpos, do extermínio à subalternização de suas práticas cotidianas para a manutenção de um padrão dominante.

Celebrações, encontros, canções e tradições foram perdidas junto à lama tóxica que atingiu inúmeras comunidades após o rompimento da barragem de Fundão (Samarco/Vale/BHP Billiton/Fundação Renova) na Bacia do Rio Doce, estando no cerne das reivindicações das pessoas atingidas o restabelecimento das formas de sustentar seus costumes (Santos; Araújo Sol; Modena, 2020).

Entre os grupos de luta nas regiões atingidas, destacam-se as mulheres negras e as comunidades rurais e tradicionais que se organizam contra os processos impostos pelas mineradoras através da Fundação Renova após o rompimento da barragem de Fundão. Essas mulheres destacam suas tradições como forma de organização das comunidades (A Sirene, 2019):

Somos excluídas de espaços, duvidam de nossas reivindicações, tentam silenciar nossa luta, abafam nossas vozes. Ser mulher é ser resistente, persistir e entender que somos fortes, apesar de tentarem nos convencer do contrário. Ser mulher e atingida é saber que precisamos falar mais alto do que nunca. Não nos deixaremos calar (A Sirene, 2019, p. 6).

Sobre o aspecto educativo e escolar, Hunzicker, Antunes-Rocha e Santos (2020) identificam como o rompimento da barragem de Fundão produziu processos de desterritorialização nas escolas do campo das comunidades atingidas, como em Bento Rodrigues (subdistrito de Mariana). De acordo com as autoras, esse processo de desterritorialização das escolas do campo nas regiões atingidas tem produzido a ruptura dos vínculos entre as comunidades, agudizando processos de injustiças socioambientais. Com o rompimento da barragem, toda a estrutura da escola ficou destruída e soterrada, perdendo, portanto, significativos processos construídos entre comunidade escolar, professores/as e estudantes:

Desde então, escola, professores e alunos vivenciam uma situação de desterritorialização que pode ser evidenciada em pelo menos quatro aspectos: alterações sucessivas nos locais de funcionamento e na rotina escolar e nas práticas pedagógicas; vivência de situações de

bullying; distanciamento família-escola; rupturas na identidade da escola. (Hunzicker, Antunes-Rocha e Santos, 2020, p. 91).

Desta forma, pessoas adultas, jovens e crianças atingidas são afetadas não apenas pela perda do território físico, mas em suas rotinas, práticas, modos de ser e se identificar. Como descrito na pesquisa de Hunzicker, Antunes-Rocha e Santos (2020), são relatados conflitos entre estudantes rurais e urbanos e um silenciamento pedagógico referente à prática escolar sobre os processos predatórios da mineração, seus riscos e consequências.

Desse modo, compreendo a decolonialidade como luta política e socioambiental de afirmação de existência e resistência, que engendra em mim uma constante manifestação pela vida. Ela me provoca a aprender a questionar, em constante inquietação, um mundo perverso, desconexo e em crise. São formas de pensar e agir para potencializar a luta coletiva e assumir conhecimentos outros, silenciados e apartados.

A decolonialidade se expressa na prática e na construção do conhecimento para um projeto de sociedade como ruptura da modernidade/colonialidade. É um movimento teórico e prático, isto é, político e epistemológico, que não se limita apenas aos indivíduos, mas no entendimento do outro incorporado nas lutas sociais e ambientais. É um pensamento fronteiro que não ignora a modernidade, tampouco subjuga-se a outros pensamentos e assim reafirma aquilo que foi negado (Ballestrin, 2013; Maldonado-Torres, 2018; Ferdinand, 2022).

Na perspectiva dos estudos críticos do discurso, Resende (2019, p. 14) defende os estudos decoloniais como forma de combater a “herança colonial, suas raízes históricas, sua pretensão universalizante e seus efeitos relacionais, e como tudo isso nos posiciona”. De acordo com a autora, decolonizar o discurso envolve superar todo tipo de opressão, compreendendo como as relações de poder advindos da colonização produzem e cristalizam aquilo que é considerado inferior.

Logo, a conformação das formas coloniais do ser, saber e poder partem da escravidão dos corpos indígenas e negros, bem como da natureza. Compreender criticamente esta relação da raiz colonial nos seres pela destruição socioambiental, conforme Ferdinand (2022), permite compreender e agir a partir das possibilidades outras de enfrentamento político, pedagógico e ambiental.

Nesse sentido, o discurso se apresenta como um elemento essencial neste enfrentamento, pois integra as formas de educar que naturalizam e legitimam as estruturas de poder, materializadas na prática social. A decolonialidade nos convoca a

compor as potencialidades outras de existência presentes em formas de saber, ser e estar com a natureza, buscando dessa forma enfrentar e transformar as estruturas de poder. São potencialidades de conhecimentos que afirmam a vida em suas existências coletivas e então se constituem também discursivamente.

Os desastres socioambientais inerentes ao processo colonial da mineração produzem sofrimento social e a perda da vivacidade das comunidades atingidas em um processo de desterritorialização, de acordo com Ferdinand (2022), instituindo o habitar colonial. Em sua grande parte, comunidades rurais, tradicionais, quilombolas, de pescadores/as entre outros, perderam seus modos de ser e estar com a natureza.

Na próxima seção, seguirei a pensar sobre os poderes que atravessam a apropriação da natureza enquanto valor e utilidade de mercado a partir do campo da Ecologia Política. Do campo da Ecologia Política emergem reflexões sobre como o modelo de desenvolvimento vigente desencadeia as crises socioambientais, assumindo uma mercantilização da natureza e, por conseguinte, os desastres socioambientais como negócio, perpetuando esta matriz colonial da mineração sobre os corpos e os territórios.

3.2 OS INTERESSES CAPITALISTAS PELA NATUREZA: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A SUSTENTABILIDADE

Pensar a natureza nos moldes da colonialidade incumbe entendê-la como dependência de valor econômico, propriedade e utilidade. A constituição da natureza e da vida como objeto a ser explorado e dominado são pretensas consolidadas pela colonização e que se perpetua na modernidade em processos políticos e econômicos como a globalização e o neoliberalismo.

Para Dussel (2000), pensar a natureza requer refletir sobre suas diferentes formas ontológicas e sociais que a concebe como parte integrante de sujeitos e da vida. Portanto, pensar a ecologia e a questão ambiental requer refletir sua dimensão política e ontológica, entre grupos e seres, negados, dominados e excluídos perante o sistema-mundo colonial (Ferdinand, 2022; Costa; Loureiro, 2016; 2022).

O extrativismo, assim, materializa as expressões da perversidade sistêmica deste sistema-mundo. Entre as colônias para as commodities minerais, são perpetuadas a destruição da natureza e a negação de humanos e não humanos. As soluções para as crises socioambientais são determinadas pelo apagamento das relações históricas e políticas que constituem essas crises, favorecendo soluções gerenciais e técnicas. Diante dessas práticas, proponho um enfrentamento político e pedagógico, a fim de desvelar as

relações de dominação, as estruturas ideológicas e hegemônicas que condicionam a inferiorização de vidas e da natureza, tratadas como sujeitos inferiores a serem dominados e objetificados (Dussel, 2000; Ferdinand, 2022; Costa; Loureiro, 2016; 2022).

Engels (1952) oferece uma reflexão profunda sobre como as relações humanas transformaram a natureza através do trabalho. Para ele, o trabalho foi o meio pelo qual os seres humanos começaram a dominar e transformar a natureza para atender às suas necessidades. O autor argumenta que essa relação não implica na dominação de um sobre o outro, mas sim na interdependência entre o ser humano e seu ambiente. Ele destaca que a natureza é uma parte intrínseca de nós, enquanto nós também somos parte dela. No entanto, a moderna destruição ambiental advinda do capitalismo corroeu essa essência humana de relação com a natureza pelo trabalho. A produção capitalista prioriza outras relações de trabalho e a divisão de classes, tratando a natureza como mero recurso para a produção de mercadorias e a obtenção de lucro.

O pensamento de Engels (1952) levanta questões sobre a destruição ambiental com as consequências sociais desses atos que mantêm as estruturas de dominação entre os povos. O autor argumenta que na estrutura capitalista os efeitos da degradação ambiental são frequentemente ignorados até que afetem os lucros imediatos.

Outros pensamentos nos auxiliam a refletir sobre a reificação da vida e da natureza no sistema econômico dominante. Segundo Gudynas (2019), isso se dá devido a uma postura antropocêntrica que postula o ser humano dominante em centralidade e, nesse sentido, o meio ambiente torna-se o objeto de valor com função própria de atender as necessidades do comportamento cultural hegemônico. A natureza como necessidade de apropriação e propriedade privada está no cerne da compreensão do desenvolvimento, ou seja, usurpa-se do uso da natureza para assegurar a economia vigente, atrair investimentos e aumentar exportações. Gudynas (2019) caracteriza esta compreensão como “capital natural”, isto é, valorações ecológicas e estéticas como bens e benefícios em que prevalece o lado econômico para a manutenção do capital.

Foladori (2001) tece contribuições importantes para discutirmos esta dominação da natureza enquanto processo de objetificação e utilidade vinculada ao trabalho humano. Segundo o autor, não há separação entre trabalho e natureza, espécie humana e natureza, pois “o trabalho é a cristalização da especificidade humana e o meio pelo qual o ser humano assume a natureza” (Foladori, 2001, p. 92). Porém, ao longo da história da transformação da natureza, o trabalho foi se distanciando da vida e integrando apenas um vínculo de objeto e valor decorrente da consolidação do capitalismo:

Esse conceito de natureza como útil à satisfação das necessidades pode ser e é expandido tendencialmente até a natureza virgem. Com isso, o ser humano se distancia reflexivamente do restante da natureza e passa a contemplá-la como a um “lego” – brinquedo de montar, que se pode ordenar e reordenar à vontade (Foladori, 2001, p. 89).

Desta forma, a conversão da natureza enquanto objeto útil interessa suprir apenas as necessidades dos interesses capitalistas, deslocando-se de um entendimento de humanidade como natureza em si. A perda do vínculo de identidade, pertencimento e trabalho com a natureza passa assim a manifestar em sua depredação e conseqüentemente em crises socioambientais. Nesse sentido, a imposição da transformação da natureza em medida de objeto e utilidade “reproduz hierarquias particulares e meios de controle entre trabalhadores” (Foladori, 2001, p. 89). Segundo o autor, cristaliza-se a subordinação da natureza, como também, de classes sociais convertidos em objeto do capital em função da dominação.

Nesta perspectiva, Foladori (2001) orienta discussões sobre a relação humana com a natureza, como também a compreensão do ponto de convergência existente sobre os problemas socioambientais contemporâneos. Segundo o autor, lidar com os problemas socioambientais significa também esclarecer os conflitos internos resultantes da estrutura econômica e social vigente.

Isso posto, a sociedade se diferencia em muitas perspectivas em sua relação com a natureza. Muitas vezes esta relação não é harmônica, mas conflituosa entre grupos de interesses econômicos e classes sociais que demandam usos diferenciados e até mesmo interesses opostos, considerando sua objetivação, utilidade e valor. Para Foladori (2001), a formação social de produção capitalista determina as matérias primas a serem exploradas, o ritmo de trabalho e a intensificação dessa produção.

Foladori (2001) demonstra como os movimentos ambientalistas hegemônicos foram se constituindo a partir da década de 1970, quando, diante da crise ecológica vigente, a questão ambiental toma os debates econômicos, sociais e políticos. Para ele, os reveses ambientais passaram a ser entendidos pelos aspectos somente dos limites físicos do planeta. Ou seja, são determinados a partir da superpopulação e pobreza; depredação dos recursos e suas limitações; e poluição e resíduos de detritos gerados. Contudo, sem que se incorporasse nas discussões ambientais o próprio ciclo do capital. As conseqüências da crise ecológica desencadeada pelo processo econômico vigente ficaram às margens dessas discussões.

Não discutir a forma social de produção no momento em que a crise ambiental atinge escala mundial e traz impactos de longo alcance temporal sobre a biosfera e a espécie humana é uma atitude totalmente classista, porque implica, ainda que por omissão, supor que a forma capitalista é a única possível, contra o que assina-la a história da humanidade (Foladori, 2001, p. 106).

O que Foladori (2001, p. 106) considera como classista é a busca de corrigir os efeitos da produção capitalista sobre as problemáticas socioambientais pela via técnica e por meio de “filtros ecológicos” ao mesmo tempo que se mantêm as posições de apropriação e concentração das formas de produção sobre a natureza, grupos sociais e territórios.

Para Martínez-Alier (2018), existem diferentes discursos e linguagens sobre a natureza que se entrelaçam ao longo da história. O ecologismo e o ambientalismo são correntes de pensamentos e ações que se expandem como reação ao crescimento econômico entre as décadas de 1960 a 1990. Nesse período, sucessivas crises econômicas e políticas somam-se a tomada de uma consciência da crise ambiental, em que diferentes movimentos e organizações trazem à luz no debate público as problemáticas relacionadas às questões ambientais, procurando assim institucionalizá-las (Martínez-Alier, 2018; Foladori, 2001).

Como alguns exemplos desta institucionalização descritos aqui brevemente, temos o surgimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) na Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, para a avaliação de políticas ambientais a partir da ideia do “crescimento zero” (Cavalcante, 2020). A Conferência de Tbilisi (1977), na Geórgia, ex-União Soviética, tratou sobre a educação e a questão ambiental, formulando os primeiros passos de uma educação ambiental a partir de critérios e recomendações de utilização da natureza e satisfação das necessidades humanas (Cavalcante, 2020).

A institucionalização da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) em 1987 ocorre com a publicação do relatório “Nosso futuro comum” (ou “Relatório Brundtland”), no qual é definido o conceito de “desenvolvimento sustentável” como aquele que atende as necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras.

Logo, na década de 1990, tivemos a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), primeiro grande encontro promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), sediado no Brasil.

Conforme Dias (2017), o conceito de desenvolvimento sustentável se consolidou na Rio 92 a partir da participação de amplas representações mundiais, como Chefes de Estado de diferentes países e organizações da sociedade civil, objetivando a conciliação entre o desenvolvimento e a utilização da natureza enquanto recurso natural.

Reconhecendo os passos importantes destes grandes encontros mundiais na formulação de políticas ambientais públicas e no agendamento das problemáticas socioambientais para o debate público a partir de diferentes correntes ambientais, a disputa pela hegemonia da questão ambiental evidencia direções, discursos e linguagens de valorização em vista de se manter o desenvolvimento e o crescimento econômico por vias alternativas e tecnológicas.

Martínez-Alier (2018) distingue três correntes que se apresentam no debate ambiental contemporâneo. A primeira corrente é descrita como o “culto ao silvestre”, que se traduz em uma sacralidade da natureza, as belas paisagens e os valores profundos, ou seja, a exclusão da vida humana como ideal, sendo a mudança cultural e de valores sociais expostas a um apreço pela natureza sem contradizer o crescimento econômico de um mundo industrializado que possui como base econômica e de consumo a utilização das próprias matérias primas naturais, além de excluir as culturas tradicionais e as contradições impostas pelo mercado, a exemplo da desigualdade social. Este pensamento fundamentado por uma biologia da conservação, segundo o autor, retoma a uma preocupação ambiental de uma época em que se materializava as incertezas sobre a energia nuclear e as contaminações.

O “evangelho da ecoeficiência” é a segunda corrente descrita por Martínez-Alier (2018). Essa abordagem emerge em um contexto em que os impactos ambientais e os riscos à saúde são exacerbados pelas atividades industriais, logo, gerando preocupação com a crise ambiental e seus efeitos no crescimento econômico. Nessa corrente, a natureza adquiriu um sentido de recurso natural e se evidenciou a busca pela conciliação entre a economia e o meio ambiente pautado no desenvolvimento sustentável. Assim, os problemas ambientais seriam resolvidos em uma escala técnica e gerencial sobre a própria industrialização. O autor argumenta que tanto a corrente do culto ao silvestre como o credo da ecoeficiência se entrecruzam ao depositarem nas mudanças tecnológicas a compatibilidade entre a produção de bens e a sustentabilidade ecológica.

O interesse de relacionar as problemáticas ambientais com a justiça social e indicar as relações de poder sobre a natureza foram movimentos que se perpetuaram à margem da hegemonia econômica da questão ambiental e que, segundo Martínez-Alier (2018), representa a terceira corrente do ecologismo: o “ecologismo dos pobres” ou

justiça ambiental. Esta corrente é identificada com os direitos humanos e estudada pela Ecologia Política. Nela relacionam-se os conflitos e desigualdades sociais a respeito das contaminações e acesso à natureza. Segundo o autor, junto ao crescimento econômico, os países e suas populações são expostos em diferentes níveis aos riscos ambientais e à desigualdade, desencadeando conflitos, por exemplo, no acesso à água, às florestas e à terra.

Para Martínez-Alier (2018), é o poder político, como expressão de uma visão sobre a natureza, que simplifica a complexidade das relações humanas com a natureza e sacrifica certos interesses e valores sociais para impor um discurso único de valoração ambiental como hegemônico: o discurso econômico.

Segundo Martínez-Alier (2018), o discurso econômico conserva uma modernização ecológica, à medida que direciona a atenção para os impactos ambientais, riscos à saúde e escassez decorrentes de atividades industriais, preocupada com a economia em sua totalidade. Desse modo, é a partir da corrente do evangelho da ecoeficiência que predominam os debates ambientais. Nessa perspectiva, as soluções para as problemáticas inerentes ao desenvolvimento econômico focam nos impactos da produção, no gerenciamento de recursos e na remediação da degradação ambiental causada pela industrialização, mantendo os vínculos empresariais e os interesses do capital através de “boas” práticas de manejo, consideradas sustentáveis.

A natureza é frequentemente concebida como um “recurso natural”, uma visão que formaliza e cristaliza sua relação com o desenvolvimento econômico, imbuída de um sentido de “perda” e “escassez” (Martínez-Alier, 2018). Nesse contexto, a consciência dos riscos ambientais é enquadrada dentro da “capacidade de suporte” do planeta. As crises ecológicas são, assim, vistas como um problema de “velocidade” na utilização desses recursos naturais pelo ser humano. Essa perspectiva centraliza a humanidade como um todo enquanto causadora da problemática ambiental, desviando as discussões das causas e consequências do processo produtivo vigente.

À vista disso, vão sendo determinadas soluções para as crises ecológicas processos técnicos e reformistas, supondo a produção social capitalista como única forma possível e nesse sentido a inexistência da discussão dos efeitos negativos desta produção para a sociedade. Desse modo, Foladori (2001) e Martínez-Alier (2018) nos auxiliam a compreender de que maneira o avanço do capital para a questão ambiental decorre de corrigir os efeitos da escassez da natureza sem que afete a concentração dos lucros, reformulando hegemonicamente critérios de proteção e conservação, submetidos à própria dinâmica do mercado.

Moreno (2016) analisa o conceito de *economia verde* que se apresenta como um repertório e reorganização do discurso hegemônico sobre a natureza. Tal concepção ganhou grandes forças a partir da crise financeira de 2008 com a criação de novos mercados internacionais voltados para práticas de serviços ambientais no “combate” a degradação ambiental. Para ela, a economia verde é muito mais que uma retórica, mas sim um avanço sobre diversas dimensões da vida social, estabelecendo critérios de competitividade comercial e novas commodities no mercado financeiro, como as pegadas ecológicas e os créditos de carbono. Segundo a autora, organizações e instituições como a Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial e as Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA):

[...] vêm formulando propostas, listando setores prioritários e definindo agendas setoriais, estabelecendo objetivos e metas quantificáveis, bem como recomendando novos instrumentos financeiros e investimentos para impulsionar uma mudança em direção a um futuro ‘mais verde’ (Moreno, 2016, p. 258).

Moreno (2016) esclarece que o desenho e a concepção de economia verde foi se adequando às propostas políticas como enfrentamento da crise financeira de 2008, a partir do acordo conhecido como “Novo Acordo Verde Global” (*Global Green New Deal*), organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

A disseminação da ‘economia verde’ como um slogan foi muito efetiva - política e ideologicamente - para ajudar a forjar uma potente narrativa unificadora e, ao mesmo tempo, catalisar o sentido de envolvimento necessário no período pós-crise financeira (Moreno, 2016, p. 261).

Vinte anos após a Rio 92, o Brasil recebeu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento durante o ano de 2012, a Rio+20: “originalmente convocada para debater o futuro do desenvolvimento sustentável a partir de dois temas centrais e complementares: a economia verde no contexto da erradicação da pobreza e o marco institucional necessário para uma governança ambiental global” (Moreno, 2016, p. 263). De acordo com Moreno (2016), o ponto central da Rio+20 foi a cristalização de um novo consenso baseado nos bens e serviços ambientais como capital natural para garantir valor e acumulação sobre novos títulos “verdes” no mercado financeiro.

Moreno (2016) identifica uma ascensão e consolidação da ideia e do conceito de “economia verde” como força e poder unificadora do capital financeiro a garantir novos arranjos de acumulação do capital. Desse modo, são cristalizadas na sociedade uma

cultura pela sustentabilidade moldada no consumo e na tentativa de despolitização da causa ambiental: “[...] a redução da realidade a uma única narrativa torna invisíveis os conflitos de interesses, os jogos de poder, as ideologias e as contradições da realidade, assim como também os sujeitos individuais e coletivos, a violência estrutural e a injustiça” (Moreno, 2016, p. 272).

É dentro desse contexto de um novo mercado de sustentabilidade que a problemática da mineração se evidencia diante das constantes crises e debates socioambientais. Aráoz (2020; 2021) apresenta considerações importantes de reflexão. Segundo o autor, a raiz e o motor da destruição da natureza e o desencadeamento das crises ambientais encontra-se com a mineração que desde sua origem até a atualidade “segue como a veia aberta mais lacerante e sangrenta” (Aráoz, 2020, p. 17) em toda história e geopolítica do Sul Global, na conversão de sociedades para o fator de destruição, colocando em risco a própria existência humana. Segundo Aráoz (2020), a mineração tem sobre seus avanços tecnológicos uma essência da mineração colonial. Esse aprimoramento se manifesta na intensificação da violência, no controle e na apropriação dos territórios, na extração e trituração das energias vitais, pulverizando montanhas, paisagens, corpos, água e biodiversidade.

É interessante ressaltar que na complexidade do fluxo econômico vigente a América Latina segue interiorizando-se como uma vocação exportadora de bens naturais. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que as discussões sobre as questões ambientais passam a ganhar força por parte de diferentes encontros entre nações, políticos e empresas, imperam-se outras estratégias político-econômicas nos territórios como na América Latina, como exemplo de golpes militares, o avanço da extrema-direita e do neofascismo e governos autoritários, acentuando a degradação ambiental, o desemprego estrutural, a pobreza e a ampliação de políticas neoliberais sobre os países ao Sul (Aráoz, 2020).

Segundo Aráoz (2020), as sucessivas crises econômicas, políticas e ambientais confluem com o salto tecnológico que provoca uma requisitada diversidade de minerais pelo sistema econômico capitalista. São reservas energéticas em mãos de grandes corporações transnacionais que passam a aprofundar as desigualdades em diferentes territórios. Isso alimenta um discurso pelo consenso a partir da busca pelo desenvolvimento e pelo progresso, revestindo-se pela aparência da sustentabilidade que mascara as dinâmicas de exploração e desigualdades.

No mundo contemporâneo, muitos conflitos e guerras têm eclodido devido às tensões geopolíticas e disputas por bens naturais, a exemplo dos minérios e outras

fontes de energia. O desencadeamento de crises socioambientais no mundo ao longo do tempo possui as marcas das conseqüentes formas de produção que são ampliadas por táticas de guerra, como o uso em larga escala de químicos tóxicos na agricultura, novas tecnologias extrativistas e a utilização de energias nucleares (Foladori, 2001; Martínez-Alier, 2018; Aráoz, 2020).

Portanto, Aráoz (2020) destaca que a exploração mineral em larga escala é necessária para a produção de armamentos e do desdobramento de conflitos bélicos. Isso quer dizer que a apropriação bélica promove a legitimação da exploração da natureza, assim como uma dominação territorial com base no extrativismo mineral. O extrativismo, em suas amplas cadeias econômicas, expressa as relações dominantes da espoliação da natureza, do trabalho e da vida, desencadeando sucessivas crises ecológicas.

Assim, segundo Aráoz (2021; 2020), o extrativismo mineral é fundamental para sustentar o motor e a engrenagem desse sistema-mundo-moderno-colonial, atuando como matriz ontológica e política. Esse processo impõe a produção de violências e cria condições ideológicas que promovem a expansão e acumulação das práticas extrativistas, influenciando profundamente a história e a identidade latino-americana.

A febre do ouro, a febre da prata, o ferro, o salto tecnológico para as reservas energéticas de hidrocarbonetos, como petróleo e o carvão, e as inspirações de interesses bélicos e militares, que demandam uma requisitada quantidade de diversidade mineral, sustentam “a formação e a expressão do sistema financeiro e comercial do mundo capitalista” (Aráoz, 2020, p. 181).

Desse modo, para Aráoz (2021), a perversidade do desenvolvimento se expressa em imperativos, perpetuando-se como força ecobiopolítica entre a relação de poder e a dominação social, agindo também sobre as subjetividades dos sujeitos. Ou seja, a força ecobiopolítica do extrativismo mineral define não somente a apropriação e exploração da natureza, da terra e do trabalho, bem como se manifesta como fenômeno ontológico-político de estruturação do mundo, uma vez que opera ideologicamente para manter o consenso, suas práticas de violência e seus discursos. Para o autor, a violência está impregnada junto à imposição de projetos extrativistas que convergem com o autoritarismo nas violações de direitos humanos e da natureza pelos governos e empresas, no assédio e repressão às populações e inibição de participação e informação pública.

Segundo Aráoz (2021; 2020), o capitalismo desempenha uma função metabólica em que o motor é a constante legitimação da atividade produtiva do setor primário

exportador como um processo contínuo de “evolução” e desenvolvimento. A engrenagem desse sistema é caracterizada pela violência, que impõe uma ordem que recria e amplia as condições de exploração e dominação territorial. Aráoz (2021) argumenta que essas dinâmicas são acompanhadas por uma pedagogia do terror e da crueldade, que naturaliza e fortalece as estruturas de dominação de classes.

Aráoz (2021) qualifica esse movimento como *pedagogia do terror*, que significa uma tecnologia de disciplinamento social de longa duração que se perpetua sobre a legitimação da inferiorização do outro. Na mesma linha, o autor apresenta outro constructo para expressar a complexidade destrutiva de tal movimento, qual seja: a *pedagogia da crueldade*. Essa formulação indica a ocorrência de tecnologia de recrutamento e adestramento de atos e práticas que ensinam e programam sujeitos a reificação de suas próprias vidas, transformando o ser em objeto e coisas. Dessa forma, o termo cunhado por Aráoz (2020; 2021), como a força ecobiopolítica da mineração, imprime-se nos corpos, nas emoções, na ideia de civilização desenvolvida e consumista.

Diante da função metabólica do capitalismo, Aráoz (2021) esclarece a contínua recriação e demanda por ampliação das formas de dominação que se configuram em um imperativo de crescimento perpétuo, em que, segundo o autor, as sucessivas crises do capital preparam condições para uma nova expansão de acumulação que não existiria sem a violência. Nesse sentido, o processo de espoliação da natureza mercantilizada abre uma nova porta. Como consequência de escassez de bens naturais à produção de desastres socioambientais, são lançadas também novas oportunidades de negócio. Conforme explicitado na contextualização do capítulo anterior, diante da crise climática e dos frequentes desastres socioambientais, como o rompimento da barragem de Fundão e a subsequente criação da Fundação Renova, observa-se uma expansão das políticas neoliberais no Brasil e o avanço do capitalismo através de desastres (Rojas, 2020; Milanez; Giffoni Pinto, 2016).

Desse modo, as crises socioambientais e os consequentes desastres pertencentes à mineração são apresentados como independentes de relações sociais e de poder que regem a economia capitalista, tendo em vista apenas consertar falhas do mercado produtivo. Nesse sentido, discursos e práticas políticas e econômicas vão consolidando uma hegemonia do chamado desenvolvimento sustentável para economia verde, silenciando processos de injustiças socioambientais. Projetam-se assim sobre o campo da educação e da educação ambiental maneiras de pensar, de ser e de (inter)agir.

Nesta próxima seção, discuto os conceitos de justiça e racismo ambiental, evidenciando a dinâmica desigual desencadeada por um dos maiores desastres

socioambientais da história do país: o rompimento da barragem de Fundão em Mariana, no ano de 2015 e, posteriormente, a criação da Fundação Renova que se desenha sobre uma apropriação dos interesses privados sobre riscos e desastres socioambientais, perpetuando violações de direitos e um tratamento desigual entre as vítimas atingidas pela mineração.

3.3 A MINERAÇÃO E SUAS VIOLAÇÕES: RACISMO AMBIENTAL E A APROPRIAÇÃO PRIVADA DE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

O extrativismo refere-se à extração de grandes volumes de bens naturais para exportação, uma atividade característica de economias primário-exportadoras em países dependentes do Sul Global com destino aos países dominantes do Norte Global. Essa prática evidencia as contradições do modo de produção colonial capitalista (Dilger; Pereira Filho, 2016; Trocate; Coelho, 2020).

Acosta (2016) amplia essa discussão ao introduzir a noção contemporânea do neoextrativismo, que mantém elementos estruturais da colonização dentro do capitalismo transnacional e da globalização. Ele observa que as políticas neoliberais, aliadas às políticas autoritárias, sustentam o modelo de produção primário-exportador. Nesse contexto, a extração mineral em grande escala é frequentemente apresentada como indispensável para combater a pobreza, promover o desenvolvimento e solucionar a crise climática, perpetuando dessa forma a racionalidade colonial capitalista. Esse modelo é baseado na competitividade, eficiência técnica, maximização de renda para poucos e externalização dos impactos socioambientais (Acosta, 2016).

Nessa mesma perspectiva, Acosta (2016) argumenta que são os países ricos em biodiversidade que são lançados ao determinismo do atraso e da pobreza, definindo o conceito do “paradoxo da abundância” ou “maldição dos recursos naturais” como um enfoque ao fatalismo tropical ou determinismo geográfico nas relações de economias dependentes.

Para Acosta (2016), são nos países dependentes que se intensificam reformas políticas e econômicas significativas ao desenvolvimento de outros países. Nessa direção, a dinâmica do mercado de economias primário-exportadoras centraliza riqueza e renda nas mãos de poucos e aprofunda o controle do poder político, agindo no âmbito ideológico ao favorecer grandes empresas de mineração na execução de subsídios e reformas políticas.

Em vista disso, Acosta (2016) argumenta que as empresas mineradoras passam a assumir uma responsabilidade social pelos passivos gerados por seu processo produtivo, enquanto as instituições públicas tornam-se frágeis, concentrando grupos de poder que sustentam seus interesses e debilitam a crítica social. Desse modo, são padronizadas práticas de resolução de conflitos para o uso e gestão dos bens naturais:

[...] os problemas e conflitos derivados do extrativismo seriam resolvidos com uma adequada ‘governança’ na gestão dos recursos naturais. Para tanto, se poderia recorrer às políticas econômicas de inspiração ortodoxa e conservadora, a uma crescente participação da sociedade civil como observadora dos projetos extrativistas e a um maior investimento social em áreas de extrativismo para diminuir a ocorrência de protestos sociais, ao mesmo tempo que devem se tornar transparentes as receitas obtidas por empresas extrativistas, governos regionais e governo central. Os destroços ambientais são assumidos, assim, como custos inevitáveis para se alcançar o desenvolvimento (Acosta, 2016, p. 48-49).

Decorrentes de um processo que legitima a exploração da natureza a qualquer custo, vivenciamos constantes desastres socioambientais que envolvem desde rompimentos de barragens de minérios ao sucumbir de cidades inteiras afetadas por décadas de extrações minerais. São marcas em nosso território brasileiro que remetem às invasões de terras indígenas, ao autoritarismo e à criminalização das lutas sociais, com a repressão sobre as vítimas desse sistema e intensificação dos conflitos em territórios minerados (Acosta, 2016).

Dessa forma, em concordância com o campo da Ecologia Política, o campo da Justiça Ambiental nos auxilia a pensar os sentidos da crise ecológica não como algo generalizado, que afeta indiscriminadamente todos e todas e considera o acesso à natureza de maneira homogênea, nem mesmo colocando a centralidade da responsabilidade dos processos de destruição ambiental em todos os seres humanos como um todo indiferenciado. Ao invés disso, a Justiça Ambiental procura desvelar as concepções dominantes e as relações de poder que se fazem presentes no debate ecológico e, desse modo, provocam e conservam injustiças ambientais.

Tendo em vista a perspectiva de Acosta (2016) sobre o conceito do paradoxo da abundância e da crítica sobre a responsabilidade social das empresas, torna-se possível estabelecer um diálogo com o campo da Justiça Ambiental para a compreensão sobre como a carga mais pesada dos danos socioambientais, produzidos pela atividade econômica primário-exportadora, recai sobre os grupos majoritariamente à margem do sistema capitalista. Nessa linha, a noção de justiça ambiental procura integrar as lutas socioambientais como oposição às relações dominantes.

Durante os anos de 1990, Lawrence Summers, economista chefe do Banco Mundial, foi autor de diversos documentos, como o “Memorando Summers”, em que apresentava razões para que os diferentes ramos industriais mais danosos à natureza fossem encaminhados aos países dependentes:

1) o meio ambiente seria uma preocupação 'estética' típica apenas dos “bem de vida”; 2) os mais pobres, em sua maioria, não vivem mesmo o tempo necessário para sofrer os efeitos da poluição ambiental; [...] 3) pela ‘lógica’ econômica, pode-se considerar que as mortes em países pobres têm um custo mais baixo do que nos países ricos, pois seus moradores recebem salários mais baixos (Acselrad; Mello; Bezerra, 2009, p. 7).

Diante da repercussão negativa, Summers argumentou que sua ideia era apenas um exercício de discussão. Segundo Acselrad, Mello e Bezerra (2009), ao observar as alegações presentes nos relatórios do Banco Mundial, persistem um tratamento organizacional para que os empreendimentos econômicos de grande impacto na vida, na natureza e na saúde fossem destinados às regiões economicamente menos favorecidas do planeta, portanto, provocando a existência de uma desigualdade em termos de proteção e direito ambiental:

Para designar esse fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais, tem sido consagrado o termo injustiça ambiental. Como contraponto, cunhou-se a noção de justiça ambiental para denominar um quadro de vida futuro no qual essa dimensão ambiental da injustiça social venha a ser superada. Essa noção tem sido utilizada, sobretudo, para constituir uma nova perspectiva a integrar as lutas ambientais e sociais (Acselrad; Mello; Bezerra, 2009, p. 9).

Diante do pensamento dominante que passa a colocar o mercado como principal regulador das questões ambientais, surge movimentos por justiça ambiental a fim de articular as lutas sociais com os movimentos populares de base na defesa da natureza. O Movimento de Justiça Ambiental se articula inicialmente a partir dos anos de 1980 nos Estados Unidos, mas já apresentavam entre sindicatos e movimentos sociais, nos anos de 1960 e 1970, diversos embates e análises sobre condições e distribuições de riscos ambientais em locais como áreas de concentração de comunidades negras e pobres:

O Movimento de Justiça Ambiental consolidou-se assim como uma rede multicultural e multirracial nacional, e em seguida internacional, articulando entidades de direitos civis, grupos comunitários, organizações de trabalhadores, igrejas e intelectuais no enfrentamento

do ‘racismo ambiental’, visto como uma forma de racismo institucional (Acelrad; Mello; Bezerra, 2009, p. 23).

No Brasil, foi criada a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) em 2001, após o seminário Internacional Justiça Ambiental e Cidadania, que reuniu diferentes movimentos sociais, sindicatos, ONG's e pesquisadores do Brasil e do movimento por Justiça Ambiental dos Estados Unidos (Acelrad; Mello; Bezerra, 2009).

Como abordado nesse capítulo, no cenário histórico, político e econômico brasileiro, a injustiça ambiental não se dissocia do racismo ambiental gerado, já que desde o contexto colonial e escravocrata “o trabalho de muitos fez do território um mundo para poucos” (Acelrad; Mello; Bezerra, 2009, p. 121).

Da formação do território brasileiro, com o advento da Lei de Terras em 1850, a constituição de relações sociais com base no capitalismo e na propriedade privada até a intensificação econômica neoliberal, reconhecemos a exploração e privatização dos bens ambientais como condição de poder dominante. Assim, a concentração dos meios de produção e de bens naturais, como a terra na mão de poucos agentes, vai intensificando a exploração do trabalho no decorrer da nossa história, configurando e estruturando o país por meio de grandes hidrelétricas, projetos de mineração, monoculturas agrícolas e padrões tecnológicos dominantes.

A naturalização de práticas e atividades industriais danosas à saúde e ao meio ambiente vão definindo e estigmatizando as regiões pela sua “vocação” econômica, motivando a instalação de empreendimentos e silenciando outras formas de vida. Acelrad, Mello e Bezerra (2009) complementam que a escolha de locais para a instalação de atividades industriais poluidoras não é aleatória, mas sim motivada por características socioeconômicas e raciais da população destes locais.

Para analisar os processos de injustiça ambiental nos territórios e a perpetuação do racismo ambiental, a seguir, abordarei o contexto específico de Minas Gerais e os recorrentes desastres socioambientais associados às empresas de mineração. Em particular, discuto o rompimento da barragem de Fundão (Samarco/Vale/BHP Billiton/Fundação Renova) na região de Mariana.

A origem do estado de Minas Gerais se deu nas consideradas terras do ouro, em 1696, durante o ciclo econômico de suporte colonial e escravista, fundando a primeira vila mineira: Mariana. Assim, carregamos “o gentílico relativo ao ofício que foi o leite do Estado, mas também seu algoz” (Papagaio, 2020, p. 24). Hoje, a mineração se estende sobre vários estados brasileiros, incluindo a região Amazônica e o Nordeste. A atividade de exploração, considerada como commodities, concentra-se em grandes

empresas multinacionais, por exemplo, a Vale e a BHP Billiton, sendo elas as maiores mineradoras do mundo (Angelo, 2020). A Vale S.A tem sido a principal empresa mineradora ativa no Brasil, e o minério de ferro o principal mineral extraído no país.

O estado que concentra as maiores operações econômicas de extrações minerais tem por destaque Minas Gerais (Trocate; Coelho, 2020). Não por acaso, a Vale S.A e o território mineiro, mais especificamente o quadrilátero ferrífero, protagonizaram os dois maiores desastres socioambientais do país: o rompimento de barragens de minério de ferro no ano de 2015, em Mariana (Vale S.A/Samarco/BHP Billiton/Fundação Renova), e, em 2019, em Brumadinho (Vale S.A). Os lucros anuais bilionários dessas grandes empresas da mineração carregam diversas contradições, como recorrentes violações de direitos e conflitos. É importante ressaltar que antes mesmo de uma barragem romper, expondo suas violações, a mineração já traz muitas perdas assim que anuncia a sua chegada.

Segundo os argumentos de Maia e Malerba (2019), os grandes empreendimentos minerários apresentam uma infraestrutura não só por parte de uma mina de extração, mas o beneficiamento desse mineral com grande consumo de água, energia elétrica, ferrovias, minerodutos e logística de comercialização, trazendo imensuráveis efeitos para as regiões onde são instaladas, um quadro recorrente de injustiça e racismo ambiental.

Sobre as barragens de rejeitos provenientes das indústrias mineradoras, conforme os dados da Agência Nacional de Mineração (ANM) (Brasil, 2024), há 942 estruturas de barragens de mineração cadastradas no Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração (SIGBM) no Brasil. Destas, 469 estão sujeitas à Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), estabelecida pela Lei nº 12.334 de 2010. De acordo com o enquadramento dessa legislação, as barragens são caracterizadas por terem uma altura igual ou superior a 15 metros, capacidade total do reservatório igual ou superior a três milhões de metros cúbicos, contenção de resíduos perigosos, e por serem categorizadas como de dano potencial médio ou alto em termos econômicos, sociais, ambientais ou de perdas de vidas humanas, além de se enquadrarem na categoria de alto risco segundo os critérios do órgão fiscalizador (Brasil, 2010). Em Minas Gerais, existem 340 estruturas de barragens cadastradas, das quais 202 se enquadram na PNSB, conforme o relatório da ANM (Brasil, 2024). Isso destaca a concentração de barragens de rejeitos de mineração em Minas Gerais com significativo potencial de risco e dano socioambiental elevado.

Apesar da iminência de potenciais riscos relacionados às barragens de rejeitos de minério, assim como da atual crise climática em voga, Zhouiri e Oliveira (2018) esclarecem que são fortes influências políticas que agem para a desregulação socioambiental mesmo após grandes desastres como o rompimento da barragem de Fundão na região de Mariana em 2015. Fialho (2022) esclarece que houve uma flexibilização do licenciamento ambiental em Minas Gerais após o desastre da barragem de Fundão, ao invés de um endurecimento das normas como se esperava. Em sua pesquisa, Fialho (2022) demonstra que a flexibilização ambiental no estado se deu de maneira evidente a partir da edição da Lei estadual nº 21.972 de 2016, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema), o que promoveu significativas mudanças no processo de licenciamento ambiental no sentido de torná-lo mais ágil e menos rigoroso.

Para Fialho (2022), esta flexibilização foi impulsionada pelos setores econômicos, especialmente as indústrias de mineração a partir do financiamento de campanhas eleitorais. Em 2014, “[...] 78,4% dos deputados estaduais e federais eleitos em Minas Gerais receberam doações de mineradoras para suas campanhas” (Fialho, 2022, p. 128). Tendo isto em vista, a autora menciona que dos 77 deputados estaduais eleitos em Minas Gerais em 2014, 56 receberam doações de mineradoras para suas campanhas, o que correspondeu a aproximadamente 72% dos parlamentares da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, representantes em exercício na época em que a flexibilização ambiental foi aprovada.

Mesmo após as mudanças na legislação brasileira em 2016 que passaram a proibir que empresas financiassem campanhas eleitorais, Acselrad (2018, p. 166) considera a presença dessas influências empresariais como uma noção de “capitalismo parlamentar” e demonstra o conflito de interesses e legitimidade política dado as grandes corporações empresariais. O avanço autoritário sobre os bens naturais se dá por meio do ataque às políticas públicas. Assim, uma das consequências da desestruturação das políticas públicas ambientais é a vulnerabilidade das lideranças que lutam pela proteção da natureza e de seus territórios¹⁰.

¹⁰ De acordo com os dados da Global Witness de 2023 a América Latina segue sendo a região mais perigosa do planeta para ativistas ambientais e o Brasil o 2º país mais letal para defensores da natureza. A concentração fundiária, a demora do reconhecimento dos territórios indígenas e quilombolas, a expansão do agronegócio, a exploração madeireira, mineral e de projetos de infraestrutura são apontados como as principais causas dessa violência no Brasil, conforme aponta a Comissão Pastoral da Terra, organização que há décadas mapeia a violência no campo no país (CPT Nacional, 2024).

No caso do estado de Minas Gerais, palco dos dois maiores desastres socioambientais relacionados à mineração, são constantes as situações de ameaça às comunidades tradicionais e indígenas, além da fragilidade de proteção ambiental em áreas de grandes interesses econômicos. Como o caso dos pataxós da aldeia Naô Xohâ às margens do rio Paraopeba, atingidos pela atividade da mineradora Vale, vivendo sobre o rio contaminado pelos rejeitos tóxicos do rompimento da barragem em Brumadinho (MG), a comunidade denuncia a perpetuação da violência, a insegurança em seus territórios e a disponibilidade de elementos mínimos como acesso à água (APIB, 2021).

Importantes regiões de proteção ambiental e reservas hídricas estão sob ameaça da ofensiva da exploração minerária nos territórios de Minas Gerais. Citando essas regiões, temos a Serra do Espinhaço no Vale do Jequitinhonha, em que moradores/as lutam contra a implementação do projeto de mineração em reservas minerais de lítio. A exploração do lítio hoje tem se desdobrado na centralidade de implicações políticas e econômicas, como na promessa às transições energéticas e uma construção da imagem da mineração como “sustentável” (Araújo, 2023). Além disso, a cobiça pelo metal tem gerado conflitos entre países da América Latina como na Bolívia, que possui a maior reserva de lítio do mundo, apontando ser este o interesse principal que motiva golpes políticos nesse país (Leonel Júnior, 2024).

A Serra do Brigadeiro e a Serra do Caparaó na Zona da Mata mineira também estão ameaçadas por grandes empreendimentos de extração da bauxita. Por sua vez, grupos de ambientalistas e comunidades da Serra do Rola Moça e da Serra da Piedade na região metropolitana de Belo Horizonte têm se mobilizado contra extração de minério de ferro. Estas regiões abrigam o conjunto que integra a Serra do Curral e importantes bacias hidrográficas. Na Serra do Gandarela e na Serra da Moeda, também situadas em meio ao quadrilátero ferrífero na região metropolitana de Belo Horizonte, diferentes grupos sociais lutam para defender o maior aquífero preservado em Minas Gerais contra a ofensiva das empresas de mineração (Gomes, 2022; Vasconcelos, 2024).

Em relação às regiões de Minas Gerais impactadas por barragens de rejeitos minerários, são diversas as formas de violências em que atuam as grandes empresas de mineração. De acordo com a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAAV), em uma entrevista para o Jornal A Sirene, são denúncias de perseguições a moradores/as que se articulam contra os danos em suas comunidades, a dificuldade no pagamento de compensações devido à exigência de documentos

inexistentes, pressão e terror psicológico sob o risco e medo de novos desastres no acionamento de sirenes de forma indevida¹¹ (A Sirene, 2022b).

Segundo Bullard (2004), os territórios explorados pela mineração possuem ausência de investimentos econômicos, desemprego, sistemas de saúde sobrecarregados e altos índices de violência. Tal cenário representa um sistema estruturado no racismo ambiental, no qual diferentes grupos e pessoas enfrentam desigualdades nos processos de legitimação que resultam em discriminação e coerção no que se refere à exploração e uso de bens naturais em seus territórios.

Para pensar o contexto desigual da mineração nos territórios afetados em Minas Gerais, desde o seu anúncio até o final de sua exploração com riscos e recorrentes rompimentos de barragens de rejeitos, Maia e Malerba (2019, p. 25) afirmam que:

Essa aparente “coincidência” entre os dois desastres reflete a lógica racista, classista e irresponsável do Estado nos licenciamentos e controle ambiental para favorecer projetos econômicos causadores de injustiças ambientais. A absurda autorregulação, a ausência de fiscalização, de plano de emergência, de sirenes e, sobretudo, de informação antes e depois do desastre estão associadas à escolha locacional dessas barragens. São áreas desvalorizadas pelo mercado imobiliário, onde vivem comunidades negras e pobres, ou de barragens que foram impostas próximas a territórios historicamente ocupados por povos indígenas, quilombolas, agricultores familiares e demais populações tradicionais, não representadas nas esferas decisórias e permanentemente invisibilizadas quando da realização desses grandes projetos.

Para Bullard (2004), a sistemática destruição socioambiental possui em comum o fato de garantir formas de explorações econômicas combinadas com a opressão racial e a desvalorização da vida humana e da natureza, assegurando, assim, os lucros empresariais. Bullard (2004, p. 43) argumenta que “o racismo ambiental é uma forma de discriminação institucionalizada”. O autor apresenta argumentos sobre como o racismo estrutural conforma a paisagem econômica, política e ecológica de determinados espaços servindo como suporte para a exploração da terra, das pessoas e da natureza. Logo, o racismo ambiental opera como arranjo de poder na legitimação das opressões sobre determinados grupos, pessoas e seres não humanos.

¹¹ Casos de acionamento de sirenes têm sido relatados pela mídia, como na reportagem de Luaciana Quierati para a Uol em 2019, em que a mineradora AngloGold Ashanti acionou por engano duas sirenes de emergência em Barra Feliz, distrito de Santa Bárbara, onde se localiza a mina de Gongo Soco pertencente à Vale. Em 2022 também foram registrados acionamentos de sirenes "acidentalmente" provocando a evacuação de moradores na região de Paracatu - MG, com situação semelhante em 2021, o sinal sonoro ficou acionado por 19 minutos e moradores deixaram suas residências às pressas. (Quierati, 2019; G1 Triângulo e Alto Paranaíba, 2022)

Como resposta às desigualdades ambientais que afetam desproporcionalmente determinadas comunidades e grupos com base em raça ou cor, assim como promovem uma marginalização dessas nas tomadas de decisões e imposições aos riscos ambientais, Bullard (2004) destaca a luta por justiça ambiental. Nesse sentido, enfatiza o conceito de equidade que surge junto ao movimento por justiça ambiental, destacando que o sentido de equidade envolve não apenas a ausência de discriminação ambiental, mas também a inclusão de comunidades vulneráveis na tomada de decisões e na implementação de políticas que afetam seu ambiente, significando a justa distribuição dos benefícios ambientais e a proteção igualitária contra os riscos expostos (Bullard, 2004).

Bullard (2004) argumenta que a luta pela equidade ambiental envolve a luta contra as desigualdades e injustiças estruturais que perpetuam o racismo ambiental, assegurando assim que todos os grupos populacionais tenham a mesma oportunidade de viver em ambientes livres de poluição e degradação. A partir do exposto, são apresentadas pelo autor três amplas categorias para a luta pela equidade ambiental no sentido da luta pela justiça ambiental: a equidade de procedimentos, a equidade geográfica e a equidade social (Bullard, 2004). Essas três categorias auxiliam nas discussões sobre como a exploração da mineração nos territórios produzem desigualdades e afetam grupos à margem do sistema capitalista, ou seja, reproduzindo o racismo ambiental e perpetuando a falta de equidade ambiental, o que contradiz as afirmações das empresas em suas propagandas.

Para Bullard (2004), a equidade de procedimentos está intimamente ligada à conformidade com as legislações e à justiça. Idealmente, as regras governamentais, as regulamentações, os critérios de avaliação e a aplicação das leis deveriam ser uniformes em todas as regiões e não discriminatórios. No entanto, na prática, Bullard (2004) argumenta que as proteções ambientais e as decisões judiciais sobre impactos e conflitos socioambientais são frequentemente desiguais. Isso resulta em comunidades marginalizadas enfrentando um tratamento desigual frente a um sistema regulatório e legal, exacerbando as disparidades socioeconômicas e ambientais.

No caso das regiões atingidas pelos rejeitos de minério das empresas mineradoras na Bacia do Rio Doce (Samarco/Vale/BHP Billiton/Fundação Renova), efetivou-se acordos de negociações de conflitos sem a participação das pessoas atingidas, de maneira impopular e antidemocrática, dando origem a Fundação Renova (Rojas, 2020). Em virtude disso, novos dispositivos políticos e econômicos avançam sobre o gerenciamento da crise socioambiental, o que permite que empresas atuem

como gerenciadoras de ações de compensação dos danos causados pelo setor econômico, deslocando o sentido de direitos sociais para o de gerenciamento socioambiental (Zhourri *et al.*, 2018; Santos; Milanez, 2018).

De acordo com Zhourri *et al.* (2018), a ruptura da barragem de rejeitos na Bacia do Rio Doce possui reflexos sobre as flexibilizações da legislação ambiental. Desse modo, a desregulação socioambiental é acompanhada por várias formas de violência, o que inclui processos que visam despolitizar e criminalizar os afetados, movimentos e grupos envolvidos na resistência à mineração, bem como pesquisadores/as críticos/as. No caso do desastre socioambiental, Zhourri *et al.* (2018) argumenta que a resolução negociada de conflitos pressupõe consenso, ao mesmo tempo em que contribui para o agravamento do sofrimento social das vítimas do desastre no Rio Doce, pois as populações perderam sua autonomia de vida, passando assim a depender da empresa para garantir suas indenizações e ajuda assistencialista.

Bullard (2004) argumenta que, em termos de equidade geográfica, deveria haver uma configuração espacial que garantisse a proteção das diversas comunidades em relação à proximidade com fontes de riscos socioambientais. No entanto, em contraste com esse ideal, a desigualdade geográfica se manifesta na proximidade dessas comunidades com áreas de risco e contaminação. Decisões políticas e econômicas frequentemente resultam na localização dessas áreas perigosas próximas às comunidades racializadas, pobres e marginalizadas.

Nesse caso, podemos citar a proximidade das barragens de rejeitos em relação às comunidades, por exemplo da comunidade de Bento Rodrigues (Mariana-MG). Segundo o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da barragem rompida, a escolha do local foi definida sobre o ponto de vista técnico e econômico, sendo as comunidades ao entorno configuradas como “zonas de sacrifícios” (Pereira, 2020, p. 13). São denominadas zonas de sacrifícios áreas e regiões que prevalecem o interesse econômico predatório. Desse modo, são lugares expostos ao risco devido à desregulação ambiental, isenções fiscais e tributárias (Pereira, 2020).

De acordo com Rojas (2020), existiram decisões e negligências que prevaleceram sobre uma lógica corporativa o que levou ao colapso da barragem de Fundão. O autor aponta que desde a construção da barragem, em 2005, até seu rompimento, em 2015, problemas estruturais e de incremento de riscos foram desconsiderados, como a priorização de esforços para retirada das comunidades próximas à barragem em 2012, em sua maioria declarados/as negros/as e pardos/as, para a aprovação de redução de custos e ganhos de produção:

Segundo o MPF, o documento previa [recomendações efetuadas pelo projetista da barragem], em caso de rompimento da barragem, a possibilidade de provocar até 20 mortes, impactos ao meio ambiente por mais de 20 anos, colapso social, impactos ao patrimônio cultural nacional, entre outros. A exatidão das previsões contidas no documento ‘Falha crítica no processo de operação de barragens’ chega a ser chocante (Rojas, 2020, p. 96).

Portanto, Pereira (2020), Rojas (2020) e Wanderley (2015) evidenciam o racismo ambiental potencializado a partir do desastre socioambiental na bacia do Rio Doce, prevalecendo sobre a escolha da localização e instalação da barragem de rejeitos que se rompeu em 2015 uma perpetuação de riscos, contaminações e estimativa dos custos em um cenário de catástrofe, sobre populações majoritariamente negras:

Cerca de 84% da população de Bento Rodrigues, localizado a pouco mais de 6 quilômetros da barragem de Fundão e a 2 quilômetros da barragem de Santarém, é negra. Ainda em comparação com Bento Rodrigues, a comunidade de Gesteira, no município de Barra Longa, passível de inundação no caso de ruptura de Fundão, como ocorreu, verifica-se composição étnico-racial negra em 70,4% e 60,3%, respectivamente (Pereira, 2020, p. 17).

De acordo com Wanderley (2015, p. 4), “Foram, sobretudo, estas comunidades negras as que mais sofreram com as perdas humanas e com os impactos materiais, simbólicos e psicológicos” do rompimento da barragem de Fundão (Samarco/Vale/BHP Billiton/ Fundação Renova).

Do ponto de vista da justiça ambiental sobre a equidade social, esta se realizaria a partir da importância de se considerar a diversidade social e cultural nas decisões ambientais para garantir justiça e igualdade para todos os grupos sociais. Porém, diante da realidade, Bullard (2004, p. 47) demonstra que “As pessoas pobres geralmente trabalham nos empregos mais perigosos, vivem nas comunidades mais poluídas e seus filhos se encontram expostos a toda série de agentes tóxicos nos lugares em que brincam ou nas suas casas”. Nesse sentido, o processo de injustiça e de racismo ambiental não se limita apenas à exposição aos riscos nos territórios atingidos, mas também se manifesta nos passivos ambientais que afetam essas comunidades, como o adoecimento, o desemprego, a violência, a falta de infraestrutura pública, o apagamento da história e da memória local, além da desvalorização de outros meios de subsistência.

O estudo organizado por Pereira (2020) apresenta as múltiplas formas de exposição e contaminação das pessoas atingidas pela lama tóxica da barragem de Fundão na região de Mariana. Segundo a autora (2020), são efeitos sistêmicos com altos índices de metais pesados presentes na água, no ar, no solo e na alimentação das

populações nas regiões atingidas, como em Barra Longa. Contudo, Rojas (2020) demonstra estratégias das empresas envolvidas em buscar deslegitimar os estudos independentes convocados pelos movimentos sociais com as instituições públicas alegando “parcialidade” na ciência. Desse modo, são contratados estudos e pesquisas por parte das empresas de mineração e da Fundação Renova para buscar alegar uma relação de causalidade entre as contaminações e o rompimento, justificando não ser possível comprovar a origem das contaminações com o rompimento da barragem de Fundão e os problemas desencadeados pela mineração. Em contrapartida, os estudos independentes demonstram consistentes dados de contaminação das populações atingidas, elevados índices de arsênio, níquel, manganês, problemas de pele e doenças crônicas (Rojas, 2020; Pereira, 2020).

As pessoas atingidas vivem não somente com o risco de contaminação, mas com o medo de adoecerem. A edição do jornal A Sirene apresenta esse problema através do depoimento do atingido Dinho nas reportagens “Nem mesmo as frutas podemos comer” (Gomes, 2020) e “Papo de cumadres: contaminação” (Papagaio, 2018) ao representar uma conversa entre duas pessoas atingidas. Por exemplo: “Hoje, muitos(as) atingidos(as) convivem com doenças adquiridas depois do rompimento e, para o tratamento, não podem contar com os alimentos plantados, devido à má qualidade da colheita.” (Gomes, 2020, s/p).

É interessante ressaltar que um dos projetos desenvolvidos pela Fundação Renova na cidade de Barra Longa, em parceria com o Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD), tem por objetivo recuperar as hortas das casas atingidas pela lama tóxica, alegando assim que não há nenhuma relação de contaminação e problemas relacionados a plantar alimentos na lama tóxica. O projeto denominado de “Quintais Saudáveis” é apresentado no jornal informativo da Fundação Renova “Terra da Gente” em sua edição número 17, de outubro de 2021: “A proposta é recuperar os quintais da cidade que foram atingidos pela lama de rejeitos. Os primeiros passos foram dados em 2019, mas devido a burocracias e à pandemia, o projeto só começou em campo no início de agosto deste ano” (Terra da Gente, 2021b, p. 7).

A página do jornal em que está presente a divulgação do projeto Quintais Saudáveis apresenta afirmações entre “mitos ou verdade”, conduzindo a legitimação da não toxicidade do rejeito, dizendo ser seguro, portanto, tratar o solo impactado e retornar à plantação em seus quintais: “O rejeito não é tóxico! Verdade! O rejeito é formado por substâncias que são comuns na natureza, como ferro, alumínio e manganês.

Estudos indicam que ele não tem características tóxicas, inflamáveis, corrosivas, reativas ou causadoras de doenças.” (Terra da Gente, 2021b, p. 7).

De acordo com a Fundação Renova, a realização das coletas e análise do solo em que os rejeitos se fazem presentes tem por finalidade apontar se o “solo está fértil e bom para o plantio” e se não há contaminações advindas por “lixo, esgoto e agrotóxico que foram trazidos com a passagem da onda de rejeitos” (Terra da Gente, 2021b, p. 7).

Portanto, a análise de Bullard (2004) e as evidências apresentadas por Pereira (2020) e Rojas (2020) revelam um cenário alarmante de injustiça e de racismo ambiental. A exposição desproporcional de comunidades marginalizadas aos riscos ambientais, a marginalização dessas comunidades na tomada de decisões e a perpetuação de passivos ambientais, como adoecimento, desemprego e apagamento da memória cultural, ilustram uma profunda desigualdade estrutural. O caso da Bacia do Rio Doce exemplifica como a desregulação socioambiental e as políticas corporativas podem agravar as disparidades existentes, resultando em graves consequências para as comunidades afetadas.

A luta por justiça ambiental, conforme delineada por Bullard (2004), requer não apenas a aplicação uniforme das legislações ambientais, mas também a inclusão efetiva das comunidades vulneráveis nos processos decisórios. Somente assim será possível alcançar uma verdadeira equidade ambiental, garantindo que todos tenham o direito de viver em ambientes saudáveis e livres de contaminação.

Com base na análise discursiva dos excertos destacados, ressalto a representação das pessoas atingidas como aquelas que precisam comprovar que foram lesadas de alguma forma. Nesse sentido, por meio dos discursos, revelam-se as estratégias corporativas que procuram assegurar suas relações de poder, com o esforço para legitimar e dissimular as responsabilidades sobre a permanência dos rejeitos tóxicos nas regiões atingidas.

Dessa forma, a ACD e os modos gerais de operação da ideologia de Thompson (2011) podem ajudar a revelar como a lama é reificada pelos discursos da Fundação Renova, sendo o desastre socioambiental colocado como uma situação permanente e natural, assim naturalizando o fenômeno do rompimento da barragem de Fundão.

Sendo a justiça ambiental o campo teórico e prático que se fundamenta na luta para o desenvolvimento de ferramentas, estratégias e políticas públicas destinadas a eliminar condições e decisões que sejam injustas e parciais, junto aos movimentos sociais (Bullard, 2004), a ACD auxilia, através do discurso, a desvelar as estruturas que

contribuem para produzir e reproduzir exposições diferenciadas e a proteção desigual entre grupos e comunidades (Chouliaraki; Fairclough, 1999; Fairclough, 2003).

Referente aos impactos que os empreendimentos extrativistas produzem, Gudynas (2015, p. 51) desenvolve o conceito de “efeitos derrame”. Segundo o autor, enquanto os impactos locais são observados nas áreas diretamente afetadas pelos grandes empreendimentos, como a contaminação do solo e da água pela mineração ou o avanço da fronteira agrícola sobre áreas naturais, os “efeitos derrame” se estendem para além dessas localidades. Isso quer dizer que as atividades extrativistas impactam e influenciam significativamente a economia nacional, as dinâmicas políticas, a gestão territorial, a inserção internacional do país e até mesmo as práticas governamentais. Esses efeitos não se limitam aos impactos imediatos sobre o ambiente e as comunidades locais, mas permeiam toda a estrutura socioeconômica e política do país, com as injustiças socioambientais atravessando diferentes escalas e níveis.

O rompimento da barragem de Fundão (Samarco/Vale S.A/BHP Billiton/Fundação Renova) em Mariana, em 2015, marca um cenário que revela novos arranjos institucionais e privados, impulsionando um modelo de privatização a partir de desastres socioambientais (Santos; Milanez, 2018; Rojas, 2020). Segundo Rojas (2020), esta nova estrutura de acordos entre instituições públicas e privadas deu origem à Fundação Renova, caracterizando o que a autora chama de ascensão de um capitalismo de desastre (Klein, 2008; Rojas, 2020).

Sobre o capitalismo do desastre, baseado em Klein (2008), Rojas (2020) analisou as fases que constituem as “terapias de choque” para a consolidação desse modelo no Brasil após o rompimento da barragem. Segundo a autora, três fases foram necessárias para isso. A primeira ocorreu com o evento físico do rompimento da barragem de Fundão em Mariana, que devastou extensas áreas ao longo da bacia hidrográfica até a foz do Rio Doce, no Espírito Santo. A segunda fase consolidou-se na formação de um acordo que incluiu programas econômicos e ambientais controversos, que resultou na criação da Fundação Renova para reparação e gestão dos danos. A terceira fase envolveu técnicas e mecanismos que visaram neutralizar a resistência das comunidades afetadas e oferecer acordos precários para diferentes grupos (Rojas, 2020).

Rojas (2020) identifica que, inicialmente, operações corporativas permitiram uma série de falhas, omissões do estado e negligências que culminaram no colapso da barragem de Fundão. Segundo a autora, documentos analisados indicam o descumprimento de recomendações e estudos elaborados antes do rompimento, revelando graves falhas operacionais. Essas falhas foram submetidas pela queda dos

preços do minério de ferro no mercado financeiro, colocando em segundo plano a segurança das pessoas e do ambiente (Rojas, 2020).

Ao explorar as relações históricas que levaram ao desastre da barragem de Fundão, Rojas (2020) argumenta que tal rompimento revela o que anteriormente estava obscurecido pela imagem de governança empresarial global. Para a autora, o capitalismo do desastre procura reconfigurar essa governança a partir das relações sociais que sustentam o capitalismo, reduzindo o espaço político em favor de tecnologias de negociação de conflitos baseadas em parcerias, responsabilidade empresarial e consenso.

Para Zhouri (2020), a institucionalização da Fundação Renova representa uma tecnologia de resolução de conflitos, deslocando o crime socioambiental a um evento, naturalizando-o, como caracterizado no próprio documento de formação da Fundação Renova – ou seja, o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), firmado entre as empresas responsáveis e os órgãos públicos sem a participação das pessoas atingidas.

Segundo Santos e Milanez (2018), a Fundação Renova representa uma substituição dos dispositivos de regulação pública já precarizadas para a autorregulação, ou governança empresarial, como uma decisão técnica de aprofundamento neoliberal correspondente a uma expansão de programas corporativos de “resolução” de conflitos sociais. Segundo os autores, o TTAC “[...] não apenas dá à Fundação Renova o poder de arbitrar quem seriam as pessoas afetadas, como ainda cria uma série de restrições e exigências para que as pessoas possam ser reconhecidas como atingidas e, conseqüentemente, indenizadas” (Santos; Milanez, 2018, p. 142).

A Fundação Renova surge como resposta ao desastre socioambiental associado às empresas mineradoras Samarco/Vale/BHP Billiton, ampliando a dinâmica do capital ao desempenhar papéis centrais diante das crises socioambientais. Rojas (2020) destaca que a organização teve total autonomia para gerenciar a reconstrução e compensação sob a dinâmica do mercado, prevalecendo a essência sobre a competitividade e enfraquecendo as forças sociais e democráticas em tempos de crise.

Sem que a reparação integral às comunidades atingidas tenha sido realizada, é importante destacar que, em 2024, as mineradoras obtiveram a anuência do governo municipal de Mariana para a aprovação do Projeto Longo Prazo da Samarco Mineração S.A. (Vale e BHP Billiton) em processo de licenciamento ambiental. Este projeto busca expandir a capacidade produtiva da mineradora, incluindo a ampliação da estrutura de lavra, a instalação de uma correia transportadora e a construção de duas novas pilhas de

estéril de rejeitos de grande porte, que estão previstas para serem instaladas em Camargos e Bento Rodrigues, localidades severamente afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão (GESTA, 2024).

O capitalismo do desastre se consolida no Brasil com a privatização das escolhas de indenização, sem a participação efetiva e informada da população atingida, fragmentando as comunidades e ampliando os danos socioambientais (Rojas, 2020). A Bacia do Rio Doce se tornou um campo de experimentação desse modelo, uma vez que utiliza técnicas privadas para recuperar áreas atingidas por rejeitos de mineração. Além disso, Rojas (2020) analisa como os interesses empresariais predominam nos processos de gestão de desastres, exemplificado pelo caso de Brumadinho em 2019, onde a Vale S.A novamente controlou a resposta à crise e as operações de reparação, beneficiando-se do mercado de reparação:

De maneira similar ao acontecido após o rompimento da barragem de Fundão, desde o primeiro dia [do rompimento da barragem B1], a Vale controlou o cenário do crime, as informações, o processo de cadastramento e as ações de reparação e compensação. Mais uma vez, o mercado da reparação e reconstrução havia sido aquecido pela empresa e para a empresa (Rojas, 2020, p. 288).

Ao mesmo tempo em que a ofensiva da mineração ganha contornos cada vez mais legítimos de apropriação dos territórios a partir do mercado da reparação, de acordo com Milanez (2021, p. 05), o setor mineral vivencia uma “crise de reputação em escala mundial” devido aos custos das imagens dos impactos gerados pelo setor extrativista. Dessa maneira, grandes empresas de mineração têm procurado consolidar estratégias de legitimação a partir da cooptação de outros discursos, como o da crise climática. Assim, o setor mineral vem despontando na agenda ambiental, seja a partir dos seus impactos gerados, ou pela busca de consolidar uma imagem positiva, como setor essencial para garantir tecnologia e transição na utilização de energias renováveis.

Segundo Milanez (2021), a consolidação e a legitimação de um discurso positivo da mineração amparam-se pela narrativa da sustentabilidade, concomitante com a ampliação e aprofundamento dos conflitos, impactos e injustiças ambientais, principalmente em países do Sul Global. No exemplo das transições energéticas, grandes corporações minerais têm buscado no discurso de uma “mineração sustentável” potencializar construções simbólicas positivas, justificando a extração de requisitos

minerais para as “energias limpas”¹² (Milanez, 2021, p. 4). Novos discursos que buscam legitimar a exploração pintam-se de verde, exacerbando os conflitos em uma constante relação de perpetuação e dominação dos territórios em vista da promessa do crescimento econômico e uma proposta ilusória pela sustentabilidade (Angelo, 2021; Milanez, 2021).

Saes *et al.* (2021) procuram evidenciar como atividades e práticas corporativas passam a adotar iniciativas de responsabilidade social, incluindo o discurso ambiental, como resposta às pressões sociais e ao mercado, ao mesmo tempo em que produzem injustiças e cooptam a resistência social. Segundo os autores, o contexto da responsabilidade social corporativa na mineração se fortalece com o avanço do neoliberalismo e como mecanismos privados de gestão ambiental. A responsabilidade social corporativa (RSC) procura estabilizar as crescentes resistências das comunidades aos projetos minerários, neutralizando os conflitos, como uma licença social para operar (Saes *et al.*, 2021).

Segundo Giffoni Pinto (2019), os discursos e as ações empresariais de diferentes setores, como o extrativismo mineral, procuram gerenciar os riscos de sua lucratividade, contento as críticas sociais. Nessa linha, a autora revela como as práticas corporativas procuram neutralizar essas críticas, imergindo inclusive sobre práticas e discursos advindos dos movimentos sociais. Assim, pautas fundamentais para os movimentos sociais, como a luta antirracista, as questões de gênero, a agroecologia e outras temáticas ambientais são absorvidas pelo discurso empresarial.

A gestão social do risco abarca a esfera ideológica e simbólica na apropriação de outros discursos como parte dos objetivos de:

conhecer as políticas institucionais do Estado, as políticas intersticiais nos territórios, as práticas coletivas dos movimentos sociais, e interferir em todos esses espaços para garantir a estabilidade necessária para o desenvolvimento dos negócios empresariais (Giffoni Pinto, 2019, p. 77).

¹² As políticas e os discursos que envolvem a transição energética visam substituir o uso de combustíveis fósseis, como o petróleo e o carvão, para energias conhecidas como renováveis, ou de “baixo carbono”. Porém, fontes de “energias limpas”, dependem de fabricações de máquinas e transmissões com grande necessidade de diferentes minerais, a exemplo da geração de energia solar e eólica, bem como diferentes processos de intervenções no ambiente, mantendo a concentração de poder pelas grandes empresas multinacionais da mineração. Portanto, a demanda global por minerais para as energias limpas, continuariam a intensificar processos de impactos e injustiças ambientais (Milanez, 2021) pela mesma dinâmica do capital.

Dessa maneira, o desastre socioambiental não se esgota em um dado período, mas permanece e agudiza a situação de vulnerabilidade das pessoas atingidas potencializando a injustiça socioambiental nos territórios.

Zhourì (2020) e Zhourì *et al.* (2016) discutem como, no caso do rompimento da barragem de Fundão, a criação da Fundação Renova, como um novo ordenamento gerencial de crises e riscos, gerou o sofrimento social, ou seja, um processo de despolitização do debate sobre os danos, incertezas dos direitos das vítimas e a busca incessante por uma reparação e reconstrução justa.

O sofrimento social, portanto, apresenta-se como uma consequência dos arranjos políticos e empresariais de mediação do desastre socioambiental, perpetuando as “[...] injustiças socioambientais sob o manto da mitigação, da mediação e do acordo, que, por vezes, operam imposições excludentes, cujo efeito é a flexibilização de direitos já garantidos pela Constituição Federal brasileira” (Zhourì, 2018, p. 34).

Diante do exposto, os desastres socioambientais são inerentes aos processos políticos e econômicos das indústrias de mineração, que reproduzem e multiplicam violações nos territórios, como uma perpetuação da colonialidade na modernidade. Esta é uma questão de luta por justiça ambiental que afeta não somente ecossistemas, mas também diferentes modos de vida e grupos sociais, diferentes formas de conceber, ser e estar com a natureza.

Dessa forma, partirei para outros princípios teóricos que versam sobre a educação e a educação ambiental a fim de abrir reflexões e questionamentos sobre os discursos universalizados da mineração, como aqueles relacionados ao gerenciamento de desastres e à responsabilidade social corporativa que alegam ter a sustentabilidade em seu cerne. Face a isso, busco desvelar esses discursos através dessas perspectivas teóricas, o que implica um enfrentamento pedagógico que considera novas formas de relação com a natureza. Compreender como essas dinâmicas de poder operam é fundamental para enfrentá-las e, conseqüentemente, resistir e transformá-las.

O campo da educação ambiental emerge, assim, como um campo de conhecimento em disputa, já que sobre a educação ambiental atravessam sentidos ideológicos e hegemônicos que podem silenciar os processos que condicionam riscos e desastres socioambientais, sendo programas educativos ambientais uma das estratégias educativas oferecidas pelas empresas de mineração nos territórios atingidos. Diante de significações discursivas que mercantilizam a natureza, despolitizam a questão socioambiental e silenciam injustiças, outras forças sociais também se manifestam na

defesa de seus territórios e da natureza, sendo fundamental considerar a pluralidade da luta socioambiental.

No próximo capítulo, abordarei a educação ambiental como um campo teórico e prático que nos permitirá desvelar as forças ideológicas presentes nos discursos, no que condiz a uma formação educacional para a sustentabilidade, especialmente no contexto das práticas corporativas da mineração. A educação ambiental que defendo busca promover a visibilidade no combate ao racismo e à injustiça socioambiental. Sendo fundamental ainda se envolver no fortalecimento da legislação e regulamentação ambiental, combatendo a chantagem econômica e política que estão sobre os discursos consensuais e hegemônicos, denunciando as brechas dos privilégios empresariais nos territórios. Este é um caminho possível para a construção de anúncios a outros saberes subalternizados em busca da emancipação socioambiental.

4 “DA LAMA AO CAOS”: O EMPREENDEDORISMO COMO PROPÓSITO EDUCATIVO DIANTE DAS CRISES SOCIOAMBIENTAIS

[...] Basta deixar tudo soando bem aos ouvidos
 O medo dá origem ao mal,
 o homem coletivo sente a necessidade de lutar,
 o orgulho, a arrogância, a glória
 enche a imaginação de domínio.
 São demônios,
 os que destroem o poder bravo da humanidade [...]

Monólogo ao pé do ouvido,
 Canção de Chico Science e Nação Zumbi (1994)

“Monólogo ao pé do ouvido”, canção de Chico Science e Nação Zumbi de 1994, é a música introdutória do disco “Da lama ao caos” e foi escolhida para iniciar este capítulo como um convite à reflexão e à apresentação dos temas que aqui serão abordados. Como uma referência artística, a canção provoca a pensar o contexto brasileiro e a educação sob a influência das forças de mercado. A ofensiva neoliberal e a globalização como discurso único, germinam novas formas de educar para o consumo, competitividade e práticas individualizadas, minando assim os homens e mulheres em coletividade. “Da lama ao caos” atravessa o mangue, mas também as barragens de rejeitos de minérios em Minas Gerais, quando, metaforicamente, outras barragens, entre forças políticas e econômicas dominantes, erguem-se como discursos e práticas educativas que procuram silenciar os conflitos nos territórios.

De acordo com Dardot e Laval (2016), o poder econômico e político neoliberal é exercido por uma coalizão de grupos que detêm uma influência desproporcional sobre as políticas públicas, favorecendo seus próprios interesses. Esses grupos incluem elites políticas e econômicas, multinacionais, atores financeiros e grandes organismos econômicos internacionais. Juntos, formam uma aliança de poder que exerce uma função política significativa em escala mundial.

Seguindo essa reflexão, Frigotto (2010) argumenta que a expansão do capitalismo, entre os anos de 1970 e 1990, passa a revelar intensas problemáticas político-econômicas de profundas crises e contradições, entre elas o desemprego estrutural, o subemprego, a fragilidade nas forças de resistências, degradação ecológica e acumulação do capital.

Dardot e Laval (2016) argumentam que, em momentos de crise, o capitalismo, estruturado pela política econômica neoliberal, demonstra uma notável capacidade de

autofortalecimento. Isso quer dizer que, mesmo diante de crises, o neoliberalismo persiste, utilizando das próprias crises como oportunidades para reforçar e expandir seu domínio. Isso posto, novas estratégias de governança consolidam ainda mais o poder e influência das políticas neoliberais como respostas às crises, principalmente em contexto de desastres socioambientais. Dardot e Laval (2016) criticam essas transformações advindas do neoliberalismo, argumentando que a educação deixa de ser um direito universal voltado para a formação integral dos indivíduos e passa a ser um instrumento de mercado que prioriza a eficiência econômica e a competitividade individual.

Nesse sentido, a essência educativa sustenta a cultura empresarial e o espírito empreendedor que passam a ser mobilizados como valores de existência, sendo assim cultivados no âmbito educativo. Dardot e Laval (2016) apontam para essa formação ideológica e hegemônica como essencial para o funcionamento da sociedade neoliberal, a fim de preparar indivíduos para um mercado de trabalho flexível e competitivo, ao mesmo tempo adaptados para as incertezas e crises do mundo contemporâneo.

Conforme discutido nos capítulos anteriores, os problemas socioambientais desencadeados pelo modo de produção capitalista encontram ênfase em um novo processo político hegemônico que procura conduzir sentidos educativos à consciência social para práticas individuais fomentadas por novos setores econômicos, por exemplo, o da responsabilidade empresarial. No processo de buscar consenso, o neoliberalismo amplia sua influência de poder, à medida que oculta suas dinâmicas opressivas por meio da hegemonia, moldando novos modos de vida, interação e subjetividades.

Em meio às terras exauridas e novos padrões de consumo, o caminho apontado pelas noções dominantes reproduz o modo de produção capitalista como a única saída possível. Dessa forma, aparta reflexões sobre novos horizontes que emergem das lutas populares e de outras formas de ser e estar com a natureza.

Em resposta às crises socioambientais, o poder dominante busca padronizar um tipo de ensino que busca promover discursos e práticas que reforçam os interesses econômicos e políticos globais. Para Meira e Sato (2005), as respostas às crises socioambientais se apoiam hegemonicamente em uma educação ambiental que busca promover soluções técnicas sem questionar as estruturas de poder e que ignora outras abordagens educativas mais críticas e holísticas.

Essa abordagem educativa dominante defende o desenvolvimento sustentável como regra e coloca como problema central dos impactos ambientais a densidade demográfica, assim como a pobreza como algo inerente a certas regiões, sem considerar

as desigualdades geradas pelo sistema capitalista. Além disso, atribui a essas regiões a responsabilidade pelos impactos ambientais, ignorando as causas estruturais e globais da degradação ambiental (Meira; Sato, 2005).

Em diálogo com a Ecologia Política, há uma crescente crítica no campo da educação ambiental sobre a noção política do desenvolvimento sustentável, uma vez que o termo foi apropriado pelo capitalismo e associado a um viés de conciliação e de individualismo. Desse modo, separa as problemáticas ambientais da permanente desigualdade que o modo de produção capitalista perpetua, bem como silencia outras dimensões da natureza sobre outros olhares que compreendem o mundo (Loureiro, 2012).

Este pensamento também é discutido por Ferdinand (2022) que utiliza conceitos metafóricos e metáforas políticas para demonstrar como o discurso ambientalista dominante pode perpetuar exclusões e desigualdades, conservando em sua essência a exclusão dos corpos escravizados e subalternizados e igualmente a exclusão do próprio mundo. Para o autor, o discurso tecnicista, ao tratar das questões ambientais, concentra-se em soluções técnicas para os problemas socioambientais do mundo, mantendo a estrutura de dominação e violência intacta.

Conforme Ferdinand (2022) demonstra, o ambientalismo globalizante está regido sob a aparência de proteger a Terra, reproduzindo uma humanidade homogênea, ao mesmo tempo em que reproduz mecanismos de exclusão e dominação. O autor argumenta que essa é uma ecologia da “Arca de Noé”, como uma política do embarque designando “as disposições e engenharias políticas e sociais que têm por objetivo determinar o quê e quem é contabilizado e embarcado no navio, assim, como o quê e quem é abandonado” (Ferdinand, 2022, p. 97).

Em um importante texto de Leher (2014), sobre os problemas socioambientais no Brasil e sobre a hegemonia na educação ambiental, são expostos fundamentos de um novo padrão de acumulação vigente, relacionado diretamente a uma hegemonia neodesenvolvimentista, ou seja, novos contornos de acumulação do capital que ascendem após a década de 1990 pelo neoliberalismo tendo em vista o ecoeficientismo. Para o autor este novo padrão de acumulação vigente desencadeia consequências com grande intervenção dos interesses corporativos e empresariais nas relações com o Estado. Ao comentar o cenário brasileiro, o autor destaca o forte impacto dessa dinâmica política e econômica sobre os

[...] trabalhadores do campo (daí a luta secular pela reforma agrária), povos indígenas (lutando por seus territórios, em especial contra a

proliferação de hidrelétricas, mineradoras a céu aberto, empreendimentos agrícolas e de criação de gado, (notadamente na região amazônica) e trabalhadores que vivem nas periferias das grandes cidades, expropriados de moradia e de direitos sociais básicos (Leher, 2014, p. 277).

A outra consequência apontada pelo autor se instala sobre “o baixo custo da força de trabalho” (Leher, 2014, p. 277), ampliadas pelas corporações financeiras e commodities. Portanto, ao apontar estas críticas, o autor considera o desafio posto para a educação ambiental no Brasil, quando, para alcançar uma justiça ambiental e uma transformação social, faz-se necessário “criar espaços e estratégias capazes de enfrentar a hegemonia da narrativa neodesenvolvimentista” (Leher, 2014, p. 229), sendo esta a hegemonia neoliberal.

Em um cenário em que prevalecem as ofensivas neoliberais, Layrargues (2017) esclarece o quanto as questões ambientais no país estão imersas em um forte movimento antiecológico. Isto quer dizer que um conjunto de práticas políticas e econômicas se sustenta na legitimação de discursos amplamente difundidos e disseminados na vida social, alterando assim legislações, desqualificando ecologistas e ambientalistas e ameaçando lideranças ambientais.

Desse modo, a barbárie, como classificada por Cosenza (2020), desdobra-se nas ofensivas às políticas públicas em educação, como na formação de professores/as, consolidando maiores poderes ao mercado e invisibilizando ações políticas, convertidas na submissão ao que deve ou não ser ensinado. Cosenza (2020) faz um importante paralelo da conjuntura atual com a força simbólica do pensamento hegemônico da classe dominante em projetos educacionais. Dessa maneira, os valores dominantes, a exemplo da competição, produtividade, individualismo e o mercado, seguem inalterados pelo interesse da classe dominante enquanto enfrentamos as crescentes consequências da emergência climática, desastres socioambientais e, cada vez mais, o aumento de assassinatos de lideranças ambientais. Ativistas esses que questionam, entre outras coisas, como “As forças de mercado dentro desse sistema produtivo são capazes de realizar uma sustentabilidade social, plural, complexa, global e coerente?” (Cosenza, 2020, p. 34).

Com esta reflexão proposta, vão sendo trilhadas outras possibilidades no campo da educação ambiental, enquanto teoria e prática em movimento, rumo a romper com a internalização dominante e tendo em vista alternativas de emancipação socioambiental. A luta, portanto, insere-se na intervenção de uma educação ambiental compromissada com o sentido político e pedagógico, procurando assim desvelar os sentidos ideológicos

que asseguram as relações de dominação e, neste âmbito, subverter a lógica de uma sustentabilidade de mercado (Cardoso; Cosenza, 2022). É a partir desse desafio posto ao campo da educação ambiental que convoco Mészáros (2008) na introdução deste capítulo, ao apresentar considerações importantes sobre a necessidade da mudança estrutural na educação para além do capital, representando, na prática social, as diferentes forças simbólicas e ideológicas que precisam ser rompidas.

Para Mészáros (2008), as soluções não podem ser apenas formais, mas sim essenciais. Isso quer dizer que pensar a educação é pensar em seu âmbito de internalização e legitimação do poder hegemônico vigente, assim como aquilo que busca transgredir sua lógica, já que, ao internalizar modos de ser e agir pelos processos educacionais, são articulados mecanismos de imposição, violência e força, como também de aceitação e consenso:

As determinações gerais do capital afetam profundamente cada âmbito particular com alguma influência na educação, e de forma nenhuma apenas as instituições educacionais formais. Estas estão estritamente integradas na totalidade dos processos sociais. Não podem funcionar adequadamente exceto se estiverem em sintonia com as determinações educacionais gerais da sociedade como um todo (Mészáros, 2018, p. 43).

O campo da educação ambiental, portanto, enfrenta as determinações do capital, como repetição do passado que perpetua essa essência colonial por meio das políticas neoliberais, em que são estimulados novos padrões de modos de ser, de conhecer e de se relacionar com a natureza. Este modelo revela um mundo hegemonicamente centrado na busca por prestígio, sucesso, dinheiro e progresso, refletindo o sistema-mundo-colonial-moderno. Nesse sentido, a formação política e econômica neoliberal mantém essas condições, ao passo que priva a vida em todas as suas formas por meio de variadas maneiras de expropriação: terra, trabalho, território, conhecimento, saberes, “necessárias à acumulação de capital e à reprodução social” (Loureiro, 2019, p. 35).

Buscando dialogar com a epígrafe deste capítulo, reflito junto a Galeano (2015, p. 5) sobre as relações de dominação fomentadas pela mineração, que são vestígios coloniais da estrutura capitalista presente na sociedade brasileira contemporânea, lançando a seguinte questão: “A história não quer se repetir - o amanhã não quer ser o outro nome do hoje - mas, a obrigamos a se converter em destino fatal quando nos negamos a aprender as lições que ela, senhora de muita paciência, nos ensina dia após dia.”

Pensando assim, na insurgência de diferentes movimentos ecológicos, Porto-Gonçalves (2006b) considera a diversidade de caráter político-cultural que se manifesta sobre diferentes segmentos da sociedade com motivações políticas e ecológicas distintas. Para o autor, são diversas propostas e apropriações que consagram a questão ambiental inserida em uma sociedade contraditória. Portanto, caberia aos movimentos ecológicos distinguirem as diferentes apropriações, com atenção política sobre quem propõem a defesa ao meio ambiente: “[...] se todos falam em defesa do meio ambiente por que as práticas vigentes são tão contraditórias e, pior, devastadoras?” (Porto-Gonçalves, 2006b, p. 17).

Para Trein (2012, p. 301), a educação na relação com a educação ambiental crítica, busca transformar “as visões de mundo que dão sustentação política e ideológica, científica e tecnológica ao sistema que mercantiliza as dimensões da vida [...]”. Esta relação deve ser acompanhada da denúncia dos limites do capitalismo, cada vez mais predatórios, para o anúncio de uma outra direção, a fim de construir horizontes de luta para romper com a barbárie que culmina na degradação da vida e da natureza. De acordo com Trein (2012), o pensamento crítico na educação ambiental necessita de seu compromisso ético-político, sendo assim inseparável da dimensão ideológica nas lutas de classe: “Como temos construído conhecimentos sobre a realidade, que leituras de mundo temos feito e em que medida elas se constituem em leituras crítico-reprodutoras ou se convertem em crítico transformadoras?” (Trein, 2012, p. 299).

Os novos arranjos do capital colocam o campo da educação ambiental para reflexão de sua práxis. Meira e Sato (2005) apontam para o fortalecimento do campo da educação ambiental junto à luta pela justiça social, a fim de reconhecer a educação ambiental em disputa por outros modos de vida, de conhecimento e de ser e estar com a natureza.

Do mesmo modo como na canção de Chico Science e Nação Zumbi, há uma convocação histórica para o campo da educação ambiental. Chico Science canta por Zapata, Zumbi, Sandino, Antônio Conselheiro e os Panteras Negras. Podemos de igual modo cantar os diversos nomes que se ascendem pelo campo da luta socioambiental, entre a crítica, a ecologia política e a decolonialidade, (re)vivendo os saberes de tantos. A saber: Chico Mendes, Ana Primavesi, Berta Cáceres, Rosa Luxemburgo, Carolina de Jesus, Nego Bispo, Lélia Gonzalez, Michèle Sato, entre muitos/as outros/as. Mulheres e homens do campo e da cidade de nosso tempo, movimentos de luta presentes em nossa história que não deixam a chama pedagógica do “poder bravio da humanidade” se apagar.

A partir da perspectiva da luta do campo da educação ambiental, visando explorar as questões que colocam a essência educativa em disputa, este capítulo está dividido em duas seções. A primeira seção discute sobre o projeto neoliberal na educação e o fortalecimento dos interesses privados na gestão pública, de modo a evidenciar como esses fatores são influenciados pela ideologia da responsabilidade social, além de elucidar a concepção política da sustentabilidade como forma de dominação, tendo em vista uma educação para o conformismo social. A segunda seção apresenta a problemática da mineração no campo da educação ambiental, debatendo sobre o projeto neoliberal e os enfrentamentos postos ao campo diante de uma educação para o desenvolvimento sustentável (EDS). Nesta seção, aponto para a discussão sobre o viés de uma educação empresarial e neoliberal da EDS e suas implicações para o campo da educação ambiental.

4.1 A RELAÇÃO NEOLIBERAL COM A EDUCAÇÃO E O EDUCAR PARA O CONSENSO

Com as transformações no mundo contemporâneo, a crise estrutural do capitalismo emergiu entre os anos de 1970 e 1990, gerando novas demandas de qualificação humana e divisão do trabalho decorrentes da globalização. Nesse contexto, os processos de acumulação do capital foram reorganizados e reestruturados para se adaptar às crises do capitalismo. Frigotto (2010, p. 69) elucidada como “de tempos em tempos, o sistema, de forma global, enfrenta crises violentas e colapsos que não advêm de fatores exógenos, mas justamente do caráter contraditório do processo capitalista de produção”. Portanto, em cada tempo histórico, a crise do capital possui especificidade e materialidade, reveladas nos destroços dos corpos e da natureza, assim como das relações de poder.

Frigotto (2010) descreve pontos chave e históricos para entender a crise do capital, cujos desdobramentos ocorreram entre as décadas de 1930 e 1970. Nesse período, as políticas de Estado de Bem-Estar Social¹³, que configuravam o mundo em um modo fordista-taylorista de acumulação, começaram a se saturar progressivamente.

¹³ O modelo de acumulação advinda das políticas do Estado de Bem-Estar Social possui características que são sintetizadas por Frigotto (2010). Segundo o autor, este modelo possui como premissa a organização do trabalho e divisão do trabalho segmentadas em estruturas mais rígidas de conhecimento. A produção e acumulação do capitalismo movida pela lógica da grande escala e consumo de massa e; a base ideológica constituída sobre relações sociais regularizadas e instituídas com maior participação estatal, na garantia dos direitos sociais básicos (saúde, educação, trabalho etc.) dentro dos limites do capital.

Diante dos novos limites do capital, a alternativa se deu mediante a ofensiva das políticas neoliberais¹⁴. Segundo Frigotto (2010), as consequências dessas políticas se desdobraram em um processo de privatização e padronização do conhecimento:

Os efeitos do ajuste neoconservador no enfrentamento da crise, que significa a definição de um novo modelo de acumulação e regulação social, dentro de um novo reordenamento mundial, têm como consequência o aumento da exclusão social. A ideia de custos sociais e humanos materializa-se pelo aumento da miséria absoluta, da fome, da violência de doenças endêmicas e pelo desemprego estrutural que atinge de modo diferenciado os países do Cone Norte e Sul (Frigotto, 2010, p. 89).

Frigotto (2010) esclarece que diversas partes do mundo passam a sofrer os efeitos e consequências das crises sistêmicas do capital, bem como das políticas neoliberais implementadas como respostas às crises. No entanto, segundo ele, a América Latina e os países de terceiro mundo são atingidos de maneira aguda por esta reestruturação e reorganização do capitalismo, em sua essência, nos mecanismos políticos para os processos de maximização do lucro, protagonizados por grandes corporações transnacionais e domínio do capital financeiro.

Com a expansão das políticas neoliberais no mundo, houve implicações na educação política das sociedades contemporâneas, para assim afirmar as novas referências conduzidas a garantir o funcionamento do capitalismo. A pesquisa de Martins (2009) conduz o olhar para compreender esta nova reconfiguração do capitalismo e seus efeitos e consequências na educação política dos países como no Brasil. Para tal, possui como perspectiva epistemológica o materialismo histórico-dialético e baseia-se nas formulações teóricas de Antonio Gramsci ao esclarecer o conceito de *sociabilidade*.

Martins (2009) destaca que as orientações para o neoliberalismo guiaram uma nova difusão para a sociabilidade dirigida para educar o consenso pelo interesse do capital. Segundo o autor, são relações de força que se inserem no âmbito das relações do Estado capitalista e definem “práticas pedagógicas destinadas a educar o consenso e ordenar a sociabilidade” (Martins, 2009, p. 18). Além disso, argumenta que as privatizações são as principais reformas estruturais na realização do projeto neoliberal, tendo o individualismo como premissa de valor moral radical. Dessa forma, os

¹⁴ Martins (2009) apresenta uma análise crítica profunda sobre as políticas neoliberais concentradas nas obras de Friedrich Hayek, um dos principais intelectuais orgânicos do pensamento neoliberal.

aparelhos de Estado são orientados a “fiscalizar e conceder contratos de exploração sem maiores restrições aos interesses privados ao invés de atuar diretamente na produção e controle de mercadorias, de serviços e de transações financeiras” (Martins, 2009, p. 49).

Nesse sentido, os aparelhos de Estado, envolvidos em um conjunto de formulações e práticas políticas neoliberais, passam a legitimar as questões prioritárias ao mercado e de interesse da burguesia, agindo coercitivamente sobre qualquer condução contrária a manutenção do capitalismo. Como esclarece Martins (2009, p. 54), pelas orientações neoliberais, as organizações políticas da classe trabalhadora “não deveriam alcançar os níveis mais elevados da consciência política coletiva, evitando-se o espírito do confronto [...]” e de alternativas emancipatórias indesejáveis a ordem do capital. Dessa maneira, a luta política e coletiva deveria “[...] abandonar o confronto e assumir a colaboração como referência de ação política” (Martins, 2009, p. 54).

Na redefinição dos aparelhos de Estado pelo projeto neoliberal, estratégias educativas foram sendo construídas para a nova sociabilidade, ou seja, condições de direção moral e ética para consolidar o consenso pelo neoliberalismo. Segundo Martins (2009), os organismos internacionais, como o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional), passam a atuar por meio de orientações técnicas nas referências políticas, econômicas e educativas, no sentido de ajustar os países dependentes pela nova ordem de acumulação do capital a partir do neoliberalismo:

[...] a sociabilidade capitalista foi sendo reconstruída a partir do argumento de que as medidas mais duras que demandavam esforços individuais de cada cidadão e o rebaixamento das condições de vida de toda a classe trabalhadora seriam transitórias: uma espécie de ‘remédio amargo’ que evitaria um ‘mal maior’ (Martins, 2009, p. 57).

No entanto, Martins (2009) explica que as políticas neoliberais não se consolidaram plenamente devido às forças das resistências. Tornou-se evidente, entre os anos de 1980, que as políticas neoliberais não asseguraram a estabilidade econômica prometida, promovendo o endividamento de países e desencadeando em diferentes formas, problemas políticos e sociais que atingiram não somente as classes trabalhadoras como também os interesses empresariais. Neste sentido, o projeto político econômico e social neoliberal precisou ser revisto e redefinido, para assim tornar seus padrões aceitáveis dentro da ordem capitalista:

Esse movimento se traduziu pela busca da redefinição de aspectos pontuais no plano econômico e, no plano político, pela tentativa de se criar um compromisso social novo e mais duradouro do que aquele vivido nos anos de 1980, capaz de conter a explicitação dos

antagonismos de classe e administrar os conflitos intra e interclasse em estado latente, em várias partes do mundo, convertendo-se em padrões aceitáveis para a ordem capitalista (Martins, 2009, p. 60).

A partir desse movimento, buscou-se recuperar o crescimento da economia e consolidar bases políticas que não gerassem resistências e abalos na coesão social de diferentes países. Desse modo, Martins (2009) esclarece que foi necessário considerar a participação social não como um fenômeno contido e reprimido, mas sim articulada com a nova sociabilidade, uma vez que a recomposição das bases sociais poderia assegurar a manutenção das relações de poder estabelecidas entre governos e interesses empresariais.

Redefinir a natureza das políticas sociais exigiria mudanças significativas na organização da sociedade civil e, principalmente, em sua relação com a aparelhagem estatal, de modo a preparar os cidadãos para uma nova dinâmica de vida e de parâmetros de proteção social (Martins, 2009, p. 60).

Para Martins (2009), a revisão das políticas neoliberais tinha como intuito a reforma dos aparelhos de Estado e um processo de reeducação política da sociedade, conservando o neoliberalismo em face de um capitalismo mais humanizado, conformando as classes sociais à definição deste modelo político-econômico. Esta redefinição política para a nova sociabilidade se sistematizou no programa neoliberal da Terceira Via. Dessa maneira, as políticas neoliberais manifestaram-se sobre novas regulamentações expressas pelo mercado, quando “direitos sociais assegurados por políticas públicas tornaram-se assunto de mercado” (Martins, 2009, p. 55).

Portanto, os direitos sociais passaram a se espelhar como serviços sociais, devendo estes serem cobertos pelos governos, iniciativas privadas e mecanismos de “parceira público-privado”¹⁵. Segundo Martins (2009), o programa político da Terceira Via se colocou como uma alternativa ao neoliberalismo, ao mesmo tempo em que mantém as premissas e aproximações com o pensamento neoliberal de origem, reformulando suas estratégias para assegurar o equilíbrio social e a ordem do capital.

Para os formuladores do modelo de Estado gerencial do neoliberalismo da Terceira Via, com o advento da globalização, a sociedade, indiscriminadamente, teria assumido relações reflexivas em que os seres humanos passariam a compartilhar seus

¹⁵ Martins, Souza e Pina (2020) evidenciam como o uso da expressão “parceria” emprega sentidos hegemônicos na difusão de uma visão particular de mundo como universal. Ou seja, o discurso de “parceria” para significar a relação público-privado, sugere uma relação horizontal e colaborativa, desconsiderando suas relações contraditórias, bem como características, fundamentos, interesses e finalidades distintas, portanto, não são relações convergentes, mas sim antagônicas entre instituições públicas e organizações privadas.

mundos pelas tecnologias e, assim, estariam mais suscetíveis a pensar as problemáticas sociais e ambientais para buscar soluções às mesmas. A globalização, nestes moldes, seria então uma manifestação espontânea sem interferências políticas, históricas e econômicas que permitiria a ocorrência de espaços para formação, reflexão e compartilhamento de valores e hábitos comuns (Martins, 2009).

Martins (2009) descreve estas formulações acompanhadas de princípios e estratégias que consolidam o programa político da Terceira Via com a hegemonia neoliberal, sendo suas três principais estratégias: 1) a ideia de sociedade civil ativa ou terceiro setor; 2) a consolidação de um novo Estado Democrático; e 3) o individualismo como valor moral radical. O autor esclarece essas três principais estratégias. Alçando estes princípios, procuro pensar a educação ambiental e os projetos empresariais nos moldes dos discursos pela sustentabilidade e o empreendedorismo.

Desse modo, Martins (2009) compreende a sociedade civil ativa ou terceiro setor no projeto político da Terceira Via expresso no sentido da colaboração, no ativismo social e nas individualidades, à parte das relações de poder e de classes sociais presentes no mundo capitalista. O despertar da sociedade civil ativa estaria no processo de elevação do acesso à informação pelas tecnologias globais, aguçando uma renovação política social, porém: “cada um, movido por sua individualidade, estaria em contato com outros indivíduos formando grupos de diferentes tipos que dialogam entre si [...]” (Martins, 2009, p. 72).

Por este pensamento, os sujeitos deveriam buscar as soluções para os problemas construídos socialmente, sem considerar as relações de poder intrínsecas ao sistema capitalista, pautando-se em novas condutas, comportamentos e ações, como no diálogo, tolerância, solidariedade, parceria e trabalho voluntário, recrutando organizações empresariais a um papel responsável de colaboração e responsabilidade social para tratar das instâncias públicas como na educação. Em contraponto, Martins (2009) esclarece que, a sociedade civil se manifesta perante uma essência histórica de intervenções políticas e ideológicas da classe dominante, portanto, os interesses da sociedade civil e sua direção estão sobre a luta diante das relações de poder estabelecidas em cada tempo histórico.

É importante considerar que a classe burguesa, em seu conjunto, no exercício da hegemonia, sempre procura assimilar e subordinar as organizações e demandas específicas e pontuais de seus oponentes a seu projeto histórico, de modo a renovar e manter a legitimidade social em torno dos fundamentos do capitalismo. Neste sentido, é necessário considerar as atuações desses organismos na dinâmica da história, verificando ‘como se localizam’, ‘como atuam’ na luta pela

hegemonia, e ‘qual posicionamento’ assumem perante o capitalismo (Martins, 2009 p. 75).

A segunda estratégia presente no programa político da Terceira Via é denominada por Martins (2009, p. 76) como uma reforma aos aparelhos de Estado, ou “novo Estado democrático”. Segundo o autor, esta proposta se insere como uma alternativa entre “Estado máximo” e “Estado Mínimo”, sugerindo, desse modo, a possibilidade de intervenção econômica e social flexível, baseando-se na gestão e eficiência empresarial com novas possibilidades de participação da sociedade civil ativa. Para esta implementação, a ferramenta se daria pela estratégia de “parcerias” entre as esferas públicas e privadas. Segundo Martins (2009, p. 80),

A proposta implica no rebaixamento da proteção social para um patamar reduzidíssimo a cargo da aparelhagem estatal e na transferência do que seria a complementação desses serviços para o mercado, incentivando ainda que as pessoas passem a buscar a proteção social na família e em organizações não-governamentais.

De acordo com Martins, Souza e Pina (2020), a consolidação das organizações sem fins lucrativos como empresas sociais podem ser interpretadas como uma privatização de novo tipo, pois reformula a privatização clássica, mas mantém o controle privado sobre o bem público. Para os autores, o conteúdo da privatização de novo tipo nos termos do neoliberalismo da Terceira Via é composto pelos seguintes aspectos:

[...] (i) aplicação direta, sem mediações, de princípios do mundo empresarial nas instituições públicas ou incorporação de organizações privadas como prestadoras de serviços de bens públicos, funcionando como empresas; (ii) medidas de “controle de qualidade” externas à instituição ou à organização, diferentemente do que ocorre nas empresas privadas onde a qualidade é monitorada pela própria empresa; (iii) valorização extremada da noção de eficiência, isto é, produzir o máximo com o menor recurso financeiro, material e humano; (iv) incentivo à competição de modo que uma instituição e/ou uma organização contratada identifique a outra como sua concorrente direta; (v) transformação dos administradores públicos em gerentes operacionais, estendendo a mesma ideia aos administradores das organizações contratadas para prestação de serviços (Martins; Souza e Pina, 2020, p. 9).

De acordo com Martins, Souza e Pina (2020), mesmo que as organizações privadas qualificadas para fornecer serviços públicos não obtenham lucros financeiros diretos, essa prática ainda é considerada privatização. Isso ocorre porque essas organizações assumem um certo grau de controle sobre os bens públicos, com base na autorização do poder Executivo e formalizada através de um contrato legal. As

empresas sociais, portanto, são qualificadas pelos autores como empresas semelhantes aos das empresas capitalistas tradicionais, mas se diferenciam por não terem como objetivo principal a geração de lucro (Martins; Souza; Pina, 2020). Originalmente filantrópicas, essas organizações adotaram a responsabilidade social como apresentação da promoção do bem-comum. Embora sejam chamadas “organizações do terceiro setor”, essas empresas sociais reforçam a privatização dos direitos sociais e enfraquecem as políticas públicas universais e atendem, sobretudo, às populações mais pobres da classe trabalhadora.

Por sua vez, a terceira estratégia do programa político neoliberal da Terceira Via está no objetivo de formar gerações com o estímulo da responsabilidade social individualizada, que encontre nos problemas da atualidade as oportunidades de crescimento, engajamento e empreendedorismo. Para Martins (2009, p. 88), o projeto neoliberal da Terceira Via apresenta o “individualismo como valor moral radical como um de seus princípios políticos de articulação das estratégias de ação do capital sobre a cidadania.”. Esta seria considerada uma política de vida para empreender cidadãos capazes de mobilizar suas comunidades e solucionar seus próprios problemas. A contradição desta estratégia é revelada por Martins (2009), quando:

Analisada de maneira crítica, a ‘política gerativa’ e a ‘política de vida’ são na verdade estratégias destinadas a disseminar o individualismo e incentivar o desenvolvimento do capital social, remodelando as referências históricas de cidadania. Ambas as estratégias se destinam à construção de novas subjetividades, visando a preparação de um perfil humano que combine a individualização da autonomia com a abertura para o estabelecimento de laços de cooperação com os mais próximos para reforçar a conservação. [...] Para tanto, a meta é desarmar os espíritos para relações mais harmônicas em que a colaboração torna-se referência, desarticulando, conseqüentemente, os organismos sociais (partidos e os sindicatos) que ainda atuam numa perspectiva de interesse de classe (Martins, 2009, p. 89).

Tendo em vista que desde a década de 1990 o sistema educacional brasileiro passa por transformações para atender às demandas do capitalismo e que essas transformações são marcadas pela crise global do capitalismo iniciada nos anos 1960 e 1970, devido ao esgotamento do modelo taylorista-fordista, Neves (2005) introduziu o conceito da nova pedagogia da hegemonia no Brasil, que reflete as estratégias políticas da Terceira Via neoliberal na educação. Isso inclui a criação de concepções educativas que reproduzem as relações sociais capitalistas e visam construir consenso em torno da sociabilidade burguesa.

Estabelecendo um diálogo com Dardot e Laval (2016), podemos identificar implicações significativas da política neoliberal sobre as sociedades e as subjetividades dos sujeitos. Para eles, o neoliberalismo é uma racionalidade que permeia todos os aspectos da vida social, impondo um modelo de competição generalizada, em que as relações sociais são ordenadas segundo o disciplinamento do mercado. Nesse sentido, os autores consideram que a racionalidade neoliberal promove a redefinição da subjetividade ao conceber para os indivíduos um comportamento como de empresas. Portanto, os autores defendem que a racionalidade neoliberal reverbera sobre os domínios da existência humana, formando um sujeito neoliberal, ou seja, o sujeito produtivo e eficaz.

No âmbito educativo, há um direcionamento de condutas que produz novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito neoliberal: o sujeito empreendedor de si (Dardot; Laval, 2016). Isso quer dizer que o indivíduo relaciona toda a atividade de sua vida ao sentido empresarial, buscando o valor de si próprio como o de valor mercantil para produzir bem-estar, prazer e felicidade. Dardot e Laval (2016) revelam que esta é uma dinâmica de conduta que conservam no sujeito a intensificação de seu próprio esforço, a obtenção de técnicas de motivação, a culpabilização pelo seu fracasso e o aprender a ser resiliente para adaptar-se e superar as situações de vulnerabilidade. O sujeito assim busca o exercício prático e individual de transformação, bem como garantir a existência de competências que o promove como pertencente a certos domínios de desempenho pessoal.

Desse modo, as crises são vistas como meios em que o neoliberalismo agudiza suas formas de prosseguir, redefinindo os sistemas políticos, econômicos e educativos, transformando profundamente a sociedade e a subjetividade humana para a conformação, sem que suas práticas de dominação e perpetuação das desigualdades sejam questionadas.

À luz das contribuições teóricas de Duarte (2008) sobre as mudanças educacionais no Brasil, é pertinente destacar a crítica do autor à “ilusão da sociedade do conhecimento”. Para Duarte (2008), a ideia de que estamos vivendo em uma “sociedade do conhecimento” é uma ilusão ideológica do capitalismo. Ele sugere que essa ideologia serve para perpetuar a estrutura capitalista em vez de promover transformações sociais radicais, enfatizando a necessidade de compreender qual o papel das ilusões na reprodução ideológica da sociedade.

Duarte (2008) argumenta que novas formulações pedagógicas sob o viés neoliberal implicam educar a partir de uma lógica de treinamento. Segundo o autor, no

âmbito da educação, prevalece uma valorização do aprender por si mesmo e das pedagogias das competências, apresentadas como pedagogia do “aprender a aprender”. Essa abordagem implica uma hierarquia valorativa, visto que prepara os indivíduos para uma constante adaptação à sociedade regida pelo capitalismo.

A valorização do “aprender a aprender” envolve desenvolver competências que respondam às demandas do mercado de trabalho e às mudanças rápidas da sociedade contemporânea, a fim de promover uma adaptação contínua dos indivíduos às condições econômicas, ambientais e sociais. Assim, essas ideias destacam como o conceito de “aprender a aprender” não apenas influencia a educação contemporânea, mas também reflete e perpetua valores e estruturas sociais específicas, especialmente no contexto neoliberal (Duarte, 2008).

Diante das crises socioambientais emergentes que colocam em xeque o processo de dominação do sistema capitalista, a formação ideológica neoliberal transforma esses desafios em oportunidades de negócio, esvaziando as críticas e enfraquecendo movimentos que poderiam desafiar a hegemonia capitalista. Com base nas reflexões de Duarte (2008), resistir às apropriações capitalistas sobre essas crises envolve compreender o papel que as dinâmicas discursivas e práticas, relacionadas à educação, desempenham na reprodução ideológica neoliberal. Tal compreensão é fundamental para criar formas de intervenção coletiva e organizada que desafiem a lógica objetiva dessa formação societária.

As relações empresas e governos, fundações privadas e organizações sem fins lucrativos se manifestam em projetos de educação ambiental mobilizados por empresas mineradoras. Desse modo, essas contribuições teóricas auxiliam a discutir, no campo da educação ambiental, quais leituras de mundo e de conhecimento estão sendo construídas enquanto projetos societários diante das condições de exploração e alienação da natureza e dos seres humanos.

Com base nas empresas de mineração, a mineradora Vale S.A, uma das principais mineradoras do mundo, privatizada em 1997 no Brasil e protagonista dos dois maiores desastres socioambientais da história, opera através de uma fundação para cumprir as demandas da política de responsabilidade social: a Fundação Vale. A fundação foi criada em 1968 e se apresenta como “uma fundação empresarial do terceiro setor [...] Seu objetivo é fortalecer as políticas públicas e promover o desenvolvimento social nos territórios brasileiros onde a Vale atua” (Fundação Vale, 2023, p. 8).

Nesse sentido, questões sociais, a exemplo da saúde, educação e meio ambiente, passam a consolidar-se em um âmbito político gerencial, por um espaço de colaboração para solucionar problemáticas intrínsecas ao mercado, como poluição, conflitos e desigualdades, retirando assim as assimetrias de poder inerentes ao sistema capitalista. Dornellas (2011), em consonância com Neves (2005) e Martins (2009), ao pesquisar a Fundação Vale, destaca o vínculo da empresa com a gestão pública na oferta de diferentes programas sociais, como: assessoria aos conselhos e secretarias municipais, formação profissional para professores, supervisores e diretores de escolas públicas, além de formação profissional destinada à juventude com foco no protagonismo juvenil.

Ao destacar a formação de professores/as pela Fundação Vale, Dornellas (2011) revela que os fundamentos pedagógicos do programa, intitulado como “Escola que Vale”, são construídos por aspectos como a pedagogia das competências e de atitudes, afirmando que a finalidade da formação da empresa, destinada aos professores/as, não se compromete com o fortalecimento de sua capacidade de compreensão crítica da educação e das contradições das relações sociais existentes, mas sim na consolidação de conformismo pedagógico e político que se traduz no projeto hegemônico de sociedade.

Para Dornellas (2011), a nova pedagogia da hegemonia propõe esta coesão cívica, sedimentando novas referências na solidificação de um capitalismo mais humanizado, ampliando a reprodução privada por meio de fundos públicos. Para a autora, a noção política de sustentabilidade e as questões ambientais são pautadas pela empresa Vale na tentativa de valorizar e defender sua marca e diminuir a percepção dos seus efeitos negativos. Logo, ao ampliar seu programa de responsabilidade social, formando educadores/as pela ótica da mineração e consolidando “parcerias” com as escolas públicas, “a Vale busca ampliar a dominação sobre os grupos sociais por meio do consenso” (Dornellas, 2011, p. 49).

A Fundação Vale se apresenta como referência e pioneirismo no país na área da responsabilidade socioambiental. Segundo informações presentes no sítio institucional da empresa Vale:

A mineração traz consigo oportunidades para estimular o crescimento econômico, o qual apenas se torna sustentável quando se promove a integração entre os atores locais – governo, iniciativa privada e comunidades. Diante deste olhar, a Fundação desenvolveu o conceito de PSPP (Parceria Social Público-Privada), unindo esforços, recursos e conhecimento para potencializar os impactos positivos do investimento social voluntário (Vale, 2022a, s/p).

No sítio institucional da Fundação Vale, podemos encontrar materiais educativos, cursos e divulgações de suas ações que mobilizam hoje, cinco Estados de maior atuação da empresa Vale: Minas Gerais, Espírito Santo, Maranhão, Pará e Rio de Janeiro (Fundação Vale, 2022, s/p). De acordo com a própria Fundação Vale:

A estrutura programática da Fundação Vale está em linha com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que integram a agenda das Nações Unidas para 2030, e colaboram, em nível local, para o alcance de diversas metas de 9 dos 17 objetivos (Fundação Vale, 2022, s/p).

No aspecto do reconhecimento “sustentável”, Dornellas (2011) apresenta como a empresa Vale foi reconhecida por diversos organismos internacionais que conceberam a ela prêmios de sustentabilidade, integrando assim o Pacto Global da ONU¹⁶ desde 2007. Segundo a divulgação da própria empresa, esta retirou-se do pacto global em 2019 devido às repercussões negativas do rompimento da barragem em Brumadinho (MG) (Pacto Global da ONU, 2022; Vale, 2022b, s/p). Mesmo assim, a empresa Vale S.A procura, através de programas de reparação, construir a ideia de uma mineração que aprendeu com os erros e com sua história, como exposto em seu sítio eletrônico: “Fazemos mineração sustentável [...] aprendemos com a nossa história e seguiremos comprometidos em reparar integralmente as comunidades e as pessoas impactadas [...]” (Vale, 2024, s/p).

Diferentes mobilizações e movimentos sociais emanam o enfrentamento dessa dissimulação das empresas de mineração como uma referência em sustentabilidade, a exemplo da Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAAV), atuando desde 2009 junto a uma rede de sindicalistas, ambientalistas, ONG's, associações de base comunitária, grupos religiosos e acadêmicos de diferentes partes do Brasil e do mundo. Segundo a AIAAV,

Ao longo desses dez anos, temos denunciado muitos desastres provocados pela mineração da Vale sobre a vida de comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, camponesas, populações urbanas empobrecidas e trabalhadores. Em diferentes territórios, de Mariana e Brumadinho (MG) a Moçambique, de Santa Cruz (RJ) a Piquiá (MA),

¹⁶ O Pacto Global das Nações Unidas é uma rede lançada em 2000 que busca alinhar empresas e estratégias de operações mobilizadas sobre os dez princípios universais das áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção incentivando iniciativas empresariais no “enfrentamento dos desafios da sociedade”. Segundo sítio do Pacto Global: “É hoje a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 16 mil participantes, entre empresas e organizações, distribuídos em 70 redes locais, que abrangem 160 países.” O pacto global tem como principal alinhamento as responsabilidades atribuídas pelos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) (Pacto Global da ONU, 2022, s/p).

de Perak (Malásia) a Mendoza (Argentina), as semelhanças entre narrativas sobre os impactos da mineração e logística são o testemunho da insustentabilidade da Vale S.A. e também de todo o setor da mineração (Atingidos pela Vale, 2022, s/p).

A articulação mobiliza diferentes documentos e ações, integrando junto aos movimentos sociais, como o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), a disputa política frente aos poderes decisórios e ao mercado financeiro, a fim de denunciar as injustiças e violações de direito das empresas de mineração, muitas vezes, silenciadas pela noção política da sustentabilidade. Entre seus diversos materiais, a Articulação torna público relatórios como o “Relatório de Insustentabilidade da Vale”:

Com o Relatório de Insustentabilidade da Vale pretendemos preencher essa lacuna, sistematizando, num só documento, boa parte das denúncias, relatos, multas e processos relacionados à Vale em todo o mundo. Nosso objetivo é mostrar que as ações da Vale estão muito distantes do discurso oficial de sustentabilidade apresentado pela empresa. Suas operações são cercadas de ilegalidades, destruição e morte. A única sustentabilidade que interessa à mineradora é aquela que se refere aos seus lucros: custe o que custar. Os episódios de Mariana e Brumadinho ilustram isso muito claramente (Relatório de Insustentabilidade da Vale, 2021, p. 7).

Ribeiro Junior e Sant’Ana Junior (2011) analisam como as empresas de mineração utilizam da noção política da sustentabilidade para operar seus projetos nos territórios, sendo ela, portanto, um vetor de geração de lucro e agregação de valor. Para os autores, a política de desenvolvimento sustentável propagada pelas empresas mineradoras, como a empresa Vale, procura reduzir a natureza como valor de troca, reduzindo os problemas ambientais a um problema tecnológico e, desse modo, dissimulando e legitimando as práticas predatórias e de injustiças que a indústria mineradora perpetua nos territórios.

Conforme o exemplo a seguir, podemos destacar, na apresentação da Fundação Vale, como operam os sentidos discursivos que disseminam e mantêm a noção política da sustentabilidade como operação ideológica:

A partir de seu propósito de “melhorar a vida e transformar o futuro, juntos”, a Vale busca construir um legado que vai além da mitigação dos impactos causados pelas suas operações, buscando o desenvolvimento territorial incluindo aspectos econômicos, ambientais e sociais trabalhados junto com as comunidades vizinhas. Nos últimos anos, a Vale tem buscado aprofundar uma atuação sistêmica, que enxerga os campos social e ambiental como estruturalmente indissociáveis. A saúde das pessoas, a educação de qualidade, a inclusão produtiva e a preservação da natureza, por exemplo, não podem mais ser tratadas como temáticas isoladas (Fundação Vale, 2023, p. 8).

Neste aspecto, concordamos com Dornellas (2011) quando analisa a Fundação Vale como aquela que representa a prática política que já se tornou comum entre as organizações empresariais que atuam nas questões sociais. Nesse caso, a transformação é apresentada como uma atitude coletiva que depende da colaboração de todos, retirando as assimetrias de poder existentes. Desse modo, a relação educativa entre a sociedade e a natureza apresentada em seu discurso carrega significados históricos, mas a desloca para outro sentido, sem a mesma correspondência político-social que esta defesa socioambiental produz (Martins, 2009; Thompson, 2011). Conforme Thompson (2011), esse modo de operação da ideologia consiste em ocultar e negar as relações de dominação presentes. Para Dornellas (2011), a idealização proposta pela Fundação Vale limita a mudança e a transformação a uma vontade particular, dissimulando as mudanças profundas e radicais em que comunidades atingidas pela mineração vivenciam.

Projetos e programas de educação ambiental são então incorporados pelas empresas de mineração por meio de relações público-privadas e parcerias com outras organizações, valendo-se assim de discursos e práticas corporativas e da noção política da sustentabilidade, dissimulando seus impactos, conflitos e violações de direitos (Rocha; Tommasiello, 2017), além de transformar os direitos sociais em serviços sociais (Martins; Souza; Pina, 2020).

Seguindo este pensamento, avanço para a próxima seção dedicada ao campo da educação ambiental, onde discuto sobre discursos das empresas de mineração em projetos educativos ambientais. Abordo, nesta seção, o enfrentamento pedagógico do campo da educação ambiental, tendo em vista as discussões sobre a ideologia da responsabilidade social e a concepção política da sustentabilidade como forma de dominação, influenciada pela hegemonia do projeto neoliberal e pelo fortalecimento dos interesses privados no campo educacional e ambiental.

4.2 ENFRENTAMENTOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MINERAÇÃO E A ILUSÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O campo da educação ambiental mobiliza diferentes instituições de educação formais e não formais, grupos sociais, discursos e práticas. Nesse contexto, é crucial refletir sobre a inserção da educação ambiental sobre as problemáticas da mineração, especialmente diante de desastres socioambientais de grande magnitude, como os

rompimentos de barragens de minério de ferro em Minas Gerais, ocorridos em 2015 (Samarco/Vale S.A/BHP Billiton/Fundação Renova) e em 2019 (Vale S.A). Logo, a educação ambiental disseminada por empresas de mineração conduz sentidos e práticas que podem coadunar com os discursos empresariais, em potencialidade hegemônica e ideológica, silenciando suas contradições e violações de direitos e garantindo a conformação social.

Ao procurar alçar o campo da Educação Ambiental (EA) e a problemática da mineração, eu e minha orientadora estabelecemos uma primeira análise sobre como a temática da mineração se apresenta no campo da pesquisa em Educação Ambiental (EA) como parte dessa conjuntura (Cardoso; Rodrigues, 2022).

Importante entender como a mineração é abordada nas produções de pesquisas em EA. Nesse sentido, buscamos compreender essa relação nos anais do Encontro Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA), devido à importância do evento para o campo de pesquisa em EA. O EPEA tem como objetivo a socialização e discussão de pesquisas na área, contribuindo para a análise e divulgação de trabalhos, aprofundando discussões e abordagens epistemológicas e metodológicas e identificando práticas de pesquisa em EA desenvolvidas em espaços institucionais e não-institucionais (EPEA, 2021). Para esta análise, procuramos investigar todos os trabalhos publicados nas edições do evento bienal, entre os anos de 2001 e 2019 (Cardoso; Rodrigues, 2022).

Esta investigação foi conduzida pela análise crítica do discurso (ACD), em que procuramos desvelar e compreender as escolhas discursivas e os sentidos ideológicos presentes nas pesquisas que enunciam a problemática da mineração e a educação ambiental. Nas dez edições correspondentes aos anos de 2001 a 2019, ao mensurar todas as edições dos EPEAs, encontramos 898 trabalhos publicados nos anais do evento, sendo que 24 artigos citam a palavra *mineração* em todo o artigo, mas integram outras temáticas e assuntos, e 05 artigos apresentaram maior centralidade na discussão da problemática da mineração com a EA. Entendemos ter centralidade os trabalhos que incorporaram a temática mineração como problemática da pesquisa, revelando-se também por meio de títulos, resumos, palavras-chave e em todo corpo do texto.

Após uma leitura minuciosa das 05 pesquisas selecionadas, construímos temáticas analíticas. Tais temáticas revelam relações da EA com a mineração e foram por nós elaboradas em significações: 1) sobre impacto ambiental, identificamos 02 pesquisas que discutem impactos gerados pela mineração e seus efeitos à EA como tema controverso ou problemas socioambientais enquanto possibilidade de intervenção socioeducativa na escola (Reis; Silva, 2017; Souza; Oliveira, 2019); 2) sobre conflito

ambiental, temos 03 pesquisas que investigam a mineração a partir de um debate a respeito dos conflitos socioambientais constituídos nos territórios e seus efeitos à EA, que ressaltam educabilidades presentes nos movimentos sociais e coletivos (Aquino; Loureiro; Stortti, 2017; Stortti; Sanchez, 2017; Sepulcri; Tristão; Vieiras 2017).

Quadro 2 - O campo da Educação Ambiental e a problemática da mineração: análise dos anais do EPEA

Anais do EPEA com a temática da mineração em centralidade					
ANO	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	AUTOR(ES/AS)	INSTITUIÇÕES	CATEGORIA
2017	O desastre da Samarco: a cobertura de diferentes mídias e sua importância para a educação ambiental	Educação Ambiental; Mídias; Samarco;	Alexsandro Luiz dos Reis e Fábio Augusto Rodrigues e Silva	UFOP	Significações sobre EA e Impacto Ambiental
2017	A justiça e o racismo ambiental diante do rompimento da Barragem de Fundão	Educação ambiental decolonial; movimentos sociais; racismo ambiental;	Mahalia Gomes de Carvalho Aquino Yashmin Viola Marote Loureiro Marcelo Aranda Stortti	UNIRO e UFJF	Significações sobre EA e Conflito Ambiental
2017	Educação Ambiental Decolonial de Base comunitária: a pedagógica dos afetados pelo setor da mineração	educação ambiental de base comunitária; movimentos sociais; decolonialidade;	Marcelo Aranda Stortti Celso Sanchez	UNIRIO	Significações sobre EA e Conflito Ambiental
2017	A existência em pauta: uma problematização a partir do crime socioambiental na bacia do Rio Doce	crime socioambiental; modos de existência; desenvolvimento;	Bruna Sepulchi Martha Tristão Rosinei Vieiras	UFES e SENAI	Significações sobre EA e Conflito Ambiental
2019	Impactos socioambientais do extrativismo mineral na caatinga, em Cel. João Sá - BA	Ciências Ambientais; Educação Ambiental;	Raul Souza Alberlene Oliveira	UFS	Significações sobre EA e Impacto Ambiental

Fonte: Cardoso e Rodrigues (2022, p. 318).

Consideramos que a EA potencializou discussões sobre os impactos e conflitos inerentes à extração mineral. Estas pesquisas concentram-se no EPEA de 2017 e perpassam a escola e os movimentos sociais em diferentes sentidos sobre o campo da EA. No EPEA de 2019, não encontramos nenhum artigo relacionado com os atuais rompimentos de barragens, mas um artigo que constrói significados sobre as percepções de impactos da mineração na caatinga (a saber, Souza; Oliveira, 2019). A proximidade temporal do acontecimento catastrófico com o último ano do evento do EPEA deve ser levada em consideração, sendo possível que novas pesquisas estejam em gestação no amplo campo da EA¹⁷.

Sinalizamos neste primeiro estudo que as pesquisas em EA denunciaram os impactos socioambientais da mineração e problematizaram os conflitos ambientais

¹⁷ No ano de 2023 apresentamos no XI Encontro Pesquisa em Educação Ambiental as primeiras análises que compreende essa tese. O trabalho foi apresentado no Grupo de Discussões de Pesquisas Temáticas (GDPs) Ecologia Política, posteriormente, foi publicado na Revista Sergipana de Educação Ambiental, intitulado como: “Os discursos das empresas de mineração e seus efeitos na educação ambiental” (Cardoso; Cosenza, 2023).

gerados por grandes desastres socioambientais, como os rompimentos de barragens de minério em Minas Gerais (Cardoso; Rodrigues, 2022). Porém, foi possível encontrar a presença do discurso pelo desenvolvimento sustentável nessas pesquisas, em referência aos lugares pedagógicos da educação ambiental em contexto de desastres e impactos socioambientais.

Nesse sentido, a questão educativa enuncia propostas de desenvolver “práticas favoráveis”, “uma nova postura” e carrega a responsabilização pelo processo de impacto ambiental a um caráter generalizado e abstrato, como em marcadores linguísticos de uma educação ambiental hegemônica, prescritiva e direcionada a “ecologizar à cultura” e “mudar comportamentos” (Loureiro, 2019; Loureiro, 2012). De outro modo, outras pesquisas enunciaram as educabilidades presentes, a partir dos conflitos ambientais promovidos pelos desastres inerentes ao processo econômico da mineração, junto aos movimentos sociais e entre outros coletivos, ampliando o debate em torno das questões ambientais e desvelando as potencialidades de outros campos e saberes subalternizados (Cardoso; Rodrigues, 2022).

Apoiadas nesse estudo, apontamos para novas pesquisas necessárias à compreensão da temática da mineração no campo da EA, em espaços escolares e não escolares, reconhecendo as potencialidades e as disputas hegemônicas existentes nesses múltiplos espaços enquanto instrumentos de luta e poder frente os impactos e conflitos inerentes à mineração (Cardoso; Rodrigues, 2022).

Portanto, no campo da educação ambiental emergem debates que incidem sobre os discursos pela sustentabilidade, assim como as forças empresariais na educação ambiental. Compreendendo isso, cabe ressaltar de que maneira as empresas de mineração, responsáveis por desastres socioambientais de grande magnitude, convocam a EA em seus programas de responsabilidade social, reparação e compensação pelos danos causados.

Recorrendo aos estudos de Lamosa (2010) e Lamosa e Loureiro (2011), fundamentado no materialismo histórico-dialético, adentro às discussões sobre como as forças empresariais, ao se depararem com a crise ambiental vigente, mobilizam a questão ambiental para legitimar suas ofensivas políticas e econômicas compatibilizadas nos discursos sustentáveis em programas de responsabilidade social. “A responsabilidade social e ecológica passou a fazer parte da estratégia política de diversas empresas, podendo afetar nos seguros de seus empreendimentos, na administração, em suas vendas e na relação com os consumidores.” (Lamosa, 2010, p. 48). O projeto neoliberal da Terceira Via é exposto e analisado por Lamosa (2010)

como o principal programa político sistematizador da hegemonia como resposta sobre as incertezas ambientais do século XXI, adaptadas pela lógica do capital.

Segundo Lamosa e Loureiro (2011), o que aproximou as estratégias políticas neoliberais da Terceira Via com as propostas ambientalistas foi a centralidade na disputa política e econômica que o debate despertou historicamente, como as emergências climáticas. O foco da análise de Lamosa (2010) e Lamosa e Loureiro (2011) direciona-se aos projetos empresariais do agronegócio presentes nas escolas públicas, e nos auxilia a compreender a hegemonia dos discursos empresariais sobre a educação ambiental no Brasil.

Grupos empresariais, institutos e fundações privadas são citados por Lamosa (2010) e Lamosa e Loureiro (2011) como os principais precursores da ordem hegemônica neoliberal sobre a educação ambiental no Brasil, a exemplo do Instituto Ethos. Estes grupos encontram-se com o programa político da Terceira Via, movidos pelos novos parâmetros internacionais ligados às discussões mundiais que convergiam com a disputa sobre formas de mobilização e organização política a partir dos anos de 1990, como o debate sobre cidadania, participação e sociedade civil. Segundo Lamosa e Loureiro (2011), os grupos do empresariado no Brasil visavam organizar e mobilizar a sociedade a partir dos preceitos ideológicos da responsabilidade social a partir do discurso pelo desenvolvimento sustentável.

Lamosa e Loureiro (2011) apresentam o contexto histórico das discussões ambientais no mundo que mobilizaram discursos que se oficializaram pelo conceito de desenvolvimento sustentável. Segundo Lamosa e Loureiro (2011, p. 08): “desenvolvimento sustentável é uma ideia-força, expressão do ideário das classes dominantes e, por isso, se consagrou como a versão oficial”. Assim, a sustentabilidade seria alcançada a partir da junção entre economia e responsabilidade social em ações empresariais possíveis de promover, junto aos governos, valores ambientais e práticas comerciais de gestão ambiental e tecnologias limpas, para estabelecer uma melhor eficiência dos bens naturais empregados no processo produtivo (Lamosa; Loureiro, 2011).

De acordo com as pesquisas de Lamosa (2010; 2016) e Lamosa e Loureiro (2011), a escola pública foi o espaço escolhido para difundir os ideais da consciência ecológica pelas ações do empresariado. Assim, a escola, por meio da inserção do mercado, na produção de livros didáticos e materiais pedagógicos, foi o espaço de formação e divulgação da consciência ecológica por discursos disputados pela classe

dominante, como a educação empreendedora e a educação pelo desenvolvimento sustentável.

Pensamento semelhante se associa às pesquisas de Henning (2019) e Henning e Ferraro (2022) no campo da educação ambiental, quando problematizam as implicações discursivas e práticas de uma educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) no Brasil. Carregando tensionamentos e produção de luta no campo da educação ambiental, as discussões sobre a EDS surgem no início dos anos 2000 por meio de políticas internacionais, como as recomendações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), denominadas “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)”. No ano de 2019, novas orientações da UNESCO direcionam a nova Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2020-2030), conforme apresenta seu discurso oficial:

Com uma população mundial de mais de 7 bilhões de pessoas e recursos naturais limitados, nós, como indivíduos e sociedades, precisamos aprender a viver juntos de forma sustentável. Precisamos agir de forma responsável com base no entendimento de que o que fazemos hoje pode ter implicações futuras para a vida das pessoas e para o planeta. A educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) contribui para mudar a forma como as pessoas pensam e agem para alcançarmos um futuro sustentável. A EDS significa incluir questões-chave sobre o desenvolvimento sustentável no ensino e na aprendizagem (UNESCO, 2022, s/p).

Alicerçado em um trabalho de reflexão sobre a operação ideológica neoliberal, Henning (2019) e Henning e Ferraro (2022) desenvolveram olhares a partir da perspectiva teórica foucaultiana sobre como a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) toma força em sobreposição à luta política e composição crítica do campo da educação ambiental.

Segundo Henning (2019), desde o documento conhecido como “Nosso Futuro Comum” (Relatório de Brundtland de 1987), o conceito de desenvolvimento sustentável atravessa os pensamentos sobre a educação ambiental:

De aí em diante, como sabemos, há uma proliferação de documentos, congressos e produções científicas que consolidam o conceito de desenvolvimento sustentável e defendem a ideia de articulá-lo ao campo da Educação. Pouco a pouco, a discussão se centrará em uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) esmaecendo o campo de saber da Educação Ambiental, pelo menos junto aos órgãos como a ONU, UNESCO e PNUMA. Nesses organismos abandona-se – ou encaminha-se para isso – a Educação Ambiental, mas algo permanece como inquestionável: o valor da Educação para conscientizar os sujeitos, agora, para as discussões de desenvolvimento sustentável. É possível enxergarmos aí um

deslocamento nos modos de encarar os problemas ambientais (Henning, 2019, p. 683).

Henning (2019) e Henning e Ferraro (2022) consideram que o agenciamento da educação ambiental é influenciado pelo discurso do desenvolvimento sustentável promovido por organismos internacionais. Dessa forma, busca-se convencer, por meio do consenso, a adoção de novos valores sociais fundamentados em princípios empresariais que envolvem a noção política e prática da sustentabilidade. Em outras palavras, a EDS é orientada por preocupações de mercado para atender aos interesses empresariais e grupos econômicos. Fortalecida pelos interesses privados na educação e pelo projeto neoliberal, a EDS promove uma educação voltada para o empreendedorismo, determinada pela lógica do consumo consciente e do individualismo (Henning, 2019; Henning; Ferraro, 2022).

Para Henning e Ferraro (2022, p. 04), a educação para o desenvolvimento sustentável:

[...] se vincula à normalização de uma sustentabilidade compatível com a agenda capitalista da sociedade de consumo. Isto significa propor o ambiental associado aos espaços empresariais, econômicos, à ideia de que o atual modelo neoliberal pode ser vendido como sustentável.

Henning e Ferraro (2022) observam que é pelo empreendedorismo que a educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) insere o debate em torno da sustentabilidade, mitigando a inserção de uma educação ambiental crítica. Logo, as escolas e outros espaços se estruturam como importantes agências na disseminação deste convencimento pela lógica empresarial, alinhados à racionalidade neoliberal (Henning, 2019; Dardot; Laval, 2016).

Para o aprofundamento dessa visão, tendo em vista o diálogo da EA com outros campos, Passetti (2013; 2018) discute a racionalidade neoliberal com foco nas transformações socioambientais e indica que nesse novo ordenamento político e econômico neoliberal a sustentabilidade é produzida como forma de pacificar os sujeitos. Ou seja, de acordo com o autor, em detrimento aos movimentos de resistência da luta socioambiental, o desenvolvimento sustentável baseia-se em uma racionalidade neoliberal com a função de ensinar sujeitos, em situações de vulnerabilidade, a gerirem a escassez, incentivar a participação ativa, combinar habilidades e competências que transformem os sujeitos em indivíduos eficientes e resilientes, portanto, aptos a

enfrentarem as dificuldades e gerirem suas próprias vidas combinadas com condutas sustentáveis (Passetti, 2013).

Passetti (2018) aponta que o enfraquecimento das resistências assume, pela via neoliberal, a resiliência com a sustentabilidade. Isso se dá por meio da ação voluntária, da gestão compartilhada através da boa governança e de indivíduos que passam a gerir projetos como solução aos problemas socioambientais. Em suas palavras,

Todos estão convocados a participar para garantir melhorias com sustentabilidade. É preciso pacificar áreas convulsionadas, habitadas por populações vulneráveis em condições de vulnerabilidade, lançando-se mão de georeferenciamentos e políticas públicas destinadas a realizar reduções em conformidade com o meio ambiente. Tudo em redução: desigualdades, vulnerabilidades, degradações, violências. Tudo em ampliações: responsabilidade individual e social, direitos, segurança, democracia, convocação à participação, conservação do meio ambiente, monitoramentos... Enfim, tudo girando em favor da garantia de liberdade liberal, ou seja, a sua segurança (Passetti, 2018, p. 379).

O empreendedorismo, portanto, está intrínseco à noção política de sustentabilidade pela racionalidade neoliberal. Isso significa que expressa os interesses privados na educação e produz sujeitos para uma normatização particular característicos da essência empresarial: competir, gerir suas vulnerabilidades, ser um sujeito ativo, cooperativo, pacificador, engajado em causas globais e que se entrega por completo a sua atividade profissional, buscando nessa atividade sua realização pessoal (Dardot; Laval, 2016).

Como consequência para o campo da educação ambiental, Loureiro (2016) argumenta que a EDS adota posições conservadoras, focando-se em determinar o “como” educar de maneira instrumental, em vez de questionar o “por quê”, “para quê” ou “para quem”. Para o autor, essa concepção hegemônica do ambientalismo e da sustentabilidade visa uma educação centrada na criação de competências, capacidades, habilidades e comportamentos, sem promover a reflexão sobre a própria existência ou a compreensão das relações que geram processos destrutivos da natureza.

Para Loureiro (2016), a EDS enfatiza a mudança de comportamentos e situa os problemas socioambientais a esfera do julgamento moral, excluindo, assim, a problemática das relações sociais em que o indivíduo está inserido. Nessa concepção, Loureiro (2012) esclarece que a lógica do diálogo em busca do consenso pressupõe igualdade de relações, falhando em reconhecer as desigualdades intrínsecas nos diálogos e nas forças envolvidas. Além disso, observa-se que o sentido de solidariedade

perdeu sua construção coletiva e política, sendo reduzida a um ato de caridade dentro do campo privado da moral, despolitizando os espaços públicos.

Em relação às práticas de educação ambiental, Loureiro e Lima (2012) discutem atividades promovidas por empresas e organizações não-governamentais nas escolas. Os autores identificam nessas práticas a reprodução de discursos sobre a sustentabilidade que versam sobre o capitalismo e a economia verdes. Esses discursos, identificados como hegemônicos, procuram legitimar a visão dominante neoliberal por uma relação empresarial, fomentando, assim, uma concepção educativa não conflitiva de sociedade, instrumentalizada no indivíduo capaz de fazer suas próprias escolhas, inclusive na decisão de preservar ou não a natureza. Segundo Loureiro e Lima (2012), tal ponto de vista naturaliza o modo de produção dominante e os problemas sociais, ignorando as relações de poder e as injustiças socioambientais.

Não obstante, Loureiro e Lima (2012) e Loureiro (2012) esclarecem que o conceito de sustentabilidade possui implicações, visto que podem conservar o consenso dominante que mantém as injustiças e as condições de exploração socioambiental, cabendo a reflexão sobre qual a finalidade, intencionalidade e estratégia de educação que se manifesta sobre as significações de um discurso pela sustentabilidade.

Na obra de Loureiro (2012), há um interessante debate sobre o conceito de sustentabilidade como construção hegemônica que concretiza o projeto neoliberal em torno do campo da educação ambiental. Segundo o autor, o debate hegemônico sobre a sustentabilidade afirma como procedimentos estratégicos a participação consensual entre atores sociais e relações de interesses econômicos e políticos, bem como o acesso homogêneo às condições ecológicas. Dessa forma, o sentido de participação revela uma confluência perversa, ou seja, uma apropriação privada do que é público, como se a participação da sociedade civil garantisse seu protagonismo diante dos interesses empresariais em sociedades desiguais, silenciando, assim, assimetrias de poder. “O que está posto objetivamente na sociedade em posição desigual vira parceiro em igualdade formal. Todos se abraçam, mas a dominação permanece, ou pior, se quer é explicitada e enfrentada” (Loureiro, 2012, p. 68).

Para Loureiro (2012), as consequências do discurso hegemônico sobre a sustentabilidade podem ser observadas em seu sentido prático de legitimar as opressões e esvaziar a luta política, como também afugentar aqueles que divergem sobre o projeto político do desenvolvimento sustentável e buscam apresentar alternativas políticas. Além disso, a legitimação deste discurso hegemônico como único acaba por

criminalizar os movimentos sociais, posicionados como um entrave a “harmonia” econômica dominante.

Entre as finalidades e intencionalidades políticas e pedagógicas de uma educação ambiental, Layrargues e Lima (2014) convergem a ecologia política com a educação ambiental em um importante trabalho, o qual sistematiza as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. Eles descrevem três macro-tendências como modelos políticos pedagógicos para a educação ambiental, são elas: conservacionista, pragmática e crítica. A macro-tendência político-pedagógica conservacionista possui como intuito o valor comportamental, a alfabetização ecológica, o autoconhecimento e atividades de senso perceptivo, vinculando-se às tendências ecológicas preservacionistas e distanciando-se das dimensões conflitivas da sociedade capitalista. Logo, a educação ambiental, nestes moldes, estaria alinhada pela dimensão afetiva em relação à natureza e às mudanças do comportamento individual.

Em convergência, a macro-tendência pragmática representa a estrutura político-pedagógica neoliberal, expressando-se por medidas educativas voltadas ao bom-senso individual, responsabilidade empresarial e governança (Layrargues; Lima, 2014). Estas duas macro-tendências ausentariam, assim, a reflexão histórica sobre as causas e consequências dos problemas ambientais no modelo capitalista.

Por sua vez, a macro-tendência crítica alinha-se às expressões históricas e de luta dos movimentos socioambientais, como a justiça ambiental. De acordo com Layrargues e Lima (2014), a complexidade da questão ambiental se potencializa na formação política e nas transformações das sociedades contemporâneas, formando experiências educativas, aprendizados e o desvelamento das estruturas de alienação social. É por meio desta perspectiva crítica que Loureiro e Layrargues (2013) elucidam sobre a educação ambiental como possibilidade de conceber os problemas ambientais não dissociados dos conflitos sociais inerentes ao sistema capitalista. Os autores manifestam a interrelação do campo da educação ambiental crítica com o campo da Ecologia Política e Justiça Ambiental, operando assim elementos políticos e ontológicos para a transformação social.

A luta política por um outro modelo societário encontra-se com a educação ambiental crítica, alicerçada entre teoria e prática para a superação das contradições do capitalismo e estratégias que incluam, no debate ambiental, a compreensão político-ideológica presentes nas relações natureza e sociedade. Para Loureiro e Layrargues (2013), a educação ambiental crítica busca superar a vigência de um discurso mercadológico e neoliberal, como o discurso individualista e meritocrático, em que a

superação das desigualdades e da crise ambiental estaria dependente das atitudes de cada um.

Ao esboçar a perspectiva crítica de uma educação ambiental, Loureiro (2019; 2012) manifesta discussões profundas que se inserem sobre o projeto de sociedade em suas lutas políticas. Para Loureiro (2019, p. 29), “Pensar criticamente exige compreender as múltiplas determinações da realidade em seu movimento, a indissociabilidade entre as dimensões da vida social em um contexto histórico específico”. A definição hegemônica liberal, presente no discurso individual do comportamento humano como causador e, ao mesmo tempo, solucionador dos problemas ambientais, cerceia a discussão sobre a condição social presente nas relações sociais e de poder. Segundo Loureiro (2019), cabe a reflexão sobre o lugar do processo educativo como um meio para problematizar, conhecer e transformar a realidade:

Dizer, portanto, que sempre se destruiu a natureza, pressupõe duas confusões conceituais. A primeira é igualar a destruição com a transformação da natureza para a criação de meios de vida, afirmando que qualquer forma de uso é inerentemente prejudicial. A segunda é dar um conteúdo universal e atemporal à destruição, considerando-a similar em qualquer tempo histórico, favorecendo discursos fatalistas e imobilistas. Alguns exemplos são as frases ‘as pessoas sempre destruíram’, ‘a destruição começou com o primeiro humano na Terra’, e ‘não importa a sociedade, o problema são as pessoas que destroem’, que pensam as pessoas como se fossem independentes das sociedades pelas quais se constituem. [...] em qual sociedade e, conseqüentemente, que tipo de pessoa estabelece o que identificamos como destruição ambiental? (Loureiro, 2019, p. 96).

Torna-se fundamental, portanto, compreender e intervir por uma educação ambiental compromissada com o sentido político e pedagógico de desconstruir os consensos e a hegemonia impostos pelos discursos de uma sustentabilidade de mercado. Além disso, é necessário pensar o sentido teórico e prático da educação ambiental crítica em movimento, na luta social e ambiental, ou seja, construir a práxis para pensar criticamente e buscar a transformação da sociedade.

Loureiro (2019) tece contribuições importantes para reconhecer o pensamento crítico na educação ambiental, como uma exigência epistemológica e ontológica que se apresentam nas relações complexas do mundo, problematizando as superficialidades que se conservam na vida de trocas de mercadorias para muitas outras possibilidades de existência, opondo-se à lógica do sistema capitalista: “A luta – e o aprendizado que se dá por meio dela – contra toda e qualquer prática e ideologia que afirme como verdade uma única forma de religião, cultura e organização social é parte constitutiva da

educação ambiental crítica.” (Loureiro, 2019, p. 79). Desse modo, a construção da educação ambiental se produz coletivamente, fomentando atividades políticas e práticas culturais, capazes de problematizar, conhecer, transformar e reconhecer possibilidades emancipatórias.

Meira e Sato (2005) e Henning e Ferraro (2022) destacam a luta no campo da educação ambiental diante da ofensiva neoliberal, considerando, assim, suas diferenças de propostas pedagógicas. Os últimos pontuam que a educação ambiental no Brasil se desenvolve sobre o campo da Educação Popular e constitui um movimento de luta política e social pertencente aos espaços acadêmicos, movimentos sociais, cargos públicos e organizações não-governamentais. De acordo com Henning e Ferraro (2022, p. 4), a educação ambiental “[...] está atrelada à ênfase das relações socioambientais e ao compromisso com a justiça social, exatamente porque incita um maior comprometimento com a transformação da sociedade para assumir-se como um ato político - no verdadeiro sentido da palavra.”

Tendo em vista o comprometimento teórico e prático do campo da EA, durante a 41ª Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)¹⁸, realizada em Manaus entre os dias 22 e 27 de outubro de 2023, o Grupo de Trabalho (GT) 22 - Educação Ambiental formalizou ofício, encaminhado ao Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima¹⁹, posicionando-se na defesa do campo da educação ambiental enquanto política pública, denunciando a ofensiva neoliberal da EDS (Ofício ANPEd 091/2023, 2023).

A moção destaca o conjunto de fundamentos e bases epistemológicas que sustenta o campo de saber da educação ambiental e da presença da Educação Ambiental no GT22 da ANPEd, como coletivos de pesquisadores/as em luta contra o avanço neoliberal na educação ambiental:

[...] mobilizados a defender e fortalecer o campo da EA a partir de suas múltiplas investigações, trabalhos e discussões teóricas e metodológicas que fazem desse espaço, um espaço indispensável para que, em nome da Educação, nós possamos defender nossos princípios

¹⁸ Na 41ª ANPEd, apresentamos parte dos dados desta pesquisa, publicado como artigo no Ebook ANPEd, intitulado como: “Discursos empresariais da mineração em projetos de educação ambiental: a formação de lideranças jovens em territórios atingidos” (Cardoso; Cosenza, 2024).

¹⁹ O ofício ANPEd-091/2023, foi encaminhado no dia 08 de dezembro de 2023 para o Exmo Senhor Camilo Santana, Ministro da Educação no período correspondente, como também para a Exma. Senhora Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudanças do Clima. Ambos compõem a escolha ministerial do governo Luis Inácio Lula da Silva (PT), eleito em 2022-2024. As respostas as moções encontram-se no site oficial da ANPEd: <https://anais.anped.org.br/news/moco-es-aprovadas-em-assembleia-da-41a-reuniao-nacional>.

contra o neoliberalismo que assola o planeta. Este é um espaço crucial porque é aqui que se decide – a médio prazo – por qual sociedade estamos lutando, seja por uma sociedade ambientalmente comprometida com algum valor de encantamento com o mundo, seja por uma sociedade globalizada e tecnocrata, desconectada de quaisquer valores locais em nome de uma cultura de mercado (Ofício ANPEd 091/2023, 2023, p. 2).

Além disso, o GT 22 se posicionou neste evento com o “Manifesto da Terexistência: Amar-zoniar pelo direito de existir”, em referência à temática do evento no ano de 2023 (Manifesto GT 22 Educação Ambiental, 2023). Nesse período, devido à emergência climática, a região amazônica vivenciava uma seca avassaladora.

Outro importante documento, construído em conjunto com o GT 09 - Trabalho e Educação e GT 18 - Educação de Pessoas e Jovens e Adultas, apresenta o firme compromisso, teórico e prático, em denunciar às catástrofes socioambientais²⁰ em curso e com ela a intensificação econômica e política neoliberal (Nota reflexiva ANPEd, 2024).

Considerando o exposto, passamos a compreender e analisar a relação entre a educação ambiental e as empresas mineradoras. Mesmo diante de violações de direitos e desastres socioambientais intrínseco às empresas de mineração, como o rompimento da barragem de Fundão, foi criada a Fundação Renova para “reparar” os danos, apresentando-se como um “modelo de governança” (Fundação Renova, 2024, s/p).

A Fundação Renova se insere em um contexto em que desastres socioambientais são cada vez mais recorrentes no Brasil, evidenciando o aprofundamento de práticas neoliberais no gerenciamento de desastres através da responsabilidade social corporativa. Junto com a Fundação, outras organizações, órgãos e instituições públicas têm desenvolvido programas e projetos nas áreas atingidas na Bacia do Rio Doce. Entre esses programas, surge o Programa de Educação Ambiental da Fundação Renova, que se apresenta como: “Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce que contempla a implementação de medidas de educação ambiental em parceria com as prefeituras dos municípios afetados pelo rompimento da barragem de Fundão” (Fundação Renova, 2024, s/p). No conjunto dos projetos educativos ambientais fomentados pela Fundação Renova, destacam-se a formação de professores e a capacitação de jovens como Lideranças Jovens.

²⁰ Esta nota faz referência a catástrofe climática no Rio Grande do Sul em janeiro de 2024 e com ela as relações entre a hegemonia do sistema do capital, a ampliação das desigualdades econômicas, a escalada armamentista com as catástrofes climáticas, reforçando a Moção do GT 22 de 2023. (Nota Reflexiva ANPEd, 2024).

Com base no arcabouço teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso (ACD), os capítulos anteriores situaram a perspectiva teórica e epistemológica enquanto arcabouço conjuntural desta pesquisa ao analisar a problemática discursiva e a prática empresarial da mineração, bem como o desastre socioambiental do rompimento da barragem de Fundão na Bacia do Rio Doce. Assim, sentidos educativos, ideológico e hegemônico neoliberal geram implicações para a educação ambiental, especialmente em relação às noções políticas de desenvolvimento e sustentabilidade voltadas para o mercado.

Para aprofundar sobre esses discursos e práticas que emergem do Programa de Educação Ambiental da Fundação Renova, especificamente sobre o projeto dirigido a formar Lideranças Jovens, no próximo capítulo, apresento os caminhos metodológicos que optei seguir neste estudo. Logo, nos capítulos seguintes detalharei os procedimentos das investigações dessas dinâmicas discursivas e práticas, buscando compreender também a anunciação da Educação Ambiental a partir dos/as jovens participantes da formação de Lideranças Jovens da Fundação Renova.

5 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS JOVENS: CAMINHOS METODOLÓGICOS PELA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Como pode a propaganda ser a alma do negócio (diz)
Se esse negócio que engana não tem alma (é).

Propaganda
Canção de Nação Zumbi, Marcos Matias e Rodrigo Brandão (2002)

Este capítulo tem como objetivo detalhar as minhas decisões metodológicas adotadas nesta pesquisa. Serão descritas as estratégias utilizadas para a geração e coleta de dados, bem como o processo de sistematização e análise desses dados, que será apresentado nos capítulos seguintes.

Com base na perspectiva crítica da Análise Crítica do Discurso (ACD), o conceito de discurso não é neutro, nem individual ou situacional. Ao contrário, ele é histórico e social, compondo modos representativos e constitutivos dos elementos e dimensões da estrutura social. Como parte da realidade social, o discurso pode ser analisado criticamente dentro de um contexto estabelecido. Essa análise crítica procura oferecer uma base sólida para entender a ordem social consolidada e buscar agir na transformação dessa realidade (Fairclough; Chouliaraki, 1999).

Neste trabalho de tese, começo pelas dimensões estruturais para compreender os conceitos de *ideologia* (Thompson, 2011) e *hegemonia* (Gramsci, 2007). A partir deles, procuro analisar discursivamente o poder das empresas de mineração sobre os territórios. O viés político, econômico e simbólico neoliberal surge das dinâmicas capitalistas, considerando aqui a sua dimensão educativa para a continuidade do fluxo de capital. Isso quer dizer que, apesar das implicações destrutivas e violentas para a vida e a natureza, o capital preserva sua continuidade quando busca a conformação social em torno dos discursos sobre desenvolvimento, progresso e sustentabilidade como mercadoria. Isto posto, busco refletir criticamente sobre os elementos discursivos inter-relacionados em empresas, organizações, instituições, sociedade e subjetividades, levando em consideração as relações dialéticas entre discursos e práticas sociais, bem como seus efeitos sobre os outros e no campo da educação ambiental (Chouliaraki; Fairclough, 1999).

Vieira e Resende (2016, p. 44) esclarecem que o discurso presente em textos é parte da prática social e produz significados em três dimensões inter-relacionadas, conhecidas como “sistema de ordem de discurso”. Esse sistema é organizado em três componentes: gêneros, discursos e estilos.

Os gêneros são modos de agir e interagir discursivamente, representando as formas pelas quais os discursos se manifestam, como propagandas, portfólios, reportagens, legislações e documentos oficiais. Os discursos, por sua vez, representam momentos da prática social e a linguagem usada para construir aspectos do mundo, como o discurso empresarial, o discurso econômico, o discurso ambiental, científico, educacional, entre outros. Os estilos referem-se às maneiras de se identificar discursivamente, ou seja, à linguagem utilizada por categorias específicas de pessoas, relacionadas à sua identidade, como a linguagem dos/as jovens, das pessoas atingidas, dos/as empreendedores/as, dos/as educadores/as, das organizações sociais, das empresas mineradoras (Fairclough, 2001; 2003).

Resende (2019) ressalta que este sistema de ordem de discurso pode ser associado ao entendimento dos eixos do poder, saber e ser, expressando o sistema-mundo-moderno-colonial, como discutido no capítulo três desta tese.

As formas de agir e interagir discursivamente, referente aos gêneros discursivos, podem representar, assim, as relações de poder, ou seja, relações da colonialidade do poder conformando formas de agir e reproduzindo padrões particulares do sistema colonial capitalista e silenciando outros processos para sua superação. Os significados representacionais, referente aos discursos, podem representar relações do saber, conformando relações da colonialidade do saber, no controle sobre quais conhecimentos e compreensões do mundo social serão hegemonicamente moldados. As maneiras de se identificar discursivamente, referentes aos estilos, influenciam como nos percebemos e percebemos os outros. Isso está ligado aos pressupostos éticos e reflete sobre a colonialidade do ser, destacando os padrões específicos de identificação. Essas formas de identificação conduzem determinadas maneiras de ser, ao mesmo tempo que limitam outras formas de existência e ações emancipatórias (Resende; 2019; Maldonado-Torres, 2018).

A partir desse entendimento, por meio da ACD, construo neste capítulo estratégias metodológicas que auxiliam na análise das formas e significados dos discursos em textos, possibilitando explorar seus efeitos ideológicos e hegemônicos nas práticas sociais, como também identificar as maneiras de subverter as relações de dominação (Fairclough, 2003; 2015).

Conforme demonstra Vieira e Resende (2016), torna-se possível investigar aspectos discursivos que são privilegiados, silenciados, excluídos ou deixados em segundo plano a partir da construção de estratégias metodológicas concebidas a partir da ACD. Vieira e Resende (2016) esclarecem que toda análise discursiva é produzida pela

ação interpretativa e pela leitura do/a pesquisador/a, mas não se limita a essa ação. Portanto, a ACD destaca conceitos em um amplo rol de categorias analíticas que podem ser associadas à análise discursiva. No quadro a seguir, sistematizo as principais categorias destacadas pela ACD que poderão ser aplicadas na análise discursiva, em consonância com a construção conjuntural e teórica que fomenta as questões e preocupações de pesquisa:

Quadro 3 – Estratégias metodológicas pela ACD e suas categorias analíticas

Categorias de Análise	Descrição dessas categorias
Avaliação	Refere-se aos modos como um ator social se identifica e se relaciona com o mundo nos textos. Abrange a apreciação de atributos, valores, afetos e perspectivas, bem como a análise de aspectos diversos da realidade.
Coesão	Relaciona-se ao aspecto relacional e estrutural do texto, envolvendo a forma como os diferentes elementos se conectam e se organizam. Refere-se aos mecanismos que garantem a fluidez e a integridade textual, podendo, em alguns casos, esconder questões importantes para a compreensão de um problema social.
Estrutura Genérica	Diz respeito à organização dos gêneros discursivos e ao propósito dos discursos. Envolve compreender o que as pessoas estão realizando discursivamente e com que objetivos. Por exemplo, uma reportagem pode ter o propósito de informar, mas também pode estar estruturada para promover e vender mercadorias.
Identificação Relacional	Refere-se à construção discursiva de identidades, representações e papéis sociais. Envolve a análise de como os atores sociais são identificados e descritos em textos, destacando as relações e os papéis que desempenham.
Intertextualidade	Refere-se às relações entre diferentes textos e discursos, permitindo explorar como essas práticas discursivas se conectam na sociedade. Possibilita a análise de como diferentes vozes e perspectivas são combinadas no texto. A intertextualidade pode se manifestar por meio de pressuposições, discurso direto e indireto, relatos de fala, negação, metadiscurso e ironia.
Processos de transitividade e estruturas visuais	Refere-se ao significado representacional e investiga como o/a locutor/a representa aspectos do mundo através de escolhas e sistemas de transitividade. Junto às estruturas visuais, envolvem o uso de imagens para representar, transmitir experiências e mensagens, e construir sentidos ideológicos. Ajuda a entender como as representações visuais/discursivas contribuem para a construção de significados e ideologias. Isso permite analisar quem faz o quê, a quem, e em que circunstâncias.

Interdiscursividade	Refere-se à análise de como diferentes discursos, presentes ou ausentes em um texto, se misturam e interagem. Examina como esses discursos representam interesses específicos e enfatizam práticas e posições. A interdiscursividade está ligada às disputas hegemônicas, envolvendo a legitimação, universalização e naturalização de interesses particulares.
Metáfora	Envolve atribuir significados identificacionais ao relacionar uma coisa ou pessoa a outra. Realça ou oculta certos aspectos, proporcionando uma nova perspectiva sobre o que está sendo descrito.
Representação de atores sociais	Refere-se à forma como indivíduos ou grupos são descritos em textos através de escolhas sócio-semânticas. Isso inclui como esses atores são incluídos ou excluídos nos textos, refletindo diferentes perspectivas e discursos.

Fonte: Elaborado pela autora (2024) a partir de Vieira e Resende (2016, p. 121-151).

De acordo com Vieira e Resende (2016), essas categorias analíticas são apontadas pela ACD como estratégias para a funcionalidade das análises explanatórias textuais, tornando possível mapear conexões entre o problema social de pesquisa com os discursos presentes nos textos. Estas conexões, situadas entre os discursos e a prática social, podem conservar ou subverter a ideologia dominante e o poder, manifestando-se, assim, em escolhas lexicais. Para a ACD, em caso de subversão à ideologia, os discursos podem enunciar oposição às forças hegemônicas, como modo alternativo de construção da realidade social para a sua transformação.

Essas categorias analíticas serão aplicadas no decorrer das análises, trazendo os excertos mais significativos que caracterizam alguns desses conceitos, como usos estratégicos dos discursos mais proeminentes, e como esses discursos são capazes de moldar maneiras de se identificar, pensar e agir, contribuindo ou enfrentando os discursos dominantes.

Considerando isso, o processo analítico em ACD procura, assim, explorar se discursos ideológicos e hegemônicos estão presentes em uma prática social específica e como esses discursos estão presentes. Desse modo, esta pesquisa busca como objetivo geral investigar os sentidos discursivos de educação ambiental promovidos pela Fundação Renova através de organizações sociais parceiras para a formação de Lideranças Jovens nos primeiros territórios atingidos pela mineração, analisando, especificamente, as enunciações discursivas de jovens participantes sobre este projeto, bem como a presença ou subversão dos discursos empresariais da mineração por esses jovens.

Levando isso em consideração, recorro que os objetivos específicos desta pesquisa compreendem: 1) analisar os sentidos educativos ambientais nos documentos do Programa de Educação Ambiental da Fundação Renova, com foco na Formação de Lideranças Jovens conduzido pelo Projeto Júpiter nos primeiros territórios atingidos pela mineração; 2) analisar as enunciações discursivas dos/as jovens nos materiais produzidos no Projeto Júpiter sobre as propostas de educação ambiental criadas por eles/elas para seus territórios; 3) investigar os discursos dos/as jovens sobre a formação de Lideranças Jovens e a participação no Projeto Júpiter a fim de identificar as orientações educativas ambientais que mantêm ou subvertem a função ideológica da Fundação Renova.

Com o intuito de alcançar esses objetivos, utilizei como material empírico dados provenientes de documentos formais, como divulgações oficiais, arquivos disponibilizados por órgãos públicos, pelas organizações sociais e pesquisas, além de entrevistas realizadas com os/as jovens participantes. Para elucidar esse ponto, explico quais são esses documentos e o processo de obtenção deles, em seguida, como esses dados foram sistematizados a partir de temáticas analíticas. No decorrer desta pesquisa, foram implementadas várias abordagens para obter os dados necessários para a análise da pesquisa e para a coleta de informações, visando entrevistas junto aos/as jovens que são o foco desse estudo.

Durante os dois primeiros anos desta pesquisa (2020 a 2022)²¹, estabeleci trajetórias para a obtenção dos dados analisados, como: 1) o acompanhamento remoto de encontros, cursos e discussões acadêmicas em diálogo com os movimentos sociais sobre a problemática da mineração; 2) o acompanhamento e monitoramento remoto das publicações da Fundação Renova; 3) a busca por teses e dissertações que compreendem o tema da problemática da mineração com a educação; 4) o estudo e levantamento do campo da educação ambiental sobre a mineração; 5) a busca e o estabelecimento de uma rede de contatos para a viabilidade da pesquisa, com o intuito de chegar até os/as jovens que participaram do projeto Lideranças Jovens da Fundação Renova; 6) a possibilidade de inserção no campo de pesquisa e o acompanhamento final do processo de formação dos/as jovens.

²¹ Durante esse período, que compreendeu os anos de 2020 a 2022, atravessamos o ápice da pandemia de Covid-19, com a maioria das rotinas adaptadas para o formato remoto. Esse momento foi marcado por muitas incertezas e inseguranças, vulnerabilidade de muitos, além de conflitos políticos, econômicos e ambientais, impactando a saúde e a vida de diversas pessoas, sendo assim, um período desafiador para o andamento desta pesquisa.

Desse modo, as sistematizações dos dados da primeira parte das análises desta pesquisa estão contidas no capítulo 6. Os dados documentais gerados nesse período compreendem: 1) pesquisas sobre os impactos e conflitos relacionados ao rompimento da barragem de fundão nas primeiras regiões atingidas; 2) documentos oficiais da Fundação Renova e dos órgãos responsáveis por orientar e validar os atos da Fundação²²; 3) dados extraídos na plataforma educativa do primeiro ciclo de formação Lideranças Jovens (2020-2022)²³; 4) dados disponibilizados pela organização social, parceira da Fundação Renova e responsável pelo Projeto Júpiter, o Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD), sobre os/as jovens e os projetos realizados nos territórios.

Importante ressaltar que, neste último ponto, estabeleci um contato formal com o CPCD e a Fundação Renova, durante o período de 2021 e 2022, por meio de uma carta de apresentação de pesquisa (presente no apêndice A da tese), sendo possível, assim, dialogar sobre o projeto, estabelecer contato com os/as jovens participantes, visitá-los/as em suas comunidades, acompanhar a finalização do Projeto Júpiter e adquirir a documentação do produto final desse projeto, apresentado como portfólios (cadernos de projetos) que divulgam as ações finalizadas do Projeto Júpiter a partir dos/as jovens, cedido e digitalizado por e-mail após pedido ao CPCD.

Dessa maneira, o Projeto Júpiter concedeu sete propostas para sete jovens participantes do processo de formação de Lideranças Jovens nos primeiros quatro municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão.

Esses portfólios/cadernos de projetos fornecem informações e divulgações sobre os/as jovens e suas propostas contempladas pelo Projeto Júpiter. Portanto, os cadernos representam os discursos dos/as jovens no Projeto Júpiter. Nesse sentido, esses materiais mesclam-se com outros textos e outros discursos moldados pelo agenciamento da organização social, parceira da Fundação Renova, procurando representar discursivamente, a partir dos/das jovens, seus territórios e suas propostas educativas ambientais desenvolvidas para o Projeto Júpiter. As descrições e as análises desses materiais contemplam o capítulo 6 dessa tese.

²² Parte de uma obrigação da Fundação Renova “promover a transparência e difundir informações de todas as suas ações, como destaque para as relativas à elaboração e à execução de seus programas e projetos.” (NOTA TÉCNICA N°26/2021/CT-PDCS/CIF). Outras documentações estão presentes no sítio eletrônico do Ibama: <https://www.ibama.gov.br/cif>.

²³ Esta plataforma foi contemplada pelo Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS Educa) intitulada como Projeto Juventudes. Acessada durante o período de pesquisa, entre os anos de 2021 e 2022, pelo sítio eletrônico: <https://projetojuventudes.ciedseduca.org.br/>.

Cabe esclarecer que tomei conhecimento desses materiais a partir desta primeira fase da pesquisa que consistiu em uma inserção a campo no período de 18 de maio de 2022 a 22 de maio de 2022. Tal imersão gerou dados em diário de campo e a requisição desses documentos para análise (Cadernos Projetos Júpiteres, 2022). Nesse período, a partir do contato com os/as jovens, foi possível visitar suas cidades e comunidades e conhecer seus projetos. Desse modo, visitei comunidades em Mariana, Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce. A primeira inserção a campo foi concluída em um evento final do primeiro ciclo de formação Lideranças Jovens do Projeto Júpiter na cidade de Mariana, no dia 22 de maio de 2022, realizado na sede do Lions Club. Neste evento, pude acompanhar a finalização do projeto, as apresentações dos/as jovens sobre suas propostas, as avaliações da Fundação Renova e do CPCD, bem como me aproximar dos/as jovens.

Portanto, a partir da sistematização e análise desses primeiros dados documentais, o capítulo 6 se divide em quatro seções principais. As primeiras duas seções abordam os discursos da Fundação Renova e das organizações sociais parceiras. Essas seções discutem como a educação ambiental foi enunciada nesse processo formativo e como o Projeto Júpiter promoveu essa prática. Nessas seções, são elucidadas duas temáticas principais: primeiro, sobre sentidos educativos ambientais nos documentos da Fundação Renova sobre a Formação de Lideranças Jovens; e, segundo, sobre os sentidos educativos ambientais e sobre a juventude no processo formativo do Projeto Júpiter.

Por sua vez, as seções três e quatro apresentam as análises da construção final desse processo formativo, ou seja, as propostas educativas ambientais realizadas pelos/as jovens e apresentadas nos cadernos dos projetos júpiteres, a fim de apontar as significações discursivas dos/as jovens sobre seus territórios e as enunciações educativas ambientais desses/as jovens como produto desse processo de formação. Assim, apresento as duas temáticas seguidas pelas seções: 3) significações sobre os territórios atingidos e ações educativas idealizadas pelos/as jovens nesses territórios; 4) significações sobre a educação ambiental enunciadas nos projetos dos/as jovens.

Finalizada essa etapa, nos dois anos seguintes desta pesquisa, mantive o contato estabelecido com os/as jovens participantes, retornando a campo, um ano após a finalização do Projeto Júpiter, no período de 14 a 23 de julho de 2023, para as entrevistas semiestructuras com esses/as jovens, visitando novamente as cidades e comunidades em Mariana, Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce, registrando esse retorno em diário de campo. Por sua vez, as entrevistas foram

realizadas de maneira presencial com um gravador de voz apenas com a autorização do/a jovem participante.

Para o desenvolvimento das entrevistas, utilizei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), presente no apêndice B desta pesquisa, após convite aos/as participantes de forma livre e voluntária para responder as perguntas sugeridas. Por este motivo, estabeleceu-se que estes/as jovens que concordaram em participar da pesquisa não serão identificados em nenhuma publicação que possa resultar desse estudo a partir de suas entrevistas.

O roteiro das entrevistas foi fundamentado em três assuntos, baseando-se no estudo da conjuntura desta tese e da compreensão do contexto social da prática discursiva desta pesquisa, relacionada, principalmente, ao capítulo 6, totalizando treze perguntas. Na entrevista semiestruturada, permiti que o/a entrevistado/a falasse livremente sobre os assuntos, intervindo apenas com algumas perguntas sistematizadas para orientar a conversa, este roteiro encontra-se no apêndice C, ao final desta pesquisa. As abordagens para as entrevistas foram sistematizadas da seguinte forma: 1) sobre o Programa de Formação de Lideranças Jovens e o Projeto Júpiter com quatro perguntas; 2) sobre a construção da proposta de EA do/a jovem no Projeto Júpiter com quatro perguntas; 3) sobre o processo de formação dos/as jovens – o ser jovem, a relação com o território e a educação ambiental com cinco perguntas.

Desse modo, foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas com sete jovens participantes do Projeto Júpiter, com uma dessas entrevistas sendo conduzida em conjunto com dois/duas jovens participantes de um mesmo projeto idealizado por eles/elas.

Essas entrevistas resultaram em corpus de análise, descritas no capítulo sete desta tese, que consiste na sistematização dos dados a partir dos textos produzidos pelas transcrições dessas entrevistas, abrangendo os discursos dos/as jovens sobre suas experiências e práticas relacionadas a participação no Projeto Júpiter. As análises dessas entrevistas foram sistematizadas e detalhadas em três temáticas, divididas entre as seções no capítulo sete, sendo elas: 1) significações sobre ser resiliente e a autogestão de si na identificação com o discurso empresarial; 2) significações sobre ser liderança jovem e protagonista em seu território para gerir problemas socioambientais; 3) significações sobre autonomia limitada dos partícipes, quando os/as jovens questionam e contradizem o discurso dominante.

O quadro a seguir dispõe sobre a sistematização dos dados analisados e as respectivas temáticas de análise, sendo essas temáticas divididas entre as seções dos capítulos seis e sete:

Quadro 4 - Sistematização dos dados de análise e as respectivas seções temáticas

Capítulo 6	Temáticas divididas em seções
Documentos oficiais sobre o Programa de EA da Fundação Renova e do Projeto Júpiter (CPCD)	6.1 Sentidos educativos ambientais nos documentos da Fundação Renova sobre a Formação de Lideranças Jovens
	6.2 Sentidos educativos ambientais sobre a juventude no processo formativo do Projeto Júpiter
Enunciações dos/as jovens em portfólios (cadernos de projetos) construídos pelo Projeto Júpiter ao final do processo de formação	6.3 Significações de ações educativas para os territórios atingidos nos projetos júpiteres
	6.4 Significações sobre a educação ambiental enunciadas nos projetos dos/as jovens
Capítulo 7	Temáticas divididas em seções
Entrevistas semiestruturadas com sete jovens participantes do Projeto Júpiter um ano após a finalização do projeto	7.1 Significações sobre ser resiliente e a autogestão de si na identificação com o discurso empresarial
	7.2 Significações sobre ser liderança jovem e protagonista em seu território para gerir problemas socioambientais
	7.3 Significações sobre autonomia limitada: quando jovens questionam e contradizem o discurso dominante

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A partir da descrição detalhada dos caminhos metodológicos que optei por seguir, os capítulos seguintes aprofundarão as análises dos dados coletados. Fundamentadas na Análise Crítica do Discurso (ACD), essas análises permitiram investigar quais discursos estão presentes e como esses discursos moldam as práticas educativas, assim como os/as jovens participantes do Programa de Educação Ambiental da Fundação Renova, através do Projeto Júpiter, respondem a esses discursos.

6 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E JUVENTUDE: ANÁLISES DISCURSIVAS DO PROGRAMA DA FUNDAÇÃO RENOVA E DO PROJETO JÚPITER

Era só mais um peixe
 Era só mais um rio
 Água deu lugar pra lama
 Tá tudo vazio
 Perder de tudo é duro
 É chão, é arribação
 Cavar tudo de novo
 Fincapé, é oração [...]

Lama, Canção de Mulamba Oficial (2020)

Abaixo da barragem de Fundão, que se rompeu no dia 05 de novembro de 2015, sob responsabilidade da empresa Samarco S/A, *joint venture* de propriedade da Vale S/A e BHP Billiton, existiam histórias, permanências, lugares de pertencimento e vidas imensuráveis. A lama cruzou as diversas formas de vida, marcando, repentinamente, as paredes das igrejas, entorpecendo as praças, escolas, casas, rios, riachos e cachoeiras. A marca avassaladora da lama perpetua também naqueles/as que possuíam o seu próprio tempo e maneiras de ser. Evidenciada na bacia do Rio Doce, vão sendo entrelaçados a dor, o sofrimento e a angústia junto àqueles/as que lutam pelo direito de serem reconhecidos como atingidos/as e por uma reparação justa. Entre estas marcas, o presente vem sendo construído na luta e no luto e o futuro é projetado nas incertezas (MAB, 2023; Revida Mariana, 2024).

Trilhando passos e gestos em movimento e resistência, ano após ano, estas impressões são escritas após conhecer o trabalho produzido pela Cáritas de Minas Gerais²⁴: o memorial virtual Mariana – Território Atingido. Tal memorial virtual foi elaborado com os movimentos sociais e pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana. A partir dele, busquei compreender a peculiaridade desses primeiros territórios atingidos. O material, portanto, coloca-se junto à luta de diferentes comunidades e pessoas como enfrentamento aos discursos e as práticas produzidos e

²⁴ De acordo com Ferreira (2022, p. 54) a Cáritas é um organismo da Igreja Católica Apostólica Romana e está presente em todo mundo. Em Minas Gerais a entidade se dedica ao Desenvolvimento Solidário Sustentável e Territorial, na perspectiva de um projeto popular de sociedade democrática. Em setembro de 2016 a Cáritas foi indicada e determinada a necessidade de assessoria técnica para atingidos/as de Mariana, escolhida por eles. A Assessoria Técnica Independente (ATI) realizada pela Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais possui três frentes de trabalho: Assessoria técnica, Cadastro e Assessoria Jurídica. Deste trabalho foi realizado o projeto “Mariana Território Atingido” com acesso virtual a partir do sítio eletrônico: <http://territorioatingido.com.br/>.

propagandeadas pelas empresas de mineração junto a Fundação Renova²⁵. Desse modo, com base no material de divulgação da Assessoria Técnica Independente (ATI), procurei compreender o ser atingido/a para além das definições estabelecidas pela Fundação Renova.

Segundo Cota e Xavier (2022), ser atingido/a é uma definição em disputa. Logo, os autores observam que, para as empresas responsáveis pelo desastre socioambiental, existe uma classificação em duas categorias de “pessoas atingidas”: aquelas que foram direta e indiretamente²⁶ impactadas pelos danos do rompimento da barragem de Fundão. Para Cota e Xavier (2022, s/p), “Essa prática desmerece os danos sofridos pelas pessoas classificadas como indiretamente atingidas, pois as coloca como menos atingidas, e, portanto, menos dignas de reparação”.

Como consequência, Cota e Xavier (2022) relatam a dificuldade do reconhecimento como pessoa atingida, a desmobilização e o julgamento social, entre ser digno ou não de reparação. Portanto, pensando nas pessoas atingidas, crianças, jovens, adultos e idosos, os autores esclarecem a necessidade de incluir uma totalidade material e imaterial:

Para os que sofreram o impacto do rompimento da barragem de Fundão, ser atingido vai além de definições técnicas, econômicas ou sociais. Ser atingido não se resume ao sofrimento suportado pela população e a seu reconhecimento como afetados pelos rejeitos de lama. Abarca também o reconhecimento de direitos e a legitimação de todas as pessoas afetadas como dignas de reparação. Ser atingido pelo rompimento da barragem de Fundão vai desde passar pelo sofrimento de ter toda sua vida transformada contra sua vontade, pela necessidade de enfrentar lutas para ter o seu sofrimento reconhecido e, por fim, conseguir que o seu direito de reparação seja legitimado (Cota; Xavier, 2022, s/p).

²⁵ De acordo com notícias veiculadas pela mídia e pelas redes sociais dos movimentos sociais, o direito à assessoria técnica independente (ATI), com a Cáritas Brasileira escolhida pelas pessoas atingidas para atuar na região, enfrenta impasses, como a significativa redução de recursos financeiros e a diminuição do quadro de profissionais. Até o momento, esse é mais um direito que as pessoas atingidas correm o risco de perder (Vasconcelos, 2024b).

²⁶ O Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), documento legal que estabelece a criação da Fundação Renova para a recuperação da Bacia do Rio Doce, define quem são os “impactados” pelo rompimento da barragem de Fundão. O TTAC divide as pessoas atingidas em duas categorias: diretamente e indiretamente impactadas. As diretamente impactadas incluem pessoas físicas e jurídicas como aquelas que sofreram danos imediatos às suas propriedades, saúde ou meios de subsistência, devendo assim, comprovar essas perdas. Por outro lado, as indiretamente impactadas são aquelas que, não se enquadram nos incisos determinados pelo documento e residem ou venham a residir na área afetada pela lama de rejeitos, sofrendo as consequências decorrentes do “evento” (Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta, 2016, p. 08-09).

Com base nessa reflexão sobre o ser reconhecido/a como atingido/a, observo que, por meio dos discursos, a legitimação da Fundação Renova opera sentidos ideológicos nos territórios atingidos definindo e fragmentando quem são as pessoas atingidas. Conforme exposto anteriormente, a Fundação Renova, considerada como uma entidade privada sem fins lucrativos, nasce de uma experiência pós-desastre com o propósito de garantir uma gestão público-privada na reparação dos danos causados pelas próprias empresas causadoras dos danos gerados pelo rompimento da barragem de Fundão em 2015.

Nesse sentido, são determinados programas de reparações entre “socioeconômicos” e “socioambientais”, dirigidos por meio de “parcerias” com outras organizações sociais do terceiro setor e órgãos públicos, ao mesmo tempo em que há um forte desmantelamento de diversas políticas públicas no âmbito da educação, meio ambiente, saúde e cultura. Desse modo, a perspectiva da direção educativa se apresenta em seus discursos ao mobilizar significações sobre o desastre socioambiental e seus desdobramentos, buscando, assim, estimular nos territórios atingidos formas de compreender, mobilizar e atuar frente aos danos vivenciados pelas comunidades e por toda Bacia do Rio Doce.

Portanto, a Fundação Renova com seu programa de educação ambiental pode revelar a potencialidade política, econômica e ideológica dos interesses das empresas de mineração guiados por uma responsabilidade social, à medida em que apartam suas responsabilidades e violações de direitos diante dos danos gerados pelo processo de exploração, conduzindo programas de reparação e compensação como oportunidade de negócio, além de legitimar a atividade mineradora em Minas Gerais e, de modo mais amplo, o capitalismo do desastre.

Isto posto, pretendo apresentar neste capítulo a primeira parte das análises da prática particular discursiva, buscando analisar os elementos discursivos mobilizados nos documentos oficiais da Fundação Renova em seu Programa de Educação Ambiental – Projeto Lideranças Jovens. Logo, com o desenvolvimento desta análise, adentrarei os materiais produzidos no âmbito do Projeto Júpiter sobre esse processo formativo e as enunciações educativas ambientais dos/as jovens participantes nesses materiais. O Projeto Júpiter foi elaborado pelo Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) em parceria com a Fundação Renova na área delimitada como Área 1 (Mariana e Alto Rio Doce), sendo esta a primeira região atingida pelo derramamento dos rejeitos tóxicos da barragem rompida.

De forma a discutir o emprego de práticas discursivas da Fundação Renova, Vieira e Silva (2019) afirmam que estes empregos se estruturam na manutenção das relações hegemônicas e de poder, afastando a responsabilidade das empresas de mineração quanto aos prejuízos socioambientais gerados.

Ao analisar o documentário produzido pela Fundação Renova entre o ano de 2018 a 2019, “Diálogos: No caminho da reparação”²⁷, Vieira e Silva (2019) destacam o uso de significações positivas ao desastre e seus desdobramentos, como discursos que apontam o caminho inevitável do desastre à geração de oportunidades ou coisas boas. Estas significações apresentadas no documentário são apontadas pelas autoras em diferentes conexões como:

(a) O caso da recuperação do Rio Doce serve ou servirá como uma referência, um exemplo a ser seguido; (b) O desastre chamou atenção para a importância da conservação e/ou do bem natural e; (c) Repercutiu em união da comunidade, gerando novos hábitos sociais (Vieira; Silva, 2019, p. 72).

Vão sendo, portanto, ressignificadas as causas e as consequências do desastre socioambiental. A partir da análise de Vieira e Silva (2019), é possível observar que os discursos produzidos pela Fundação Renova são desconectados da realidade social, ao mesmo tempo em que representam os efeitos das relações de poder das empresas de mineração nesses territórios. Esses discursos também provocam o silenciamento e a ausência de informações pertinentes às pessoas atingidas, apontadas por Vieira e Silva (2019) como consequência de um prolongamento do sofrimento social.

A pesquisa de Vieira e Silva (2019) demonstra aspectos importantes por parte da percepção das pessoas atingidas, ao considerarem os discursos sustentados pela Fundação Renova como uma postura que agrava as injustiças e as relações entre as comunidades:

Em concordância com essa percepção, falas captadas por meio de observação participante também indicaram indignação quanto a gastos e investimentos supérfluos por parte da Renova – por exemplo, com eventos, festas, ‘lanchinhos’ para as comunidades – que teriam o objetivo de agradar a população ou repercutir uma imagem positiva, mas não o de gerar mudanças efetivas na vida das pessoas (Vieira; Silva, 2019, p. 76).

Vieira e Silva (2019) apontam que, mesmo contemplando a exigência posta pelo Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), como a obrigatoriedade da

²⁷ É possível acessar os episódios do documentário pelo Youtube do Roberto Waack – Presidente da Fundação Renova - a partir do link de acesso: <https://youtu.be/cjbLSDpdajY?si=IJraGmeiZUXHfTxo>

Fundação Renova em comunicar suas próprias ações, estes gastos são apontados pelos atingidos/as como “supérfluos”. Nestas divulgações, as narrativas discursivas da Fundação Renova trazem significações positivas, como a construção de um novo futuro, destacando palavras como: “soluções, oportunidades, melhorias, reconstrução, aprendizado, união [...]” (Vieira; Silva, 2019, p. 78).

Segundo Vieira e Silva (2019), o assunto com maior interesse, colocado em pauta pela produção da Fundação Renova, presente no documentário “Diálogos: caminhos da reparação”, foi a “visão de futuro, jovens e foco no que vem pela frente”:

Este nó representa um dos padrões de maior evidência no corpus analisado, que consiste na frequente abordagem da temática ‘futuro’ por parte dos personagens [entrevistados], geralmente em referência ao futuro das comunidades e regiões atingidas a partir dos resultados obtidos com as ações de reparação. Assim, os trechos aqui reunidos dão ênfase à visão do que está por vir, aos ‘sonhos’ e, especialmente, à geração futura, centralizando a importância dos jovens nesse contexto. Por vezes, tais fragmentos se conectam a tópicos que integram outros nós, como ‘Estímulo à participação e ao engajamento’, ‘Temporalidade’ e ‘Educação e sua importância’ (Vieira; Silva, 2019, p. 71).

Vieira e Silva (2019) argumentam ainda que os discursos da Fundação Renova se associam aos mecanismos utilizados por empresas de responsabilidade social que procuram reduzir contestações aos seus interesses e suprimem, discursivamente, os debates intrínsecos a problematização e ao questionamento, quanto aos danos socioambientais causados pelo modelo de desenvolvimento econômico e de exploração mineral vigente.

Outro projeto da Fundação Renova em evidência é o projeto “VimVer - Vivências no território”. Este projeto foi analisado por Saraiva e Pereira (2021) que observaram como os discursos presentes nesse material sugerem a construção do próprio papel protagonista da Fundação Renova no processo de reparação, excluindo, assim, outros movimentos em disputa. Para eles, a construção narrativa do programa “Vivências no Território”, destinado a induzir um turismo nas regiões atingidas, procura evidenciar aos visitantes o controle eficiente da Fundação Renova quanto ao desastre socioambiental, omitindo as injustiças geradas (Saraiva; Pereira, 2021). A autora e o autor trazem uma observação importante quanto à presença, na exposição do material, do “Manifesto Fundação Renova”²⁸.

²⁸ É possível acessar o “Manifesto Fundação Renova” por meio do seu sítio eletrônico, presente na página: <https://www.fundacaorenova.org/relato-de-atividades/manifesto-fundacao-renova/>

Segundo eles, este manifesto está qualificado como “todo verbo se torna ação” e declara a centralidade da Fundação Renova no processo de reparação, sendo ela, “o meio para a mudança”: “ela [Fundação Renova] afirma que a barragem de Fundão é ‘sua história’ corrompendo o sentido literal de que essa é a história dos atingidos! Os atingidos é que estão (ou deveriam estar) no centro do processo e não a FR” (Saraiva; Pereira, 2021, p. 524). Este manifesto está presente no sítio eletrônico da Fundação Renova e inicia-se com: “Nossa história é recomeço. Vem do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, nossa razão de existir”, enfatizando, desse modo, sua centralidade e protagonismo no controle do desastre socioambiental.

Em artigo publicado pelo Jornal Brasil de Fato de Minas Gerais, Souza (2022) revela como a Fundação Renova vem articulando uma narrativa como protagonista no processo de recuperação das regiões impactadas. Ao focar sobre os programas relacionados à cultura, Souza (2022) observa que, por meio de editais denominados “Editais Doces”, a Fundação Renova tem lançado um modelo de contratação desigual e de caráter temporário para diversas organizações como ONG’s, grupos e entidades ligados à arte. Dessa maneira, existe uma ampla concorrência para “prestadores/as de serviços”, que os/as colocam diante da competitividade, entre os mais qualificados, competentes e passivos de premiações:

Assemelham-se a concursos meritocráticos para os trabalhos criativos dos próprios atingidos, esforços viabilizados financeiramente pela Renova nesta escassez de recursos para a cultura. A contrapartida exigida é a propaganda: a vinculação dos resultados dos projetos ‘vencedores’ aos resultados de uma função maior, uma suposta compensação dos danos causados pelas atividades econômicas das empresas que compõem a Fundação (Souza, 2022, s/p).

Souza (2022) aponta como estes certames estão sendo utilizados como meios publicitários para acentuar, de maneira positiva, a imagem das empresas responsáveis pelo rompimento vinculados à Fundação Renova. O processo de construção simbólica perpassa também as imagens, quando a identidade criada para o Edital Doce, não condiz com a realidade da Bacia do Rio Doce (Souza, 2022).

Os mesmos processos de certames, editais e parcerias podem ser encontrados no Programa de Educação Ambiental da Fundação Renova - Programa de Educação para Revitalização do Rio Doce, que será exposto a seguir. Compreendo, portanto, o Programa de Educação Ambiental da Fundação Renova em uma complexa rede de relações assimétricas, simbólicas e de poder, podendo assim revelar sentidos ideológicos e hegemônicos que reforçam a manutenção de situações de silenciamentos,

desigualdades e injustiças socioambientais, suprimindo o conflito e impedindo as expressões contrárias em vias de perpetuar um suposto consenso.

Soares (2022), ao percorrer a Bacia do Rio Doce por dezoito dias para um projeto jornalístico documental na área ambiental, após sete anos do desastre socioambiental, relata:

Por mais que a gente queira dar o tal benefício da dúvida a essa Fundação fica difícil quando em centenas de quilômetros percorridos no entorno do desastre e dezenas de personagens ouvidos não apareceu um único para dizer que a Renova é bacana. Sim, é difícil agradar a todos nesse emaranhado jurídico, mas passar 18 dias viajando em busca aleatória de personagens e não encontrar um único que defenda a Renova nos faz no mínimo ficar com a pulga atrás da orelha (Soares, 2022, s/p).

Com base nessas reflexões, adentrarei as seções temáticas divididas neste capítulo. Na primeira seção, apresento o Programa de Educação Ambiental (PEA) da Fundação Renova com o objetivo de analisar os elementos discursivos presentes nos documentos que definem este programa, a fim de compreender os sentidos educativos ambientais e ideológicos propostos pelo PEA e pela Formação de Lideranças Jovens, bem como suas relações empresariais. Na seção seguinte, tenho por intuito analisar o Projeto Júpiter – Formação de Lideranças Jovens, realizado nos primeiros territórios atingidos, seus objetivos formativos e sentidos sobre a juventude e a educação ambiental. Logo, nas duas últimas seções, analiso a construção final desse processo de formação a partir dos/as jovens em materiais construídos pelo Projeto Júpiter. Dessa forma, tensiono significações sobre os territórios atingidos e a educação ambiental nas enunciações discursivas apresentadas pelos/as jovens em suas propostas desenvolvidas para o Projeto Júpiter.

6.1 SENTIDOS EDUCATIVOS AMBIENTAIS NOS DOCUMENTOS DA FUNDAÇÃO RENOVA SOBRE A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS JOVENS

O Programa de Educação Ambiental (PEA), da Fundação Renova, surge a partir de premissas asseguradas em diversos documentos desde o TTAC em 2016, que dá origem a Fundação Renova, até o seu desenrolar em 2018, quando, a partir de várias avaliações, recomendações e encontros²⁹, com participação de instituições públicas,

²⁹ A Fundação Renova promoveu, durante os dias 27 a 28 de setembro de 2017, no Parque Estadual do Rio Doce, o Encontro de Prosa e Saberes para a revitalização da Bacia do Rio Doce. Nesse encontro a Fundação Renova, a partir de um chamamento público, reuniu 39

órgãos públicos e organizações sociais privadas, foi aprovado o Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce³⁰:

Nomeou-se o Programa de Educação Ambiental por Educação para a Revitalização da bacia do Rio Doce para dar enfoque ao objeto de intervenção, que se quer transformar, a Bacia do Rio Doce. Sendo assim, seu objetivo é desenvolver processos educativos para a revitalização da Bacia do Rio Doce (Fundação Renova, 2018, p. 04-05).

No emaranhado que compõe o funcionamento da “governança” sobre a Fundação Renova, são muitos atores em cena. O PEA da Fundação Renova tem sido avaliado e revisado no decorrer dos anos pelo Comitê Interfederativo (CIF)³¹, a partir da Câmara técnica de Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo (CT-ECLET). Com base nas notas técnicas divulgadas pela CT-ECLET, identifiquei que o PEA, da Fundação Renova, possui seis versões, sendo a última versão apresentada em 2020, definindo como objetivo geral do Programa: *“Implementar processos de educação socioambiental que desenvolvam competências e habilidades para engajar pessoas e coletivos no desenvolvimento de iniciativas para a revitalização dos territórios atingidos”* (CT-ECLET n° 47, 2021, p. 05, grifo próprio).

Sobre a definição do Programa de Educação e Revitalização da Bacia do Rio Doce e seus Projetos Executivos, utilizo para a análise os documentos divulgados pela Fundação Renova e pelo CIF em seus sítios eletrônicos (Fundação Renova, 2018; CT-ECLET n° 18, 2018). Conforme esses documentos, as parcerias por meio de editais são fomentadas pela Fundação, sendo justificadas como uma forma de ampliar ações com outras organizações para trazer soluções frente ao desastre socioambiental de grande magnitude, como demonstra o seguinte excerto:

experiências, entre diferentes representantes de organizações do terceiro setor e outros interessados, para a troca dessas práticas visando a estruturação do Programa de Educação para a Revitalização da Bacia do Rio Doce (Fundação Renova, 2018). Porém a Nota técnica n°18 da Câmara Técnica de Educação, Cultura, Lazer, Esportes e Turismo, avaliou a pouca representação das pessoas diretamente atingidas e a não presença de um número considerável do público-alvo dos projetos, como os jovens da bacia e professores (CT-ECLET n°18, 2018, p. 01).

³⁰ Embora o Programa de Educação Ambiental tenha mudado de nome para Educação para Revitalização do Rio Doce, entendo que se trata essencialmente do mesmo programa, pois continua a desenvolver processos educativos socioambientais na bacia do Rio Doce. Portanto, em alguns momentos citarei esse programa na pesquisa como PEA.

³¹ O Comitê Interfederativo (CIF) foi criado em resposta ao desastre causado pelo rompimento da barragem de Fundão. Sua função é orientar e validar os atos da Fundação Renova, responsável por gerir e executar as medidas de recuperação dos danos causados pela tragédia. Presidido pelo Ibama, o CIF é composto por representantes da União, dos governos de Minas Gerais e Espírito Santo, dos municípios impactados, das pessoas atingidas, da Defensoria Pública e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (Ibama, 2024, s/p).

Mobilização do conhecimento e identificação das soluções [...] Nenhuma instituição seria capaz de empreender com efetividade essas iniciativas de maneira isolada, o que requer um processo de sensibilização, formação, envolvimento e comprometimento da diversidade de atores presentes no território da bacia do Rio Doce (Fundação Renova, 2018, p. 11, grifo próprio).

Com base nesse excerto, presente no documento definidor do PEA (Fundação Renova, 2018), ressoa a linguagem utilizada pela Fundação Renova. À luz da Análise Crítica do Discurso (ACD), verifico que o excerto revela discursos instrumentalizados por uma abordagem organizacional, sugerindo ser a colaboração algo essencial nesse processo, afirmando um posicionamento positivo que implica pressuposições como: “Nenhuma instituição seria capaz de empreender com efetividade essas iniciativas de maneira isolada”. Ou seja, uma retórica que indica ser a Fundação Renova representativa das partes interessadas, portanto, sugerindo uma responsabilidade compartilhada para a “Mobilização” e “identificação de soluções” aos problemas da bacia do Rio Doce.

Dessa forma, o sentido educativo e formativo apresentado pelo programa sugere uma abordagem educativa com foco na capacitação desses diversos atores sociais, conforme exposto no objetivo geral do programa, no desenvolvimento de “habilidades e competências”, sendo a Fundação Renova posicionada no centro dessas ações coletivas:

[...] a Fundação Renova se coloca como âncora catalisadora e promotora de ações coletivas, em rede, buscando envolver a diversidade de atores da bacia. Assim, é necessário não apenas criar um ambiente institucional e social propício ao desenvolvimento dessas ações, mas também apoiar, preparar, formar e instrumentalizar pessoas, instituições e comunidades para que as ações adquiram efetividade (Fundação Renova, 2018, p. 102, grifo próprio).

Conforme destacado, há, portanto, uma indicação dos processos de uma educação voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades para o: “desenvolvimento de iniciativas”; “identificação das soluções”; “empreender com efetividade essas iniciativas”; “para que as ações adquiram efetividade”.

Como discutido na conjuntura dos capítulos anteriores, esses excertos indicam a representação de uma linguagem estruturada nos princípios neoliberais empresariais de governança e eficiência, podendo, assim, dissimular relações assimétricas de poder e as responsabilidades pelo rompimento da barragem de Fundão. Da mesma forma, o documento da Fundação Renova, disponibilizado pelo CIF (CT-ECLET n° 18, 2018), detalha os projetos executivos do PEA, especificando as ações práticas a serem realizadas. A Fundação Renova justifica os seguintes aspectos do programa:

[...] são realidades só constituídas pelo conjunto da sociedade da Bacia do Rio Doce [...] *impactada pelo rompimento de 2015, mas também para tratar de um território altamente impactado por décadas de ocupação e exploração antrópica*. O Programa de Educação para a Revitalização da Bacia do Rio Doce, atua em um processo de cidadania e de *incentivo e implementação de “comunidades de práticas” que possam viabilizar modelagens territoriais participativas, inovadoras e sustentáveis e que sejam implementados adaptando-se aos seus respectivos contextos* (CT-ECLET n° 18, 2018, p. 13 – grifo próprio).

Ao analisar esse excerto, as relações semânticas destacam uma conjunção adversativa que introduz uma ideia contrastante aos impactos do rompimento da barragem de Fundão. Em outras palavras, a passagem enfatiza a problemática da ocupação e da exploração antrópica nesses territórios, justificando que os impactos presentes na bacia do Rio Doce não se limitam ao desastre de 2015, resultando também “de décadas de ocupação e exploração antrópica”. Com base nessa perspectiva, a partir dos modos de operação da ideologia de Thompson (2011), a linguagem utilizada para justificar os aspectos do programa no documento estabelece uma relação discursiva que reifica as problemáticas socioambientais nos territórios, naturalizando-as. Dessa forma, as consequências do desastre de 2015 são equiparadas de maneira homogênea à exploração antrópica.

À vista disso, o Programa de Educação para a Revitalização da Bacia do Rio Doce é situado em um enfoque colaborativo e participativo, pressupondo uma relação harmônica de diferentes grupos e interesses comuns. A linguagem presente no excerto ressalta termos como “participativas”, “inovadoras” e “sustentáveis”, indicando assim uma responsabilização de todos/as em ações práticas.

Esses discursos presentes no PEA ressaltam uma legitimação da Fundação Renova como promotora de uma educação ambiental que se diz representar as partes interessadas, universalizando os interesses como se fossem de interesses gerais mediante o discurso do diálogo e da parceria. Mesmo assumindo no documento definidor do PEA (Fundação Renova, 2018) uma diversidade de elementos metodológicos e atores coletivos para esta construção, outro documento do CIF enfatiza apontamentos e solicitações, sendo recomendado à Fundação Renova:

Compromissar-se com um modelo de Educação Ambiental crítica e transformadora, contextualizadora (que não deixe de abordar a problemática da mineração e de relacioná-la com o desastre ambiental ocorrido em novembro de 2015) e não conservacionista, que contribuam para o fortalecimento da cidadania e do

empoderamento das comunidades para que sejam qualificados para a gestão ambiental local (CT-ECLET n°11, 2018, p. 06, grifo próprio).

Conforme a avaliação da CT-ECLET, na Nota Técnica n° 18, foi considerado pequena a participação das pessoas diretamente atingidas no processo de consolidação do PEA da Fundação Renova, assim como:

[...] não houve presença em número considerável do público-alvo dos Projetos Executivos de Educação Ambiental propostos que são: os jovens da bacia, professores e gestores educacionais do ensino médio e fundamental, produtores rurais, quilombolas, indígenas, pescadores, ribeirinhos, lideranças de movimentos locais, entre outros (CT-ECLET, 2018, p. 01).

Como discutido por Loureiro (2012), o sentido de participação da sociedade civil no campo hegemônico empresarial sobre educação ambiental e sustentabilidade pode silenciar as assimetrias de poder, visto que os interesses em sociedades são desiguais e que, portanto, essas posições desiguais são postas como “parceria” em igualdade formal. Logo, os processos de dominação não são explicitados e enfrentados na construção dessa educação ambiental.

Para Loureiro e Layrargues (2013), a perspectiva crítica da educação ambiental procura desvelar a potencialidade educativa dos conflitos e das lutas socioambientais inerentes ao sistema capitalista. Desse modo, busca-se superar a reprodução da lógica capitalista e neoliberal como luta política. Segundo os autores, a educação ambiental crítica e transformadora busca, no sentido pedagógico, trabalhar com a definição de situações de degradação intensiva da natureza e da condição humana, busca a autonomia e a liberdade dos agentes sociais perante as relações de opressão, expropriação e dominação, e não perde de vista a análise da conjuntura complexa da realidade perante o questionamento histórico e social que implicam as desigualdades e os conflitos socioambientais. Ou seja, os impactos e os conflitos inerentes à indústria da mineração, a produção de injustiças socioambientais, os outros saberes e cosmovisões e o desdobramento das consequências do rompimento da barragem de Fundão sobre a natureza e as populações atingidas na Bacia do Rio Doce deveriam estar no cerne da construção de uma educação ambiental crítica e transformadora.

Por conseguinte, procurei captar como a problemática da mineração foi assumida na definição do PEA e nos programas executivos pela Fundação Renova. Ao pesquisar pelo termo, “a problemática da mineração”, poucas são as citações presentes nos documentos (Fundação Renova, 2018; CT-ECLET n° 18, 2018). Apenas pequenos excertos se destacam, como em “mineração e os modelos de exploração de recursos

minerais”, indicado como um tópico no exemplo de um “cardápio de aprendizagem” da Fundação Renova (2018, p. 284). Para este tópico específico, não se descreve quais os significados dessa abordagem que compõe a “educação para revitalização” (Fundação Renova, 2018, p. 284).

Outras citações sobre a mineração aparecem em “atividade da mineração” e se articulam aos discursos relacionados às “tensões da sustentabilidade” e “sustentabilidade e a resiliência regional” (Fundação Renova, 2018, p. 115). Desse modo, o discurso da resiliência se faz amplamente presente nos documentos de análise junto a diferentes conceitos e termos, considerando, assim, a atividade da mineração. Logo, o documento aborda a resiliência como tema pertinente para a educação em busca da “sustentabilidade”:

[...] resiliência e transição para a sustentabilidade – Para o Programa de Educação para a Revitalização da bacia do rio Doce é importante o desenvolvimento de uma percepção crítica e histórico-cultural acerca da realidade socioambiental da bacia, a fim de reunir elementos referenciais e indicadores de avaliação do processo de recuperação e também da capacidade de resiliência das comunidades na transição para a sustentabilidade. Neste sentido, os processos de educação para a revitalização devem identificar a cultura e as práticas potencialmente deletérias que devem ser internalizadas e substituídas por outras na construção de uma cultura de cuidado socioambiental (Fundação Renova, 2018, p. 115, grifo próprio).

Conforme exposto, a problemática da mineração é silenciada para uma abordagem direcionada a pensar os sentidos culturais, de ações e prática pontuais, de mudanças de atitudes para a resiliência e a sustentabilidade, conforme destaque: “[...] identificar a cultura e as práticas potencialmente deletérias que devem ser internalizadas e substituídas por outras na construção de uma cultura de cuidado socioambiental” (Fundação Renova, 2018, p. 115).

Sobre os sentidos discursivos acerca da resiliência, Oliveira (2012) destaca que a origem desse termo se apresenta indissociável ao discurso dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) e da sustentabilidade pela lógica empreendedora e neoliberal. Perante os constantes riscos e desastres, o discurso da resiliência vincula-se à condição individual de superação da própria adversidade (Oliveira, 2012). Logo, o discurso proeminente nesses documentos, convoca a um aprender a “ser resiliente” em busca da “transição para a sustentabilidade”, ou seja, com a ênfase cognitiva, de atitudes, mudanças culturais e de comportamento, para serem “substituídas”, adaptando-se a outras atividades e atitudes de restauração e construção do “cuidado”. Esses

discursos podem silenciar as complexas degradações da vida e da natureza intensificadas pela relação do capital com a mineração.

Ao prosseguir com as análises e averiguar a presença ou não desses discursos ideológicos e hegemônicos, partirei para a investigação sobre os sentidos discursivos que se apresentam na definição do Projeto de Formação de Lideranças Jovens. Quatro projetos executivos são descritos como principais na composição do PEA da Fundação Renova com seus respectivos objetivos. Sendo eles: 1) Processo Interfaces Educação para Planejamento de Territórios Sustentáveis; 2) Projeto de Fortalecimento de Redes e de Políticas Públicas para Revitalização da Bacia do Rio Doce; 3) Projeto Formação de Educadores e Escolas Experimentais para Revitalização da Bacia do Rio Doce; e 4) Projeto Formação de Lideranças Jovens (CT-ECLET n° 18, 2018).

Entre eles, o Projeto de Formação de Lideranças Jovens é apresentado com o seguinte objetivo: *“oportunizar processos formativos de engajamento e qualificação de jovens para elaborar e implantar projetos territoriais voltados à revitalização ambiental, social, econômica e cultural da bacia do Rio Doce”* (CT-ECLET n° 18, 2018, p. 81, grifo próprio). Logo, este objetivo é modificado em 2021 para: *“Engajar jovens em projetos territoriais voltados à revitalização ambiental, social, econômica e cultural da Bacia do Rio Doce”* (CT-ECLET n° 47, 2021, p. 06, grifo próprio).

Toma parte, então, do PEA o Projeto de Formação de Lideranças Jovens com foco e recorte etário para pessoas entre 15 e 29 anos. Segundo o documento, a escolha pelo público se justifica pela representação dos/das jovens como: *“o elo entre o passado e futuro na perpetuação das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão a longo prazo”* (CT-ECLET n° 18, 2018, p. 69, grifo próprio). Por sua vez, são descritas as características que o processo de formação deseja salientar como representação dos/das jovens envolvidos/as no projeto:

[...] o protagonismo desse público a partir da sensibilização e do desenvolvimento de pensamentos críticos e reflexivos em relação as questões socioambientais, pode favorecer a sua participação ativa no processo de revitalização da Bacia do Rio Doce (CT-ECLET n° 18, 2018, p. 69, grifo próprio).

Chamo atenção a respeito da linguagem utilizada para representar e identificar os/as jovens da Bacia do Rio Doce. Tomando parte do objetivo de formação do projeto, é potencializada a construção de um sujeito a partir do seu “protagonismo”, “sensibilização” e “participação ativa”, respaldando esse processo como movimentos para os pensamentos “críticos e reflexivos”.

Como maneira de identificar e representar o público da juventude no projeto, o documento da Fundação Renova desloca conceitos, termos e expressões como o de “sujeitos ecológicos”, de Carvalho (2006):

Esse processo pode forjar ‘sujeitos ecológicos’, que de acordo com Carvalho (2006), são grupos que acabam influenciando outros públicos nos locais em que atuam, exercendo seus diferentes papéis sociais, como por exemplo, na família, com amigos, na escola e outros (CT-ECLET n° 18, 2018, p. 76).

Portanto, destaco uma operação discursiva referente ao processo de hibridismo (Fairclough, 2003; Fairclough; Chourialiaki, 1999), quando, ao procurar legitimar uma educação ambiental como crítica e reflexiva, sobressai uma dissimulação (Thompson, 2011), ou seja, o deslocamento do conceito de “sujeitos ecológicos”, de Carvalho (2006), para simbolizar o público juvenil participante como “grupos que acabam influenciando outros públicos nos locais em que atuam”. Ao mesmo tempo, identifico os outros sentidos discursivos e ideológico, como o discurso do protagonismo juvenil (Souza, 2009).

De acordo com Souza (2009), em uma concepção história e social, a operação discursiva do protagonismo juvenil assume sentido a partir da circulação de documentos de organizações internacionais, grupos empresariais e órgãos governamentais a partir da década de 1990, norteando, principalmente, propostas de organizações para o terceiro setor em vista de atingir a juventude de segmento populacional e social específico, relacionado à pobreza e exclusão.

Para Souza (2009), o discurso do protagonismo juvenil parte de medidas e propostas políticas de integração da juventude pobre mediante a construção de uma cultura de paz. A construção simbólica do discurso do “protagonismo juvenil” está, assim, imersa em uma concepção mercadológica que fomenta e educa para o empreendedorismo juvenil. Ou seja, segundo Souza (2009), procede a uma anulação da garantia do acesso aos direitos sociais para a responsabilização do indivíduo, em que este deve fomentar/criar o acesso a serviços. Portanto, sentidos sobre o protagonismo juvenil para uma “participação ativa” indicam uma oportunidade ilusória de participação social, considerando o/a jovem como colaborador/a, com habilidade de negociar e defender interesses em posição que dissimula as assimetrias de poder por meio do diálogo, e, logo, capaz de empreender soluções aos problemas intrínsecos a sua realidade social (Souza, 2009).

De acordo com Souza (2009), a operação discursiva do “protagonismo juvenil” revela uma fabricação do consenso, em que a “participação ativa”, tomada pela Fundação, é o princípio pedagógico principal, o que envolve o convencimento no trabalho voluntário para benefício próprio e de um coletivo, bem como o aprender/empreender a fazer projetos como estratégia pedagógica que incorpora a atividade do indivíduo, sustentando um saber técnico em busca de resultados e soluções dos problemas comunitários.

Diante disso, o Projeto de Formação de Lideranças Jovens da Fundação Renova estabelece relações com o discurso do “protagonismo juvenil” em maneiras de representar e identificar a juventude nos territórios atingidos. Esses discursos se destacam no objetivo do projeto, quando propõe “qualificar” os/as jovens, para que estes estejam aptos a “elaborar” e “implementar projetos territoriais”, como também seja possível “engajar jovens em projetos territoriais” e “favorecer sua participação ativa no processo de revitalização da Bacia do Rio Doce”.

Portanto, os discursos presentes no documento da Fundação Renova apresentam elementos de práticas sociais quando: figuram maneiras de agir (gênero), implicando o comprometimento de ações – qualificar, elaborar, implementar e engajar; refletem formas de representar a juventude nos territórios atingidos (discurso) a partir do protagonismo juvenil; e conduzem modos de significar a educação ambiental (estilo) a partir de uma formação pedagógica para a “participação ativa”, em busca de solução de problemas e elaboração/implementação de projetos.

Prosseguindo com as análises, o sentido de “projeto” também figura representações e modos de agir para a Formação de Lideranças Jovens, definido como:

[...] um meio de construção e organização de *propostas/sonhos* [...] *um empreendimento que tem em vista produzir algo novo*, com a finalidade de mudança através da melhoria de processos, de *solução de problemas*, de atendimento de necessidades, da produção de conhecimento, etc. (Fundação Renova, 2018, p. 54, grifo próprio).

Logo, o “projeto” a ser elaborado pelos/as jovens, identificados/as como “protagonistas”, deve relacionar-se ao objetivo de sua ação: são “propostas/sonhos”; “empreendimento que tem em vista produzir algo novo”; “solução de problemas”. Por sua vez, a revitalização se conceitua como:

prática social dos atores, que é tanto o ponto de partida quanto de chegada das ações propostas, pois o que é fundamental nessa ação não é o resultado em si, mas o processo educativo e transformador ao qual o público é submetido (Fundação Renova, 2018, p. 54).

Através da Análise Crítica do Discurso (ACD), identifico mobilizações discursivas que buscam representar/idealizar uma perspectiva e uma visão de mundo. Ou seja, revelam uma “oferta de oportunidade” para aqueles que devem participar do processo de formação (a juventude da bacia do Rio Doce) com o objetivo de oferecer para este público a construção e a organização de projetos como “propostas/sonhos”.

O sentido metafórico do projeto como “propostas/sonhos” procura se diferenciar de algo comum. Almeja, portanto, ser diferente e único, afirmando positivamente a oferta de formação de jovens pela Fundação Renova. Com base em Fairclough (2003), a modalidade destaca-se nesses discursos, no modo como a Fundação Renova, por meio do Projeto Lideranças Jovens, se compromete com esta oferta de formação, ou seja, no sentido de oportunizar a realização de um sonho através de projetos, buscando nos/nas jovens participantes sua demanda/ação: revitalizar a Bacia do Rio Doce.

A construção e a organização de um projeto, caracterizado metaforicamente como “propostas/sonhos”, abarca, portanto, o “empreendimento que tem em vista produzir algo novo”, trazer melhorias e mudanças, logo, “solução de problemas”. Recorrendo a Thompson (2011), identifico que esses discursos operam ideologicamente na maneira de reificar as causas e consequências de problemas socioambientais, como os ocasionados pelo rompimento da barragem de Fundão. Isso quer dizer que problemas socioambientais são vistos pontualmente como objetos de intervenção de projetos, reduzidos a empreender algo novo conduzido pelo indivíduo, naturalizando suas causas como oportunidade de melhorias e mudanças, distorcendo relações de poder e a realidade social dos territórios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão. Nesse sentido, a representação metafórica de discursos como o de jovens atores e “protagonistas” no processo de revitalização, materializa-se a partir de sua prática social, quando esse/essa jovem idealiza e executa sua “proposta/sonho”, ou seja, seu próprio empreendimento/projeto para a revitalização da Bacia do Rio Doce.

O chamado “processo educativo e transformador”, oferecido pelo PEA na formação de Lideranças Jovens da Fundação Renova (2018, p. 54), abarca outros sentidos educativos e simbólicos capazes de forjar jovens que empreendem ações e projetos orientados pela própria Fundação, identificando e representando esses/essas jovens como “lideranças” nos territórios atingidos. São, portanto, elencados apreciações, atributos, valores e perspectivas de mundo. Tornar-se um/uma jovem líder em seu território parte do desenvolvimento de demandas/ações para a solução de problemas locais identificados por eles/elas. Dessa forma, “revitalizar a bacia do Rio

Doce” recai aos jovens dos territórios atingidos, sendo a revitalização a ação que acontece a partir da atitude, do protagonismo e atuação desses jovens.

Ao buscar compreender os elementos discursivos da prática social no processo de formação do curso, conforme o modo como a educação ambiental é identificada nesse processo, considero relevante analisar a apresentação dos conteúdos do curso, publicados no documento da Fundação Renova pelo CIF (CT-ECLET n° 18, 2018). Segundo este documento, a Fundação Renova pretende fazer dessa formação um:

[...] processo de engajamento baseado na formação da juventude com fundamentos concretos pautados no desenvolvimento de aspectos de liderança e vontades comuns para que se possa sonhar o futuro, com utilização de oficinas, jogos colaborativos, visitas monitoradas e definição da área de intervenção (CT-ECLET N° 18, 2018, p. 79).

O processo de Formação de Lideranças Jovens foi organizado em quatro módulos como percursos formativos e apresenta como finalidade: que “[...] seja possível conhecer juntos os desafios e potencialidades da bacia, promovendo uma cultura de cooperação e vontades comuns para atuar no desenvolvimento territorial/local, que serão organizadas e apresentadas através de projetos” (CT-ECLET n° 18, 2018, p. 79, grifo próprio).

Como uma maneira de analisar esses discursos, selecionei os principais excertos da apresentação da estrutura dos módulos do Projeto de Formação de Lideranças Jovens, reproduzido no quadro a seguir com base na publicação do documento da Fundação Renova pelo CIF (CT-ECLET n° 18, 2018):

Quadro 5 - Análise dos módulos formativos do Projeto Lideranças Jovens

Módulo I - Conhecer	<i>“[...] Os jovens selecionados, irão se reunir para um encontro de imersão, com atividades de integração e formação de equipe [...]”</i>
Módulo II – Ampliando percepções	<i>“[...] processos formativos que tem como objetivo desenvolver competências comportamentais através da reflexão sobre si mesmo e do mundo em que vivem, através da pedagógica da cooperação com técnicas de sensibilização, integração e interação em comunidades [...] Temáticas como visões de mundo (paradigma da escassez x paradigma da abundância), mobilização social, modelo mental, diálogo, comunicação não violenta, escuta profunda, vivenciar e interagir em comunidade, são algumas das bases nesse módulo”</i>
Módulo III - Projetos	<i>“[...] qualificação para a elaboração de projetos territoriais conectados com a revitalização da bacia do Rio Doce. Aprender a colocar em formato de projeto os</i>

	<i>sonhos para as comunidades. Como transformar o pensamento em entendimento para gerar resultados tangíveis”. [...] “Essa estrutura, permitirá aos jovens entenderem o contexto de um projeto social, o papel e a importância de agir, os desafios para o desenvolvimento do território, as técnicas e metodologias para a elaboração e gestão de projetos.”</i>
Módulo IV - Encontro	<i>“Será selecionado um ou dois jovens por município que participou dos módulos anteriores, que irão se reunir em um “encontro”, onde será apresentado os resultados das vivências, trocas de experiências e sonhos concretizados no formato projeto para os seus diversos territórios”.</i>

Fonte: elaborado pela autora (2024) a partir do documento da Fundação Renova disponibilizado pelo CIF (CT-ECLET nº 18, 2018, p. 80-82).

De acordo com a apresentação dos módulos formativos para o Projeto Lideranças Jovens da Fundação Renova, identifiquei o desenvolvimento de uma abordagem em etapas: 1) seleção de jovens em “os jovens selecionados”; 2) desenvolvimento de “competências comportamentais [...] através da pedagogia da cooperação”; 3) qualificação para a “elaboração de projetos” e “geração de resultados tangíveis”; 4) seleção de “um ou dois jovens” para apresentação dos “resultados” das “experiências e sonhos concretizados no formato projeto”.

Esse tipo de formação apresenta características similares ao que é discutido por Duarte (2008) como a pedagogia do “aprender a aprender”. Isto é, uma formação caracterizada através de princípios valorativos, resultante de uma lógica de treinamento e do desenvolvimento de competências, em que o processo pedagógico é impulsionado pelo interesse e pela necessidade do indivíduo, tornando mais desejável as aprendizagens que o indivíduo realiza por si mesmo e preparando-o para adaptar-se e readaptar-se às mudanças postas pela sociedade capitalista.

As etapas apresentadas enquanto módulos do Projeto de Formação de Lideranças Jovens coadunam-se aos fundamentos das “pedagogias ativas”, como a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), que resultaria de um modelo de ensino centrado no sujeito partindo de um problema que o cerca, para, assim, agir de forma cooperativa em busca de soluções (Bender, 2014). A Aprendizagem baseada em Projetos (ABP) se apresenta como uma inovação no ensino, relacionando aspectos empresariais com aplicações educacionais, principalmente para a escola.

Mesmo sendo referente à escola, essa instrução educativa toma parte da essência da formação no Projeto de Lideranças Jovens para as comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, estando em sintonia com o universo ideológico

neoliberal contemporâneo e as pedagogias hegemônicas da atualidade (Duarte, 2010). Portanto, a pedagogia de projetos se apresenta como uma estratégia política e metodológica em educação, condicionada ao ritmo do desenvolvimento capitalista e que se coloca como resolutiva para os problemas e contradições dessa sociedade (Figueira; Penna, 2022).

Assim, em diálogo com Duarte (2010), verifico que os discursos enunciados no documento da Fundação Renova sobre o processo de formação de Lideranças Jovens buscam idealizar a juventude como aquela promotora de novas ideias. Além disso, ela deve ser formada para buscar a solução dos problemas construídos socialmente, empreendendo projetos: “aprender a colocar em forma de projetos os sonhos”. De acordo com Figueira e Penna (2022), este seria um instrumento de apassivamento e arrefecimento da luta de classes, negando a possibilidade contestatória das contradições. São instrumentos educativos semelhantes aos demonstrados nos excertos destacados no quadro dos módulos da formação de jovens: “pedagogia da cooperação”; “diálogo, comunicação não-violenta”; “técnicas de sensibilização, integração, interação em comunidades”.

Portanto, concordando com Duarte (2010) e Figueira e Penna (2022), a retórica do protagonismo e da liderança conservam no/na jovem a espontaneidade do processo educativo, sendo ele/a aquele/a que produz, cria e organiza ações para alcançar certas finalidades. Diante de um desastre socioambiental de grande magnitude, como o rompimento da barragem de Fundão, este/esta jovem deve apresentar resultados e resolver problemas, tal como evidencia o trecho destacado: “Transformar o pensamento em entendimento para gerar resultados tangíveis”. Este excerto, presente no “módulo III – Projetos” do quadro acima, reflete uma perspectiva educacional que enfatiza resultados mensuráveis e práticos, inseridos em um contexto de práticas discursivas corporativas, indicando a produtividade e eficiência, potencialmente, marginalizando outras formas de conhecimento e entendimento.

Com base na ACD, os elementos que caracterizam a juventude, neste contexto, revelam uma unificação a partir de “vontades comuns”, ao mesmo tempo em que fragmenta essa juventude, selecionando alguns desses/dessas jovens considerados/as aptos/as a representarem seus papéis como atores/líderes nas suas comunidades, conforme podemos ver no excerto: “Será selecionado um ou dois jovens por município [...]”. Dessa forma, os aspectos conflituosos agudizados nos territórios atingidos passam a ser naturalizados a um aspecto concorrencial, implicando um processo de seleção restritiva, em que os/as jovens competem entre si para serem escolhidos, destacando a

valorização da performance e do sucesso individual em contexto de competição, buscando, assim, concretizar projetos/sonhos como solução aos problemas de suas comunidades e vivências (Fairclough, 2001; Thompson, 2011).

Nesse sentido, aponto para o modo como esses elementos discursivos da prática social, identificados nos documentos norteadores do PEA da Fundação Renova para a Formação de Lideranças Jovens, revelam uma educação ambiental permeada pela visão utilitarista e tecnicista, em que os indivíduos são preparados para fazer e gerir projetos, para, assim, adaptarem-se e enfrentarem as adversidades a partir das questões impostas pelo mercado, sendo interpretados, portanto, como resilientes aos riscos e incertezas e capazes de empreender soluções (Henning; Ferraro, 2022; Layrargues, 2020).

Como demonstra Oliveira (2012) e Passatti (2013; 2018), discutido também por Henning e Ferraro (2022), a condução de uma educação para a resiliência, com o conceito de sustentabilidade e o protagonismo juvenil, está orientada para o empreendedorismo, portanto, conduzida no cerne de uma educação para o desenvolvimento sustentável (EDS). Essa condução educativa orienta formas de apartar a crítica e conter conflitos, colocando as incertezas e as contradições do mundo capitalista perante constantes desastres socioambientais como algo conciliável. Avalio que se trata de uma formulação amparada pela racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016).

A perspectiva dessa racionalidade é orientar a adaptação e a capacitação, dos sujeitos no espírito do mercado e da solidariedade, ou seja, ser voluntário, ser solidário e ser um sujeito ativo no mundo, capaz também de ser o protagonista da mudança: de “sonhar o futuro”, de “conhecer juntos”, de “formar equipes” e ter “vontades comuns”, segundo os excertos destacados no quadro acima. Isso ocorre ao mesmo tempo em que a racionalidade neoliberal conserva a individualidade e competitividade para o mercado, na busca pelo sucesso e o destaque enquanto empreendedor de si: ter “[...] sonhos concretizados no formato projeto para os seus diversos territórios”.

Na medida em que avanço nas análises documentais, é importante descrever que, para a implementação do Projeto de Formação de Lideranças Jovens, foram organizadas parcerias entre a Fundação Renova com outras organizações. Logo, por meio de lançamentos de editais, foram estabelecidas “parcerias” para a coordenação do projeto em diferentes territórios da Bacia do Rio Doce (CT-ECLET n° 18, 2018).

A Nota técnica n°18 (CT-ECLET, 2018) atenta para o fato da existência da parceria inicial entre a Fundação Renova e o Instituto Elos, sendo o Instituto Elos responsável por promover e oferecer o Projeto de Formação de Lideranças Jovens como

uma proposta inicial e comercial para a Fundação Renova. De acordo com o documento (CT-ECLET nº18, 2018), a ação e contratação da Fundação Renova junto ao Projeto do Instituto Elos deveria ser rejeitada, pois foi submetida sem a apreciação dos responsáveis por acompanhar tais ações, sem critérios prévios e com um orçamento avaliado em R\$ 1.652.000, 00 (um milhão, seiscentos e cinquenta e dois mil reais). Com base na proposta desta parceria, a Formação de Lideranças Jovens foi oferecida como um produto e se intitula como: “*Rio Doce Futuro: projeto de mobilização e formação de jovens para construção de uma visão de futuro para a bacia do Rio Doce*” (CT-ECLET nº18, 2018, p. 103, grifo próprio).

O Instituto Elos é uma organização privada sem fins lucrativos (ONG) da cidade de Santos (SP) com vinte anos de experiência no mercado, atuando principalmente na formação de lideranças jovens para o que chamam de “transformar comunidades”, conforme destaca na exposição do documento: “*Um de nossos programas de maior expressão, o Guerreiros Sem Armas, hoje é uma referência mundial e recebe anualmente 60 jovens de 20 países que são formados durante 12 meses na Filosofia Elos e em diferentes ferramentas sociais*” (CT-ECLET nº18, 2018, p. 104, grifo próprio).

A chamada filosofia Elos é compreendida por meio de seis passos descritos pelo Instituto Elos, dando forma a um dos seus principais programas, Guerreiros Sem Armas - Elos Novos Líderes:

A aprendizagem em ação conduz os participantes a vivenciarem a Filosofia Elos, reconhecida por governos, empresas e organizações nacionais e internacionais pelo *pragmatismo e poder de sensibilização de lideranças para o desenvolvimento de uma cultura de abundância e de colaboração impulsionando mudanças positivas* (Instituto Elos, 2022a, s/p, grifo próprio).

A formulação é dividida em passos, que são apresentados da seguinte forma:

1) Olhar: Aprendemos a OLHAR A ABUNDÂNCIA onde muitos veem escassez; 2) Afeto: CRIAMOS O AFETO antes do medo e do julgamento; 3) Sonho: VALORIZAMOS O SONHO como o melhor impulso para a mudança; 3) Cuidado: PLANEJAMOS JUNTOS cuidando ao mesmo tempo de nós mesmos, do outro e de um sonho comum. 4) Milagre: COLOCAMOS A MÃO NA MASSA, cooperando para tornar real o que sonhamos juntos. 5) Celebração RECONHECEMOS E CELEBRAMOS a contribuição de cada um na conquista coletiva. 6) Re-evolução E EVOLUÍMOS NA JORNADA, impulsionando a CONSTRUÇÃO DE NOVOS SONHOS! (INSTITUTO ELOS, 2022b, s/p).

Figura 1 - Divulgação da Filosofia Elos do Instituto Elos



Fonte: Instituto Elos, 2022b, s/p

O documento revela as aproximações e semelhanças da construção do Programa de Educação Ambiental para a Formação de Lideranças Jovens da Fundação Renova com a proposta do Instituto Elos. Segundo a proposta do Instituto Elos, a “mobilização e engajamento da juventude na revitalização da Bacia do Rio Doce” estabelece o seguinte objetivo geral:

Promover e qualificar o *engajamento de jovens* na transformação das condições sociais, emocionais, ambientais, políticas e econômicas da Bacia do Rio Doce por meio de uma *cultura de cidadania ativa, empreendedorismo de impacto*, valorização da diversidade e da *cooperação entre os diferentes atores sociais* (CT-ECLET nº18, 2018, p. 120, grifo próprio).

Ao analisar a conexão dos excertos destacados, entendo que a condução do processo formativo de jovens, após um grande desastre socioambiental, mantém uma formação para o “engajamento de jovens”, a “cultura de cidadania ativa”, o “empreendedorismo de impacto” e a “cooperação entre diferentes atores sociais”. Nesses discursos destaco o “paradigma da abundância e escassez”, que se apresenta no quadro dos módulos formativos da Fundação Renova (CT-ECLET nº18, 2018, p. 81), bem como é descrito pela Filosofia Elos como “olhar a abundância onde muitos vêem a escassez” (Filosofia Elos, 2022b, s/p).

Desse modo, o uso metafórico da construção de projetos como sonho toma parte dos discursos em destaque, representando a abordagem de encarar mudanças como oportunidades para construir algo novo diante das vulnerabilidades expostas em regiões socialmente desfavorecidas e territórios atingidos. Portanto, são dirigidas ações para o

consenso, guiando atitudes e valores, como o “afeto antes do medo e do julgamento” e a “construção de novos sonhos”, deslocando a perspectiva da luta política para relações harmônicas e de apassivamento como “re-evolução” (Filosofia Elos, 2022b, s/p).

No escopo da proposta do Instituto Elos para a Fundação Renova, está descrito como o projeto pretende mobilizar os/as jovens, selecionar esses/essas jovens, conduzir o processo de formação, avaliar e oferecer o apoio financeiro: *“Em nossa prática vimos que mesmo onde haja extrema escassez de recursos econômicos é possível encontrar pessoas com talentos, com potencial empreendedor e com sonhos que precisam apenas do estímulo certo para que se tornem realidade”* (CT-ECLET n°18, 2018, p. 122, grifo próprio). Portanto, de acordo com o excerto destacado, a proposta do Instituto Elos reconhece o empreendedorismo como aprendizado prático e inato, além de destacar uma relação com o sentido de resiliência, destituindo as condições estruturais de precariedade e de vulnerabilidade para situações transitórias, como oportunidades de superação, esforço e mérito próprio: “encontrar pessoas com talentos, com potencial empreendedor”.

Mesmo a proposta sendo negada pela Câmara Técnica de Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo, por meio da Nota Técnica n°18 (CT-ECLET, 2018), a parceria entre a Fundação Renova e o Instituto Elos teve duração de dois anos através do projeto “Futuro do Rio Doce”. Conforme divulgação, esta parceria se encerrou em 2020 (Rocha, 2020, s/p). O projeto coordenado pelo Instituto Elos conduziu formações de Lideranças Jovens em duas edições do “O Futuro do Rio Doce Somos Nós”, selecionando “jovens talentos” na bacia do Rio Doce para “captar, mobilizar e apoiar o desenvolvimento de iniciativas sociais, culturais e ambientais nos municípios impactados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG)” (Fundação Renova, 2020, s/p, grifo próprio).

São diversos os materiais que estão disponibilizados no sítio eletrônico da Fundação Renova³² e do Instituto Elos referentes à divulgação das edições do “Futuro do Rio Doce Somos Nós”, sendo um deles a publicação “Projetos de jovens para a bacia do rio doce são aprovados”, publicado em fevereiro de 2019. De acordo com os dados apresentados pelo Instituto Elos e pela Fundação Renova, foram formados 90 jovens na edição de 2019 e 23 projetos que seriam desenvolvidos por eles/elas focados em três

³² As notícias relacionadas às informações sobre a formação de Lideranças Jovens em parceria com o Instituto Elos e a formação do 1º ciclo, entre os anos de 2020 e 2022 junto às outras organizações, foram removidas do site da empresa. No entanto, para fins de pesquisa, todas as notícias foram salvas em formato PDF e servem como base de dados disponível mediante solicitação.

municípios: Rio Doce (MG), Governador Valadares (MG) e Linhares (ES). Cada projeto recebeu um “fundo-semente” entre R\$2.000 e R\$6.000 reais (Fundação Renova, 2019, s/p).

Em fevereiro de 2020, foram abertas inscrições para a segunda edição do Projeto “O Futuro do Rio Doce Somos Nós” com a expectativa de selecionar 150 jovens para construir “rede de transformadores” nas regiões impactadas. De acordo com a publicação, “Com duração de 18 meses de formação vivencial em ativismo e empreendedorismo social, o projeto irá selecionar jovens de 18 a 29 anos que morem em algum município impactado da bacia do rio Doce” (Fundação Renova, 2020, s/p).

Figura 2 - Divulgação da Fundação Renova sobre o Projeto de Formação de Lideranças Jovens conduzida pelo Instituto Elos



Fonte: Fundação Renova, 2019, s/p

Mesmo com o anúncio do fim da parceria com o Instituto Elos, o Projeto de Formação de Lideranças Jovens se desdobrou em outras parcerias, conduzido por outras organizações parceiras da Fundação Renova. Entre 2019 e 2020, passa a ser divulgado pela Fundação Renova a “Agenda Juventudes”, sendo selecionadas, por meio de editais, outras organizações parceiras para a condução do Projeto de Formação de Lideranças Jovens nas áreas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão (Fundação Renova, 2021, s/p).

O primeiro ciclo de Formação de Lideranças Jovens ocorreu em meio à pandemia, entre os anos de 2020 e 2022, com as atividades de formação acontecendo de forma remota. As áreas da bacia do Rio Doce, para desenvolvimento desse primeiro ciclo, foram divididas em cinco, estabelecidas uma área para cada nova organização

parceira. Desse modo, o primeiro ciclo do Projeto de Formação de Lideranças Jovens passa a contemplar uma plataforma de formação chamada “Agenda Juventudes! Uma rede de soluções colaborativas pelo rio Doce”, do Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS EDUCA) (Projeto Juventudes CIEDS EDUCA, 2022, s/p). A plataforma para a formação dos/as jovens se apresenta como “uma rede de soluções colaborativas pelo rio Doce, que tem o objetivo de promover a transformação e o engajamento de jovens como protagonistas do processo de reparação” (Projeto Juventudes CIEDS EDUCA, 2022, s/p).

Foram, portanto, determinados cinco projetos, cada um coordenado por uma organização parceira contratada pela Fundação Renova, contemplando às áreas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão. Os trechos selecionados fazem parte dos objetivos que unem esses cinco projetos descritos na plataforma como:

- 1) “mobilizar e engajar jovens na revitalização do Rio Doce”; 2) “levar em consideração a percepção dos jovens que retratem a necessidade e realidade do território em que vivem”; 3) “proporcionar e aumentar a participação dos jovens nos processos territoriais em curso conduzidos ou não pela Fundação Renova”; 4) “contribuir para o fortalecimento de uma rede de atores e ações que trabalham com o protagonismo juvenil”; 5) “fomentar práticas de educação em rede para a revitalização da região” (Projeto Juventudes CIEDS EDUCA, 2022, s/p, grifo próprio).

O quadro a seguir apresenta os cinco projetos oferecidos por cada organização parceira, responsável pela condução da Formação de Lideranças Jovens nesse primeiro ciclo, bem como seus objetivos específicos e a área de abrangência na Bacia do Rio Doce:

Quadro 6 - Projetos do Primeiro Ciclo da Formação de Lideranças Jovens do Programa de Educação Ambiental da Fundação Renova

PROJETO	OBJETIVOS	ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL	ÁREA DE ABRANGÊNCIA
Projeto Júpiter	Desenvolver habilidades que são fundamentais para criar oportunidades de geração de renda. Formação lideranças Jovens para a construção de comunidades saudáveis; Premissas: Empoderamento juvenil; Compromisso ambiental; Valores humanos e culturais; Satisfação Econômica.	Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) – Belo Horizonte - MG	Área 1 - Mariana e Alto Rio Doce (Cinco municípios em MG): Mariana; Barra Longa; Ponte Nova; Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado.
Raízes e	Busca desenvolver o	Fundação Geraldo	Área 2 – Calha do

Asas do Rio Doce	pensamento crítico para atuarem como protagonistas em relação às questões socioambientais.	Perligeiro Abreu (FGPA) - Coronel Fabriciano - MG	Rio Doce (Vinte Municípios em MG): Sem-peixe; Rio Casca; São Domingos do Prata; São Pedro dos Ferros; São José do Goiabal; Dionísio; Raul Soares; São Domingos do Prata; Pingo D'água; Marliéria; Timóteo; Caratinga; Bom Jesus do Galho; Ipatinga; Santana do Paraíso; Córrego Novo; Iapú; Ipaba; Bugre; Sobrália; Fernandes Tourinho.
Liderança Jovem Rio Doce	Mobilizar a juventude, para que se tornem protagonistas de transformação de seus territórios. Essa juventude será estimulada a elaborar e implementar projetos territoriais voltados à revitalização ambiental, social, econômica e cultural dos territórios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão.	Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS) – Rio de Janeiro - RJ	Área 3 - Médio Rio Doce (8 municípios de MG) : Alpercata; Belo Oriente; Conselho Pena; Galileia; Governador Valadares; Naque; Periquito; Tumiritinga
Projeto Passaporte	Envolver as juventudes da bacia do Rio Doce, oportunizando processos educacionais de engajamento qualificação e desenvolvimento de habilidades e competências para fortalecer a participação e o protagonismo juvenil na elaboração e implementação de projetos territoriais voltados à revitalização ambiental, social, econômica e cultural no território Baixo Rio Doce.	Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas (AMEFA) - Belo Horizonte - MG	Área 4 - Baixo Rio Doce (3 municípios em MG e 3 municípios no ES) Resplendor - MG; Itueta - MG; Aimorés - MG; Baixo Guandu - ES; Colatina - ES; Marilândia - ES
Projeto Lótus	Um Projeto de Educação Socioambiental e Tecnológica - aliando Meio	Lumiar Consultoria Ambiental –	Área 5 - Foz do Rio Doce (2 municípios do ES): Aracruz e

	<p>Ambiente e Robótica. Nas ações desenvolvidas serão trabalhados os conceitos de pertencimento ambiental e liderança, olhar jovem para a realidade local, construção de projetos socioambientais, visão holística, além do aprendizado tecnológico através da robótica.</p> <p>O objetivo do Projeto é oferecer aos jovens a oportunidade de desenvolver seu potencial de liderança, incentivando-o a descobrir sua essência e potencializar suas ações para um fazer coletivo, que busque a sustentabilidade e a revitalização da Bacia do Rio Doce.</p>	Vitória - ES	Linhares
--	--	--------------	----------

Fonte: Elaborado pela autora (2024) a partir das informações acessadas na plataforma <https://projetojuventudes.ciedseduca.org.br/> em 2022.

Figura 3 - Divulgação das plataformas de formação dos Projetos de Lideranças Jovens na Bacia do Rio Doce



Fonte: Plataforma Projeto Juventudes CIEDS EDUCA, 2022, s/p

Os projetos de Lideranças Jovens ofertados na Bacia do Rio Doce neste primeiro ciclo de formação ressaltaram os elementos discursivos apresentados nas análises documentais da Fundação Renova. Portanto, toma forma o discurso do “protagonismo juvenil” nos projetos apresentados para a formação e atuação de jovens na revitalização

da Bacia do Rio Doce. Nesse sentido, o uso verbal direciona as representações e identificações dessa juventude a partir do desenvolvimento de habilidades e competências, no fazer-se um/uma jovem líder protagonista: empoderar, mobilizar, estimular, engajar, pertencer, potencializar.

Uma importante categoria de análise da ACD se sobressai a partir dos objetivos comuns propostos pelos projetos Lideranças Jovens: a modalidade (Fairclough, 2003; 2001). De acordo com Fairclough (2001), o uso da modalidade, enquanto significação da realidade, representação e identificação, implica formas de poder. São, assim, estabelecidos certos graus de comprometimento, necessidade e valores, entre aquele que fala com aquele endereçado, ou seja, entre as organizações parceiras da Fundação Renova e os/as jovens da Bacia do Rio Doce.

Para Fairclough (2003), a modalidade pode ser vista como uma questão de comprometimento das declarações, entre demandas e ofertas. Desta maneira, são dirigidas ações para o modo de ser e se relacionar com os projetos Lideranças Jovens, influenciando o processo de formação, na identificação e na representação dos/as jovens nos territórios atingidos. Dessa forma, ser jovem líder não se esgota na escolha do/da jovem, mas em todo seu processo de formação junto às organizações contratadas pela Fundação Renova, em outras palavras, na capacitação direcionada para a criação de seus projetos e propostas para o território.

Desse modo, a formação de Lideranças Jovens pela Fundação Renova em parceria com outras organizações mantém a relação ideológica e hegemônica de sentidos educativos ambientais sob o aspecto empresarial e neoliberal que direciona uma concepção de juventude para o protagonismo juvenil (Souza, 2009). Ser protagonista assume, nessa concepção, uma linguagem mercantilizada, como um desejo de ser e atuar, comprometida com os valores sociais e ambientais de mercado. São, portanto, potencializadas habilidades e competências individuais para a criação/ação em projetos. Contudo, sem que os conflitos e as injustiças socioambientais, exacerbados pelo desastre socioambiental inerente às empresas de mineração, sejam questionados.

Esses discursos são ressaltados nos objetivos dos projetos: 1) o empoderamento juvenil aliado a uma satisfação econômica; 2) o protagonismo em relação às questões ambientais; 3) o estímulo para a elaboração e implementação de projetos; 4) o engajamento para a qualificação e desenvolvimento de habilidades e competências; 5) o aprendizado tecnológico e a busca pela iniciativa de ações. Esses discursos, na prática social, podem acentuar o modo reducionista da educação ambiental, em que, de acordo

com Layrargues (2002; 2020), impede a manifestação subversiva da constatação ou oposição, forjando um sujeito subserviente ao interesse do capital.

Para Layrargues (2002; 2020), o sentido instrumentalista da educação ambiental, reduzida a mudança comportamental e proposições técnicas, focalizada na metodologia da resolução de problemas ambientais locais, coloca a educação ambiental em seu sentido pragmático e reducionista. Esta perspectiva oculta as contradições capitalistas com o objetivo de apaziguar o potencial contestatório. Portanto, a educação ambiental, nesses moldes, exerce uma perspectiva de deveres e não mais de direito social, implicando na dissimulação das relações de poder, em que todos os sujeitos estariam juntos em prol de um bem comum: a reparação socioambiental da Bacia do Rio Doce após um grande desastre socioambiental; no entanto, ocultando as distinções e assimetrias de poder e as injustiças geradas por esse processo de reparação.

Articulando as análises documentais presentes nesta seção, identifico sentidos educativos ambientais ideológicos e hegemônicos capazes de dissimular a problemática da mineração, como o discurso da resiliência para a sustentabilidade. Por sua vez, a pedagogia de projetos, considerada a principal formação para a materialização da ação dos/das jovens como uma visão empreendedora, pode reificar o desastre socioambiental como uma oportunidade de qualificação técnica e eficiência em negócios para a solução de problemas. Logo, o discurso do protagonismo juvenil produz a unificação e construção simbólica de uma identidade coletiva partilhada no sentido de ser uma liderança, ocultando as desigualdades e contradições expostas nos territórios atingidos. Essas operações discursivas e práticas combinam com as estratégias ideológicas e hegemônicas do sistema capitalista e neoliberal presentes na educação e no campo da educação ambiental.

Conforme discutido por Henning e Ferraro (2022), a normalização de uma sustentabilidade proposta pelo atual modelo neoliberal está condicionada a educação para o desenvolvimento sustentável (EDS), logo, aparelhada para atender aos interesses empresariais e a governabilidade global, ao mesmo tempo em que reconhece os anseios da população a partir de suas práticas e experiências cotidianas. Portanto, concordando com Henning e Ferraro (2022), a resiliência, o empreendedorismo a partir de projetos e o protagonismo juvenil têm sido articulados como eixos produtivos produzidos pelas grandes empresas e direcionados por documentos globais para atender aos parâmetros da sustentabilidade compatível com a agenda capitalista.

Para possibilitar uma compreensão mais ampla do problema sociodiscursivo pesquisado, procuro seguir nas análises a partir de um dos processos de formação do

primeiro ciclo do programa Lideranças Jovens, com o objetivo de destacar os efeitos ideológicos desses discursos na prática. Portanto, ressalto que, como problema social, a formação de Lideranças Jovens na Bacia do Rio Doce pode possibilitar a assimilação intelectual e moral da juventude para torná-los organizadores do conformismo passivo diante do desastre socioambiental. Essa formação pode silenciar as desigualdades e as injustiças socioambientais, apartando a formação crítica e dissimulando os conflitos existentes.

Nesse sentido, a próxima seção refere-se à análise dos sentidos discursivos e educativos do processo de formação de Lideranças Jovens do Projeto Júpiter, realizado nos primeiros territórios atingidos. Coordenado pelo Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD), este projeto atendeu jovens das cidades de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. Destaco, na próxima seção, os sentidos educativos ambientais sobre a juventude no processo formativo do Projeto Júpiter.

6.2 SENTIDOS EDUCATIVOS AMBIENTAIS SOBRE A JUVENTUDE NO PROCESSO FORMATIVO DO PROJETO JÚPITER

A organização parceira da Fundação Renova no primeiro território atingido, o Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD), atua “nas áreas de Educação Popular de Qualidade e Desenvolvimento Comunitário Sustentável, tendo a Cultura como matéria prima e instrumento de trabalho pedagógico e institucional” (Histórico CPCD, 2022, s/p). O CPCD também apresenta parcerias com outras organizações, como a Fundação Itaú Social, Burger King, Brazil Foundation, Instituto Natura, Ponto de Partida, entre outros, além de uma relação com o governo de Minas Gerais. Sua atuação é definida com dedicação na: “implementação e realização de projetos inovadores, programas integrados e plataformas de transformação social e desenvolvimento sustentável através de pedagogias alternativas e tecnologias sociais” (CPCD, 2022, s/p).

Em seu sítio eletrônico, é possível encontrar as pedagogias desenvolvidas pelo CPCD em vários projetos para diferentes regiões do Brasil. São cinco pedagogias apresentadas: 1) a pedagogia da roda: com foco no diálogo e pontos de vistas distintos de cada sujeito, “a roda é o símbolo da parceria”, “todo mundo é educador”, “a roda não faz eleição, faz consenso”; 2) A pedagogia do brinquedo: com foco no aprender e ensinar brincando, em busca de fomentar o companheirismo, desejos e visões de mundo e troca de experiências; 3) A pedagogia do sabão: com foco no “aprender fazendo”, que visa à “adaptação de tecnologias de baixo custo ou de custo zero, que podem ser

replicadas em qualquer comunidade”. A pedagogia do sabão tem por intuito a formação solidária, a busca de soluções e alternativas para a satisfação econômica, valores humanos e culturais, compromisso ambiental e empoderamento comunitário (Pedagogias do CPCD, 2022, s/p).

Seguindo com as apresentações das pedagogias desenvolvidas pela organização, são descritas: 4) A pedagogia do abraço: utiliza como premissa o afeto para o desenvolvimento do “espírito solidário”; seu objetivo é integrar equipes, facilitar a organização do trabalho e o processo de aprendizagem. E, por fim, a: 5) A pedagogia do copo cheio: essa pedagogia tem por intuito potencializar oportunidades, não medindo comunidades e regiões pelas “carências”, mas por “pontos luminosos”, “feixes de luz e calor”, destacando a oportunidade, o acolhimento, o empoderamento e a convivência (Pedagogias do CPCD 2022, s/p).

A partir das descrições destacadas sobre as cinco pedagogias da organização CPCD, interpreto-as à luz de Duarte (2010; 2008), possibilitando observar as aproximações com as pedagogias hegemônicas contemporâneas perpetuadas pelo neoliberalismo, bem como nos discursos produzidos pela Fundação Renova. Dessa maneira, o “todo mundo é educador”, o “aprender fazendo” e o “desenvolvimento do espírito solidário” coadunam com o que Duarte (2010; 2008) descreve como uma visão idealista da educação, em que os problemas sociais são resultados de mentalidades errôneas; logo, a necessidade de difundir novas ideias e valores entre os indivíduos ocorre primordialmente por meio da educação. As relações pedagógicas aqui são postas como “inovadoras” e “alternativas” para a superação dos problemas existentes.

A partir da perspectiva de Neves (2005) e Martins (2009), compreendo essas pedagogias combinadas com a nova difusão para a sociabilidade na realização do projeto neoliberal pela ordem política da terceira via, sendo esta a pedagogia da hegemonia guiando práticas pedagógicas destinadas a educar ao consenso. Essas práticas se evidenciam na utilização pedagógica da organização focada no diálogo para obter consensos de forma harmônica, na formação solidária para a busca de soluções e alternativas econômicas e ambientais, que podem ocultar as desigualdades. Ao mesmo tempo, chama a atenção a “pedagogia do copo cheio”, que procura destacar “potencialidades”, o que pode conduzir a sentidos individualistas e meritocráticos perante as mencionadas “carências”, dissimulando as relações assimétricas produzidas pelo sistema econômico vigente.

Permeada pelo uso de metáforas, o discurso da “pedagogia do copo cheio” manifesta, perante a ACD, formas de moldar significados identificacionais no texto

(Vieira; Resende, 2016; Fairclough, 2001). No caso, são maneiras de identificar jovens em suas comunidades e regiões, dissimulando suas “carências” ou escassez para a valorização positiva de suas oportunidades, como no excerto destacado: “pontos luminosos; feixes de luz e calor”. Desse modo, enfrentar as dificuldades impostas e presentes nessas regiões estaria na forma de visualizar essa realidade, devendo, portanto, lançar-se a um novo olhar, que ressalte oportunidades como pontos positivos perante uma situação de vulnerabilidade. Portanto, a “pedagogia do copo cheio” dissimula sentidos de compreender a realidade, orientando uma maneira particular de identificar as dificuldades/carências/escassez sociais, ambientais e econômicas estruturais nos territórios para retificá-las em oportunidades.

A partir dessas análises, destaco a relação sociodiscursiva através da interdiscursividade (Fairclough, 2001; 2003), visto que a “pedagogia do copo cheio” também pode ser compreendida a partir do discurso do “paradigma da escassez e o paradigma da abundância”, presente no documento da Fundação Renova e na proposta do Instituto Elos para a formação de Lideranças Jovens (CT-ECLET nº18, 2018).

Como foi mencionado no início deste capítulo, o “paradigma da escassez x paradigma da abundância” é abordado pela Fundação Renova como forma de ampliar percepções e visões de mundo (CT-ECLET nº18, 2018, p. 87). Por sua vez, o Instituto Elos propõe esta compreensão a partir da Filosofia Elos: “Olhar: aprendemos a olhar a abundância onde muitos veem a escassez” (Instituto Elos, 2022b, s/p).

Para compreender melhor essa proposição, é importante destacar como o Instituto Elos descreve essa prática na formação de Lideranças Jovens:

Em nossa prática vimos que mesmo onde haja extrema escassez de recursos econômicos é possível encontrar pessoas com talentos, com potencial empreendedor e com sonhos que precisam apenas do estímulo certo para que se tornem realidade. Para nós o desenvolvimento local é acelerado e sustentável quando parte da valorização das potencialidades existentes, quando o apoio técnico chega no momento justo para ser posto em prática, nos moldes do aprender-fazendo, quando há o intercâmbio de experiências entre comunidades semelhantes, pois uma motiva a outra e quando começamos realizando sonhos comuns mobilizando o potencial que a comunidade já dispõe e em um curto espaço de tempo. Por isso essas são as bases deste projeto (CT-ECLET nº18, 2018, p. 122, grifo próprio).

Assemelham-se, portanto, os discursos entre as organizações. Enfrentar as dificuldades impostas pelo sistema capitalista diante de um desastre socioambiental, no sentido neoliberal, conduz a formação de indivíduos com foco na responsabilidade

social individualizada estimulando uma visão em que os problemas contemporâneos são percebidos como oportunidades para crescimento pessoal, engajamento e empreendedorismo (Martins, 2009). Esse enfoque, entretanto, enfraquece a perspectiva de luta de classes e desconsidera outras interpretações de mundo e formas de conhecimento que poderiam apoiar projetos societários voltados para contrapor-se às condições de exploração e vulnerabilidade. São práticas educativas que ressaltam empreender soluções por meio do saber técnico e inato, através do “talento” com “potencial empreendedor” e “nos moldes do aprender-fazendo”, conforme destacado no excerto acima.

No sentido de compreender esses discursos, recorro a Oliveira (2012) que demonstra como, no lugar de situações de risco e vulnerabilidade, o indivíduo não mais se identifica como vítima, mas sim como um sujeito resiliente e empreendedor, capaz de agir e superar a própria adversidade. Para Oliveira (2012), a noção discursiva da resiliência está incorporada por elementos educacionais, na ênfase cognitiva e situada do desenvolvimento de habilidades e competências, ou seja, conforme destacado no excerto acima: “que precisam apenas do estímulo certo[...]”. Esses elementos educacionais amparam em uma conduta de pacificação e na capacidade criativa dos indivíduos de superação que perpassa a formação do sujeito empreendedor.

É nesse sentido que Passetti (2013; 2018) discute a resiliência nos moldes da racionalidade neoliberal, como um novo ordenamento da sociedade. A educação contempla uma proposta sob o viés da sustentabilidade, como forma de educar para gerir a escassez/catástrofes e conduzir sujeitos resilientes. Segundo ele, a resiliência naturaliza as desigualdades. Desse modo, o indivíduo investe suas ações a partir de um comportamento empreendedor, responsabilizando-se por suas condições. Para o autor, esse processo de assujeitamento, permeado pela racionalidade neoliberal, procura produzir sentidos em modos de se identificar, relacionar e agir, designando sujeitos como novas lideranças (Passetti, 2018). Isto é, os indivíduos são tomados como capital humano, empreendedores de si, capazes de serem agentes tolerantes, voluntários, produtores de soluções dos problemas socioambientais e exemplos de um modelo de sucesso a ser seguido.

A escolha pelo nome “Júpiter”, dada ao projeto de formação de Lideranças Jovens do CPCD, parece ser justificada pela mitologia greco-romana, fazendo uma alusão a origem da palavra “jovem” e a imponência do poder do deus grego Zeus, conforme exposto no slide de apresentação do projeto: “Jovem vem de ‘jove’, ‘lovis’, ‘lupíter’, que significam ‘Júpiter’ na mitologia greco-romana. Júpiter - senhor dos

deuses, ar, céu, atmosfera, destino, reflete brilho, força, LIDERANÇA, justiça e equilíbrio.”

Ao aprofundar-me no significado mítico e etimológico dado ao projeto, o ser jovem se assemelha a Zeus em sua representação masculina, o “senhor da luz” e o ponto-luminoso, assim como Júpiter. Conforme Souza Brandão (2014), Zeus é aquele que se apossa do governo do mundo e que se atesta como uma divindade típica do controle da atmosfera celeste. Para o autor, no enfoque atual, Zeus é o organizador do mundo e que dele depende a regularidade das leis físicas, sociais e morais, tornando-se único e universal. Sua história grega combina-se com a monopolização da autoridade e da destruição de toda e qualquer manifestação de autonomia, seja ela radical ou promissora, manifestando-se no outro a inferioridade intelectual e moral e a sua necessidade de buscar uma compensação social para ser aceito.

Com essa breve exposição, reitero como esse significado reforça uma perspectiva colonial, pela representação de dinâmicas de poder e assimilação cultural da dominação política que Zeus personifica, pois, centraliza o poder no masculino e nas narrativas mitológicas, como hegemonia cultural grega, capaz de legitimar uma performance do ser inspirada pelo arquétipo do herói, da superioridade, da autoridade e do espírito competitivo.

Em consequência disso, prossigo nas análises para identificar os sentidos sociodiscursivos sobre o “ser jovem” e “ser jovem liderança” mobilizado pelo Projeto Júpiter. Portanto, apresento as construções discursivas e práticas sobre a juventude nos materiais de divulgação do curso e nos projetos/propostas educativas ambientais construídas pelos/as jovens em suas comunidades.

A partir dos documentos de divulgação do Projeto Júpiter, são expostos metas e objetivos como o de “formar 100 jovens lideranças ‘Júpiteres’, para atuarem de forma positiva, propositiva e protagônica na construção de comunidades saudáveis [...]” (Relatório Final Projeto Júpiter, 2022, p. 25). A busca pelos/as jovens participantes, aconteceu no período da pandemia (2020-2021). Portanto, a divulgação do projeto se deu em sua maior parte de modo remoto por meio de divulgações virtuais, contatos com as escolas e secretarias dos municípios, mapeamento junto com as outras organizações (Relatório Final Projeto Júpiter, 2022) e a já existente presença da atuação do CPCD em comunidades como em Barra Longa (MG)³³.

³³ Em Barra Longa (MG) o CPCD já desenvolvia atividades em parceria com a Fundação Renova como o Projeto Barra Longa: Presente do Futuro, Saudável. Para mais informações, acessar: <http://www.cpcd.org.br/projeto-barra-longa/>

O Projeto Júpiter descreve esse mapeamento nos territórios como “mapeamento nos territórios com as lideranças juvenis indicadas” (Relatório Final Projeto Júpiter, 2022, p. 04). Logo, a organização destaca a importância e parceria com as outras organizações nesse processo, como o Instituto Elos:

O Instituto Elos, que tem uma lista de jovens, compartilhou-a conosco e a mobilização aconteceu a partir desse ponto. Posteriormente, conseguimos outros contatos indicados por esses jovens e pessoas ligadas a movimentos sociais e secretarias municipais e Equipe de Diálogo da Fundação (Relatório Final Projeto Júpiter, 2022, p. 6).

As redes sociais e as plataformas online foram importantes difusores educativos a fim de buscar a mobilização e formação desses jovens nos territórios atingidos: “Para a mobilização dos jovens, foram necessárias muitas ações e ideias, e a principal aliada, foi a tecnologia e as redes sociais: Facebook, WhatsApp, Instagram, dentre outros” (Relatório Final Projeto Júpiter, 2022, p. 06).

No sítio eletrônico do CPCD foi possível encontrar as principais premissas formativas do Projeto Júpiter em sua divulgação:

Empoderamento juvenil: despertar no jovem o sentimento de que “eles podem”: transformar sua realidade, transformar sua comunidade, ser mais solidário e protagonista em seu território. *Compromisso ambiental*: desenvolver um olhar sobre a bacia hidrográfica, aprender técnicas e ser estimulado a desenvolver ações de intervenção onde estão: “MEU LUGAR É AQUI”. *Valores humanos e culturais*: Descobrir e reconhecer o potencial de cada jovem, de cada comunidade/município e colocar esse potencial a serviço de um projeto de intervenção coletiva, sonhado, planejado e executado pelos jovens com todo apoio, formação e acompanhamento técnico do CPCD. Os saberes e fazeres locais são a principal matéria-prima de transformação social e educacional. *Protagonismo juvenil*: Serão selecionados no mínimo 5 projetos, 1 em cada município. Os jovens terão aporte financeiro e acompanhamento/mentoria, para viabilizar a implantação dos projetos selecionados (CPCD Projeto Júpiter, 2022, s/p, grifo próprio).

Diante dessas premissas, destaco sentidos discursivos que procuraram mobilizar e formar os/as jovens nos territórios atingidos a partir do “empoderamento juvenil”, do “compromisso ambiental”, dos “valores humanos e culturais” e do “protagonismo juvenil”. Como resultado, os materiais de divulgação destacaram o processo de formação que se deu por meio de encontros e reuniões online, em que procuraram auxiliar a construção e intervenção de projetos a partir dos/as jovens participantes e para as suas comunidades (Relatório Final Projeto Júpiter, 2022).

Considerando isso, a elaboração de projetos para as comunidades atingidas foi o objetivo final do processo de formação como “jovens lideranças”. Esses/as jovens, ao participarem do Projeto Júpiter, criaram seus projetos/propostas para suas comunidades e submeteram a uma seleção, em que suas ideias (“propostas/sonhos”) foram avaliadas a partir de uma “banca julgadora” (Relatório Final Projeto Júpiter, 2022, p. 07). Logo, apenas um projeto de autoria de um/uma jovem seria selecionado em cada comunidade participante. A partir do projeto selecionado, foi destinado apoio financeiro para que cada jovem, autor de sua proposta, pudesse colocá-la em prática com a assistência técnica do CPCD.

A fim de ilustrar esse processo, destaco o pôster/panfleto divulgado no dia 14 de setembro de 2021 pelo Projeto Júpiter em rede social. A publicação destaca a imagem de uma jovem sinalizando o símbolo de força e empoderamento feminino com os dizeres: “Chegou a sua vez” e “transforme sua comunidade”. Abaixo: “Este é o momento para você, jovem, (de 15 a 29 anos) colocar em prática suas ideias e sonhos para sua comunidade!”. Em seguida, apresenta a oferta de “25 mil reais para apoiar a realização de projetos de cada município”.

Figura 4 - Panfleto de divulgação do Projeto Júpiter

CHEGOU A SUA VEZ

projeto JÚPITER

TRANSFORME SUA COMUNIDADE

Este é o momento para você, jovem, (de 15 a 29 anos) colocar em prática suas ideias e sonhos para sua comunidade!

Acesse projetojupiter.org e faça sua inscrição!

25 MIL REAIS para apoiar a realização dos projetos de cada município

É só até o dia 15 de outubro !

FUNDAÇÃO **renova** REALIZADO POR **CPCD**

Este projeto trata-se do Programa de Compensação aos atingidos pelo rompimento da Barragem de mineração, ocorrido em novembro de 2015 na Bacia do Rio Doce.

Fonte: Rede social Instagram Projeto Júpiter do dia 14 de setembro de 2021.

Durante a inserção a campo e em caderno de campo, foram relatadas as dificuldades durante a pandemia e o formato online do curso, revelando problemas em atingir um maior número de jovens e mantê-los durante o curso, devido à condição e acesso à internet, além da conciliação entre escola/faculdade e trabalho. Do objetivo e meta de “formar 100 jovens lideranças”, os indicadores do Projeto Júpiter, em seu relatório final (2022), apontaram que 89 jovens participaram do processo de formação por meio de oficinas de integração, acolhimento, encontros virtuais e o curso na plataforma virtual do Programa de Lideranças Jovens.

Ao analisar os materiais de divulgação do Projeto Júpiter, manifestaram-se as pressuposições (Fairclough, 2001; 2003), ou seja, marcadores linguísticos que acionam sentidos como preposições tomadas como já estabelecidas ou dadas. Significa que aos/às jovens são atribuídas formas de agir e de se identificar como jovens lideranças “júpiteres”, a partir da captura de valores desejáveis para “atuarem de forma positiva, propositiva, protagônica”. Portanto, o “empoderamento juvenil” perpassa as formas de educar para o “despertar” de valores e sentimentos, a fim de aprender técnicas e desenvolver ações com “compromisso ambiental”, intervir nas suas comunidades e estar “a serviço de um projeto de intervenção coletiva”.

A captura e capacitação da juventude como “jovens lideranças” e “júpiteres” é conduzida a partir do “protagonismo juvenil”, que se completa com a seleção de alguns desses jovens, relacionados e identificados como “lideranças”, representantes de suas comunidades, aptos a desenvolver seus projetos nos territórios junto às organizações parceiras.

De acordo com a ACD, outros marcadores, como a modalidade (Fairclough, 2003), expressam sentidos discursivos presentes na utilização de verbos em modos que se relacionam a desejo, possibilidade, capacidade e obrigações. Nesse sentido, o “chegou a sua vez!”, “transforme sua comunidade” e “colocar em prática suas ideias e sonhos [...]” procuram apresentar aos/às jovens das comunidades atingidas a oferta de uma oportunidade, na forma como devem expressar o desejo e a possibilidade de agir, bem como criam a expectativa em relação à possibilidade de receber o apoio financeiro e técnico proposto. Portanto, “colocar em prática suas ideias e sonhos” se relaciona à possibilidade de criar um projeto para sua comunidade, mediante a capacitação, criação, aprovação e avaliação dessas “ideais e sonhos” (projetos) conduzidos e financiados pelas organizações, a saber Fundação Renova e CPCD.

Para Fairclough (2001; 2003), esses marcadores linguísticos, como a pressuposição e a modalidade, podem suprimir as diferenças de poder, conduzindo a um

consenso para a normalização e aceitação de certas condições desiguais impostas. Portanto, são posicionados e moldados discursivamente sujeitos sociais que possam contribuir para o controle e a reprodução dominante.

Enquanto espaço de formação dos/as jovens, a capacitação do Projeto Júpiter aconteceu entre o mês de agosto de 2020 até o final do ano de 2021, por meio de oficinas e ações coordenadas pelo CPCD. De forma remota, foram realizados encontros, reuniões online e oficinas de formação pela plataforma virtual destinada ao projeto de formação Lideranças Jovens - CIEDS Educa (Relatório Final Projeto Júpiter, 2022; Projeto Juventudes Cieds Educa, 2022). Entre as oficinas de formação na plataforma, o Projeto Júpiter apresentou três ementas:

1) *Oficina de Acolhimento*: Ser um jovem júpiter é mais do que acumular uma carga de conhecimentos, *o importante agora é estar apto para aproveitar*, do começo ao fim da vida, *as oportunidades* de aprofundar e enriquecer os conhecimentos num mundo em permanente e acelerada mudanças. 2) *Oficina de Percepção*: A oficina de Percepção é o espaço de “escutatória” dos jovens: saber quem são, onde frequentam, onde permanecem, o que valorizam. São “*oficinas de escuta e percepção do lado cheio do copo*”. Durante estes encontros, utilizando de jogos e dinâmicas, *conhecemos profundamente: seus sonhos e temores, receios e desejos, objetivos claros e difusos, fortalezas e fragilidades*. 3) *Formação de Time*: Chamamos de Formação de TIME a formação de equipe “Júpiteres” em cada município, “*TIME*” *coesos*, integrado e diversificado comprometido com os objetivos da proposta e repleto de vontade e energia transformadora, *condição essencial para o desenvolvimento e sucesso do projeto. Um TIME que jogue o mesmo jogo se completando, se aceitando e contribuindo para a aprendizagem, valorização e cuidados* (Projeto Júpiter, oficina e formações, 2022, s/p, grifo próprio).

A formação de lideranças jovens nos territórios atingidos a partir do Projeto Júpiter procurou, assim, qualificar processos de atitudes, habilidades e competências voltadas a desenvolver uma construção simbólica de identidade coletiva sobre ser Liderança Jovem. Isto é, ser um Jovem Júpiter seria “estar apto para aproveitar as oportunidades”, “percepção do lado cheio do copo” e “um TIME que jogue o mesmo jogo”. Segundo os modos gerais de operação da ideologia de Thompson (2011), esses discursos sustentam uma operação ideológica de unificação, como estratégia de construção simbólica que tem por objetivo construir um referencial padrão como fundamento partilhado (Vieira; Resende, 2016) com o potencial de convertê-los como difusores da hegemonia burguesa.

Cabe salientar que, discursivamente, a “oficina de percepção” apresenta enquanto marcador linguístico a antítese. Ou seja, esta figura de linguagem envolve oposições entre conceitos e significados. Nesse caso, a antítese reflete a oposição entre o lado cheio/vazio do copo, relacionado aos sentidos, características e sentimentos que, por pressuposição, atravessariam essa juventude: “sonhos/temores; desejos/receios; objetivos claros/difusos; fortalezas/fragilidades”. Neste caso, compreendo o uso da antítese como maneira de dissimular relações de dominação. Enquanto estratégia de construção simbólica, a antítese viabiliza uma eufemização ao procurar valorizar positivamente ações e relações, ao mesmo tempo em que oculta e nega outros sentidos mais estruturais e contraditórios, bem como sentimentos divergentes, podendo estar relacionada ao desastre socioambiental e aos conflitos e desigualdades agudizados nos territórios.

Nessa perspectiva, a “Formação de Time” como “um time que jogue o mesmo jogo” revela o uso metafórico dessa dissimulação, além da busca por uma simbolização de unidade e identidade coletiva (Thompson, 2011). São, portanto, sentidos e significações de operações ideológicas neoliberais, condizentes com os discursos empresariais, de coesão social e para o consenso que remetem à cooperação, ao diálogo e à parceria capazes de negar as assimetrias de poder intrínsecas nesse processo (Martins; Souza; Pina, 2020).

A partir disso, procurei analisar o significado da nomenclatura “Júpiter” no Projeto Júpiter. Em todos os materiais de divulgação do projeto que compartilham e divulgam as propostas dos/as jovens desenvolvidas nos territórios, apresentam o significado de ser “Júpiter” como:

[...] aquele que tudo pode, o que não tem freios, nada o limita. Este é o ritmo que deve determinar a natureza do “ser jovem”: ser destemido, ousado, atrevido, arrogante, questionador, sonhador e *viver sempre o presente do futuro*. O jovem carrega em si a crença que tudo pode e que pode transformar tudo. A irreverência e a inconsequência são marcas do ritmo desta fase da vida, que determina o ser, estar jovem (Apresentação Projeto Júpiter, s/d, grifo próprio).

De acordo com o excerto destacado, a concepção do que é ser jovem e de juventude se desenvolve em conjunto com os elementos discursivos presentes nos documentos da Fundação Renova sobre o Projeto de Lideranças Jovens, constituintes de discursos empresariais, conforme demonstro a seguir.

A categoria representação de atores sociais se destaca (Vieira; Resende, 2016) quanto ao modo de representar os/as jovens no projeto: “ser destemido, ousado,

atrevido, arrogante, questionador, sonhador e viver sempre o presente do futuro”. Dessa maneira, a utilização de metáforas, enquanto compreensão de uma coisa em termos de outra (Vieira; Resende, 2016), destaca-se nos sentidos e significados desta identificação como jovem nos territórios atingidos: “viver sempre o presente do futuro”.

Os sentidos metafóricos remetem ao ser “Liderança Jovem”, como ser “Jovem Júpiter” e “viver sempre o presente do futuro”, implicando sentidos sobre a juventude enquanto jovens ativos, engajados, presentes e preparados para o futuro. Conforme descreve Souza (2009), entendo aqui a sugestão sobre uma capacidade que estaria intrínseca à juventude: a atitude proativa. Segundo a autora, inerente ao conceito do protagonismo juvenil a participação ativa conserva ao jovem a não passividade, estes, possuiriam a capacidade de tomar iniciativas, agir sobre o presente e se responsabilizarem para alcançar seus objetivos futuros.

Sendo assim, nos materiais de divulgação e de apresentação do Projeto Júpiter, esta característica, como forma de ser e agir intrínseca a toda juventude, apresenta-se como desafiante no processo de formação. Em outras palavras, o “desafio” da formação de Lideranças Jovens estaria em “canalizar esta energia e destemor em prol de causas coletivas e eticamente responsáveis, está no âmago de todos os processos a serem vivenciados pelo Projeto Júpiter, em todas suas fases e momentos” (Apresentação Projeto Júpiter, s/d). Portanto, como referido no documento, perante os desafios que estas características da juventude apresentam caberia formar estes jovens, ensiná-los/as a serem protagonistas juvenis: o “protagonismo juvenil também pode ser aprendido e compartilhado” (Apresentação Projeto Júpiter, s/d).

Em consonância com o pensamento de Souza (2009), os excertos destacados evidenciam o discurso proeminente do protagonismo juvenil, presente historicamente nos discursos hegemônicos de organizações do terceiro setor, empresas e documentos governamentais, produzindo aqui significações sobre o ser jovem e ser Jovem Júpiter como medida socioeducativa: o “protagonismo juvenil pode ser aprendido e compartilhado”. Em vista disso, o modo de ser jovem como “destemido, ousado, atrevido, arrogante, questionador, sonhador e viver sempre o presente do futuro” – ou seja, ter uma atitude proativa – se dirige a uma estratégia pedagógica: “canalizar esta energia e destemor em prol de causas coletivas e eticamente responsáveis”.

Para Souza (2009), ao analisar criticamente o discurso do protagonismo juvenil nesses moldes, ressalta a capacidade desse discurso forjar o consenso e homogeneizar os/as jovens. Conforme ressalta Souza (2009), a participação ativa defendida através do conceito do protagonismo juvenil pode revelar uma atividade individual, comprometida

no aprender a fazer como alternativa à participação política. Dessa forma, o fazer aponta a ação prática sobre a atuação social, como prestação gratuita de bens e serviços.

Ao problematizar esta questão, Souza (2009) ressalta o instrumento pedagógico sobre aprender a fazer projetos como estratégia individualizada na solução de problemas, na busca de uma intervenção localizada e imediata e de conhecimento técnico, medindo e avaliando resultados. Complementando a isso, o trabalho voluntário se revela nessa prática justificada como transformação social, cidadã, solução de problemas e “ações voltadas para a comunidade” (Souza, 2009, p. 17). Conforme a autora explicita, da mesma forma que esta atividade pedagógica supõe uma participação no espaço público, suas operações discursivas e práticas procuram ocultar o lugar da luta política.

Essa dimensão simbólica presente nos discursos ideológicos e hegemônicos sobre a/as juventude/s é discutida por Margulis e Urresti (1982) e Cassab (2020), nos quais os/as autores/as refletem sobre a estética dominante que o “ser jovem” revela. De acordo com Margulis e Urresti (1982), o discurso dominante sobre a juventude associa-se à linguagem mercantilizada. Nesse sentido, a juventude simboliza condições de desejo, padrão e capacidade como um produto a ser vendido, excluindo, assim, suas diferentes características, como classes sociais, denominação étnica ou racial, memória e de gênero.

Para Cassab (2020), os elementos da juventude como um produto revelam a condição material e simbólica que se implica a própria juventude. Portanto, vende-se o ser jovem como estilo de vida, imagem e um desejo de ser, agindo sobre como a juventude é representada e de que maneira ela se identifica. De acordo com a autora (2020), esta implicação simbólica sobre a/s juventude/s se alinha às relações de trabalho pela perspectiva capitalista e neoliberal, pois condiciona comportamentos de caráter flexível como algo positivo, isto é, ser resiliente, criativo, ativo e empreendedor para se adequar a uma conjuntura instável e a uma realidade competitiva.

A partir desses sentidos dominantes, essas significações discursivas e educativas sobre o ser jovem, ser jovem liderança e jovem júpiter produzem implicações para a educação ambiental. Dessa forma, são mobilizados sentidos sociodiscursivos referente à prática educativa ambiental nos materiais de divulgação do curso no Projeto Júpiter.

A seguir, ilustro uma das publicações do Projeto Júpiter em suas redes sociais. A publicação, realizada em maio de 2021, teve por intuito mobilizar interessados para a participação no Projeto Júpiter por meio de discursos ambientais, apresentando as seguintes chamadas: “Quer saber mais como transformar a comunidade? Venha fazer

parte do Projeto Júpiter”, logo em sua descrição: “E aí galera consciente? Conta pra gente nos comentários o que você anda realizando...”:

Figura 5 - Publicação para divulgação do Projeto Júpiter em sua rede social



Fonte: Rede social *Instagram* Projeto Júpiter, publicado em 03 de maio de 2021

A publicação, como um material de divulgação, mobiliza significados ideológicos de implicações à educação ambiental referentes à: “lista de coisas legais que dá para fazer para transformar sua comunidade”. Portanto, são listadas práticas individualizadas referente ao cotidiano para um consumo consciente dos recursos ambientais. Por exemplo: “faço economia de água”; “separo o lixo”; “uso sacolas reutilizáveis”; “reciclo as embalagens dos produtos que compro”; “tenho o hábito de comprar em bazares e brechós”; “opto por produtos que tenham retil”; “uso garrafinhas de água reutilizável”.

De acordo com Layrargues (2020; 2002) e Layrargues e Lima (2014), os discursos acima refletem tendências político-pedagógicas da educação ambiental vinculada ao conceito de desenvolvimento sustentável, produzido por sentidos economicistas e de reducionismo ecológico. Conforme demonstram Layrargues e Lima (2014), o estímulo à mudança comportamental e hábitos de consumo são representações conservadoras e pragmáticas da educação ambiental na maneira como apontam mudanças pontuais, individualizadas e mercadológicas, capazes de distanciar a dimensão conflitiva, intrínseca às bases econômicas e políticas da sociedade que potencializam os problemas socioambientais.

Em consonância com este pensamento, Layrargues (2020; 2002) argumenta que a relação mercadológica com contornos neoliberais expressa medidas socioeducativas na produção de atitudes e valores individuais para a solução de problemas. Logo, o sentido sobre o consumo e a reciclagem nos dizeres acima produzem significações ideológicas na educação como atividade-fim a ser protagonizada pelo/a jovem – quer

dizer, ser consciente ambientalmente e ter bons hábitos – o que pode esvaziar o sentido político, relacionado aos conflitos e desigualdades inerentes ao desastre socioambiental no contexto do rompimento da barragem de minério.

Após o final do processo de formação dos/as jovens no Projeto Júpiter, cada jovem pleiteou seus projetos/propostas por intermédio de um edital, passando, assim, por uma “banca julgadora” (Relatório Final Projeto Júpiter, 2022). Ao final desse processo, foram escolhidos 07 projetos em 04 cidades para serem executados pelos/as jovens em um período de seis meses em seus territórios a partir de um valor estipulado pela Fundação Renova.

O quadro a seguir reproduz os dados do material disponibilizado pela Fundação Renova em seu sítio eletrônico³⁴, no qual descreve o nome e o objetivo de cada projeto selecionado na área 01, seu local de atuação, quantidade de jovens envolvidos/as e valores destinados para cada projeto:

Quadro 7 – Projetos selecionados Projeto Júpiter CPCD e Fundação Renova nas primeiras regiões atingidas

Projeto	Objetivo	Localidade	Jovens Envolvidos/as	Valores destinados
Léo Clube Gaveteiro: Formando líderes para o Futuro	Formar jovens líderes para o futuro na cidade de Mariana, através do trabalho voluntário e da reativação do Leo Clube de Mariana – Gaveteiro (Lions Clube)	Mariana – MG	01	R\$24.991,00
Projeto Mata Ciliar da Vila Cafundão	Promover a recuperação da mata ciliar do Rio Brumado nos limites da comunidade Vila Cafundão – município de Mariana, despertando o compromisso ambiental para o respeito e equilíbrio	Distrito de Mariana – MG (Cachoeira do Brumado – Comunidade Vila Cafundão)	03	R\$10.908,00

³⁴ A planilha com a descrição de todos os projetos selecionados em Minas Gerais e no Espírito Santo ficou disponível na reportagem: Projetos apoiados pelo Programa de Formação de Lideranças Jovens fazem a diferença em suas comunidades. Publicado no dia 28 de junho de 2022, categoria Formação Lideranças Jovens. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/noticia/projetos-apoiados-pelo-programa-de-formacao-de-liderancas-jovens-fazem-a-diferenca-em-suas-comunidades/> . Acesso em 26 de setembro de 2022.

	meio ambiente.			
Projeto “Tuim da Barra”	Realizar ações de educação ambiental, que promovam a conscientização para a preservação e cuidado com o meio ambiente ao mesmo tempo que proporcionem possibilidades do retorno de pássaros “Tuins” ao território do município.	Bairro Volta da Capela em Barra Longa – MG	02	R\$15.933,91
Projeto Plantando Vida	Promover a conscientização das pessoas sobre a importância das árvores na nossa cidade e estimular o plantio e o cuidado com o meio ambiente. Distribuição de mudas e plantio de 1000 árvores na comunidade de açude em Barra Longa.	Comunidade do Açude em Barra Longa – MG	01	R\$19.000,00
Projeto Renascer para Sobreviver	Revitalizar a “Nascente de Cima” e iniciar um processo educação ambiental na comunidade do Bananal no município de Barra Longa.	Comunidade do Bananal em Barra Longa – MG	02	R\$10.004,58
Dossiê Porto Plácido	Resgatar a história de Porto Plácido mobilizando a comunidade para a proteção e cuidado do patrimônio imaterial e do meio ambiente. O projeto objetiva o resgate da memória por meio de contos e causos da própria comunidade a partir de pesquisas, relatos, resgates de objetos e documentos.	Comunidade de Porto Plácido em Santa Cruz do Escalvado	01	R\$19.000,00
Costura do Bem	Ofertar ações que visam o desenvolvimento de potencialidades, talentos, autonomia,	Rio Doce – MG	01	R\$25.000,00

	fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, contribuindo para valorização da identidade cultural do município de Rio Doce a geração de renda por meio do ofício.			
Total			11	R\$124.837,49

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados fornecidos pela Fundação Renova (2022)

Através do Projeto Júpiter, foram contemplados/as projetos de jovens nas localidades de Mariana, sendo um para a sede do município e outro para o distrito de Cachoeira do Brumado, na comunidade do Cafundão. Em Barra Longa, foram desenvolvidos três projetos nas seguintes localidades: bairro Volta da Capela, comunidade rural de Açude e comunidade rural de Bananal. Em Santa Cruz do Escalvado, um projeto foi selecionado na comunidade de Porto Plácido. Em Rio Doce, um projeto foi selecionado na cidade sede.

Mesmo que a planilha da Fundação Renova (2022) descreva a mobilização de onze jovens na região, com os dados da primeira inserção a campo foi possível acompanhar um/uma jovem de cada projeto selecionado, sendo, portanto, sete jovens autores/as de cada projeto desenvolvido (Relatório Final Projeto Júpiter, 2022).

A fase de implementação desses projetos/propostas teve duração de seis meses, realizado entre janeiro e junho de 2022, contando com os recursos estipulados e controlados pela Fundação Renova e o setor financeiro do CPCD (Caderno de Campo, 2024; Relatório Final Projeto Júpiter, 2022; Fundação Renova, 2022).

Um encontro final, o qual pude acompanhar, foi realizado no dia 22 de maio de 2022 na sede do Lions Club na cidade de Mariana (MG), em formato presencial. Ao presenciar esta atividade final, assisti às apresentações dos/as jovens sobre seus projetos, acompanhei algumas atividades e conversei com representantes da Fundação Renova, CPCD, os/as jovens participantes e seus familiares envolvidos. Não foi possível identificar o motivo de cada projeto receber um valor diferenciado, o que também não foi questionado, levando em consideração que os valores não foram apresentados durante o evento final do projeto, sendo a prestação de contas divulgado posteriormente pelo sítio eletrônico da Fundação Renova.

Dos relatos que complementam o caderno de campo, os/as jovens e demais pessoas envolvidas expuseram que o orçamento destinado aos projetos não foi

suficiente para contemplar tudo o que gostariam, bem como o curto espaço de tempo para o desenvolvimento de suas ações. Portanto, como solução, a Fundação Renova e as organizações parceiras apontaram que caberia aos jovens mobilizarem e buscarem novas formas de parcerias para a continuidade de seus projetos, como os fomentos dos Editais Doces da Fundação Renova e a parceria entre os/as jovens participantes. Este posicionamento foi reiterado no Relatório Final do Projeto Júpiter (2022, p. 20), conforme podemos ressaltar no excerto: “Continuidade da atuação dos jovens que tiveram seus projetos concluídos ou dos projetos praticamente finalizados, cuja atuação protagônica dependerá de novas ideias, apoiadas pelos coletivos e parceiros locais”.

Durante o evento final, foram relatadas as incertezas sobre novos ciclos de formação Lideranças Jovens³⁵, a maior parte dos/das jovens descreveram o desejo de continuar com seus projetos e progredir com seus resultados; porém, destinou-se a eles/as a participação e acompanhamento dos Editais Doces. Para isso, foi indicada, pelos representantes das organizações, a formalização desses jovens a partir de um CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, designado para a abertura de empresas e exigência de participação nos Editais Doces da Fundação Renova. Parte dos/as jovens envolvidos/as não conheciam estas formalidades, enquanto outros/as já possuíam familiaridades com os processos da Fundação Renova – estes jovens integram outras organizações, como o Lions Club da cidade de Mariana (MG) e o Grupo Semear na cidade de Rio Doce (MG), contemplados pelo Projeto Júpiter.

Um material final foi elaborado sobre cada projeto/proposta e entregue aos/as jovens no final do evento. A intenção por trás da distribuição desse material foi formalizar a divulgação dos projetos desenvolvidos nas comunidades, proporcionando uma memória e uma apresentação dos resultados para os/as jovens e membros das comunidades, bem como demais interessados, denominado de cadernos de projetos ou portfólio de cada projeto/proposta dos/as jovens (Cadernos Projetos Júpiteres, 2022).

³⁵ Entre os anos de 2023 e 2024 novos ciclos de formação Lideranças Jovens foram iniciados, nomeado como “*Pulsar Jovem pelo Rio Doce*” e que tem como organização responsável a Fundação Geraldo Perlingeiro Abreu, parceira da Fundação Renova, atendendo as cidades de Mariana, Barra Longa, Ponte Nova, Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce e mais 28 municípios ao logo da Bacia do Rio Doce. O projeto apresenta como objetivo: “*formar lideranças jovens, incentivando a participação social e o engajamento nas soluções de questões e problemas, na Bacia do Rio Doce, por meio de projetos socioambientais, construídos de forma coletiva pelos jovens*”. Da mesma forma, o curso é voltado ao “*protagonismo juvenil*” para “*empreender ações de reparação na bacia do Rio Doce*” com o oferecimento de “*suporte financeiro para a participação*” de R\$ 485,00. A construção de projetos para a solução de problemas é relacionada ao sentido de sonho como: “*tirar o sonho do papel*” (Pulsar Jovem pelo Rio Doce, 2024, s/p).

A menção de portfólio refere-se principalmente à aproximação desse material a esse gênero discursivo. Conforme descrito no capítulo metodológico (Capítulo cinco), este material representa os discursos dos/as jovens pleiteados/as pelo Projeto Júpiter. Neste material, estes/as jovens se apresentam e informam, por meio do discurso direto, indireto e relatos de fala sobre os seus territórios, o aprendizado durante a formação, as intenções, ações, objetivos de seus projetos/propostas e apresentam também depoimentos e objetivos futuros.

Portanto, os textos representados nesses materiais são moldados pela agência dos participantes e da organização social parceira da Fundação Renova, incorporando, assim, relações intertextuais e interdiscursivas com o processo de formação de Lideranças Jovens, ou seja, sendo possível identificar de que maneira esses/as jovens são apresentados/as, bem como enunciam os seus territórios, seus projetos/propostas e as ações educativas ambientais desenvolvidas por eles/as. Esse agenciamento pode ser descrito a partir de um elemento discursivo que se apresenta em todos os cadernos dos projetos júpiteres: um infográfico com a descrição quantitativa das principais ações e atividades realizadas pelos/as jovens:

Figura 6 - Infográfico Projetos Júpiteres - CPCD e Fundação Renova



Fonte: Caderno de apresentação dos projetos júpiteres elaborado pelo CPCD e Fundação Renova – Caderno Projeto Tuim da Barra, 2022, p. 13.

Esse infográfico estabelece uma relação com a retórica da geração de “resultados tangíveis”, conforme apresentado no quadro 5, sobre os módulos formativos do Projeto Formação de Lideranças Jovens (p. 153). Desse modo, o material destaca, de maneira técnica e como objeto final do processo de formação, a produtividade e a eficiência

gerada por esses/as jovens formados/as como Lideranças Jovens em seus territórios. Para melhor visualização das informações no infográfico, descreverei os dados fornecidos relativo aos números das ações de cada projeto executado (Relatório Final Projeto Júpiter, 2022).

De acordo com o infográfico, em Mariana, o Projeto Léo Club Gaveteiro entregou 50 cestas básicas, desenvolveu 04 mutirões, criou 01 ponto digital com 05 computadores no Lions Club, capacitou 30 jovens (não foi explicitado em quê os jovens foram capacitados) e ofereceu 60 horas de oficina (não foi explicitado o tema das oficinas). No distrito de Mariana, em Cachoeira do Brumado, na comunidade da Vila Cafundão, o Projeto Mata Ciliar Vila Cafundão criou 06 mini viveiros, realizou 15 encontros comunitários, plantio de 1.000 mudas e envolveu 70 pessoas.

Dos projetos desenvolvidos em Barra Longa, o infográfico apresenta que o projeto Tuim da Barra no bairro Volta da Capela realizou 32 oficinas com crianças, construiu 20 fontes (bebedouros para os pássaros), cadastrou 34 famílias entregando-os materiais como comedouros e bebedouros suspensos para os pássaros (34 cada) e envolveu 50 crianças. Na comunidade do Açude em Barra Longa, o projeto Plantando Vida criou 01 viveiro comunitário, produziu 1.000 mudas, distribuiu 400 mudas, realizou 12 encontros comunitários, participou de 08 feiras em Barra Longa e envolveu 12 famílias. O Projeto Renascer para Sobreviver, na comunidade de Bananal em Barra Longa (MG), recuperou 02 nascentes, plantou 200 mudas, realizou 06 mutirões, criou 01 viveiro comunitário de mudas e envolveu 11 famílias.

Por sua vez, conforme ilustrado no infográfico, na comunidade Porto Plácido, em Santa Cruz do Escalvado, o Projeto Dossiê Porto Plácido organizou e distribuiu 1.000 livretos sobre a história do local, produziu 01 dossiê para a comunidade sobre o registro das memórias locais, organizou 100 histórias, músicas, fotos e personagens resgatados, envolveu 57 famílias, realizou 05 encontros comunitários e desenvolveu 02 sessões de filmagens sobre os moradores e suas memórias. Na cidade de Rio Doce, o projeto Costura do Bem beneficiou 12 pessoas, organizou 06 oficinas temáticas somando 50 horas de oficinas e criou 01 coletivo de costureiras e artesãos.

Conforme as análises desta seção que abrangem o processo de formação do Projeto Júpiter, seus objetivos formativos e os projetos e propostas educativas mobilizadas pelos/as jovens, constato que os discursos sobre a juventude são produzidos em consonância com os documentos da Fundação Renova e junto a outras organizações parcerias, a partir da construção sociodiscursiva do protagonismo juvenil. Dessa maneira, o modo de ser jovem e ser jovem júpiter se relacionam a uma racionalidade

neoliberal (Dardot; Laval, 2016). Nesse sentido, os discursos analisados guiam maneiras de agir, representar e identificar a juventude como jovens ativos e resilientes, portanto, empreendedores de soluções frente às circunstâncias de vulnerabilidade.

Essa construção sociodiscursiva molda significados sobre os/as jovens participantes do Projeto Júpiter e em territórios atingidos pelo desastre socioambiental, o que pode ocultar as relações dominantes e assimetrias de poder, formando jovens para se adequarem a uma realidade instável e competitiva. Logo, as situações conflitivas e os problemas socioambientais são reificados como oportunidades, como demonstrado pelas significações da “pedagogia do copo cheio”. Desse modo, os discursos e as práticas educativas apresentam enraizamento ideológico e hegemônico neoliberal e empresarial, guiadas a educar o consenso, com implicações à educação ambiental e ancoradas na perspectiva da educação para o desenvolvimento sustentável. Portanto, é individualizada a responsabilidade pela resolução dos problemas expostos nos territórios e intensificados pelo rompimento da barragem de Fundão, além de serem priorizados os aspectos produtivos de eficácia e eficiência, otimizando recurso e tempo na forma de gerar e produzir resultados a partir de projetos.

Em consonância com as análises, as práticas educativas guiam o desenvolvimento de habilidades técnicas e empreendedoras nos/as jovens com o objetivo de aprender a fazer projetos. Ao promover sentidos sobre o empoderamento juvenil e o protagonismo, o “ser jovem liderança” como estratégia discursiva visa à normalização e a aceitação das condições desiguais impostas, contribuindo para a reprodução da hegemonia burguesa. Dessa maneira, ser um/a jovem liderança produz significados sobre como se deve ser um protagonista juvenil para empreender ações e intervenções voltadas para sua comunidade nos moldes do discurso empresarial, ser verdadeiramente cidadão/cidadã moldado na despolitização das questões estruturais, destacando sujeitos por uma postura voluntária, cooperativa e que privilegia a superação pessoal.

Sendo assim, o ser “Liderança Jovem” nas comunidades atingidas representa o/a jovem como colaborador/a e parceiro/a da Fundação Renova, como aquele que deve empreender sua própria organização/empresa social, dissimulando e ocultando a esfera da luta política diante das complexas circunstâncias enfrentadas pelos/as jovens em territórios atingidos. As próximas seções apresentam as análises dos cadernos dos projetos/propostas Júpiteres, procurando investigar as enunciações dos/as jovens nesses materiais, construídos pelo Projeto Júpiter (CPCD) como produto do processo de formação de Lideranças Jovens (Fundação Renova). Nesses materiais, os/as jovens são

apresentados, e, por meio da representação de seus discursos, produzem significados sobre seus territórios e os projetos educativos ambientais idealizados.

6.3 SIGNIFICAÇÕES DE AÇÕES EDUCATIVAS PARA OS TERRITÓRIOS ATINGIDOS NOS PROJETOS JÚPITERES

O primeiro território atingido, a região de Mariana, possui em sua origem mais de 300 anos de história, permeada pela imposição de séculos de exploração mineral: do caminho do ouro à exploração de minério de ferro e, posteriormente, por um dos maiores desastres socioambientais da história. Para além de um território determinado pela mineração, suas montanhas compõem localidades, comunidades e subdistritos que resistem a desterritorialização e urbanização forçada, condição esta, exacerbada após do rompimento da barragem de Fundão (Diniz *et al.*, 2022).

De acordo com os dados fornecidos pela Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais (2024), Jabace, Zanardi e Gonçalves (2022) demonstram que 85% das famílias, antes residentes em pequenas comunidades, migraram para cidades maiores, como Mariana (MG) e a região metropolitana de Belo Horizonte (MG), perdendo, assim, seus modos de vida, sociabilidade, moradia, acesso aos bens naturais, segurança, parentesco e redes de solidariedade. Os 15% das famílias que não migraram tiveram a descaracterização de seu território de origem, rompendo a sua relação de pertencimento com sua comunidade.

No material presente no Museu Virtual Mariana Território Atingido, bem como no Jornal A Sirene, é possível acessar estudos sobre as referências culturais, religiosas, trabalho e relação com o cotidiano, relatados pelas pessoas atingidas/os como perdas e danos permanentes em suas vidas³⁶:

³⁶ O documentário "A Padroeira" - 05 anos de lama. O documentário conta a história da festa da Padroeira do Brasil em Paracatu de Baixo. O documentário foi produzido pelo cineasta e pesquisador Clementino Junior (UNIRIO/Geasur) junto à comunidade atingida. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aWE11iIVjKY>.

Figura 7 - Fotografias dos modos de vida das comunidades atingidas presente no catálogo Museu Virtual - Mariana Território Atingido



Fonte: Catálogo Museu Virtual – Mariana Território Atingido (Ferreira, 2022, p. 45)

A primeira comunidade atingida pela lama tóxica em Mariana foi a de Bento Rodrigues. Outras localidades foram fortemente atingidas pela lama, como Santa Rita Durão, Camargos, Bicas, Monsenhor Horta, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Borba, Braúnas, Ponte do Gama, Mata do Chaves, Águas Claras, Campinas e Pedras, atravessados pelo rio Gualaxo do Norte (Ferreira, 2022).

A barragem que se rompeu estava a pouco menos de 10 km destas primeiras comunidades atingidas (PoEMAS, 2015). Segundo demonstram os dados apresentados pelo relatório do Núcleo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoeMAS, 2015), no rastro de destruição, alastrando-se pelo rio Gualaxo do Norte, identifica-se um padrão racial de população majoritariamente negra e rural, caracterizando desse modo um quadro de racismo ambiental:

O caso do desastre da Samarco/Vale/BHP comprova, mais uma vez, que são os segmentos com restrito poder político-econômico e menor capacidade de se fazer ouvir – pobres, rurais e negros –, que estão mais expostos aos riscos ambientais e que sofrem mais com as perdas humanas, materiais, territoriais e culturais dos impactos ambientais (PoEMAS, 2015, p. 63).

Uma outra localidade, distrito de Mariana, Cachoeira do Brumado, também tem mobilizado moradores/as por uma reparação justa. O distrito fica a cerca de 25 km da cidade de Mariana, banhado pelo rio Brumado e conhecido pelas manifestações culturais, artesanato, artigos de pedra-sabão, madeira, tapetes de sisal e pela beleza natural de sua cachoeira que atrai o turismo. Moradores/as de Cachoeira de Brumado tiveram seus ofícios desestruturados e saberes ameaçados pelos danos econômicos causados pelo rompimento da barragem de Fundão (A Sirene, 2022c). A comunidade também convive com transtornos relacionados ao saneamento básico, interditando

banhistas no uso da cachoeira, danos por fortes chuvas e problemas relacionado à infraestrutura da Escola Estadual Dona Reparata Dias de Oliveira³⁷.

Figura 8 - Cachoeira do Brumado como atração turística interdita



Fonte: acervo pessoal durante inserção a campo em maio de 2022

O município de Mariana e o distrito Cachoeira do Brumado foram áreas contempladas pelo Projeto Júpiter – CPCD, atendendo alguns/algumas jovens dessas localidades. Dessa forma, dois projetos foram desenvolvidos nesses territórios. No distrito de Mariana, em Cachoeira do Brumado, o projeto mobilizou um/a a/o jovem morador/a da comunidade Vila Cafundão. Em material de divulgação sobre seu projeto, a comunidade é apresentada pelo/a jovem da seguinte forma: “A vila cafundão faz parte do distrito de Cachoeira do Brumado e é uma comunidade privilegiada pela diversidade de belezas naturais e também por ter pessoas maravilhosas e apaixonadas pelo seu lugar.” (Caderno Projeto Mata Ciliar da Vila Cafundão, 2022, p. 4).

O excerto destaca a contemplação do/a jovem por sua comunidade: “privilegiada pela diversidade de belezas naturais e também por ter pessoas maravilhosas e apaixonadas pelo seu lugar”. Dessa forma, o lugar do/a jovem, no material de análise, é apresentado a partir de elementos destacados que procuram ressaltar valores naturais positivos e afetivos, bem como a importância de todos/as contribuírem para o desenvolvimento de sua proposta/projeto: “Podemos cuidar e ao mesmo tempo usufruir

³⁷ Em vista a campo no final do mês de maio de 2022, foi possível relatar estes problemas dimensionados pelos/as moradores/as que conversei, além disso, em pesquisas por notícias *online*, foi possível encontrar divulgações sobre essas problemáticas nas redes de comunicação local, como Prefeitura de Mariana, Portal de notícias UFOP Lamparina e Jornal e Rádio o Espeto.

de um projeto feito por todos que aqui vivem” (Caderno Projeto Mata Ciliar da Vila Cafundão, 2022, p. 04).

No entanto, para o município de Mariana, a exposição do projeto de outro/a jovem, mobilizado/a localmente, não apresenta o município em si, mas sim suas conexões com outra organização presente no local. Este projeto é nomeado como o Projeto Léo Gaveteiro, o “programa oficial do Lions Club” (Caderno Projeto Léo Gaveteiro, 2022, p. 4). O espaço dedicado a dizer sobre o local de atuação do projeto, no material de análise, é atribuído a organização “Leo Clube”, incluído como: “sobre nós”. Nesta indicação, o Léo Clube é apresentado como um espaço de oferta de “oportunidades de desenvolvimento e contribuição, individual e coletiva, como membros responsáveis da comunidade, ou seja, são clubes de voluntariado sem filiação partidária, ou política [...]” (Caderno Projeto Léo Gaveteiro, 2022, p. 4).

Para Porto-Gonçalves (2002) e Leff (2021), pensar o espaço geográfico ou o território expressa um conjunto de identificações ou territorialidades marcantes para compreender os conflitos entre grupos de poder político e econômico dominantes em relação à natureza e às diferentes comunidades. Neste sentido, território e territorialidade enseja identidade, condição que perpassa relações simbólicas e de poder, como forma de se identificar e ser, movendo, assim, significações. Desse modo, as condições de colonialidade e decolonialidade (do poder, saber, ser), discutidas no capítulo 2 desta tese, expressam-se na forma como os/as jovens apreendem e identificam suas relações territoriais.

De acordo com o exposto na seção anterior, as oficinas de formação no curso Lideranças Jovens para o Projeto Júpiter destacaram a “oficina de percepção”, a fim de identificar e sensibilizar nos/as jovens os aspectos positivos de seus lugares de pertencimento, para, assim, buscar valorizá-los e agir sobre esses territórios a partir de projetos (Relatório Final Projeto Júpiter, 2022). Essas ações e intervenções buscaram mapear e sensibilizar os/as participantes em seus territórios para o envolvimento no processo de formação: “[...] é o espaço de ‘escutatória’ dos jovens: saber quem são, onde frequentam, onde permanecem, o que valorizam. São ‘oficinas de escuta e percepção do lado cheio do copo’” (Projeto Júpiter, oficina e formações, 2022, s/p).

Dessa maneira, em consonância com essas ações e intervenções, destaca-se uma das premissas do Projeto Júpiter: “Compromisso ambiental – desenvolver um olhar sobre a bacia hidrográfica, aprender técnicas e ser estimulado a desenvolver ações de intervenção onde estão: ‘MEU LUGAR É AQUI’” (Projeto Júpiter CPCD, 2022, s/p).

Por meio da intertextualidade (Fairclough, 2001; 2003), as relações dos/as jovens com seus territórios e em suas comunidades procuraram representar nos cadernos dos projetos júpiteres o “meu lugar é aqui”. Dessa maneira, as análises discursivas sobre os territórios demonstram que estes são objetos de intervenção dos/as jovens. Nesses materiais, as significações sobre o lugar do/a jovem expressam sentidos discursivos de identificação e representação, visto a percepção desses jovens para os aspectos positivos dos territórios (“o lado cheio de copo”), os atributos valorativos, as avaliações, os níveis afetivos e a negação das adversidades.

Conforme exposto pelos discursos do Projeto Júpiter, agir, enquanto liderança jovem, representa o “compromisso ambiental” desse/a jovem quando estes são capacitados a “aprender técnicas e ser estimulado a desenvolver ações de intervenção onde estão” (Projeto Júpiter CPCD, 2022, s/p).

Para integrar minhas análises discursivas dos materiais dos projetos realizados pelos/as jovens sobre a apresentação de seus territórios, procurei assimilar tais discursos à luz de pesquisas que abordam os impactos e conflitos que afetam crianças e jovens nos territórios atingidos.

No trabalho produzido pela Cáritas Regional de Minas Gerais com crianças e jovens atingidas nas áreas rurais da região de Mariana, Pinheiro *et al.* (2022) demonstram a notável relação comunitária que se estabelecia nestas comunidades antes do rompimento da barragem de Fundão. De acordo com os relatos dos/as jovens e crianças, aspectos do cotidiano rural, como “a proximidade com o rio, a mata, a terra cultivável, a existência de um ar puro [...] a comida feita no fogão a lenha, a prática do extrativismo, da pesca e outras atividades” (Pinheiro *et al.*, 2022, s/p) são relações que, em grande parte, não existem mais devido à destruição causada pelo rompimento da barragem de Fundão.

Pelo trabalho produzido por Pinheiro *et al.* (2022), o desastre socioambiental ainda se faz presente na vida dessas crianças e adolescentes nas regiões rurais de Mariana, agora convivendo com outros modos de vida urbanos. A drástica ruptura com seus modos de vida, o silenciamento do trauma e das perdas causado no dia do rompimento da barragem de Fundão e o distanciamento das relações cotidianas antes estabelecidas, têm levado ao adoecimento desses/as jovens: ansiedade, depressão, tristeza e apatia, devido as preocupações e incertezas perante o futuro (Maia; Zanardi, 2022).

Distantes das relações produzidas com a natureza e em suas comunidades, as memórias dessas crianças e adolescentes são relatadas por Pinheiro *et al.* (2022, s/p) da seguinte maneira:

Constantemente se referem à relação com a natureza, pois pescavam e tomavam banho no rio, apanhavam frutas nos pomares. Os trabalhos na roça também eram valorizados: muitos auxiliavam os pais e avós nos cuidados dos animais e plantios, aprendendo com eles a cultivar a terra e estabelecendo com ela uma profunda ligação. As lembranças e memórias da zona rural são das mais diversas.

Conforme apontam Pinheiro *et al.* (2022) e Maia e Zanardi (2022), essas pesquisas revelam saberes outros entre jovens, suas comunidades e a natureza. Desse modo, a drástica ruptura, a partir do rompimento da barragem de Fundão, perpetua o sofrimento quando cerceia essas relações socioambientais e a constituição de seus conhecimentos. Esses estudos refletem também nos relatos que as pessoas forneceram durante visitas a campo nas comunidades afetadas, registrados em caderno de campo.

Do ponto de vista do campo da educação ambiental crítica, os territórios exacerbados por aspectos conflitivos emergem conhecimentos, anúncios, denúncias e defesa da vida, por vezes, são elementos negados pelo projeto societário capitalista e hegemônico (Kassiadou; Sánchez, 2021; Loureiro, 2019; 2022). Portanto, a educação ambiental crítica se faz presente a partir dessas outras formas de relações entre sociedade e natureza, na produção de pedagogias populares de base comunitária capazes de potencializar movimentos de resistências e lutas emancipatórias antissistêmicas. Nesse sentido, a educação ambiental crítica aponta, com o campo da ecologia política, o resgate e a reconstrução das dimensões emancipatórias de conhecimento, em conjunto com os sujeitos em condição de subalternidade, na defesa de seus territórios e da vida (Kassianou; Sánchez, 2021; Loureiro, 2019; 2022).

Após atingir as comunidades próximas da cidade de Mariana através do rio Gualaxo do Norte, a lama encontra-se com o rio Carmo em Barra Longa (MG), aproximadamente à 62 km de Mariana. Barra Longa e suas comunidades, além de terem sido severamente afetadas, são locais mobilizados por projetos da Fundação Renova em parceria com a organização CPCD. A área urbana da cidade, duramente afetada pelo rompimento da barragem de Fundão, recebeu uma grande quantidade de rejeitos tóxicos e possui projetos, como o intitulado “Quintais Saudáveis”, conforme apresentado no capítulo 3, sendo que seu objetivo é apresentado como: “reestabelecer o vínculo entre os proprietários e seus quintais, tornando-os mais produtivos e entregando sistemas

permaculturais sem a remoção de resíduos nos quintais urbanos em Barra Longa” (SRK Consulting Brasil, 2023, p. 31).

A Fundação Renova considera, em seu relatório do Plano de Manejo de Rejeitos, específico para as áreas urbanas e periurbana do município de Barra Longa, propostas que considere a permanência do rejeito e “medidas de remediação necessárias para a convivência da população com o rejeito” (SRK Consulting Brasil, 2023, p. 02). No entanto, conforme registrado em diário de campo, durante a pesquisa, movimentos sociais, como a Comissão de Atingidos de Barra Longa, composta em grande parte por mulheres, lutam constantemente pela retirada completa dos rejeitos, provenientes do rompimento da barragem de Fundão, de suas comunidades, ressaltando a presença de contaminações e o precário atendimento público, como na assistência à saúde, social, educacional e o acesso ao lazer (Stropasolas, 2020).

Figura 9 - Manifestações na cidade de Barra Longa



Fonte: Arquivo pessoal, visita em Barra Longa no dia 19 de julho de 2023. Dizeres na faixa: “Fundação Renova/Samarco S.A/Vale/BHP 7 anos de descaso com o nosso patrimônio!!! Casas Destruidas e vidas arruinadas!”

Para dimensionar o impacto do rompimento da barragem de Fundão em Barra Longa, Felipe *et al.* (2016, p. 90) descrevem:

Acostumada com inundações periódicas, a cidade foi assolada pelo aumento da cota do rio do Carmo da ordem de 2,5 metros acima da planície (pelas marcas deixadas nas casas). Junto com a cheia, a enxurrada de rejeitos trouxe inúmeros danos materiais, embora não tenha sido registrada a perda de vidas no município.

Os registros de Felipe *et al.* (2016), realizados poucos dias após o rompimento da barragem de Fundão, apontam para uma perplexidade no modo como a população lidava diretamente com a lama tóxica em Barra Longa (MG), não havendo menção do risco de contaminação. Segundo os autores, a área urbana foi imediatamente atendida

pela assistência do poder público, empresa Samarco e voluntários. A zona rural não foi contemplada com a mesma assistência:

Como houve inundação, parte da planície foi afetada pelos rejeitos, inclusive com depósitos. Isso promoveu a perda de área útil dos agricultores e a impossibilidade de dessedentação para o gado. Além disso, casas foram invadidas pela lama na zona periurbana e pessoas foram desalojadas. [...] O morador da área rural com o qual conversamos relatou estar muito insatisfeito com a atuação da Samarco, pois a empresa não havia se posicionado sobre o fornecimento de água na zona rural, nem sobre possíveis indenizações referentes aos prejuízos dos proprietários (Fellipe *et al.*, 2016, p. 90).

Outra circunstância apontada por Felipe *et. al* (2016) compreende ao grande volume de rejeitos tóxicos que invadiu a cidade, questionando-se, assim, sobre onde o material recolhido seria alocado e se receberia o tratamento adequado.

Figura 10 - Marca da lama tóxica na praça central de Barra Longa após a ruptura da Barragem de Fundão em 2015



Fonte: Joka Madruga/Terra Sem Males - Movimento dos Atingidos por Barragens (<https://mab.org.br/2017/07/26/volta-da-capela-em-barra-longa-gang-viola-es-e-incertezas-0/>)

Pesquisas elaboradas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPSA) e Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) indicam que cerca de 3,2 milhões de m³ de rejeitos invadiram Barra Longa e apenas 157 mil m³ foram removidos, sendo que parte desses rejeitos tóxicos foram reaproveitados em obras públicas (GEPSA UFOP; AEDAS, 2021a). Outra questão identificada pelo GEPSA UFOP e AEDAS (2021a) foram os problemas estruturais nas casas e imóveis, como igrejas e escolas da cidade, devido ao intenso movimento de veículos pesados. Além da contaminação da água e do solo, perderam-se quintais e lugares onde a população se encontrava para lazer. Segundo os estudos apontados pelo GEPSA UFOP e AEDAS (2021a; 2021b), as principais contaminações pelo contato com os rejeitos

tóxicos encontra-se no aumento dos índices de elementos químicos, como ferro, cádmio, arsênio, bários, níquel, cobalto e manganês, provocando sintomas, como o agravamento de doenças respiratórias, manchas e feridas na pele, dores, náuseas e vômitos.

A cidade e suas localidades foram transformadas em um grande depósito de rejeitos e a maior concentração destes rejeitos está presente em regiões como o bairro Volta da Capela (Parque de Exposições), o centro, o Morro Vermelho e o povoado de Gesteira (GEPSA UFOP; AEDAS, 2021a).

De acordo com o relatório sobre o manejo de rejeitos por parte da Fundação Renova (SRK Consulting Brasil, 2023), parte do volume de rejeito removido na cidade foi depositado no Parque de Exposições e no campo de futebol Rodoviários (ao lado do Parque e próximo a comunidade Volta da Capela). De acordo com o mesmo relatório, a Fundação Renova mensura que cerca de 5,50 metros de altura de rejeito foi compactado e aterrado no campo de futebol, logo, 39.355 m³ de rejeitos foram depositados no Parque de Exposições (SRK Consulting Brasil, 2023). Para fins de comparação, corresponde a um volume de 15 piscinas olímpicas de rejeitos. Por sua vez, o relatório apresenta que existam aproximadamente 13.000 m³ de rejeitos espalhados na região (SRK Consulting Brasil, 2023), comparado a 05 piscinas olímpicas de rejeitos.

Figura 11 – Parque de exposições reformado no bairro Volta da Capela



Fonte: Arquivo pessoal, visita e entrevistas com os/as jovens em Barra Longa, bairro Volta da Capela, dia 19 de julho de 2023.

Em texto produzido para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Carneiro, Marques e Souza (2017) descrevem a inquietude da comunidade do bairro Volta da Capela que sofreu com as consequências do rompimento da barragem de Fundão, perpetuando este sofrimento na modificação de modos de vida da população

local, a partir da ampliação das vias do bairro para a expansão de terras e depósito da lama. O cotidiano dos/das moradores/as foi transformado em poeira tóxica, barulho e inoperâncias das empresas de mineração e da Fundação Renova, que, segundo Carneiro, Marques e Souza (2017), chegaram a propor a remoção das famílias do local:

Crianças e animais andam, brincam e percorrem o local que hoje é um canteiro de obras, mas que, antes, configurava seus territórios de vida e existência, correndo o risco de se acidentarem por falta de um sistema de segurança que já levou à morte animais. Localizada numa faixa de terra entre o Rio do Carmo e a via que dá acesso ao centro da cidade de Barra Longa, a Volta da Capela sofre também com as consequências da colocação de um tapume ao longo da via e em toda a extensão do território da comunidade que impede a dissipação da poeira. Ou seja, de certo modo fechados dentro do próprio canteiro de obras, os moradores do local respiram cotidianamente os rejeitos de minério e sofrem com os barulhos provocados pelas obras. Dessa forma, o modo de vida destas pessoas foi drasticamente alterado e, para além dos problemas de saúde físicos, são também vítimas da incerteza que recai sobre seu futuro (Carneiro; Marques; Souza, 2017, s/p).

Por sua vez, Stropasolas (2020) ressalta a luta por reparação justa por parte de comunidades como a do bairro Volta da Capela em Barra Longa, identificando o adoecimento e a contaminação por metais pesados dessa população. De acordo com Stropasolas (2020, s/p),

Em Volta da Capela a informalidade predomina. Muitas famílias são descendentes dos primeiros trabalhadores que ergueram o povoado em busca de terras férteis para a agricultura e o ouro abundante nos rios. Além da fragilidade socioeconômica, as famílias do bairro estão mais expostas à contaminação por metais pesados.

O conjunto da população de Barra Longa corresponde hoje a aproximadamente 5.666 habitantes (IBGE Cidades, 2024). No último censo do IBGE, em 2022, do total da população, 73,24% se declararam pardas/pretas. Segundo os dados do IBGE sobre trabalho e rendimento, em 2021, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 10,76%, e os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa correspondia a 42,3% da população nessas condições (IBGE Cidade, 2024).

De acordo com o estudo do núcleo PoEMAS (2015), a época do desastre socioambiental, a população correspondente a sede do município possuía cerca de 2.253 habitantes e totalizavam 60,3% das pessoas declaradas pardas/pretas:

A grande presença de comunidades negras rurais no estado de Minas Gerais, e em particular em Mariana e adjacências, está relacionada ao

processo histórico de ocupação da região, ligado à exploração de ouro ao longo do século XVIII. A escravidão foi a forma de organização do trabalho predominante nas minas de ouro mineiras. A carência de mão de obra provocou intenso fluxo de negros escravizados para a região, provindos não só da África, mas também de outras regiões do Brasil. Segundo Silva (D. A. d. Silva, 2005), desde o início do século XVIII, a população negra escravizada representou mais de 30% da população mineira e superou a metade da população total em áreas de minas de ouro. Até hoje o predomínio de população negra se manteve na estrutura social da região. Nos municípios de Mariana e Barra Longa, 67,3% e 67% dos moradores respectivamente se declararam pretos ou pardos em 2010. Nas zonas rurais, o percentual de negros é ainda maior, correspondendo a 78,1% da população rural do município de Mariana e a 70,6% em Barra Longa (PoEMAS, 2015, p. 66).

Pereira (2020) e Carneiro, Marques e Souza (2017) indicam, assim, a situação de vulnerabilidade socioambiental que populações de regiões como Barra Longa (MG) sofrem e se agudizou com a perpetuação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão. Os efeitos do desastre socioambiental agravam-se sobre essas populações, majoritariamente rurais, negras e pardas. Logo, “Esse fato traz indícios inequívocos de racismo ambiental já que as consequências do desastre incidem de modo assimétrico entre as populações de um mesmo território e de modo mais incisivo nessa população já historicamente vulnerabilizada” (Carneiro; Marques; Souza, 2017, s/p).

No Projeto de Formação de Lideranças Jovens da Fundação Renova, a partir do Projeto Júpiter, três propostas de ações, em forma de projetos, foram mobilizadas por jovens nas comunidades de Barra Longa. Os/as jovens participantes do projeto de formação atuaram nos seguintes locais: o bairro Volta da Capela e as comunidades rurais de Bananal e Açude.

A partir da análise dos cadernos do Projeto Júpiter, a relação dos/das jovens com seus territórios foi descrita na parte “onde estamos”. Assim, nas apresentações dos projetos desenvolvidos por jovens em Barra Longa, encontramos discursos como a preocupação e a perda do orgulho dos seus lugares de pertencimento: “A cidade de Barra Longa já sofreu muito nos últimos anos, mas estamos juntos lutando para recuperar sobretudo nosso orgulho de ser Barralonguense” (Caderno Projeto Tuim da Barra, 2022, p. 4).

O Projeto Tuim da Barra foi desenvolvido por um/uma jovem para o bairro Volta da Capela. De acordo com a apresentação de seu projeto, o seu objetivo seria evidenciar a necessidade de buscar a volta dos pássaros Tuims “que faziam nossa alegria por aqui” (Caderno Projeto Tuim da Barra, 2022, p. 04).

Como demonstra o caderno do projeto elaborado pelo/a jovem nesta comunidade, “uma das boas lembranças que temos é como os pássaros fazem parte do cenário da nossa cidade, atraídos pelos rios e pelas frutas eles vem aos bandos e enfeitam nosso céu” (Caderno Projeto Tuim da Barra, 2022, p. 04). O Tuim (pássaro), portanto, representa uma memória do passado, uma relação positiva de pertencimento e de identidade do território com a natureza a ser resgatado, algo que se manifesta na escolha do nome do projeto pelo/a jovem, identificando o pássaro como: “Tuim da Barra”.

Por conseguinte, o projeto desenvolvido na comunidade de Bananal em Barra Longa foi intitulado pelos/as jovens do local como “Renascer para sobreviver”. O projeto procura relacionar a comunidade com a importância da nascente ali presente. “A nascente é responsável pelo abastecimento da comunidade há mais de 50 anos e é também motivo de muito orgulho para todos os moradores” (Caderno Projeto Renascer para Sobreviver, 2022, p. 1). Logo, as relações com o território são expostas a partir da identificação do local com a tranquilidade e a segurança quanto ao abastecimento hídrico, sem o perigo das incertezas, devendo, portanto, a nascente ser preservada: “Muito da tranquilidade que a comunidade tem, se deve ao fato de termos água em nossas terras” (Caderno Projeto Renascer para Sobreviver, 2022, p. 4).

O projeto elaborado por outro/a jovem para a comunidade Açude em Barra Longa foi intitulado como “Plantando Vida”. A apresentação do projeto também expõe uma relação de segurança e proteção enquanto proximidade da natureza e a comunidade: “A maioria dos moradores trabalham na cidade, mas não trocam a beleza e a tranquilidade do lugar por nada, mesmo que o acesso se torne muito difícil na época de chuva. Aqui as pessoas se sentem seguras, felizes e livres.” (Caderno Projeto Plantando Vida, 2022, p. 04).

Deste modo, os projetos desenvolvidos pelos/as jovens de Barra Longa, apresentados a partir do Projeto Júpiter, expressam uma relação direta com seus locais de pertencimento, contemplando uma construção simbólica de identidade coletiva (Thompson, 2011). Esta construção simbólica se expressa por meio dos usos discursivos avaliativos (Fairclough, 2003), como os atributos desejáveis de suas comunidades a partir das relações afetivas e das percepções desses/as jovens sobre seus lugares por meio dos aspectos positivos e naturais, segundo exposto no excerto acima: “não trocam a beleza e a tranquilidade do lugar por nada”.

Portanto, de acordo com Fairclough (2003), as avaliações expressam desejos e vontades, neste caso, refletem atributos positivos dessas comunidades a partir das

paisagens naturais, ressaltando memórias e contentamento, como destacado: “Aqui as pessoas se sentem seguras, felizes e livres”; “uma das boas memórias que temos é como os pássaros fazem parte do cenário da nossa cidade”. A partir da ACD, identificamos, nessas declarações, sentidos que procuram estabelecer uma relação desses territórios com seus atributos positivos na identificação com essas comunidades, simbolizando avaliações positivas a partir dos aspectos naturais de cada local, como o pássaro Tuim no bairro Volta da Capela, a nascente da comunidade do Bananal e a proximidade com a natureza na comunidade do Açude.

Contudo, esses discursos podem representar, conforme as operações ideológicas de Thomspson (2011), uma dissimulação das relações de dominação, quando, nas apresentações desses projetos, as causas e consequências do rompimento da barragem de Fundão nesses territórios são silenciadas, ao mesmo tempo podem reificar o desastre socioambiental, concentrando-se em práticas que naturalizam os problemas ambientais existentes, como permanentes ou naturais. Esses projetos, como produtos do curso de formação de Lideranças Jovens, podem, portanto, refletir uma condução para certos aspectos de atenção nos territórios construídos com esses/as jovens – como o lado cheio do copo – consequentemente, a ocultação de outras fortes demandas locais que necessitam de intervenções de políticas públicas e recursos econômicos (Thompson, 2011).

No caminho do rejeito tóxico pelo Rio do Carmo, a lama encontra com o rio Piranga na comunidade de Porto Plácido em Santa Cruz do Escalvado (MG), localidade próxima à confluência entre os dois rios que formam o Rio Doce. Foi nas regiões rurais, entre Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce, que a maior parte dos rejeitos foram represados na Usina Hidrelétrica de Risoleta Neves (Candongá), aproximadamente 100 km de Mariana. Felipe *et al.* (2016, p. 86) afirmam que “a zona rural de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado foi fortemente atingida pelos rejeitos, o que afetou diretamente as atividades econômicas e cotidianas”.

Importante ressaltar que a região já havia sofrido com os impactos da construção da Usina Hidrelétrica de Risoleta Neves, pertencente a empresa Vale S.A e Consórcio Aliança, formado entre a Vale e a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB, 2012), a construção da usina expulsou violentamente 14 famílias do antigo povoado de São Sebastião do Soberbo em 2004.

De acordo com o MAB (2021b), com o rompimento da Barragem de Fundão em 2015, o reservatório da usina foi inundado por cerca de 10 milhões de metros cúbicos de

rejeitos, desativando o funcionamento da usina. As obras de retirada dos rejeitos pouco avançaram desde a última visita a campo em 2023. O reservatório da usina, bem como o uso do rio na região, era utilizado para pesca, garimpo tradicional e lazer.

O relatório de campo de Felipe *et. al* (2016) retrata como os impactos do rompimento da barragem de Fundão foram percebidos de forma diferenciada entre a cidade e as zonas rurais das regiões de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce. Segundo Felipe *et. al* (2016), moradores da área urbana relataram uma despreocupação, já que o rompimento da barragem não afetaria o abastecimento de água no local. Porém, houve um grande dano para populações tradicionais e moradores nas áreas rurais:

Um dos moradores de Santa Cruz do Escalvado observou que o acidente (sic) causou muita tristeza e consternação na população, em meio ao descaso tanto da Samarco quanto da prefeitura. Disse ainda que viu, além de bois, porcos, vacas, cavalos e peixes descendo no rio, animais silvestres (duas capivaras agonizando e que morreram sem possibilidade de resgate). Além disso, houve alguns habitantes das ilhas do rio Doce que tiveram que ser resgatados de helicóptero, alguns, inclusive, por não conseguirem chegar até a margem em segurança. Segundo ele, os fazendeiros locais tiveram que procurar alternativas para dessedentação animal, e aqueles que não tinham um açude ou represa em casa foram os mais prejudicados (Felipe *et. al*, 2016, p. 87).

No relatório, Felipe *et al.* (2016) chamam atenção para a descrição dos detalhes quanto ao impacto dos rejeitos tóxicos no rio Doce. Durante minha inserção a campo, relatados em diário de campo durante a visita a Porto Plácido em Santa Cruz do Escalvado em maio de 2022, essas narrativas se repetiram como presente em Felipe *et al.* (2016). Os pronunciamentos circularam sobre a perda do rio em “não ser como era antes”, bem como o medo da contaminação dos peixes. Durante o encontro e conversa com o/a jovem em Porto Plácido, ao contar sobre o dia que a lama chegou pelo Rio do Carmo e encontrou com o Rio Piranga, os detalhes são muito parecidos com o que Felipe *et al.* (2016, p. 87) descreve:

[...] a população não percebeu a paulatina mudança de cor da água e chegada da turbidez, pois ali “a lama chegou de uma vez”. No momento em que os rejeitos chegaram, a população se deslocou para a ponte da cidade, de onde puderam observar árvores, animais e objetos que vinham sendo carregados pelo rio. Segundo relatos, algumas pessoas retiraram peixes mortos do rio e os levaram embora, não sendo possível afirmar se os utilizaram [...] Uma nota triste nessa localidade, diz respeito ao fato de um dos moradores ter encontrado fragmentos de corpos humanos em meio aos troncos depositados. Isso abalou sensivelmente as pessoas que confirmavam com pesar o episódio. A população rural foi muito mais afetada do que a urbana,

embora, parece não ter sido dada a ela a devida atenção por parte dos responsáveis (Felippe, *et al.*, 2016, p. 88).

Figura 12 – Encontro do rio Piranga com o Rio do Carmo após a ruptura da barragem de Fundão em 2015



Fonte: Felippe *et. al.*, 2016, p. 89

Figura 13 - Encontro do Rio Piranga com o Rio Carmo em 2022 durante inserção a campo



Fonte: Arquivo pessoal

Em Santa Cruz do Escalvado, a comunidade mobilizada pelo projeto Lideranças Jovens, como parte do Projeto Júpiter, foi Porto Plácido, próxima a confluência dos rios do Carmo e Piranga, formando o Rio Doce. Durante vista a campo, em maio de 2022, o/a jovem apresentou sua comunidade como uma história silenciada, fazendo parte da formação de Minas Gerais e da região no século XVIII e constituindo a estrada real. A comunidade de Porto Plácido é cortada pela rodovia que liga a cidade de Ponte Nova a Rio Doce, a comunidade possui aproximadamente 100 a 200 moradores/as.

O projeto desenvolvido pelo/a jovem foi intitulado como projeto Dossiê Porto Plácido e possui como objetivo registrar a memória local, resgatando sua história. Nesse sentido, a apresentação deste território e a relação com a comunidade se manifestam em

todo projeto, ressaltando atributos como o orgulho e interesse de tornar a história da comunidade Porto Plácido vívida:

Estamos em Porto Plácido lugar sereno e tranquilo, mas que carrega a história do início da nossa cidade, início das Minas Gerais. Por aqui chegavam mercadorias de todo canto indo para todo lugar. Porto Plácido é uma comunidade da cidade Santa Cruz do Escalvado. Nosso povoado é agregador, receptivo e aproxima-se de Rio Doce, Ponte Nova e tantos outros lugares é o princípio e será sempre nossa, pois temos orgulho de nossa história e por isso decidimos contá-la (Caderno Projeto Dossiê Porto Plácido, 2022, p. 4).

O Dossiê Porto Plácido, construído pelo/a jovem do local, reuniu diversas informações com a comunidade, desde registros de receitas, lembranças, memórias, como também dados quanto à saúde, economia e educação. Segundo a apresentação do projeto, a sistematização envolveu “principalmente o registro da alegria e orgulho de ser portuense” (Caderno Projeto Dossiê Porto Plácido, 2022, p. 6).

Durante a inserção a campo e através de registros em diário de campo, o/a jovem envolvido/a com o projeto conta sobre o encontro com essas histórias, desde episódios divertidos até sobre o antigo quilombo e a presença, no local de descendentes de escravos/as e a importância do reconhecimento de suas memórias, muitas vezes dolorosas. O Projeto Dossiê Porto Plácido mobiliza, portanto, grande parte da comunidade e, desse modo, procura relacionar, valores com questões afetivas do território e a cultura popular, destacando histórias de vida e a troca entre saberes (Caderno Projeto Dossiê Porto Plácido, 2022, p. 05). No entanto, não foi possível acessar o produto do Dossiê Porto Plácido, que possuía como intuito formalizar estas memórias em um livro. Ao final do projeto, foi apresentado um documentário sobre os estudos, pesquisas e narrativas das comunidades, exposto posteriormente entre os participantes e a comunidade.

Conforme Fairclough (2003), a partir das análises que apresentam o Projeto Dossiê Porto Plácido, por meio das enunciações discursivas do/a jovem representada no caderno do projeto, destaca-se a avaliação enquanto categoria analítica. Nesses discursos, são ressaltados os aspectos valorativos da comunidade, como as histórias de vida, a superação e a socialização de saberes a partir de atributos desejáveis presentes nas relações afetivas e a partir das percepções do/a jovem:

1) “o registro da alegria e orgulho de ser portuense”; 2) “São muitas as personagens e as histórias visitadas. São histórias de superação.”; 3) “As crianças se encantaram ao ouvir a importância dos mais velhos na formação do nosso lugar.”; 4) “A roda de conversa nos encontros

comunitários foram nossos lugares de memória. O tempo foi pouco para tantas lembranças, tanta amizade, tanta canção e felicidade.”; 5) “Cada participante receberá o Dossiê, mas a valorização e a alegria das pessoas ao serem entrevistadas essa não precisa de registro, pois causou transformação permanente.” (Caderno Projeto Dossiê Porto Plácido, 2022, p. 05).

A partir da ACD e de acordo com Fairclough (2003), esses discursos expressam atributos positivos ao destacar a relação dessa comunidade com seu território ressaltando narrativas e memórias a partir de avaliações afetivas, pressuposições, usos discursivos como adjetivos e advérbios, enfatizando desejos e vontades que perpassam a percepção do/a jovem que idealizou esse projeto: “são histórias de superação”; “as crianças se encantaram”; “o tempo foi pouco para tantas lembranças, tanta canção e felicidade”; “a valorização e a alegria das pessoas ao serem entrevistadas [...] causou transformação permanente”.

Enquanto parte de um processo formativo sobre a construção de projetos como “proposta/sonho” que perpassa a formação de Lideranças Jovens da Fundação Renova, esses discursos podem representar operações ideológicas que, segundo Thompson (2011), dissimulam relações de dominação, bem como situações conflituosas presentes no território. Ao ressaltar a valorização positiva de memórias e histórias de vida, buscase relações desejáveis nesses territórios que podem naturalizar eventos e processos sociais como se fossem destituídos de assimetrias de poder, como no caso das causas e consequências desencadeadas pelo rompimento da barragem de Fundão. Nesse sentido, destaca-se o direcionamento para a “percepção do lado cheio do copo” enquanto ações voltadas para esses territórios, em práticas que buscam ressaltar sentidos de superação, resiliência e harmonia como parte de uma construção simbólica e força ideológica que atravessam esses territórios atingidos por empresas de mineração.

Consoante a discussão teórica presente no capítulo 2, as visitas aos territórios que compreendem as regiões atingidas em Mariana, relatadas em cadernos de campo, trouxeram como reflexão o conceito de minério-dependência (Coelho, 2017; Trocate; Coelho, 2020). Muitas vezes, os contextos locais representaram elementos sociodiscursivos no condicionamento às necessidades e estratégias corporativas presentes nessas comunidades, como o patrocínio de festas e reformas de praças. O controle no acesso a determinados locais e a desconfiança de moradores/as com a chegada e a presença de novas pessoas. O fluxo constante de funcionários e veículos de grande porte entre as cidades e as comunidades. A representação de diversos empreendimentos minerários sincréticos ao comércio local, como os restaurantes,

adaptados para atender às demandas dessas empresas, considerando os horários e fluxos de trabalho, bem como a grande quantidade de empresas de advocacia anunciando a especialização no atendimento às pessoas atingidas para o pagamento de indenizações³⁸. É interessante ressaltar que, como registro, não foi possível mensurar em imagens o que foi o sentir dessa forma de poder que é a minério-dependência. No entanto, ela se expressou fortemente durante essas visitas enquanto silenciamentos, tensões, racionamento de água, escassez de alternativas como forma de conhecer esses locais, algo que buscasse valorizar o turismo mineiro e outras referências econômicas, como também o conhecimento dessas comunidades. Sem muitos atrativos, nos deparamos com a expressão constante da presença e domínio das empresas de mineração e a perpetuação do sofrimento causado pelo rompimento da barragem de Fundão.

Figura 14 - Propaganda da Empresa Samarco na cidade de Rio Doce



Fonte: Arquivo pessoal Rio Doce, 21 de julho de 2023

Depois de atravessar a comunidade de Porto Plácido, em Santa Cruz de Escalvado, o caminho da lama percorre o rio Doce, chegando na cidade de Rio Doce (MG). Especificamente nesta cidade, um grupo de jovens participou do Projeto de Formação de Lideranças Jovens da Fundação Renova, fazendo parte desde a condução do projeto pelo Instituto Elos. Este grupo de jovens idealizou e formalizou uma nova

³⁸ Disputa por indenizações da Samarco tem honorários milionários e 'caça' a atingidos: MPF investiga relação entre a fundação criada pela empresa, juiz do caso e advogados contratados para defender vítimas. Reportagem de Elisângela Colodeti e Naiana Andrade para a Carta Capital, publicado em 27 de abril de 2021 no Brasil de Fato MG. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2021/04/27/disputa-por-indenizacoes-da-samarco-tem-honorarios-milionarios-e-caca-a-atingidos> .

organização presente neste território: o Grupo Semear. O Grupo Semear se apresenta da seguinte forma:

Nos unimos pelo desejo de transformação, pelo espaço de protagonismo e por trabalhar com o que acreditamos: “Cultura cidadã, fator transversal do desenvolvimento humano”. De lá para cá, temos atuado sob o ponto de vista da organização social: Políticas públicas, o fazer coletivo e o empreendedorismo social. Ao longo desses anos realizamos ainda diversas ações sendo segmentadas no âmbito cultural, ambiental, social e político (Grupo Semear, 2024, s/p).

Além disso, o Grupo Semear foi reconhecido, enquanto Projeto de Lei de Iniciativa Popular “com o apoio de aproximadamente 215 cidadãos rio-docenses maiores de 16 anos”, como utilidade pública municipal e dá outras providências de iniciativa do Poder Executivo, regulamentada pela Lei Municipal nº 1.193/2021, aprovado no dia 27 de abril de 2021 em Rio Doce (Grupo Semear, 2024, s/p).

Figura 15 - Divulgação da aprovação da Lei Municipal que reconhece o Grupo Semear como Utilidade Pública Municipal



Fonte: Publicado no dia 05 de maio de 2021 no sítio eletrônico do Grupo Semear, 2024.

Entre os projetos desenvolvidos pelo Grupo Semear na região de Rio Doce, está o “Programa de Mentoria e incubadora de projetos” que possui como objetivo auxiliar propostas e projetos “[...] nos moldes solicitados pela Fundação Renova” (Grupo Semear, 2024, s/p), conforme divulgado pela imagem a seguir:

Figura 16 - Divulgação do Programa de Mentoria do Grupo Semear



Fonte: Divulgação pelo sítio eletrônico do Grupo Semear no dia 25 de junho de 2021 (Grupo Semear, 2024, s/p).

Dessa maneira, representado por jovens que participaram do Projeto Júpiter, o Grupo Semear elaborou o projeto “Costura do Bem” em Rio Doce. No material de divulgação do projeto, o “sobre nós”, além de apresentar os/as jovens idealizadores/as do projeto, o Grupo Semear se destaca como:

O Grupo Semear tem como o principal objetivo a garantia dos direitos nas áreas de assistência social, cultura, educação, esporte, lazer e turismo. Somos fruto de um sonho de dois amigos, no qual cada um traz consigo experiências que navegam por diversas áreas e linguagens, sendo idealizada em 2015 e regularizada em 2019 (Caderno Projeto Costura do Bem, 2022, p. 4).

Entre as apresentações dos/as jovens envolvidos/as no Projeto Costura do Bem, os objetivos, tanto do projeto quanto do grupo Semear, destacam-se sobre os seguintes discursos:

1) “aprender plenamente, educando e reeducando seres humanos, para que aprendam a ser, conviver, conhecer e produzir em grupo, fortalecendo nosso senso comum de cultura, educação, desenvolvimento social e igualdade”. (Caderno Projeto Costura do Bem, 2022, p. 4).

2) o “[...] efetivo exercício da cidadania; conscientizar os jovens acerca de novas perspectivas de vida e possibilidades de mudança de comportamento” (Caderno Projeto Costura do Bem, 2022, p. 4).

3) o conteúdo programático do projeto: “empoderamento e protagonismo” e; o “empreendedorismo e geração de renda”. (Caderno Projeto Costura do Bem, 2022, p. 5).

Os discursos presentes na apresentação do Projeto Costura do Bem se assemelham com os discursos produzidos pela Fundação Renova e outras organizações sociais na forma como os/as jovens se identificam enquanto protagonistas e lideranças jovens nesse território, envolvidos/as com o Grupo Semear, outras organizações parcerias e a Fundação Renova. São, portanto, destacadas manifestações através da maneira de se identificar, agir e representar essas organizações nesses territórios: “Meu nome é [nome do/a jovem]³⁹ sou uma jovem liderança de Rio Doce/MG”; “Irreverente e corajoso [Nome do/a jovem] compõe a Equipe Semear. É liderança juvenil e mostra o caminho a outros jovens que desejam ser protagonistas [...]” (Caderno Projeto Costura do Bem, 2022, p. 02).

A Fundação Renova é apresentada como parceira do Grupo Semear, o que consolida sua atuação junto aos/as jovens na cidade de Rio Doce. Segundo o próprio sítio eletrônico do Grupo Semear:

Em reconhecimento a nossa trajetória fomos indicados a representar o município no Projeto “O Futuro do rio Doce somos nós” no âmbito do convênio da Fundação Renova e o Instituto Elos, a compor a mesa “Utopia Brasil do Fórum do Amanhã – 2018” e convidados a representar a Juventude da Bacia do rio Doce no Fórum da Juventude da América Latina e Caribe 2030 em Santiago no Chile no ano de 2019 (Grupo Semear, 2022, s/p).

Em meio às intrincadas camadas discursivas presentes nos materiais analisados, os excertos previamente mencionados revelam significados identificacionais na constituição de identidades e maneiras de representar os/as atores sociais nesse território, bem como as relações com outros discursos semelhantes às das organizações sociais já consolidadas e parceiras da Fundação Renova (Fairclough, 2001; 2003). Nesse sentido, a interdiscursividade se manifesta pela maneira como, a partir da apresentação do projeto dos/as jovens, destaca-se a sua identificação enquanto uma nova organização social promotora da mudança social nesses locais, como indicado nos excertos 1 e 2 destacados anteriormente.

³⁹ Mesmo que esses materiais documentais apresentem a identificação desses/as jovens, optei por suprimir os nomes a fim de garantir a não identificação desses/as jovens, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) apresentado para os/as jovens que concordaram em participar desta pesquisa de forma voluntária.

Para Fairclough (2003), os discursos produzem sentidos identificacionais quando dependem da sua relação com outros discursos, ou seja, a maneira como os/as jovens se identificam, e, assim, se apresentam como uma nova organização, elaboram semelhanças e classificações de uma maneira particular, ou seja, atuar como prestadores/as de serviço público, empreendedores/as sociais, procurando, dessa forma, serem legitimados e reconhecidos nesse território.

Esses discursos se aproximam das enunciações da Fundação Renova e das outras organizações sociais parceiras, como significações que expressam a relação neoliberal com as empresas sociais, ou seja, a incorporação de organizações privadas como empresas regendo direitos sociais no espaço público em um processo gerencialista (Martins; Souza; Pina, 2020), conforme demonstrado nos excertos que destacam: 1) a atuação em áreas de assistência social, cultura, educação, esporte, lazer e turismo 2) no reconhecimento da organização como utilidade pública municipal; 3) no desenvolvimento do projeto que atua como mentoria para outros projetos interessados no Edital Doce; 4) na escolha desse grupo enquanto representantes do município e representantes da juventude da Bacia do Rio Doce em um evento internacional.

Dessa maneira, no território de Rio Doce, o Grupo Semear pode atuar na universalização e legitimação de representações particulares de mundo (Thomson, 2011), quando atrelados a atuação da Fundação Renova, conduzem sentidos e práticas de empresas sociais, portanto, naturalizando discursos hegemônicos e dissimulando problemas e conflitos socioambientais presentes nesses territórios. Como reflexo do processo de formação, o Grupo Semear materializa e assegura uma visão pacífica, resiliente e empreendedora diante das condições e situações conflitivas impostas pelo desastre socioambiental.

As análises das representações discursivas dos/as jovens no caderno do projeto “Costura do bem” se alinham ao que Dardot e Laval (2016) descrevem como o empreendedorismo de si, sustentado pela racionalidade neoliberal e presentes em discursos que legitimam o “espírito empreendedor”. De acordo com Dardot e Laval (2016), o sujeito empreendedor se expressa como personagem ativo e criativo, dotado de virtudes e qualidades que o destacam. Desse modo, suas experiências e práticas devem evidenciar uma nova forma de aprender e ensinar a ser. De maneira semelhante, chama atenção o excerto em destaque: “irreverente e corajoso [...] É liderança juvenil e mostra o caminho a outros jovens que desejam ser Protagonistas” (Caderno Projeto Costura do Bem, 2022, p. 02).

Essa condução educativa capaz de capturar as subjetividades está na essência da dimensão neoliberal segundo Dardot e Laval (2016). Para os autores, esta é uma condição hegemônica de espalhar e sistematizar o espírito empreendedor. Este sujeito empreendedor entende-se como atuante de um coletivo em prol de um bem comum. Porém, de maneira individualizada, deve buscar inovação, destacar-se e ser criativo, ao mesmo tempo agir a partir de princípios universais e solucionar os problemas públicos e sociais de forma gerencial. Para Dardot e Laval (2016), o espírito do sujeito empreendedor representa virtudes como ser combatente, símbolo de sucesso, aquele que luta e vence como um exímio competidor.

Assim como Fairclough (2001; 2015) afirma à luz da ACD, expressos através de sentidos discursivos, é importante ressaltar que os territórios são marcados por interações complexas, coexistindo entre suas contradições, manifestações de resistências e subversões as forças hegemônicas. Estas maneiras de resistir e contestar a relação hegemônica também esteve presente no contato com os/as jovens participantes desta pesquisa, podendo, assim, identificar suas maneiras de expressar sobre seus projetos e participação no processo de formação da Fundação Renova com as organizações parceiras. Essas entrevistas foram analisadas e serão apresentadas no próximo capítulo.

Nesses territórios, durante o período de campo, através de conversas, trocas, vivências e visitas nessas comunidades, emergiram outros grupos, compondo a diversidade de jovens, mulheres e mães, organizados/as em batalhas de rap e/ou danças típicas e culturais como as quadrilhas tradicionais de base comunitária. A presença dos movimentos sociais e outras organizações, a importância das assessorias técnicas independentes e das pesquisas em prol da luta das pessoas atingidas, como o Jornal A Sirene, a Associação de Atingidos de Barra Longa e a Escola Família Agrícola Paulo Freire, firmam nesses territórios outras práticas e discursos, maneiras de re-existir frente aos processos de desterritorialização e poder das empresas de mineração.

São os olhares por esses territórios, compartilhados através da educação ambiental crítica, que manifestam outros modos de ser e estar com a natureza antagonizando com a visão mercadológica imposta pelos grandes empreendimentos minerários capazes de hegemonizar práticas instrumentalizadas de educação ambiental em uma perspectiva reprodutivista, negando as necessidades reais nesses territórios e as outras possibilidades de viver (Loureiro, 2022). Como ressaltado por Kassiadou e Sánchez (2021), sentidos outros, enquanto ações político-pedagógicas existentes entre sujeitos e sujeitas ecopolíticos, coletivos e movimentos sociais que impulsionam ações

político-pedagógicas capazes de fortalecer os movimentos de resistência e as lutas emancipatórias nesses territórios.

Em virtude do que discuti até aqui, busco analisar na próxima seção os sentidos de educação ambiental presentes nesses materiais de divulgação dos projetos dos/as jovens, finalizando as análises da prática particular discursiva dos materiais documentais. Irei analisar os objetivos, finalidades e intencionalidades desses projetos, identificando as concepções educativas ambientais enunciadas pelas representações discursivas dos/as jovens em seus cadernos de projetos/propostas.

6.4 SIGNIFICAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ENUNCIADAS NOS PROJETOS JÚPITERES

Procurando compreender de que maneira a educação ambiental se manifesta nos Projetos Júpiteres, em propostas elaboradas por jovens formados como Lideranças Jovens em seus territórios, prossigo nesta seção com as análises dos cadernos dos projetos/propostas, que são o produto do Projeto Júpiter. Dessa maneira, procurei observar sentidos e práticas de educação ambiental que se revelam a partir dos objetivos dos projetos e descrições apresentadas pelos/as jovens em: “aprendizados do projeto” e “ações do projeto” que compõem os conteúdos destes cadernos. Em conjunto, busquei relacionar com as manifestações presentes em depoimentos destacados nos materiais de cada participante.

Alinhando o olhar desta análise com os capítulos anteriores, especialmente o capítulo 4, busquei explorar as manifestações de finalidades e intencionalidades educativas ambientais (Loureiro, 2012; 2019) presentes na forma como cada proposta/projeto é apresentado nesses materiais e, dessa forma, compreender os sentidos discursivos das propostas educativas ambientais construídas pelos/as jovens participantes.

De acordo com Loureiro (2019), uma atividade ou ação por si só não define a perspectiva da educação ambiental trabalhada. Para o autor, o que a define vai além da atividade em si e perpassa pelos seus objetivos, formas de mobilização e maneiras de situar a problemática em questão, bem como pelo lugar desse processo educativo. O autor exemplifica o caso da coleta seletiva, que, como finalidade, pode estar relacionada a uma abordagem que busca reduzir desperdícios e adotar certos comportamentos, caracterizando-a como uma atividade fim. Por outro lado, abordar a coleta seletiva situada na problematização da realidade, construindo uma reflexão sobre as relações de

produção e consumo, buscando refletir em práticas organizadas de transformação, acaba por situá-la como uma atividade meio para problematizar, conhecer e transformar essa realidade.

Desse modo, as atividades e ações de educação ambiental atravessam a construção sobre qual a finalidade desse processo educativo, ou seja, o que se deseja realizar a partir de uma proposta ou ação de educação ambiental. Nesse contexto, ao construir como finalidade uma proposta de coleta seletiva com foco em ações imediatistas e com o objetivo na mudança do comportamento individual, sem a construção do conhecimento sobre as relações constitutivas do problema ambiental, revelam uma educação ambiental instrumentalizada como atividade-fim, de maneira mais tradicional e conservadora (Loureiro, 2019).

Por outro lado, Loureiro (2019) demonstra que, ao buscar articular, através de uma atividade ou ação, estratégias planejadas que buscam intervir, produzir, organizar e fortalecer processos coletivos de conhecimentos, mobilizações, organizações e grupos sociais, há uma tendência em desvelar as facetas que delineiam um problema ambiental, procurando, assim, a construção de uma educação ambiental como atividade-meio, de maneira crítica, emancipatória e transformadora.

Portanto, a intencionalidade relaciona-se à intenção desse processo educativo. Dessa maneira, busco compreender o que se deseja alcançar a partir dessas ações ou propostas de educação ambiental, o que pode envolver desde a transmissão de conhecimentos, mudança de comportamento, valores e entre outros, até a problematização da realidade, o resgate histórico e ampliação de conhecimentos que constituem a realidade local com a natureza, o fortalecimento e autonomia dessas comunidades e a reflexão constante sobre essas propostas de intervenção na realidade (Loureiro, 2012; 2019).

Conforme as análises discursivas dos documentos e materiais disponibilizados, foi possível construir o quadro a seguir em que são descritos os nomes dos projetos/propostas dos/as jovens, sua finalidade e intencionalidade em relação à educação ambiental. Tomando como referência este quadro, em seguida apresento as análises discursivas que orientaram esta composição:

Quadro 8 - Finalidades e intencionalidades da educação ambiental nos projetos júpiteres

PROJETO	FINALIDADE	INTENCIONALIDADE
Léo Gaveteiro	Cursos de formação a partir da plataforma Leo Internacional e distribuição de cestas básicas	Solidariedade, Protagonismo e Empreendedorismo
Costura do Bem	Curso de formação de costura a partir do Grupo Semear e formação de uma cooperativa para vendas das produções (máscaras e roupas hospitalares)	
Projeto Mata Ciliar do Cafundão	Formação de oficinas para crianças e a comunidade; Criação de viveiros; Reflorestamento; Plantio de matas ciliares; Distribuição de mudas.	Conscientização da comunidade; Preservação ambiental; sensibilização ambiental; mobilização da comunidade em prol do cuidado com o meio ambiente;
Renascer para Sobreviver		
Plantando Vida		
Tuim da Barra	Formação de oficinas para crianças e a comunidade; criação de bebedouros e comedouros para os pássaros com materiais reutilizáveis; criação de fontes para quintais.	Promover a volta do pássaro Tuim; cuidado com o meio ambiente; fortalecer os vínculos da comunidade; conscientizar sobre a responsabilidade da preservação ambiental;
Dossiê Porto Plácido	Registrar e preservar a memória e as histórias da comunidade.	Socialização de saberes; Registros de memórias e histórias de superação; Encontros comunitários;

Fonte: elaborado pela autora (2022)

A partir das descrições acima, constato que alguns projetos/propostas convergiram entre suas finalidades e intencionalidades ao apresentarem seus objetivos, aprendizados dos projetos, ações e depoimentos. Nesse sentido, os Projetos “Léo Gaveteiro” e “Costura do Bem”, apesar de apresentarem finalidades diferentes, suas intencionalidades agregam discursos que orientaram valores através de uma formação para o protagonismo, a solidariedade e o empreendedorismo, como exposto nos seguintes excertos destacados nos cadernos que apresentam essas propostas:

1) “os mutirões acontecem em asilos e bairros de baixa renda, com a finalidade de doar alimentos e outros; mas sobre tudo doar alegria e apoio. Também é uma lição de solidariedade.” (Caderno Projeto Léo Gaveteiro, 2022, p. 06).

2) “Além da busca por parcerias para escoar a produção dos coletivos, foram pensadas ações de forma a estimular o lançamento de uma marca dos produtos por aqui confeccionados com estratégias de comunicação.” (Caderno Projeto Costura do Bem, 2022, p. 07).

Estes são os dois projetos que se relacionam com outras organizações – o Lions Club na cidade de Mariana e o Grupo Semear em Rio Doce. Além disso, os dois projetos destacam, em seus discursos, o fomento pelas parcerias, o voluntariado e o empoderamento a partir do protagonismo juvenil: 3) “formar jovens líderes para o futuro na cidade de Mariana, através do trabalho voluntário [...]”; 4) “as parcerias com o poder público e empresários serão fundamentais para a continuidade [do projeto]...” (Caderno Projeto Léo Gaveteiro, 2022, p. 01-05); 5) “A capacitação para fortalecimento do protagonismo e geração de renda voltada para o empoderamento dos beneficiários tem refletido na comunidade e promovido harmonia e fortalecimento de vínculos” (Caderno Projeto Costura do Bem, 2022, p. 07).

Importante ressaltar que a menção ao termo objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) aparece em apenas um de todos os projetos analisados. O projeto “Costura do Bem” destaca, entre seus aprendizados, a “conexão com as ODS”. Esta conexão é apontada a partir de duas premissas, a educação de qualidade e o trabalho decente com crescimento econômico: “Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis são um chamado universal para ações contra a pobreza, a proteção do planeta e para garantir que todas as pessoas tenham paz e prosperidade” (Caderno Projeto Costura do Bem, 2022, p. 06).

Considerando a ACD, esses excertos ressaltam a predominância de determinados discursos que se repetem nesses dois materiais. São discursos que expressam sentidos como o da parceria, do protagonismo, da solidariedade, do desenvolvimento sustentável e do empreendedorismo. Conforme Fairclough (2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999), identifico a interdiscursividade nessas representações, logo, os discursos das organizações são reproduzidos em uma dimensão da prática social nos materiais dos projetos/propostas dos/as jovens, representando maneiras de se identificar, agir e se relacionar como parte de uma organização/empresa social, com propósitos e discursos semelhantes.

Ao analisar esses discursos, identifico uma estabilidade nas relações semânticas representadas por determinados grupos: as empresas sociais (Martins; Souza; Pina, 2020). Portanto, são discursos que salientam a homogeneização do discurso neoliberal, o que implica a legitimação e universalização dessas representações ressaltando interesses específicos como interesses gerais (Thompson, 2011; Vieira; Resende, 2016; Batista Jr; Sato; Melo, 2018).

Esses discursos são indicados a partir de dimensões da prática social, quando apresentam finalidades e intencionalidades dos projetos/propostas ao procurar promover

um atendimento dos direitos sociais a partir da lógica das organizações, conforme demonstram os excertos anteriormente destacados: “[...] a finalidade de doar alimentos e outros; mas sobre tudo doar alegria e apoio. Também é uma lição de solidariedade” e “escoar a produção dos coletivos [...] estimular o lançamento de uma marca dos produtos [...]”; “empoderamento dos beneficiários”.

Desse mesmo modo, os discursos indicam a unificação e padronização, ou seja, uma construção simbólica de um referencial padrão proposto como fundamento compartilhado (Thompson, 2011), destacando os valores que identificam o ser um/a Liderança Jovem, conseqüentemente, um protagonista: “formar jovens líderes [...] através do trabalho voluntário [...]”; “A capacitação para o fortalecimento do protagonismo [...]”; “[...] chamado universal para ações contra a pobreza, a proteção do planeta e para garantir que todas as pessoas tenham paz e prosperidade”.

Os discursos demonstram significados acionais na maneira como esses/as jovens interagem discursivamente e por uma prática específica, identificando-se através da linguagem das organizações/empresas sociais e do protagonismo juvenil. Em vista disso, sentidos e práticas de educação ambiental, nesses materiais sinalizam uma naturalização do discurso hegemônico, que se manifesta a partir do discurso neoliberal sustentado pela educação para o desenvolvimento sustentável (EDS), em vista de formar pessoas para a solidariedade, o protagonismo e o empreendedorismo, e em sentidos que retiram as relações assimétricas de poder na promoção da harmonia, da cooperação e da parceria (Henning; Farraro, 2022; Loureiro, 2019; 2012; Loureiro; Lima, 2012).

Em decorrência desses discursos, as implicações para a educação ambiental, como exposto por Henning e Farraro (2022), ressaltam práticas atreladas aos espaços empresariais, em direção de compromissos associados à agenda neoliberal que se encontra com uma educação voltada ao empreendedorismo, isto é, uma educação instrumentalizada em educar para algo.

Como explica Henning e Ferraro (2022), são sujeitos instruídos a considerarem-se como empresas, internalizando modos de ser, pensar e agir como fruto de habilidades e competências, ao mesmo tempo em que precisam agir no mundo, buscar soluções atreladas a sustentabilidade associada à lógica capitalista, como um desejo de modo de vida, entre práticas individuais e cotidianas e na busca por uma aparente relação harmônica entre economia e meio ambiente.

Ao prosseguir com as análises sobre as finalidades e intencionalidades da educação ambiental nos projetos júpiteres, como exposto no quadro 8, três projetos/propostas se assemelham entre seus objetivos, ações, aprendizados e

depoimentos, sendo esses: Mata Ciliar do Cafundão, Renascer para Sobreviver e Plantando Vida. Estes três projetos/propostas apresentaram objetivos similares referentes às ações de seus projetos como o reflorestamento, o plantio e a distribuição de mudas: “Promover a recuperação da mata ciliar [...] conscientizando a comunidade sobre a importância e o respeito ao meio ambiente” (Caderno Projeto Mata Ciliar da Vila Cafundão, 2022, p. 01); “Preservar e manter viva a nascente [...]” (Caderno Projeto Renascer para sobreviver, 2022, p. 01); “A ideia do projeto é uma ‘rede’ de plantio e proteção de árvores em toda nossa cidade; somando forças para preservar nosso mais precioso bem - a natureza, água, o meio ambiente” (Caderno Projeto Plantando Vida, 2022, p. 01).

Logo, os três projetos/propostas apresentaram ações e aprendizados que ressaltam discursos como a oferta de oficinas para crianças e para as suas comunidades, como também, divulgação dessas ações nas mídias e rádio local. São, portanto, discursos que permeiam finalidades e intencionalidades ambientais referentes ao cuidado com o meio ambiente, a conscientização, a sensibilização e preservação ambiental, visando à mobilização da comunidade em torno de uma causa:

1) “Decidimos então conscientizar as pessoas sobre a preservação da mata. Podemos cuidar e ao mesmo tempo usufruir de um projeto feito por todos que aqui vivem” (Caderno Projeto Mata Ciliar da Vila Cafundão, 2022, p. 04).

2) “A comunicação, as mídias foram nossas aliadas no Projeto [...] para que nossa voz chegasse a todas as pessoas da nossa cidade e para que soubessem que precisam fazer algo para proteger a água e garantir o futuro do planeta” (Caderno Projeto Renascer para sobreviver, 2022, p. 05).

3) “O projeto plantando vida tem o intuito de mostrar às pessoas como uma árvore plantada pode fazer diferença na nossa vida. É um projeto de distribuição de mudas e também, de conexão com a natureza para resgatar, ou despertar o prazer de plantar.” (Caderno Projeto Plantando Vida, 2022, p. 02).

A partir dos excertos em destaque, identifique discursos que sinalizam uma educação ambiental de caráter informativo e de transmissão de conhecimento. De maneira instrumentalizada e técnica, esta educação ambiental é refletida em ações que procuram mudar comportamentos, conscientizar e sensibilizar o indivíduo em práticas que visam o cuidado com a natureza (Loureiro, 2012).

Segundo Loureiro (2012), com base nesta perspectiva, a responsabilidade pela degradação ambiental recai sobre uma essência humana, por uma ótica de uma

responsabilização individual e bom senso, suprimindo os nexos políticos e econômicos que estruturam a formação de desastres, degradações e injustiças socioambientais. Para essa reflexão, destaco os seguintes excertos presentes nos materiais de análise:

1) “A princípio as mudas seriam cultivadas nos quintais, mas percebemos a dificuldade das famílias para molhar, tanto pelo tempo, como também pela falta de água. Então nos reunimos e encontramos uma bela alternativa, construir um viveiro maior em um quintal que fosse estratégico e assim iniciamos a produção de mais árvores.” (Caderno Projeto Plantando Vida, 2022, p. 06).

2) “Cuide do futuro da comunidade: ‘Meu lugar é aqui’ O Projeto Júpiter trouxe essa reflexão e por mais que eu saia ou que qualquer pessoa deixe a comunidade ela precisa sempre se lembrar de tornar nossa comunidade o melhor lugar do mundo e se orgulhar de tudo que temos aqui.” (Caderno Projeto Renascer para sobreviver, 2022, p. 05).

Ao examinar esses excertos, evidencio manifestações linguísticas que colocam a responsabilidade dos problemas ambientais nas pessoas, especificamente nos/as jovens e suas famílias, ao mesmo tempo em que minimizam as dificuldades estruturais mais amplas, como o relato sobre a falta de tempo e escassez de água, potencializando de forma positiva e eficiente soluções pontuais e individualizadas: “[...] percebemos a dificuldade das famílias para molhar, tanto pelo tempo, como também pela falta de água [...] então nos reunimos e encontramos uma bela alternativa [...]”; “[...] por mais que eu saia ou que qualquer pessoa deixe a comunidade ela precisa sempre se lembrar de tornar nossa comunidade o melhor lugar do mundo [...]”.

Conforme Fairclough (2001; 2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999), esses discursos manifestam a relação de intertextualidade com elementos de outros textos. Desse modo, combinam discursos presentes nos materiais de análise com o processo de formação de Lideranças Jovens exposto nas seções anteriores. A intertextualidade, portanto, constitui a articulação de discursos que caracterizam o tipo de formação proporcionada para esses/as jovens.

De acordo com as colocações discursivas dos/as jovens nesses materiais, a identificação de dificuldades na execução de ações e os desafios vivenciados nesses territórios sugere uma dinâmica colaborativa e harmônica, implicando olhar para essas dificuldades – “percebemos a dificuldade das famílias” – como o “paradigma da escassez” – logo, a oportunidade para encontrar saídas e soluções – “então nos reunimos e encontramos uma bela alternativa”, ou neste caso, o “paradigma da abundância”, o que remete a “pedagogia do copo cheio” direcionado através do Projeto Júpiter. Nesse sentido, situações conflituosas, como a falta de tempo das famílias e a escassez de água,

são dissimuladas e passam a ser naturalizadas, valorizando positivamente sentidos resilientes em ações dos próprios indivíduos, como a construção de um viveiro maior para uma maneira eficiente esperada pelo projeto criado, ou seja, atingir resultados desejáveis e produtivos com o mínimo de recurso disponível.

Outros sentidos discursivos se relacionam as premissas discursivas do Projeto Júpiter em ensinar técnicas e estimular ações de intervenção onde esses/as jovens estão: “meu lugar é aqui”. Dessa maneira, os aspectos e os atributos valorativos, bem como os níveis afetivos, são representados nos discursos dos excertos destacados, ressaltando o “compromisso ambiental” em que esses/as jovens são responsabilizados, como lideranças em seus territórios, portanto, precisam construir soluções: “[...] lembrar de tornar nossa comunidade o melhor lugar do mundo e se orgulhar de tudo que temos aqui”.

Diante do exposto, os projetos/propostas dos/as jovens procuraram representar problemas ambientais locais, como a falta da mata ciliar, a degradação da nascente e o desmatamento, a partir de sentidos discursos ideológicos e hegemônicos (Fairclough, 2003; 2001). Dessa forma, as apresentações dos projetos/propostas a partir das representações discursivas desses/as jovens revelaram práticas sociais que os incluem como agentes ativos, responsáveis tanto pelos problemas localizados como por suas soluções. Enquanto estratégia discursiva ideológica e hegemônica, as questões estruturais de problemas ambientais mais amplos, como a escassez de água e processos de degradações socioambientais decorridos de outros agentes, são ocultadas ou retratadas de forma naturalizada (Thompson, 2011).

De acordo com as concepções de educação ambiental descritas por Layrargues e Lima (2014), modelos político-pedagógicos para a educação ambiental podem representar um ajustamento da conduta ideológica e hegemônica neoliberal e empresarial. Nesse sentido, o aspecto conservacionista reflete nos discursos das representações dos projetos/propostas desses jovens, como a valorização afetiva em relação à natureza e na mudança do comportamento humano e individual. Em decorrência disso, as estruturas de poder vigentes nesses territórios não são questionadas e os problemas ambientais são pontuados a partir dos aspectos culturais que buscam adaptações.

Do mesmo modo, podemos identificar nesses discursos aspectos da macrotendência pragmática de educação ambiental (Layrargues; Lima, 2014). Assim, os sentidos discursivos estão direcionados aos indivíduos na responsabilização pelos problemas ambientais, bem como na formação de soluções por eles/elas frente aos

desafios, retirando, assim, a reflexão e compreensão de maneira ampla sobre as causas e consequências dos problemas existentes nestes locais. Através dessa perspectiva, legitima-se um pensamento único que justifica e naturaliza a destruição ambiental em consonância com uma falta de consciência ambiental, sem que, contudo, se questione as relações da ganância econômica e de poder, conseqüentemente, suas relações conflitivas existentes nesses espaços (Layrargues, 2020).

O próximo material de análise é o caderno de apresentação do Projeto Tuim da Barra. Este projeto/proposta apresentou, a partir de seus objetivos, aprendizados, ações, finalidades e intencionalidades educativas, tal qual, a criação de comedouros com materiais recicláveis para os pássaros e a compra de fontes como bebedouros para os pássaros instalados nos quintais. Ofereceu oficinas sobre o projeto e para a confecção desses materiais com crianças e a comunidade, visou promover a volta do pássaro Tuim, bem como o cuidado com o meio ambiente, o fortalecimento de vínculos e a conscientização sobre a responsabilidade das pessoas na preservação ambiental: “Promover a volta do Tuim da Barra para a cidade e junto com ele o cuidado com o meio ambiente” (Caderno Projeto Tuim da Barra, 2022, p. 01).

Figura 17 - Apresentação das ações do Projeto Tuim da Barra



Fonte: Caderno Projeto Tuim da Barra – Projeto Júpiter, 2022, p. 06

Nesse contexto, os discursos educativos ambientais contidos no material de análise do projeto/proposta Tuim da Barra, versam sobre visões hegemônicas da educação ambiental e, do mesmo modo como nas análises anteriores, apresentam uma problemática ambiental – desaparecimento dos pássaros - com o compromisso e

responsabilização ambiental nos indivíduos para a busca de soluções, conforme destacado nos excertos da imagem: “A cada oficina descobríamos mais talento e mais possibilidades”; “[...] cada família é responsável pelo cuidado, abastecimento e manutenção da fonte” (Caderno Projeto Tuim da Barra, 2022, p. 06).

Sobre os aprendizados do projeto, o material de análise destaca o seguinte discurso:

“Comunidade e o meio ambiente: o objetivo é contagiar a comunidade e abordar e conscientizar sobre a preservação e a responsabilidade em cuidar do nosso lugar. É uma satisfação muito grande para o Projeto firmar essas parcerias e ver que é possível conhecer caminhos para solucionar grandes problemas ambientais” (Caderno Projeto Tuim da Barra, 2022, p. 05).

De forma similar às análises anteriores, a apresentação do Projeto Tuim da Barra, representa através do discurso do/a jovem nos textos, a relação com os discursos das organizações sociais responsáveis pelo processo de formação Lideranças Jovens. Aqui, destaca-se “a responsabilidade em cuidar do nosso lugar” e “conhecer caminhos para solucionar grandes problemas ambientais”.

Desse modo, a apresentação do projeto/proposta do/a jovem, estabelece conexões com as instruções e assimilação das propostas e discursos do Projeto Júpiter: a “pedagogia do copo cheio” e “o meu lugar é aqui”, constituindo, portanto, a combinação de outros discursos e elementos propostos pelas organizações sociais. A intertextualidade, assim, é composta por significados educativos ambientais que remetem aos sentidos empresariais de parceria, cooperação, harmonia e a responsabilidade e compromisso dessas comunidades em solucionar seus problemas ambientais – com destaque na ênfase avaliativa desses problemas: “grandes problemas ambientais” (Fairclough, 2001; Fairclough, 2003; Chouliaraki; Fairclough, 1999).

Como discutido na seção anterior, esse projeto do/a jovem é inserido em uma circunstância em que as pessoas foram fortemente atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão: o Bairro Volta da Capela em Barra Longa. Portanto, esta comunidade tem lutado por reconhecimento e uma reparação justa, dessa forma, muitos conflitos e problemáticas foram evidenciados através de pesquisas e em relato de campo, como a contaminação por metais pesados, o adoecimento mental, a perda do modo de vida dessas pessoas e suas relações com a natureza (Pereira, 2020; GESPSA UFOP; AEDAS, 2021a)

Neste caso, o material de análise, apesar de qualificar os problemas ambientais como “grandes problemas ambientais”, não evidencia quais seriam essas problemáticas e nem relaciona com as consequências do rompimento da barragem de Fundão, assim como também, nos outros materiais não são citadas as problemáticas desencadeadas pelo desastre socioambiental. Por sua vez, o projeto/proposta Tuim da Barra, relaciona a busca pela volta dos pássaros mediante aos discursos que representam valores desejáveis, maneiras de se identificar, processos afetivos e memórias passadas:

1) [...] estamos fazendo uma campanha de sensibilização e atitudes ecológicas para a volta dos Tuims, que faziam nossa alegria por aqui (Caderno Projeto Tuim da Barra, 2022, p. 04).

2) [...] quando escrevi o projeto pensei em trazê-lo de volta para enfeitar nossas manhãs e tarde. Mas agora eu entendo que o que o projeto trás é nossa alegria de viver neste lugar (Caderno Projeto Tuim da Barra, 2022, p.04).

Em consonância com Fairclough (2003), os aspectos avaliativos em destaque nos textos produzem significados identificacionais explícitos e implícitos, como o uso verbal no passado e no presente indicando que proporcionar a volta do pássaro através do projeto também indicaria a volta da alegria, bem como o uso do eufemismo como em “enfeitar nossas manhãs e tarde”, sendo esta utilização linguística uma maneira de indicar a valoração positiva das ações do projeto, como “proposta/sonho” frente às situações adversas.

A partir desta análise, modos de operação ideológica apontam para estratégias de dissimulação das relações de dominação (Thompson, 2011). Com base no campo da educação ambiental, Henning e Ferraro (2022) refletem sobre as formas políticas e econômicas que perpassam a captura das subjetividades em processos que designam aos sujeitos solucionarem problemas, ou seja, serem empreendedores, criativos e resilientes perante circunstâncias desfavoráveis como desastres socioambientais.

Como efeito, são discursos e práticas que atravessam os sujeitos em uma constante motivação, ou seja, almejar sonhos a partir de projetos, em maneiras de legitimar e potencializar nesses sujeitos uma racionalidade que conserva ideais de sucesso e insucesso, buscando, portanto, sentidos de cooperação em atitudes ecológicas individualizadas.

Os discursos mencionados refletem uma colonialidade do ser e do saber, enraizados nas formas dominantes do pensamento ambiental (Leff, 2003). Eles tendem a naturalizar as relações de poder, ao mesmo tempo em que promovem estratégias

políticas e ideológicas de educar para o consenso. Essas estratégias desempenham um papel crucial na homogeneização da problemática socioambiental, dissimulando processos assimétricos de poder. Além disso, são discursos e práticas que perpetuam injustiças ao legitimar a responsabilidade por essa problemática como sendo de todos/as indiscriminadamente (Loureiro, 2012; 2019). O próprio fazer/ser dessas comunidades é silenciado, quando o modo de vida e as relações antes existentes com a natureza, são rompidas devido ao desastre socioambiental promovido pelo sistema empresarial da mineração.

Por fim, o Projeto Dossiê Porto Plácido apresenta entre suas finalidades e intencionalidades, objetivos, aprendizados e ações do projeto, a fim de preservar memórias, registros e histórias da comunidade. Desse modo, procurou, por meio de suas práticas, socializar saberes, registrar histórias de superação e promover encontros comunitários:

“Os saberes e as formas de fazer do nosso povo não podem se perder, por isso convidamos todos a unirem esforços e promovemos a cooperação comunitária para o levantamento e a preservação adequada de documentos históricos do território, de modo a democratizar o acesso por intermédio de um livreto, um dossiê.” (Caderno Dossiê Porto Plácido, 2022, p. 05).

A partir desse projeto, os/as jovens idealizaram e organizaram encontros na comunidade para o registro das histórias e memórias do lugar. São descritos no material de análise, como aprendizados do projeto: a roda de conversa e a socialização de saberes, logo, como ações do projeto, a pesquisa e os encontros comunitários:

1) “[...] o tempo foi pouco para tantas lembranças, tanta amizade, tanta canção e felicidade. De agora para frente adotaremos essa experiência como cotidiana na nossa comunidade” (Caderno Projeto Dossiê Porto Plácido, 2022, p. 05).

2) “São muitas as personagens e as histórias visitadas. São histórias de superação. Como a da Dona Eva, trabalhando desde a primeira infância, descendente dos escravizados que viviam na região; viviam e trabalhavam sob as condições mais adversas. Sua história é cheia de superação, mas sobretudo é cheia de amor, beleza e sensibilidade” (Caderno Projeto Dossiê Porto Plácido, 2022, p. 05).

3) “Um dos melhores momentos foram os encontros que tiveram a intenção de vivenciar a Comunidade, fazendo parte, como pesquisadores e sujeitos, das possibilidades de relações que acontecem no nosso lugar. Bastou iniciar a roda e o papo foi longe, cheio de risos e emoções” (Caderno Projeto Dossiê Porto Plácido, 2022, p. 07).

Na perspectiva do campo da educação ambiental, ao buscar promover ações como a roda de conversa, os registros das memórias e a troca sobre as histórias locais a fim de socializar saberes, entrecruza a perspectiva do diálogo. Como apontado por Loureiro (2012), de maneira hegemônica, a lógica do diálogo ganhou contornos discursivos significativos com a expansão do neoliberalismo na década de 1990 em consonância com ações que visam à privatização dos serviços públicos. Conforme Loureiro (2012, 2019) esclarece, há toda uma argumentação construída para demonstrar que as práticas políticas e sociais, imersas em interesses divergentes, são estruturadas a partir da centralidade de um prisma comunicativo. Em outras palavras, as idealizações antagônicas sobre um projeto de sociedade seriam resolvidas por meio do consenso e do diálogo, sem que, contudo, se considerem as condições de conflito e as assimetrias de poder intrínsecas e determinantes na sociedade capitalista.

Sobre outro ponto de vista, Loureiro (2019, p. 51) afirma o diálogo “como pressuposto e meio para o fazer pedagógico”. Sob uma perspectiva crítica, o diálogo, posto como essência de um processo educativo, pressupõe objetividade, conhecimento sistemático dos fatos, fenômenos e relações complexas, bem como a concordância coletiva das intencionalidades postas. Nesse sentido, o dialogicidade é uma relação educativa complexa, implicando o pensamento crítico, a contraposição da neutralidade e a legitimação de grupos e classes negadas nas relações econômicas e de poder em movimentos transformadores na sociedade.

Loureiro (2019) afirma que a consciência das contradições políticas, econômicas e sociais e suas desigualdades devem ser constitutivas de intencionalidade no espaço educativo onde transitam diferentes subjetividades e saberes. A condição de expropriação e de opressão implica experiências que levam à articulação e organização de práticas destinadas a emancipar os conhecimentos gerados por esses grupos e a lutar no sentido de pertencimento a uma coletividade.

Cabe salientar que, à luz das reflexões críticas do discurso, os materiais de análise trazem representações discursivas sobre o que os/as jovens disseram de suas participações no Projeto Júpiter, bem como sobre seus projetos e propostas criados e postos em prática em suas comunidades. Desse modo, a intertextualidade se manifesta nessas análises, quando, a partir desses materiais, as vozes dos participantes, das organizações e da comunidade se fazem presentes, seja como discurso direto, indireto ou relato de fala (Fairclough, 2001).

Fairclough (2003) argumenta que a intertextualidade, como via analítica, auxilia na reflexão sobre quais são as vozes incluídas nos textos e de que maneira estão

incluídas, bem como quais são excluídas e que ausências significativas existem. Nesta perspectiva, Fairclough (2001; 2003) reconhece que a intertextualidade pode representar também suposições. Isso quer dizer que, maneiras de representar as vozes de outros sujeitos nos textos podem assumir posições que implicam afirmações interpretadas e/ou manipuladas por outros agenciamentos.

De forma analítica, Fairclough (2003) diferencia a intertextualidade das pressuposições presentes nos textos. Com base nisso, a intertextualidade, como presença de outras vozes nos textos, procura ampliar a diferença acentuando a dialogicidade, enquanto, a pressuposição representa uma linguagem não dialogizada, orientando aspectos e visões de mundo particulares como se fossem de interesse geral.

Na mesma ótica do diálogo, a presença e a ausência, bem como a maneira como as vozes são representadas nesses textos, podem assumir um sentido identificacional, como a unificação na representação simbólica de sujeitos plurais a partir de um referencial uniformizado, e até mesmo, fragmentar grupos e sujeitos que representam ameaça aos grupos dominantes. Por meio da intertextualidade, Fairclough (2001; 2003) diferencia essas manifestações enquanto estratégia discursiva que pode manter as relações hegemônicas e ideológicas ou buscar subverter os sentidos dominantes. Portanto, o diálogo pode representar a maneira como as vozes estão presentes nesses textos, na abertura e reconhecimento de grupos excluídos e suas lutas, ou na perspectiva do consenso, para a normalização e aceitação do que está posto.

A partir dos excertos que exemplificam a apresentação do projeto/proposta Porto Plácido, reconheço, por meio da ACD, as pressuposições, ou seja, de acordo com Fairclough (2001; 2003) os relatos de fala, discursos direto e indireto, é uma representação individual que se manifesta por meio da idealização das vozes dessa comunidade. Desse modo, apresentam uma suposição categórica sobre o que às pessoas disseram, sentiram e ou pensaram sobre o projeto/proposta, articulando a voz dessa comunidade a partir de assimilações tomadas pelo produtor do texto como já estabelecidas ou dadas a partir do uso das emoções. Os excertos demonstram a atribuição de sentidos valorativos, atitudes e certezas que atribuem um problema social e histórico como já superado: “De agora para frente adotaremos essa experiência como cotidiana na nossa comunidade”; “[...] vivam e trabalhavam sob as condições mais adversas. Sua história é cheia de superação [...]”; “Bastou iniciar a roda e o papo foi longe, cheio de risos e emoções”.

Essas representações revelam forças discursivas e práticas que pronunciam sentidos ideológicos e hegemônicos que acabam por naturalizar situações resultantes de

processos de exploração e exclusão, derivadas da colonialidade, do capitalismo e das relações de poder perpetuadas nesses territórios, como algo que potencializa sentidos de superação e harmonia comunitária em busca da “cooperação”. A partir das modulações, como os usos verbais no passado e no presente e os atributos positivos dos adjetivos ao destacar emoções, as análises apontam para maneiras de dissimular relações de dominação, representando valorações positivas de pessoas que vivem/viveram sob adversidades e condições de vulnerabilidade como lições inspiradoras de superação (Fairclough, 2003; Thompson, 2001).

A partir das análises dessa seção, destaco os discursos empresariais refletidos na promoção de ideias e práticas comunitárias que valorizam o empreendedorismo, a resiliência, a parceria e a superação, integrando sentidos emocionais na construção de uma ideia de coletividade e cooperação, construindo sentidos de unidade e identificação coletiva uniformizada por meio desses projetos.

Os/as jovens, instruídos/as a identificarem um problema ambiental em sua comunidade, também são motivados/as a construir soluções para esses problemas, sem que, contudo, contestem essas relações de poder impostas nesses territórios e os problemas socioambientais resultantes das empresas mineradoras, como o desastre socioambiental do rompimento da barragem de Fundão. As análises discursivas revelaram a exclusão de outras práticas e experiências que podem ser compartilhadas por essas comunidades, desse modo, são operações ideológicas e hegemônicas que mantêm, considerando uma educação ambiental conservadora e pragmática, na égide da educação para o desenvolvimento sustentável, uma dissimulação das relações de dominação, silenciando vozes dissonantes, as injustiças socioambientais e a luta dessas comunidades por reparação justa.

Conforme as análises documentais que compõem todo este capítulo, significações discursivas mobilizaram sentidos educativos ambientais e ideológicos que procuraram construir uma identidade coletiva: o/a jovem liderança a partir do protagonismo juvenil. No âmbito dessa concepção a pedagogia de projetos é enfatizada, isso quer dizer que, para os/as jovens participantes do processo de formação Lideranças Jovens da Fundação Renova no Projeto Júpiter (CPCD), busca-se construir projetos a partir da perspectiva metafórica desses projetos como seus sonhos, ao mesmo tempo em que precisam atingir resultados tangíveis, construir essas propostas com o mínimo de recurso e tempo disponível. Assim, a formação de Lideranças Jovens procurou instruir os/as jovens a se identificarem como jovens ativos, criativos e resilientes, capazes de

construir, ofertar e empreender soluções para as problemáticas socioambientais em seus territórios nos moldes sugeridos pelas organizações/empresas sociais.

Os/as jovens participantes, ao construírem projetos/propostas para seus territórios nesse processo de formação, produziram sentidos sobre seus territórios e a educação ambiental, revelando significações discursivas ideológicas e hegemônicas que implicam no estabelecimento da manutenção do domínio social. Nesse sentido, os modos de se identificar como jovem liderança estabelecem sentidos ligados a ser e criar organizações sociais, substituindo o direito social pelo gerenciamento social. Como implicações para a educação ambiental, esta é referenciada com base em empreender soluções para o consumo e práticas sustentáveis, aprender técnicas, ser resiliente e protagonista dessas ações.

Desse modo, em situações conflitivas e de crise, como desastres socioambientais decorrentes do modo de produção capitalista e inerente às empresas mineradoras, a razão neoliberal implica a formação de sujeitos como indivíduos colaboradores movidos pelos discursos e práticas do sistema empresarial (Dardot; Laval, 2016). Nessas situações de profunda crise e incertezas, onde as pessoas se encontram despojadas de recursos, são legitimadas relações de dominação, ao mesmo tempo em que são dissimuladas e negadas as relações de injustiça e vulnerabilidade socioambiental. Conforme aponta Dardot e Laval (2016), ao perceber que nada mais é garantido, os indivíduos são levados a agir por si mesmos diante das incertezas:

Não se atravancar com as coisas do passado, cultivar previsões positivas, ter relações eficazes com o outro: a gestão neoliberal de si mesmo consiste em fabricar para si mesmo um eu produtivo, que exige sempre mais de si mesmo e cuja autoestima cresce, paradoxalmente, com a insatisfação que se sente por desempenhos passados. [...] Dessa forma, a coerção econômica e financeira transforma-se em auto coerção e autoculpabilização, já que somos os únicos responsáveis por aquilo que nos acontece (Dardot; Laval, 2016, p. [337]).

Porém, Fairclough (2001) esclarece que, nessa perspectiva relacional e dialética, é necessário compreender que os intérpretes dos sentidos discursivos podem tanto se ajustar às posições estabelecidas quanto questioná-las e ressignificá-las. Portanto, é essencial reconhecer que os sujeitos dos discursos são também sujeitos sociais. Nesse sentido, os/as jovens participantes do Projeto Júpiter, emergindo de suas experiências sociais particulares, estão imersos em múltiplas dimensões da vida social. Essas variáveis afetam os modos como eles/elas interpretam e contestam os textos e discursos

particulares. Para Fairclough (2001, p. 173): “As interpretações resistentes são um modo de luta hegemônica quanto à articulação dos elementos intertextuais”. Desse modo, cabe avaliar, a partir dos/as jovens, as formas como projetaram tanto as posições e elementos para a conservação da eficácia política e econômica da ordem social imposta pelas empresas de mineração, quanto buscaram desvelar as contradições, identificando com eles/elas outras maneiras de enfrentar as problemáticas socioambientais em seus territórios, bem como as imposições hegemônicas e ideológicas refletidas pela Fundação Renova.

Visando esta compreensão, no próximo capítulo investigo, através de entrevistas semiestruturadas concedidas pelos/as jovens participantes um ano após a finalização do Projeto Júpiter⁴⁰, os discursos e as práticas sociais desses/as jovens sobre 1) suas participações no processo de formação Lideranças Jovens, 2) a criação de seus projetos no Projeto Júpiter e 3) o desenvolvimento de ações educativas ambientais para seus territórios. Procurei, então, verificar os elementos da prática social, a partir dos/as jovens, a fim de identificar as orientações que mantêm ou subvertem os sentidos ideológicos neoliberais e empresariais da mineração, bem como busquei compreender as possibilidades de outros sentidos discursivos que possam emergir a partir desses/as jovens, como denúncia e anúncio para/com seus territórios atingidos.

⁴⁰ Para o desenvolvimento das entrevistas foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), presente no apêndice B desta pesquisa, após convite aos/as participantes da pesquisa de forma livre e voluntária para responder as perguntas sugeridas. Por este motivo estes/as jovens que concordaram em participar não serão identificados em nenhuma publicação que possa resultar desta pesquisa a partir de suas entrevistas.

7 ENTRE A RESILIÊNCIA E A RESISTÊNCIA: O QUE DIZEM OS/AS JOVENS FORMADOS/AS LIDERANÇAS EM SEUS TERRITÓRIOS

É claro que somos as mesmas pessoas
 Mas pare e perceba como o seu dia a dia mudou
 Mudaram os horários, hábitos, lugares
 Inclusive as pessoas ao redor.
 São outros rostos, outras vozes
 Interagindo e modificando você
 E aí surgem novos valores
 Vindo de outras vontades [...]

Anacrônico, canção de Pitty (2005).

Este capítulo começa com a canção “Anacrônico”, da Pitty, buscando estabelecer uma conexão com a Análise Crítica do Discurso (ACD) e com as entrevistas dos/as jovens que compõem as análises. O adjetivo “anacrônico” sugere algo em contradição, aquilo que foge das regras estabelecidas e revela um conflito com as normas e os valores dominantes da sociedade atual.

Essa ideia de contradição e subversão é central na ACD (Fairclough, 2015), pois procura refletir sobre sentidos de dominação, os saberes e práticas existentes que figuram a compreensão das formas alternativas e o enfrentamento da ordem estabelecida. A linguagem ao relacionar com outros elementos da realidade, também pode revelar outros aspectos a partir daquilo que não é totalmente aceito e que, portanto, são colocadas em questionamento.

Do mesmo modo, Fairclough (2015) esclarece que outros sentidos discursivos acabam por adaptar essas maneiras de resistir em sentidos que favorecem a manutenção do consenso a fim de evitar o questionamento das normas estabelecidas, portanto, parafraseando uma a canção da Pitty (2005), através de um caráter parcialmente discursivo, seriam os “novos valores vindo de outras vontades”. Dessa maneira, a ACD aponta a análise crítica, não apenas para a identificação da necessidade de mudar o discurso, mas também propor caminhos para a transformação da ordem social.

Os materiais analisados neste capítulo consistem em resultados produzidos a partir da análise de seis entrevistas semiestruturadas realizadas com sete jovens participantes do primeiro ciclo de Formação de Lideranças Jovens da Fundação Renova no Projeto Júpiter, um ano após a conclusão desse ciclo de formação. De acordo com o exposto no capítulo metodológico (capítulo 5), do total de sete jovens entrevistados/as, dois/duas deles/as foram entrevistados/as juntos/as, pois idealizaram um mesmo projeto para sua comunidade.

As entrevistas foram realizadas de maneira presencial com um gravador de voz no período de 14 de julho a 22 de julho de 2023 após as seguintes etapas: 1) estabelecimento do contato com os/as jovens; 2) acompanhamento do evento final do Projeto Júpiter em maio de 2022 e; 3) retorno a campo e visitas aos/as jovens em suas comunidades em julho de 2023.

As entrevistas foram realizadas após os/as jovens tomarem conhecimento sobre a pesquisa e aceitarem participar, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B). O roteiro da entrevista (Apêndice C) foi fundamentado em três temas que versaram sobre: 1) o Programa de Formação de Lideranças Jovens e o Projeto Júpiter; 2) a construção da proposta de educação ambiental do/a jovem no Projeto Júpiter; 3) o processo de formação dos/as jovens – o ser jovem, a relação com o território e a educação ambiental.

Como uma entrevista semiestruturada, este roteiro foi utilizado como norteador para uma conversa com o/a jovem, deixando-o/a livre para se apresentar, comentar sobre o seu projeto e dizer sobre suas experiências no processo de formação e a criação de projetos voltados à educação ambiental. Todas as entrevistas foram transcritas para possibilitar a análise e sistematização de temáticas, conforme a proeminência de termos, discursos e expressões que destacaram dinâmicas específicas presentes nessas entrevistas com os/as jovens.

Em um contexto de desastre socioambiental, perpetuação de conflitos e injustiças em territórios afetados pela mineração, essas entrevistas possibilitaram a reflexão sobre como os/as jovens internalizaram os interesses empresariais, desempenhando o papel perpetuado pelo sistema corporativo e neoliberal. Alternativamente, outras possibilidades emergiram do discurso desses/as jovens, porém, muitas vezes, ao contestarem a problemática da mineração, esses discursos eram suavizados ou até negados. Através da ACD, busquei desvelar como esses discursos foram internalizados, contestados e ressignificados pelos/as jovens.

Conforme os dados das entrevistas semiestruturadas, construir três temáticas para análise dos discursos destacados: 1) significações sobre ser resiliente e a autogestão de si na identificação com o discurso empresarial; 2) significações sobre ser liderança jovem e protagonista em seu território para gerir problemas socioambientais; 3) significações sobre autonomia limitada dos partícipes quando os/as jovens questionam e contradizem o discurso dominante.

A partir desta primeira temática, abordo a identificação com o discurso empresarial. Nesse sentido, o ser resiliente perpassou o modo como os sujeitos

internalizaram uma autogestão de si (Dardot; Laval, 2016), isto é, como os discursos apresentaram marcas medidas pelo discurso empresarial do desempenho, eficiência, produtividade e culpabilização pelo sucesso e/ou fracasso do projeto/proposta desenvolvido.

Em seguida, por meio da segunda temática, exploro a internalização da noção do protagonismo juvenil e como os/as jovens se identificaram como líderes em suas comunidades, muitas vezes ecoando ideias empreendedoras e neoliberais que versam sobre identificar um problema social e ambiental e trazer/ser a solução para ele.

Por fim, na última temática examino as formas pelas quais os/as jovens se expressaram ao questionar e contradizer os discursos empresariais da mineração predominantes. Desse modo, emergiu das entrevistas enunciação sobre outras formas de ser, pensar e agir, denunciando a problemática do rompimento da barragem de Fundão, bem como a predominância de um controle sobre os seus modos de fazer, dizer e saber. Tais discursos revelaram uma autonomia limitada e a negação de outros modos de se pensar a educação ambiental.

Com base nessas discussões, almejo compreender as implicações das relações empresariais e neoliberais da mineração que atravessam sentidos sobre a educação ambiental na formação dessas subjetividades. Portanto, a formação educativa, a partir da educação ambiental, evidencia-se em disputa diante de situações complexas como desastres e injustiças socioambientais.

7.1 SER RESILIENTE E A AUTOGESTÃO DE SI: A IDENTIFICAÇÃO COM O DISCURSO EMPRESARIAL

Esta temática traz em evidência a discussão de Dardot e Laval (2016), considerando a expressão “autogestão de si” que implica uma racionalidade neoliberal. Parto do entendimento de que o neoliberalismo permeia não somente um conjunto de políticas econômicas, mas também todo aspecto da vida social e individual, portanto, produzindo efeitos subjetivos nas relações sociais como um espaço mercantil.

Segundo Dardot e Laval (2016), o ponto de vista do sujeito como empresa se relaciona a toda a atividade concebida pelo indivíduo, ou seja, todo o processo de valorização do eu. Desse modo, os autores afirmam que as atividades do indivíduo, seja no trabalho remunerado, voluntário, na gestão familiar, na aquisição de conhecimentos e formação, bem como na aquisição de habilidades e competências, são pensadas em sua essência empresarial: uma valorização mercantil de si próprio. Portanto, no sentido

educativo, é estimulada a integração entre a vida pessoal e profissional do indivíduo, entre técnicas de motivação, estímulo e incentivo, valendo-se de suas experiências, formação, sabedoria e contatos, sua disposição e rendimento, gerindo assim seus projetos de vida a partir de uma realização empresarial.

Para Dardot e Laval (2016), este novo ordenamento como um sujeito neoliberal em formação direciona condutas em que o indivíduo se reconhece e se identifica como uma própria empresa. Este seria o sentido do sujeito produtivo, consumindo em todos os domínios de sua vida uma produção de eficiência, esforços e resultados, em outras palavras, o sujeito empreendedor de si.

O direcionamento intelectual e moral de sujeitos a partir de novas condutas empresariais, conforme Dardot e Laval (2016), procura fabricar e gerir indivíduos dispostos e aptos a suportar situações de riscos e vulnerabilidades. Nesse sentido, impele ao sujeito empreendedor ser resiliente, assumindo seus próprios riscos entre o sucesso e o fracasso de suas realizações pessoais.

Esta é a resposta para as incertezas e riscos produzidos pelo capitalismo, ser empreendedores de nós mesmos e, ao mesmo tempo, ser resilientes ao gerir e assumir os próprios riscos:

Isso significa que cada indivíduo deve aprender a ser um sujeito “ativo” e “autônomo” na e pela ação que ele deve operar sobre si mesmo. Dessa forma, ele aprenderá por si mesmo a desenvolver “estratégias de vida” para aumentar seu capital humano e valorizá-lo da melhor maneira (Dardot; Laval, 2016, p. [331]).

Dardot e Laval (2016) reconhecem que diferentes técnicas são utilizadas como múltiplos procedimentos em modos de “aprender a ser” a partir da racionalidade empresarial e neoliberal. São formas de ensino e aprendizagem que condicionam o domínio das emoções, das atitudes e das habilidades. Aos sujeitos, ao aprender a operar suas habilidades e competências como valor de mercado, são condicionados o aprender a ser resiliente. Em suas palavras: “Todos têm como objetivo fortalecer o eu, adaptá-lo melhor à realidade, torná-lo mais operacional em situações difíceis” (Dardot; Laval, 2016, p. [333]).

A partir de Dardot e Laval (2016), foi possível estabelecer um diálogo com a Análise Crítica do Discurso (ACD), chamando atenção para os aspectos do qual os autores chamam de léxico empresarial.

Dessa forma, a empresa torna-se não apenas um modelo geral que deve ser imitado, como também uma atitude que deve ser valorizada

na criança e no aluno, uma energia potencial que deve ser solicitada no assalariado, uma maneira de ser que é produzida pelas mudanças institucionais e ao mesmo tempo produzir melhorias em todos os domínios (Dardot; Laval, 2016, p. [326]).

Portanto, os autores consideram que o léxico empresarial produz um potencial unificador nos sujeitos que passam a se identificar como empresas, ao mesmo tempo em que produz uma racionalização do desejo enquanto maneira de ser e gerir a si de acordo com princípios e valores de aprimoramento e melhoria de resultados e desempenho (Dardot; Laval, 2016). Logo, os autores avaliam uma tendência à naturalização, em que, por meio da autogestão de si, as complexidades das relações sociais são simplificadas, resultando na culpabilização individual pelo sucesso ou fracasso pessoal. As responsabilidades pelas consequências das injustiças são, assim, atribuídas exclusivamente aos indivíduos.

As entrevistas com os/as jovens participantes do Programa de Formação de Lideranças Jovens no Projeto Júpiter revelaram a recorrente identificação com o léxico empresarial. Dessa maneira, os/as jovens se identificaram como organizações/empresas sociais e evidenciaram formas de se justificarem quanto à responsabilização e culpabilização pela continuidade ou não de seus projetos nos territórios. Por exemplo:

“[...] até fiz a inscrição de novo no Edital Doce, na verdade eu queria fazer o projeto maior, que eu conseguiria por esse projeto, mas aí eu tenho o PJ⁴¹ mas o meu PJ não tem... Tem que ter pelo menos 3 anos de atuação de PJ... E o MEI⁴² tem que ter mais de um ano e o meu não tem mais de um ano ainda não...” (Entrevista com Jovem Liderança Luar⁴³, 2023).

De acordo com o relato do/a jovem, há uma presunção de desejos, valores e vontades, como o de desenvolver um projeto maior, a fim de atingir o objetivo de continuidade de seu projeto já desenvolvido. De todo modo, sua prática se restringe a seguir as normas presentes no “Edital Doce” da Fundação Renova, conforme destacado no excerto. Nesse sentido, o léxico empresarial revela que seu desejo se restringe à necessidade de tempo de atuação e experiência profissional exigida pelo edital que é a de se tornar “Pessoa Jurídica (PJ)” e “Microempreendedora Individual (MEI)”: “Ter pelo menos três anos de atuação”; “tem que ter mais de um ano”.

⁴¹ PJ significa Pessoa Jurídica;

⁴² MEI significa Microempreendedor Individual;

⁴³ Com a finalidade de preservar a identificação dos/as participantes os nomes de referência às entrevistas são nomes fictícios, escolhidos de forma aleatória e como tema corpos celestes e fenômenos astronômicos em referência ao nome do “Projeto Júpiter”.

Neste excerto, destacam-se a intertextualidade e o sistema de coesão como parte integrante da análise textual. Isso quer dizer que, segundo Fairclough (2003) e Vieira e Resende (2016), relações semânticas e gramaticais conectam diferentes partes do texto e expressam significados de outros textos em sua composição, revelando também, formas de agir no mundo. A partir da fala do/a jovem, os elementos de coesão procuraram justificar sua impossibilidade de ação que está implicada na intertextualidade pela representação referente às normas e regulamentos empresariais da Fundação Renova (“ter pelo menos 3 anos de atuação de PJ”; “E o MEI tem que ter mais de um ano[...]”). Essa impossibilidade de ação se justifica sobre o tempo de atuação e experiência que a/o jovem não possui: “mas aí eu tenho o PJ, mas o meu PJ não tem [...] e o meu não tem mais de um ano ainda não...”.

Nesse caso, a presença do léxico empresarial (Dardot; Laval, 2016) e da intertextualidade (Fairclough; 2001; 2003) se manifestam pela construção do discurso do/a jovem que incorpora as normas empresariais presentes no “Edital Doce” da Fundação Renova naturalizando-a. Ao mesmo tempo em que a negação trazida pelo/a jovem pressupõe uma responsabilidade no indivíduo que, para conseguir realizar um projeto maior, precisa adquirir mais experiência e tempo de atuação profissional como pessoa jurídica e microempreendedor/a. Nos termos de Dardot e Laval (2016), especializar-se em ser empresa de si mesmo.

Nesses mesmos moldes, como processo de formação em se especializar em ser empresa de si mesmo, outros excertos destacaram a identificação dos sujeitos com o discurso empresarial:

[...] teve uma vez que a gente tava levando um projeto [...] e a resposta que a gente teve, assim, ‘vocês precisam profissionalizar mais’, ‘profissionalizem’, e aí aconteceu, tipo assim, foi um instigar pra gente transformar em alguma organização social e ter esse senso [...] (Entrevista com Jovem Liderança Estrela, 2023).

Conforme Fairclough (2001; 2003), nesse excerto, a intertextualidade se manifesta a partir da presença de outras vozes reveladas pelo relato de fala (“a resposta que a gente teve [...] ‘vocês precisam profissionalizar mais’”). Por meio dessa construção discursiva a assertiva atribuiu a alguém algo que disseram aos/as jovens, e, desse modo, o/a jovem tomou como certa uma visão particular de mundo como geral: “foi um instigar pra gente transformar em alguma organização social”. Portanto, o/a jovem produziu uma identificação relacional com a organização social, levando a crer que seus modos de ser, agir e saber foram orientados para se tornar mais profissional

(“ter esse senso”), guiando a sua própria identificação como a de uma nova organização/empresa social (“pra gente transformar em alguma organização social”).

Neste aspecto, o léxico empresarial opera como estratégia de construção simbólica legitimada por outras vozes, e, dessa forma, universalizando interesses particulares como interesses gerais (Thompson, 2011). Em outro excerto, esse potencial unificador do léxico empresarial revelou a representação de sujeitos como instância relacionada aos papéis de uma organização social:

“[...] a gente se tornou uma organização social [...] pelo esse projeto [Formação de Lideranças Jovens], porque a gente teve o recurso que a gente recebeu foi pra é... Registrar, fazer o registro, então registrar em cartório, ata é o estatuto, tudo isso.” (Entrevista com Jovem Liderança Estrela, 2023).

Nesse caso, identifica-se a construção discursiva de identidades, representações e papéis sociais (Vieira; Resende, 2016), representado pelo sentido normativo de “se tornar” uma organização social.

De acordo com Vieira e Resende (2016), a partir da identificação relacional, sentidos são estabelecidos na maneira como esses sujeitos se identificam e estabelecem relações com outros sujeitos sociais. Portanto, a identificação dos/as jovens como organização social refletiu na aquisição de conhecimentos e recursos sobre as normas que garantem a eles/elas a identificação como organização social: “[...] registrar, fazer o registro, então registrar em cartório, ata é o estatuto, tudo isso”. Desse modo, o vir a ser uma organização social foi conduzido por um dos processos de Formação de Lideranças Jovens do qual os/as jovens participaram, aprendendo, assim, a garantir seu sucesso e/ou fracasso quanto a continuidade de seus projetos:

“E aos poucos a gente vai mudando nossa visão, a gente era uma... mais pra executar e contato direto, hoje a gente [...] já tem nosso projeto de contato direto com a população [...] a gente ampliou o nosso leque [...]” (Entrevista com Jovem Liderança Estrela, 2023).

Nesse excerto, a presença do discurso empresarial se manifesta a partir do uso de expressões semelhantes ao da comunicação de mudanças de estratégias da cultura empresarial, como a ideia de “mudança de visão” e do uso metafórico da expressão “ampliou o nosso leque”. Neste caso, o/a jovem indica uma passagem de uma função operacional para uma função que sugere novos elementos, adaptados às exigências do papel das organizações/empresas sociais nesses territórios. Sendo assim, o discurso reflete em uma evolução organizacional: “[...] a gente era uma... mais pra executar e

contato direto, hoje a gente [...] já tem nosso projeto de contato direto com a população”.

A partir da intertextualidade (Fairclough, 2001; 2003), as expressões revelaram uma relação direta com os discursos específicos das organizações/empresas sociais, construindo sentidos identificacionais e relacionais que perpassam a imagem de responsabilidade social e de referência no território no atendimento as demandas da população. O discurso sugere uma relação intrínseca entre o crescimento pessoal e a evolução organizacional. Adaptar as novas exigências do mercado, projetar novas direções e “visões”, destacar-se nas relações ao atendimento ao cliente/população são sentidos pertencentes ao do discurso empresarial que perpassou o/a jovem.

Através das lentes de Fairclough (2001; 2003), os excertos revelaram um alinhamento com as práticas discursivas das organizações sociais parceiras da Fundação Renova, amplamente aceitas no contexto empresarial como o de inovação, profissionalização, expansão e responsabilidade social. Em contrapartida, outros/as jovens participantes da formação de Lideranças Jovens no Projeto Júpiter apresentaram o léxico empresarial como forma de superar as incertezas impostas, tendo em vista a sua autoresponsabilização pela continuidade de seus projetos:

1) “Eu tô buscando parceria. Igual tem o projeto né, mas as mudas pra plantar mesmo eu não tenho. Aí eu tô indo atrás de pessoas que mexe pra poder tá fazendo parceria comigo pra continuar o projeto [...]” (Entrevista com Jovem Liderança Aurora, 2023).

2) “Então tá muito difícil, assim, pra gente tá lá... É... Monitorando sempre, sabe... Mas a gente tá indo lá tanto que agora a gente está em busca, assim, voluntários, igual nosso tio já falou que vai poder fazer isso pra gente.” (Entrevista com Jovem Liderança Andromeda, 2023).

Marcadores linguísticos, como a conjunção adversativa “mas”, relevam o que Fairclough (2001; 2003) identifica como modalidade, isto é, o modo como os discursos são construídos para explicitar o comprometimento de ações e representações em termos de obrigação e necessidade. Nos excertos acima, isso se apresenta na maneira como, após os/as jovens relatarem as dificuldades com a continuidade de seus projetos, seus discursos revelaram a identificação com o léxico das organizações/empresas sociais para agir e superar essas adversidades: “Eu tô buscando parceria [...]”; “[...] a gente está em busca, assim, voluntários [...]”. Portanto, nesses excertos as adversidades e incertezas são postas como um estado natural e implica a esses sujeitos superar as próprias adversidades, buscarem soluções e serem resilientes, ou seja, partir da maneira

que se identificam com a representação discursiva dos seus papéis enquanto lideranças jovens: buscar “parceria” e “voluntários”.

Conforme Thompson (2011), são reificadas situações adversas como um acontecimento natural: 1) “a muda pra plantar eu não tenho”; 2) “tá muito difícil assim pra gente tá lá monitorando sempre”. O aprender a superar suas próprias adversidades e, nesse sentido, ser resiliente indica uma identificação com os sentidos empresariais ao encontro de significados da autogestão de si (Oliveira, 2012; Dardot; Laval, 2016). Desse modo, os excertos em destaque nas entrevistas com os/as jovens revelaram modos de aprender a superar as adversidades moldados nos aspectos vinculados às exigências do desempenho individual e empresarial em que Dardot e Laval (2016) reconhecem como uma racionalidade neoliberal. Neste aspecto, a relevância dada ao ensino e aprendizagem no Projeto Júpiter condicionado aos domínios das emoções, das atitudes e das habilidades, foram apontadas nas entrevistas:

1) “Aí assim, foi ótimo pra gente né, ter participado, a gente aprendeu a comunicar com os outros, perdeu a vergonha, sabe, e é isso... E além disso, também a gente teve que aprender a criar um projeto do nada...” (Entrevista Jovem Liderança Andromeda, 2023).

2) “Porque hoje em dia eu posso falar assim, ‘não, eu posso sentar ali e escrever um projeto’ [...] como eu disse, eu me vejo apta hoje a fazer isso, porque eu aprendi [...] ensinou mesmo a gente nessa escrita, como deve ser, desde a defesa, tudo!” (Entrevista Jovem Liderança Sol, 2023).

3) “[...] a gente consegue sim tudo que a gente quer, a gente consegue, basta se esforçar, correr atrás, porque querendo ou não, peguei um pouquinho de experiência né [...] de eu tá trabalhando ali no meio [...]” (Entrevista Jovem Liderança Celeste, 2023).

A partir destes excertos, denoto a intertextualidade (Fairclough, 2001; 2003), ou seja, a expressão da maneira como as enunciações desses excertos é moldada por textos anteriores, como o da formação em Liderança Jovem no Projeto Júpiter. Portanto, elementos como: 1) “a gente teve que aprender a criar um projeto do nada...”; 2) “eu me vejo apta hoje a fazer isso, porque eu aprendi [...] ensinou mesmo a gente nessa escrita, como deve ser [...]” e 3) “peguei um pouquinho de experiência né [...] de eu tá trabalhando ali no meio [...]” respondem à essência do objetivo do programa de Formação de Lideranças Jovens: “oportunizar processos formativos de engajamento e qualificação de jovens para elaborar e implantar projetos [...]” (CT-ECLET nº 18, 2018, p. 81).

Portanto, a intertextualidade com o discurso do Projeto presente nesses excertos demonstra a valorização de atributos pessoais, como habilidades e competências intrínsecas à caracterização dada pelo programa sobre ser e se reconhecer como uma liderança jovem ou protagonista juvenil em seus territórios: 1) “[...] a gente aprendeu a comunicar com os outros, perdeu a vergonha [...]”; 2) “[...] eu posso sentar ali e escrever um projeto”; 3) “a gente consegue sim tudo que a gente quer, a gente consegue, basta se esforçar, correr atrás”.

Logo, os discursos dos/as jovens fazem uma referência implícita aos sentidos e significados que trazem uma visão de mundo pautada pela política neoliberal, condicionando-os/as a uma autogestão de si diante das consequências do desastre socioambiental, enfatizando a responsabilidade individual e o mérito pessoal como principais fatores de sucesso, responsabilizando os/as jovens pelo êxitos e falhas de seus projetos, que dependem exclusivamente de seu esforço, iniciativa e capacidade para promover a revitalização da Bacia do Rio Doce.

A partir das análises desta temática, a condução formativa de sujeitos promovida pela Fundação Renova no Programa de Lideranças Jovens, foi internalizada pelos/as jovens em sentidos sobre o discurso empresarial, moldando suas percepções e ações, levando-os/as a se identificarem e agirem a partir de uma valorização mercantil. Neste caso, os/as jovens ressaltaram em seus discursos a operação discursiva intrínseca a desenvolver habilidades e competências como valores de mercado. No sentido educativo, os/as jovens são condicionados/as a serem resilientes, tornando-se mais operacionais em situações difíceis. Desse modo, as complexidades impostas pelo desastre socioambiental do rompimento da barragem de Fundão são simplificadas à responsabilidade individual, atribuindo aos indivíduos a culpa pelo sucesso ou fracasso pessoal de seus projetos.

A partir da ACD, constato que a adoção do léxico empresarial é implicada na formação dos sujeitos, conforme Thompson (2011), legitimando sentidos sobre os indivíduos, empoderados e responsabilizados a partir de uma dinâmica do mercado. Em uma relação ideológica e hegemônica, essa abordagem educativa oculta e dissimula as injustiças socioambientais existentes nos territórios atingidos para a construção de um mérito individual na promoção de ações pelos/as jovens em seus territórios.

Ao refletir com o campo da educação ambiental, essas implicações discursivas conformam uma tendência educativa similar à orientação pela educação para o desenvolvimento sustentável (EDS). Conforme Henning e Ferraro (2022, p. 05), “a EDS encontra em uma educação voltada ao empreendedorismo, o campo fértil para produzir

um debate seletivo e superficial em torno da sustentabilidade”. Com base neste fundamento, a EDS compõe e fortalece uma racionalidade neoliberal normatizando práticas da chamada responsabilidade social que integram as políticas do sistema capitalista e neoliberal.

Sob a perspectiva da ecologia política e da educação ambiental crítica, modos de ser, pensar e agir são condicionados sob a ótica da agenda neoliberal, apartando sujeitos da luta socioambiental para a autogestão de si. A educação para o consenso se forma em torno de empreender soluções pontuais para os problemas impostos por relações desiguais de poder, contudo, sem que se coloque em debate as desigualdades e as responsabilidades pelas degradações socioambientais geradas (Layrargues, 2020; Loureiro, 2012; Loureiro e Lima, 2012).

Desta forma, desastres socioambientais, como o rompimento da barragem de Fundão, passam a ser reificados e naturalizados. Desse modo, sujeitos são incentivados a se verem como empreendedores de si, capazes de superar as adversidades, através da resiliência ao invés da resistência na luta política e coletiva. No lugar de se identificarem como afetados por um sistema desigual que perpetua injustiças socioambientais, vão sendo mantidas as relações de dominação em territórios atingidos pela mineração.

7.2 SER LIDERANÇA JOVEM E PROTAGONISTA PARA GERIR PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NOS TERRITÓRIOS

O foco central dessa temática foi analisar como, através dos/as jovens, o discurso sobre o protagonismo juvenil (Souza, 2009), essência da formação de Lideranças Jovens e intrínseco aos conceitos de resiliência e empreendedorismo (Passatti; 2013; 2018; Oliveira, 2012), foi assimilado pelos/as jovens participantes do Projeto Júpiter. Nesse sentido, o discurso do protagonismo juvenil toma parte na maneira como os/as jovens se identificaram enquanto representantes, colaboradores e responsáveis por resolver problemas socioambientais em seus territórios.

Com base na ACD (Fairclough, 2003; 2001), as operações discursivas abordadas nesta temática estão conectadas à prática social da Fundação Renova e de suas organizações parceiras na formação de Lideranças Jovens. Isso se reflete por meio de uma intertextualidade, quando as entrevistas se articulam com as representações discursivas propostas pela formação, na maneira como os/as jovens se identificaram e

agiram para desenvolver propostas educativas ambientais de intervenção nos territórios afetados.

Desta forma, os discursos analisados ressaltaram uma autoidentificação com significações discursivas operadas pelas intenções pedagógicas do curso, em formar jovens para gerirem projetos e solucionar problemas, como uma capacidade intrínseca do/a jovem, em ser ator/a e protagonista principal das mudanças necessárias para a bacia do Rio Doce:

“Pra mim, ser um jovem júpiter é ser um jovem liderança, ser alguém que pode fazer, pode transformar o meio onde você vive, sabe? Que pode trazer uma diferença para uma realidade que você já vem enfrentando há muito tempo... Ser um jovem que pode inspirar a outras pessoas a seguir caminhos parecidos com o seu, sabe? Sair da sua zona de conforto [...] passar a fazer a diferença aonde que você vive [...]” (Entrevista Jovem Liderança Andromeda, 2023).

A partir da ACD, este excerto revela tanto o significado acional quanto o relacional do discurso do/a jovem em relação à formação de Lideranças Jovens da Fundação Renova (Fairclough, 2003; Vieira; Resende, 2016). O trecho evidencia uma identificação relacional do/a jovem com o discurso de liderança, na qual se pressupõe que “ser um jovem Júpiter” implica “ser um jovem liderança”, assumindo, assim, esta identidade. Tal pressuposição é reforçada por uma intertextualidade que conecta o discurso do/a jovem com os discursos da organização social parceira da Fundação Renova, associando o significado de ser líder como: “ser alguém que pode fazer, pode transformar o meio onde você vive [...]” “trazer uma diferença [...] inspirar as outras pessoas [...]” “passar a fazer a diferença [...]”.

Portanto, a intertextualidade (Fairclough, 2001; 2003) se manifesta na forma como o discurso do/a jovem incorpora e recontextualiza elementos discursivos promovidos pelo Projeto Júpiter sobre o protagonismo juvenil e ser jovem liderança, articulando-os em seus próprios discursos e práticas. Do mesmo modo em que se destacou em outros excertos, há uma internalização do discurso dominante que define o que significa ser jovem e líder a partir do protagonismo juvenil:

1) Então, ser jovem júpiter é saber que nós somos jovens que fazemos a diferença. Para mim todos os júpiteres eles conseguem fazer a diferença, são jovens participantes, ativos e que conseguem fazer a diferença, é essa visão que eu tenho do júpiter e ser um júpiter (Entrevista Jovem Liderança Luar, 2023).

2) Eu sou uma jovem liderança que representa a minha comunidade mesmo [...] eu acho super importante porque eu procuro me envolver

sempre em assuntos que não são de interesse próprio, mas sim da minha comunidade como um todo [...] se eu entrei no júpiter e peguei esse título de liderança, então vamos liderar então, isso aí! (Entrevista Jovem Liderança Sol, 2023).

3) Eu acho que quando a gente aprendeu a ser jovem júpiter [...] a gente aprendeu muito disso, de você poder fazer a diferença (Entrevista Jovem Liderança Andromeda, 2023).

Portanto, essa identificação relacional (Vieira, Resende, 2016), como forma de assumir este papel e se identificar como jovem líder e protagonista, expressou-se a partir da posição que os/as jovens assumiram em ser uma liderança (“nós somos jovens que fazemos a diferença”), responsabilizando-se, com destaque aos termos, por “fazer a diferença” e representar “a minha comunidade”. Desta forma, adotam e incorporam o discurso do protagonismo juvenil, exemplificado pela afirmação metafórica que envolve posicionar-se e identificar-se com as qualidades e responsabilidades associadas ao papel ensinado, e, portanto, a ser desempenhado por uma liderança: “eu [...] peguei esse título de liderança, então vamos liderar então [...]”.

Conforme Souza (2009), a partir do discurso do protagonismo juvenil, os/as jovens se declararam agentes de intervenções em seus territórios, apoiados/as pela Fundação Renova. Neste contexto, são incumbidos/as a empreenderem soluções por meio de seus projetos e propostas de intervenções, para, assim, apontarem seus resultados concretos:

1) “Tem queimada ainda, apesar que não pode, e isso no caso é ruim. Aí a gente tem que ir tentando pra poder ver se acaba com isso” (Entrevista Jovem Liderança Aurora, 2023).

2) “É nossa oportunidade! E a gente como jovem que temos que fazer! [...] Porque as pessoas mais velhas... Elas assim, não tem tanta consciência [...] E foi daí também que a gente tirou a ideia da revitalização, utilizar o Projeto Júpiter para isso.” (Entrevista Jovem Liderança Andromeda, 2023).

3) “[...] E não é cultural também, as pessoas aqui tinha, ou tem ainda, algum costume de jogar lixo no chão, sabe... mas é uma coisa que eles não... Não foram educados assim [...] a minha proposta inclusive foi evidenciar essa questão do lixo [...] a gente fixou muito essa ideia aí de jogar lixo no lixo pra preservar o nosso rio [...] a gente falou muito sobre isso [...]” (Entrevista Jovem Liderança Sol, 2023).

4) “Então tipo assim, isso aí deu resultado [...] então é, tá contribuindo com o meio ambiente” (Entrevista Jovem Liderança Luar, 2023).

Em comum, nos discursos dos/as jovens há uma representação de práticas relacionadas a uma questão ambiental, envolvidos/as, assim, a encontrar soluções para os problemas ambientais que identificaram, baseando-se na oportunidade de construir projetos como intervenções que gerem resultados. De forma homogênea, os/as jovens se posicionaram como objeto e agentes de intervenções, ou seja, o grupo que se tornou alvo de ações, como aprender a fazer projetos, como também o grupo que assume o papel responsável por implementar, conduzir e realizar as intervenções em seus territórios: 1) “a gente tem que ir tentando pra poder ver se acaba com isso”; 2) “a gente como jovem que temos que fazer!”; 3) “a gente fixou muito essa ideia aí de jogar lixo no lixo”.

De acordo com as análises dos excertos, a relação pronominal “a gente”, no lugar de “nós”, relaciona-se com a construção de uma identidade coletiva sobre o ser jovem. Essa construção de uma identidade coletiva, segundo Thompson (2011), representa de forma ideológica e hegemônica uma unificação, assumindo simbolicamente um referencial padrão proposto como fundamento partilhado. Do mesmo modo, as expressões destacadas nos excertos das entrevistas respondem ao significado do ser jovem júpiter e do protagonismo juvenil construído através do curso já destacado anteriormente: “o jovem carrega em si a crença que tudo pode e que pode transformar tudo” (Cadernos Projeto Júpiter, 2022, p. 07).

O discurso do protagonismo juvenil quando assumido pelo/a jovem, segundo Souza (2009, p. 10), procura construir sentidos de participação social, encenando uma atuação política muito distante das intenções de subverter as estruturas dominantes, ou seja: “a política é anulada, de um lado pela prescrição do fazer coisas como forma de participação, e de outro, pelo próprio discurso que forja o consenso e impede a fala autônoma e transgressora”.

Com isso, através de seus discursos, os/as jovens evidenciaram como assumiram papéis de protagonistas e líderes. A partir dos excertos destacados, ressaltaram suas ações dentro de propostas educativas ambientais que funcionam como práticas de protagonismo, assumindo a responsabilidade por melhorias ambientais em suas comunidades de uma maneira técnica e pragmática. No entanto, esse processo também suprimiu as diferenças de poder, bem como a diversidade de identidades e experiências que caracterizam esses/as jovens, moldando suas representações como uma maneira ilusória de participação política pela reparação na bacia do Rio Doce. Isso quer dizer que, valendo-se dos recursos e ferramentas disponibilizados pela Fundação Renova a partir do Projeto Júpiter (CPCD), as intervenções dos/as jovens foram guiadas a

gerenciar resultados, sendo possível, assim, mensurar e avaliar o sucesso das propostas segundo o princípio da eficácia: 4) “[...] isso aí deu resultado [...] então é, tá contribuindo com o meio ambiente”.

De acordo com a educação ambiental crítica, esses discursos atribuem sentidos e significados de uma maneira hegemônica e pragmática sobre o pensar e agir através da educação ambiental. A prática educativa é proposta como um instrumento de intervenção para solucionar problemas, como queimadas, desmatamento e lixo, alçando promover uma conscientização homogênea sobre as pessoas, conforme se destaca na expressão: “não foram educados assim”.

Dessa forma, as problemáticas sociais e ambientais presentes nesses territórios impactados pela mineração foram internalizadas de maneira instrumentalizada e pragmática, incorporando a educação ambiental como um meio para atingir determinado fim. Isto é, as causas dos problemas socioambientais dessas comunidades resultariam de uma suposta falta de educação, consciência humana e de aspectos culturais negativos que necessitam de intervenções pontuais (Loureiro, 2012; 2019).

Os excertos destacados nas entrevistas que compreendem esta temática, destacaram o diálogo dos/as jovens com a formação construída para eles/elas. Dessa maneira, sentidos sobre o protagonismo juvenil foram assimilados à luz dos conceitos de resiliência, sustentabilidade e empreendedorismo, trazendo implicações sobre a educação ambiental em seus discursos e práticas. Oliveira (2012) argumenta que esses conceitos, como parte de uma abordagem educacional, enfatizam o desenvolvimento cognitivo e a construção de uma sociedade disciplinar. Essa abordagem foca no desenvolvimento de competências e na capacidade criativa de superação frente às crises humanitárias e de desastres socioambientais como meio de sobrevivência. No entanto, ao estruturar uma conduta esperada de pacificação de conflitos, há uma tendência a dissimular as complexas relações de poder que colocam as pessoas em situações de risco e vulnerabilidade. Assim, o conceito de resiliência se torna significativo ao ser implementado no contexto do protagonismo juvenil, conduzindo sentidos entre os/as jovens como uma capacidade de negociar e adaptarem-se às adversidades, muitas vezes sem considerar as intrínsecas assimetrias de poder existentes.

Ao destacar as abordagens educativas ambientais reproduzidas pelos/as jovens em suas entrevistas, identifiquei uma validação de pequenas ações individualizadas como meios para alcançar resultados. As entrevistas com os/as jovens evidenciaram, portanto, as avaliações (Vieira e Resende, 2016) como uma maneira de enfatizar essa validação de pequenas ações para obter resultados tangíveis:

- 1) “Eu aprendi que pequenos né... Que pequenas coisas trazem grandes resultados” (Entrevista Jovem Liderança Luar, 2023).
- 2) “Eu acho que é possível transformar o mundo, então o Projeto Júpiter veio justamente pra mostrar também isso, de uma maneira é... Prática!” (Entrevista Jovem Liderança Estrela, 2023).
- 3) “Jovens lideranças né [...] Igual eu falei assim, cada um acha que pode fazer uma partizinha ali né, mudar de alguma forma.” (Entrevista Jovem Liderança Celeste, 2023).
- 4) “Inclusive, surtiu um efeito educativo muito legal! [...] têm as lixeiras mas elas não vão jogar [no chão], vão jogar na lixeira, e foi isso que foi feito.” (Entrevista Jovem Liderança Sol, 2023).

De acordo com a ACD, as afirmações avaliativas referem-se ao modo com que os sujeitos se identificaram e se relacionaram com os aspectos construídos pela formação de Lideranças Jovens (Vieira; Resende, 2016), isto é, avaliar, mensurar e afirmar como positivo o aprendizado de: 1) “pequenas coisas trazem grandes resultados”; 2) “é possível transformar o mundo [...] de uma maneira prática”; 3) “cada um acha que pode fazer uma partizinha ali né, mudar de alguma forma” e; surtir um 4) “efeito educativo muito legal! [...] vão jogar na lixeira” o lixo.

As práticas educativas adotadas pelos/as jovens e destacadas em seus discursos, ao se identificarem como jovens líderes, refletiram sobre uma internalização da responsabilidade de identificar um problema e trazer uma solução prática para ele. Conforme discutido por Passetti (2018), essa perspectiva se alinha à política neoliberal, especialmente quando se trata de gerir problemas ambientais complexos de forma pragmática e orientada a atender resultados. De maneira semelhante ao que observa Martins (2009), no contexto do projeto político da terceira via sob a hegemonia neoliberal, as gerações são instigadas a abordar os problemas contemporâneos como oportunidades de crescimento, engajamento e empreendedorismo, o que desarticula a perspectiva de interesse de classe.

Identifico, assim, operações ideológicas e hegemônicas que permearam a construção de uma educação ambiental manifestada a partir dos/as jovens, o que pode naturalizar as desigualdades, limitando o potencial político das resistências e minando as possibilidades de transformações sistêmicas. A educação ambiental guiada pelo protagonismo juvenil e orientada para a resiliência e sustentabilidade se alinha às orientações internacionais normativas de uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) (Henning, 2019; Henning; Ferraro, 2022). Presente, assim, de

maneira implícita nos discursos dos/as jovens, a EDS passa a integrar preocupações ecológicas guiadas pelo crescimento do mercado por uma racionalidade neoliberal, como destacado nos excertos: 1) “[...] Eu aprendi que [...] pequenas coisas trazem grandes resultados”; 2) “[...] é possível transformar o mundo [...] de maneira prática!”; 3) “[...] cada um [...] pode fazer um partizinha ali [...] mudar de alguma forma”.

Como implicações para a educação ambiental, as questões socioambientais são deslocadas para uma perspectiva comportamental e adaptativa, dissociada da luta socioambiental, reproduzindo acriticamente valores e comportamentos, domesticando o imaginário a um padrão hegemônico de indivíduos guiados pelo bom senso em relação à natureza. Portanto, os excertos destacaram a internalização de uma educação ambiental que reforça o consenso no enfoque da ação individual em detrimento de uma análise crítica das relações de poder e da exploração das empresas mineradoras presentes nesses territórios, como no sentido discursivo referente a cada um fazer a sua parte (Henning; Ferraro, 2022; Layrargues, 2020; Loureiro, 2012; 2019).

Diante do exposto, as análises que integram esta temática apontaram para os aspectos discursivos privilegiados pelos/as jovens em suas entrevistas, demonstrando como eles/elas ajustaram seus discursos as posições dominantes. Neste caso, as significações discursivas sobre ser liderança jovem e ser jovem júpiter consolidaram uma relação identificacional dos/as jovens com o protagonismo juvenil, implicando na retórica de discursos educativos ambientais de maneira pragmática e convencional, em que os/as jovens apontaram para problemáticas ambientais pontuais e buscaram gerir e solucionar esses problemas por meio de projetos.

Ressoando sobre sentidos de uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), fundamentadas pelas políticas neoliberais, a internalização desses discursos retira a complexidade pedagógica e política dos problemas socioambientais que afligem as comunidades da bacia do Rio Doce. Desse modo, os discursos dos/as jovens refletiram uma visão dominante e de supressão de suas formas autônomas e transgressoras de pensar e agir perante os desdobramentos do desastre socioambiental.

Com base nos resultados apresentados, a próxima seção procura discutir as limitações da autonomia identificadas pelos/as jovens, que construíram, assim, seus questionamentos sobre o processo de formação de Lideranças Jovens. Nesta próxima seção, analiso como a integração sobre o discurso do protagonismo juvenil demonstra, também, suas contradições, sendo este discurso posto em questionamento para moldar a autonomia dos/as jovens e seu pensamento crítico. A partir dos/as jovens, demonstro que existiram outras maneiras de pensar e construir os seus projetos educativos

ambientais em relação aos seus territórios, principalmente, ao buscarem questionar as problemáticas trazidas pelo rompimento da barragem de Fundão, as empresas mineradoras e a atuação da Fundação Renova. Porém, esses/as jovens se viram limitados a desenvolverem tais projetos e acrescentarem os seus questionamentos, para que, assim, pudessem atender as diretrizes da Fundação Renova através do Projeto Júpiter.

7.3 SIGNIFICAÇÕES SOBRE A AUTONOMIA LIMITADA: QUANDO JOVENS QUESTIONAM E CONTRADIZEM OS DISCURSOS DOMINANTES

Nesta seção, procuro evidenciar as contradições latentes do processo de formação de Lideranças Jovens da Fundação Renova no Projeto Júpiter. Conforme Fairclough (2001; 2003) aponta, permearei, aqui, as leituras resistentes que partiram dos/as jovens, ao se colocarem como sujeitos sociais na defesa de suas experiências particulares, capazes de indicar outros modos discursivos e práticos na luta hegemônica, respondendo aos elementos intertextuais e dominantes dos discursos empresariais.

Para a construção desta temática, foram marcantes e recorrentes entre os/as jovens reações na dimensão discursiva. Considero que essa maneira de reagir e se posicionar diante dos sentidos discursivos da Fundação Renova são formas de resistência, principalmente quando os/as jovens manifestaram a tentativa de trazer a problemática da mineração em seus projetos, questões vivenciadas por eles/elas, citando também as desigualdades impostas pelo processo de reparação conduzido pela Fundação Renova.

Portanto, nas análises desta seção, evidencio como essa promessa protagonista e de autonomia do/a jovem foi limitada. Essa perspectiva dialoga com Souza (2009) ao problematizar a construção discursiva do/a protagonista juvenil, que, segundo a autora, inibe a fala autônoma e transgressora:

[...] exalta-se a possibilidade de participação dos jovens no planejamento, execução e avaliação do projeto. Contudo, a participação dos jovens não interfere na essência do projeto, ou seja, como busca dos meios mais adequados para a realização de metas predefinidas ou busca de soluções mais eficazes para problemas previamente diagnosticados; [...] Em suma, o pressuposto de que o projeto é a estratégia de mudança social não é afetado pela participação dos jovens (Souza, 2009, p. 19).

Partindo dessa fundamentação, considero o seguinte excerto que permite o aprofundamento dos detalhes críticos para esta análise discursiva: “Eu fui conquistada pelo pôster [...] Aí lá no pôster fala ‘vem fazer a diferença na sua comunidade!’... Então eu fui conquistada pelo pôster [...] Achei que dava pra fazer muita coisa né! Aquela ilusão [...]” (Entrevista com a Jovem Liderança Luar, 2023).

De acordo com Fairclough (2001; 2003), este trecho ilustra uma articulação intertextual, quando o/a jovem toma por referência o panfleto publicitário do Projeto Júpiter (ilustrado na figura 4 desta tese). O/A jovem cita diretamente as palavras utilizadas neste panfleto que chamou a sua atenção, atraindo o seu interesse (“vem fazer a diferença na sua comunidade!”), levando-a/o criar uma expectativa sobre sua participação no Projeto Júpiter. Portanto, o/a jovem utiliza do sentido figurado para exemplificar a relação entre sua expectativa com a sua experiência: “eu fui conquistada pelo pôster [...] aquela ilusão”.

Logo, a partir de sua participação, o/a jovem reage de maneira contrária aos elementos discursivos do anúncio tomados por ele/ela como referência. Desse modo, o/a jovem revela uma “ilusão”, uma expectativa não atendida sobre o que de fato ocorreu conforme seu ponto de vista. Souza (2009, p. 17) afirma que o discurso do protagonismo juvenil “ao prescrever o fazer como a nova forma de política, fornece ao indivíduo a ilusão do domínio e da previsibilidade sobre a vida política, enfim, a ilusão do poder”.

O questionamento produzido pelo/a jovem, portanto, desafia o que foi cogitado pelo discurso normativo do protagonismo juvenil, quando o/a jovem espera ter o domínio sobre algo que pretendia criar e, assim, contribuir para sua comunidade da sua maneira. Essa crítica destaca uma contradição: a promessa da realização sobre o “fazer a diferença” como uma oportunidade de atuação social, porém limitada, pois, para concretizar um projeto em sua comunidade, o/a jovem precisava se adequar aos requisitos impostos pela Fundação Renova:

“Eu lembro que fiquei frustrada! [...] Fiquei frustrada que eu sonhei alto... Que eles falou que podia né! Aí, eu, depois, eu tive que reduzir meu projeto a cinzas... Foi essa sensação que eu tive [...] Tive que reduzir [...] aí eu fui pelos critérios [...] aí eles foram mais transparentes, falaram sobre né, a questão do edital [...]” (Entrevista com a Jovem Liderança Luar, 2023).

O Programa de Formação de Lideranças Jovens da Fundação Renova anunciou projetos utilizando a metáfora do sonho, mas, na prática, o/a jovem relatou um controle

empresarial sobre a forma como deveriam realizar esse sonho, pensar, criar e relacionar as problemáticas ambientais com as questões sociais presentes em seus territórios, devendo, assim, assimilar noções corporativas para si e sobre os seus projetos, de acordo com as diretrizes formuladas pelos editais da Fundação Renova.

Nesse sentido, o/a jovem traz a relação entre o projeto e o sonho, utilizando de metáforas para estabelecer o contraste entre o que esperava criar como jovem liderança e o que foi produzido na prática: “sonhei alto... Tive que reduzir o meu projeto a cinzas”. Portanto, a intertextualidade se manifesta por meio da ironia (Fairclough, 2001), marcando sua maneira de contradizer os discursos dominantes e desvelando um controle sobre o modo de atuar a partir da criação de projetos na formação de Lideranças Jovens, ou seja, ter que seguir os “critérios” e “a questão do edital”.

Outro aspecto importante marcado nas entrevistas com os/as jovens foi a representação dos atores sociais (Vieira; Resende, 2016; Fairclough, 2003). Dessa maneira, o uso do pronome “eles”, constantemente, trouxe como referência a Fundação Renova, sendo esta uma categorização por funcionalização (Vieira; Resende, 2016), representando, através do uso pronominal, os agentes do processo como aqueles que validam as ações dos/as jovens. Portanto, os/as jovens demonstraram, a partir de seus discursos, compreender o controle sobre a maneira em que deveriam atuar nos territórios por meio de seus projetos:

1) “A gente fazia um manuscrito mandava e eles tinham que aprovar.” (Entrevista Jovem Liderança Aurora, 2023).

2) “Quando a gente criou o nosso orçamento a gente achou que a verba iria vir pra gente e a gente que iria comprar as coisas [...] Quando nosso projeto foi aceito, eles mandaram falar que não iria ser bem assim [...] Tem coisa assim, que a gente viu que precisava [...] eles não deixaram a gente acrescentar no projeto! A gente teve que ficar sem...” (Entrevista Jovem Liderança Andromeda, 2023).

3) “Eles não deixavam a gente fazer o acerto de contas. Tanto é que, tipo assim, a gente nem pôde escolher nem muito assim, material... Onde queria comprar... A preferência nossa era que fosse local [...]” (Entrevista Jovem Liderança Luar, 2023).

Desta forma, os/as jovens marcaram em suas entrevistas a manutenção sobre os seus modos de fazer e saber, considerando as escolhas lexicais para as representações dos atores sociais, como demonstrado no segundo excerto destacado: “[...] eles mandaram falar que não iria ser bem assim [...]”.

Ao trazerem o uso do pronome “eles”, como referência a Fundação Renova, seguido do verbo “mandaram”, os/as jovens posicionaram a organização como um agente personalizado e de posição hierárquica acima dos demais – dos/as jovens e da organização parceira CPCD, como aquela que manda e autoriza, moldando e limitando suas interações, intenções e ações (Fairclough, 2003).

Em torno dessas características analíticas, destaco nesses discursos um questionamento sobre o modo como deveriam fazer os seus projetos, revelando, pelos/as jovens, relações de poder desiguais (Fairclough, 2015; Thompson, 2011). Desse modo, os/as jovens provocaram, em seus discursos, o contraditório, questionando a limitação protagonista em que eles/elas acreditavam ter, conforme destacado em outro excerto: “quando o projeto estava pronto, na nossa cabeça era assim [...] a gente estava pensando que ia ser de um jeito e foi de outro” (Entrevista Jovem Liderança Andromeda, 2023).

De acordo com Thompson (2011), esses discursos colocam em questão as estratégias típicas de construção simbólica de operação ideológica empresarial. Nesse sentido, evidenciam uma dissimulação do Programa de Lideranças Jovens, já que o que foi efetivamente implementado encontra-se com a finalidade e a permissão do grupo dominante. Logo, os/as jovens manifestaram, por meio de seus discursos, a maneira limitada como suas expectativas foram atendidas, já que deveriam se integrar as regras e atestar o êxito de suas atividades conforme o recurso e o tempo disponível, bem como os papéis assumidos de jovens lideranças (Souza, 2009).

A partir disso, os/as jovens procuraram expressar suas outras formas de saber e agir, argumentando sobre outros projetos que pretendiam realizar e que envolviam os problemas socioambientais de suas comunidades como estratégia de luta política, elementos esses registrados pelas entrevistas e em caderno de campo. Esses projetos envolviam o tratamento de esgoto, a revitalização de uma área pública para criar um espaço educacional acessível para crianças em situação de vulnerabilidade e a relação da reciclagem trabalhada em conjunto com a associação de catadores de materiais recicláveis da cidade. A identificação deste elemento de luta política situa-se na seguinte fala:

“É... Pra servir de lição mesmo pras empresas que tão aqui, que trabalham até mesmo pra Samarco e pra Vale, pra ver que a gente tá tentando lutar pra manter isso aqui que sobrou né [...] A gente tá tentando lutar contra aquilo, com o estrago que eles fizeram pra gente, que a gente tá tentando ainda lutar e sobreviver apesar de tudo [...]” (Jovem Liderança Celeste, 2024).

Este excerto ilustra o que parte das entrevistas destacou como uma oposição crítica em relação às empresas de mineração e os impactos provocados pelo rompimento da barragem de Fundão. Nesta análise, o/a jovem abre a possibilidade para manifestar sua opinião e enunciar outra maneira de pensar e agir, colocando questões que não foram destacadas pelo Projeto Júpiter. Portanto, a partir da modalidade (Fairclough, 2003), o/a jovem afirma um desejo e uma necessidade, utilizando o verbo “lutar”. A utilização desse verbo se repete no excerto e enfatiza outra maneira de perceber sua ação por meio do desenvolvimento de projetos para sua comunidade: “a gente tá tentando lutar pra manter isso aqui que sobrou né”.

Desse modo, o/a jovem procura subverter o sentido empresarial, destacando os atores sociais responsáveis pelos problemas gerados na região, devendo ser essas empresas o alvo da lição educativa, responsabilizando-as: “Pra servir de lição mesmo pras empresas que tão aqui, que trabalham até mesmo pra Samarco e pra Vale [...]”. Portanto, tal fala destaca uma indignação, uma construção do/a falante silenciada e contraditória, já que são ressignificadas pelo/a jovem o modo de ser liderança jovem e a oportunidade de criar projetos, mesmo que por meio da Fundação Renova, no sentido de luta e resistência.

Tendo isso em vista, através das entrevistas, os/as jovens destacaram outras maneiras de pensar a educação ambiental. Como discutido por Layrargues (2020), a indignação superou o imaginário determinado de um sujeito ecológico, partindo de uma reação dos/as jovens a necessidade de abordar criticamente a mineração e o desastre socioambiental como questionamento sobre o que está posto, buscando, assim, outras formas de subverter o sentido hegemônico.

Partindo dessa reflexão, identifico nas entrevistas sentidos sobre como estes/as jovens procuraram combinar a denúncia com o anúncio, dissociando do discurso de uma educação ambiental hegemônica e procurando enfatizar outro modo de olhar para as questões socioambientais em seus territórios:

- 1) “Falar que aquilo ali é obra da natureza, sabe? Eu sei que não é! Foi devido ao rompimento mesmo... E é uma dificuldade que as pessoas tem hoje de falar [...]” (Entrevista Jovem Liderança Luar, 2023).
- 2) “Do mesmo jeito que a gente falava sobre ‘não pode jogar lixo no lixo...’ a gente falava também do rompimento da barragem!” (Entrevista Jovem Liderança Luar, 2023).
- 3) “Eu acho assim, que eles não deveriam olhar somente o meio ambiente [...] Eu vejo aí, eles estão fazendo cercas, eles estão fazendo isso mas não estão preocupando com o conforto das pessoas também,

com a saúde das pessoas [...]” (Entrevista Jovem Liderança Celeste, 2023).

Diante disso, os/as jovens apontaram para o aspecto problemático dos discursos empresariais que emergem em seus territórios e sobre o aspecto educativo ambiental que naturaliza os impactos, questionando assim, a relação entre os problemas sociais e ambientais advindos do rompimento da barragem de Fundão.

Para Chouliaraki e Fairclough (1999), esses discursos tornam-se passíveis de reflexão e da ação transformadora, avançando sobre a reprodução acrítica concebida pelos discursos empresariais para uma reivindicação sobre a problemática gerada pelo desastre: “Do mesmo jeito que a gente falava sobre 'não pode jogar lixo no lixo...' a gente falava também do rompimento da barragem!”.

Esses discursos são considerados subversivos no contexto do campo da educação ambiental, uma vez que, como destacam Loureiro (2012) e Layrargues (2020), propõem superar a indiferença em relação aos conhecimentos ecológicos. Os/as jovens, ao problematizarem questões como as consequências do rompimento da barragem de Fundão, buscaram destacar a importância de abordar e relacionar esses temas de maneira mais crítica.

No entanto, frente à contestação dos/as jovens como movimento subversivo, a função particular do discurso dominante surge através da negação do pensamento insurgente do/a jovem. Ao expressarem suas percepções sobre a realidade de suas comunidades e a problemática do rompimento da barragem de Fundão, os discursos de indignação dos/as jovens foram submetidos a um controle e poder que limitou o que poderiam dizer, fazer e pensar em relação a educação ambiental e a problemática da mineração, para que, assim, seus projetos fossem aceitos pela Fundação Renova:

1) Não é legal né! Você chegar pra empresa e falar sobre o rompimento, né... Que isso é culpa do rompimento da barragem [...] todos os lugares que eu fui quando eu falo esse tipo de coisa a pessoa não... Nem sempre recebe muito bem, principalmente se ela tiver alguma ligação [...] com a empresa, ela fica muito receosa [...] Não é bem vindo assim quando você fala do rompimento da barragem, principalmente algo ligado a Fundação Renova. (Entrevista Jovem Liderança Luar, 2023).

2) [O CPCD] pegou e falaram comigo ‘Olha [Celeste], mas eu acho que isso aí não vai ser muito bem legal e tal porque... O que dá engajamento mesmo é meio ambiente’ [...] Poxa, se não vai dar certo, tal, já tá falando que não vai dar certo vou tentar outra coisa [...] (Entrevista Jovem Liderança Celeste, 2023).

3) Já me falaram isso, ‘olha tudo que vem relacionado a Samarco é só sobre meio ambiente, porque o caso da barragem foi um estrago ambiental, então não adianta você tentar fazer uma coisa que não seja é... Em relação ao meio ambiente, não vai ser aceito’ [...] foram o que me falaram, outras pessoas me falaram na rua. (Entrevista Jovem Liderança Celeste, 2023).

Esses excertos demonstram como os discursos dominantes circulam e são legitimados por outros sentidos discursivos. Estes discursos dominantes estão intrínsecos à orientação educativa do Programa de Formação de Lideranças Jovens da Fundação Renova e das empresas de mineração. Os discursos dos/as jovens frisaram a negação como proposições tomadas como já estabelecidas ou dadas a partir de outros produtores do texto: 1) “Não é bem-vindo assim quando você fala do rompimento da barragem [...]”; 2) “[...] pegou e falaram comigo: [...] o que dá engajamento mesmo é meio ambiente”; 3) “Já me falaram isso: [...] tudo que vem relacionado a Samarco é só sobre meio ambiente”. Desse modo, os discursos dos/as jovens demonstraram como a construção crítica de seus saberes sobre suas próprias realidades foi cerceada por outros discursos relacionados à perspectiva empresarial da mineração sobre a questão ambiental.

Para essas análises, destaco a intertextualidade (Fairclough, 2001; 2003) que se manifestou sobre a negação dos discursos dos/as jovens por meio do relato de fala. Para os/as jovens, outros discursos inferiram que, ao buscarem trazer outras referências em seus projetos, relacionando os problemas socioambientais causados pelo rompimento da barragem de Fundão, estas seriam inadequadas ou imprudentes: “não vai ser muito bem legal, e tal [...]”. Dessa maneira, outros textos passam a ser incorporados como positivos por adotarem uma visão empresarial sobre a questão ambiental: “o que dá engajamento mesmo é meio ambiente”.

Essa perspectiva sugere uma abordagem isolada do contexto social, restritas às ações que são consideradas exclusivamente ambientais, sem levar em conta as implicações sociais e políticas mais amplas dessas questões, como destacado no terceiro excerto acima. Ao considerar isso, reflito sobre como os excertos dessas entrevistas exemplificam a maneira pela qual o consenso hegemônico destituiu o pensamento crítico, impondo uma visão única e dominante, inerente ao pensamento empresarial na abordagem das questões ambientais. A partir desses excertos, evidencio um processo de dominação com base no convencimento, conforme nos diz Gramsci (2007), em que, busca-se assegurar uma visão particular de mundo, gestada a partir dos interesses de um grupo dominante. Dessa forma, a assimilação de discursos ambientais hegemônicos na

prática social dos/as jovens foi condicionada por um exercício de poder pelo convencimento, interiorizando comportamentos em formas de pensar a educação ambiental, sentir e estar no mundo com base em uma perspectiva neoliberal: “[...] Poxa, se não vai dar certo, [...] já tá falando que não vai dar certo, vou tentar outra coisa”.

Assim sendo, o consenso hegemônico sobre a questão ambiental através da visão empresarial passou a ser legitimado por meio dos sentidos discursivos que permearam a formação de Lideranças Jovens, frisado no segundo excerto acima: “[...] pegou e falaram comigo [...] ‘o que dá engajamento mesmo é meio ambiente’ [...]” (Entrevista Jovem Liderança Celeste, 2023). Como implicações educativas referentes ao campo da educação ambiental, os/as jovens evidenciaram um deslocamento de suas concepções críticas às empresas de mineração para um ajustamento ao contexto neoliberal a partir do controle e da negação de seus conhecimentos e de seus outros modos de agir perante as suas comunidades para serem aceitos/as.

Layrargues e Lima (2014) argumentam que a educação ambiental promovida pelo mercado tende a distanciar as questões conflitivas da sociedade. Como apontado pelas entrevistas, essa educação ambiental empresarial buscou convencer os/as jovens a promoverem iniciativas ambientais que se alinham com a imagem positiva das empresas, sendo essas promotoras de responsabilidade ambiental apartando as questões políticas inerentes ao desastre socioambiental.

Em conformidade com o que afirma Leff (2003; 2021), a “questão ambiental” lançada pelo sentido empresarial desloca o objetivo de uma reparação que seja verdadeiramente digna, objeto de disputa e de luta das pessoas atingidas para uma questão ambiental despolitizada. Nesse sentido, a exclusão do conhecimento crítico dos/as jovens pela negação de seus saberes e controle sobre seus modos de fazer, ser e estar em suas comunidades ignora a possibilidade de uma construção do conhecimento que seja emancipatório e transformador pela educação ambiental, para que se perpetue uma visão empresarial acrítica e pragmática, deslocando a responsabilidade das empresas mineradoras para os sujeitos, educando-os/as a empreenderem projetos em concordância com as normas das empresas.

Dessa forma, as empresas são posicionadas como promotoras das ações de reparação, convencendo os/as jovens a exercerem o papel de protagonistas no processo de compensação. Esse papel, por sua vez, reduz a possibilidade de construir alternativas políticas e pedagógicas que envolvam outras formas de ser, pensar e agir diante de desastres socioambientais, especialmente quando essas ações são conduzidas por

sentidos neoliberais de resiliência e empreendedorismo, situados por uma educação para o desenvolvimento sustentável.

Os discursos dos/as jovens produziram uma relação de oposição diante dos discursos da Fundação Renova e da organização parceira na formação de Lideranças Jovens no Projeto Júpiter. Desse jeito, ao colocar em voga a crítica e a subversão ao discurso dominante, estes conhecimentos e estas práticas foram constrangidos por outros discursos, deslocados para uma negação e controle do pensamento, produzindo uma legitimação das relações empresariais da mineração (Chouliaraki; Fairclough, 1999; Fairclough, 2003).

A partir do que apontam Resende (2019) e Maldonado-Torres (2018), evidencio, por meio dos discursos dos/as jovens, a produção de sentidos educativos que silencia formas de agir, pensar e ser em suas comunidades. Desse modo, os/as jovens denunciam a construção de sentidos educativos que os restringem e, portanto, conservam uma maneira única de pensar a relação com a natureza e suas realidades, atravessando as dimensões da colonialidade do poder, do saber e do ser. Nessa perspectiva, considero que a negação do conhecimento reflete uma perversidade sistêmica para o lugar do modelo valorizado pela política neoliberal do empreendedor individual, enquanto são frustradas, afastadas e fragmentadas as possibilidades de lutar por condições de uma vida digna e pela justiça socioambiental nos territórios afetados pela mineração. Compreender como essas relações de poder produziram e cristalizaram a conformação social a partir de programas educativos, valendo-se da educação ambiental hegemônica, nos ajuda a convocar e compor outras potencialidades existentes. Ou seja, nos permite incorporar, em um movimento teórico e prático, isto é, político e epistemológico, a possibilidade educativa das lutas socioambientais que foram e são negadas a esses/as jovens.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cada capítulo desta tese uma canção emergiu como epígrafe, trazendo consigo uma trilha sonora que, em sua melodia, poesia e discurso, me acompanhou por toda a jornada desta escrita. Essas canções ecoaram metáforas e vivências que entrelaçaram minha trajetória como pesquisadora, educadora e militante, diante das problemáticas da mineração e suas consequências na educação. Foram companheiras na expressão dos sentimentos que emergiram ao longo do processo: da “fê cega, faca amolada”, de Milton Nascimento, ao rap dos/as jovens que questionam “quanto vale?”, passando pelo samba de Candeia que denuncia o poder pelo dinheiro a partir do uso do ouro e as aflições de milhões de almas. A genialidade de Chico Science revelando o Brasil entre a lama e o caos, enquanto a propaganda se torna a alma de um negócio que carece de alma. O grito das mulheres na canção “Lama”, da Banda Mulamba, clamando por justiça, enquanto o rock de Pitty nos lembra da desconexão anacrônica em que vivemos (“pane no sistema, alguém nos desconfigurou”).

Diante da complexidade e gravidade das questões socioambientais que assolam diferentes territórios no Brasil e no mundo, não há como dissociá-las das injustiças socioambientais provocadas pelo modelo minerador de exploração dos bens naturais. Este modelo minerador de exploração, de maneira intrínseca ao sistema político e econômico neoliberal, compõe o cenário de destruição e de profundas desigualdades e conflitos. Diante de questões cada vez mais urgentes como a crise climática, urge buscarmos as rupturas com as estruturas que conformam o sistema-mundo capitalista moderno-colonial (Porto-Gonçalves, 2020; Ferdinand, 2022). Estruturas essas que nos habitam sob o pretexto do progresso e do desenvolvimento, pela ilusão de uma sustentabilidade de mercado, nos desconectando de nossas raízes, alienando a realidade, nos apartando de conhecimentos outros em relação à natureza e expurgando práticas subalternizadas que emanam das lutas coletivas.

Ao analisar a imposição política e econômica da mineração sobre os territórios, particularmente no contexto de desastres socioambientais, esta pesquisa defendeu a tese de que, o capitalismo, orientado pelo projeto neoliberal, revela uma faceta particular de mercantilização dos desastres. Nesse contexto, o discurso apresenta uma condução educativa empresarial, baseada na educação ambiental de viés conservador, que busca orientar os sujeitos à adaptação nos moldes do empreendedorismo, afastando a crítica e contendo conflitos. Essa condução educativa dissimula as contradições capitalistas,

evidenciadas na barbárie da destruição ambiental, apresentando-as como algo conciliável e individualizado.

Por essa razão, caminhei com a Análise Crítica do Discurso (ACD) em uma proposta transdisciplinar, o que me possibilitou uma compreensão mais ampla do problema sociodiscursivo pesquisado. A partir desta pesquisa, me envolvi em leituras minuciosas por entre os campos da Sociologia, da Ecologia Política, da Justiça Ambiental e da Geografia, me permitindo aprofundar no campo da Educação Ambiental. Nesse sentido, procurei encarar de maneira profunda as dinâmicas desiguais e injustas que perpassam comunidades atingidas pelo modelo minerador, buscando reflexões sobre como a educação ambiental, enquanto campo teórico e prático, pode tanto se direcionar ao fortalecimento das reivindicações por direitos e por justiça socioambiental nestes territórios como se desenvolver pela via de uma perspectiva de um ambientalismo de mercado, mantendo a reprodução social, esvaziando o seu conteúdo crítico, interditando o contraditório, ocultando as contradições e acomodando sujeitos para a conformação socioambiental.

Portanto, espero até aqui, ter atingido o meu propósito de estimular reflexões acerca de por qual educação ambiental estamos lutando, já que, estruturas que conservam a hegemonia de uma política nefasta e neoliberal, principalmente frente às crises socioambientais, têm se difundido na educação brasileira através de uma sustentabilidade corporativa.

Nesse sentido, o estudo sobre desastres socioambientais, a partir do rompimento da barragem de rejeitos tóxicos de Fundão em 2015, tomou parte destas reflexões como um fio condutor. Busquei, assim, desvelar as relações de poder intrínsecas ao modelo empresarial neoextrativista da mineração. Esse modelo empresarial opera sob uma imposição política e econômica que está profundamente enraizada em uma dimensão colonial pelo capitalismo e pelas políticas neoliberais, mantendo assim, uma relação de exploração e espoliação que mercantiliza a natureza e os territórios afetados. A partir disso, discuti o modo como a mercantilização da natureza reverbera sobre uma mercantilização dos desastres socioambientais como expressão da barbárie capitalista.

As estratégias corporativas transcorrem, desta forma, nos territórios e nos centros decisórios políticos e sociais. O conceito de minério-dependência me auxiliou a entender este fenômeno multidimensional relacionado aos discursos pela educação, sendo um conceito latente nesta pesquisa e durante o trabalho de campo. Diante disso, emergiu um ponto de reflexão sobre a hegemonia de projetos educativos que perpetuam o convencimento e o consenso, uma vez que apartam grupos de conhecimentos críticos

referentes às estruturas que os afetam, dificultando o enfrentamento das situações desiguais e injustas.

Sob essa perspectiva, destaquei a dimensão educativa da Fundação Renova. A criação da referida organização, como resposta ao desastre socioambiental associado às empresas mineradoras, ampliou dinâmicas do capital em torno de políticas neoliberais diante de desastres, representando uma tecnologia de resolução de conflitos que desloca o sentido de crime socioambiental para o gerenciamento de desastres. As barragens que se rompem expõem as relações de poder presentes na vida social e deste modo, erguem-se outras barragens construídas parcialmente pelos discursos como forma de manter e instrumentalizar o poder dominante. Neste sentido, aspectos educativos se relacionam ao gerenciamento de desastres por meio da ideologia da responsabilidade social corporativa, guiados para a construção de uma imagem empresarial capaz de convencer sujeitos dos impactos positivos desse modelo de exploração, e com isso, a crença em uma sustentabilidade do projeto minerador.

Com implicações ao campo educacional, refletida no mercado de reparações, esta questão revela uma nova forma de privatização e no uso de um sofisticado discurso empresarial como “governança” e “parcerias” (Rojas; Pereira, 2018). A partir do rompimento da barragem de Fundão, a Fundação Renova exemplifica esta nova relação público-privada, em que diante de desastres socioambientais, organizações privadas passam a oferecer serviços públicos, exercendo um controle significativo sobre bens públicos e adotando princípios empresariais. Embora estas organizações não tenham como objetivo principal a geração de lucro, elas reforçam a mercantilização dos direitos sociais, sustentando práticas corporativas e enfraquecendo políticas públicas universais voltadas para as populações atingidas e em situações de vulnerabilidade.

No dia 25 de outubro de 2024, quase nove anos após o desastre, enquanto esta pesquisa se encerrava, um novo acordo de repactuação saiu da mesa de negociações entre representantes das empresas mineradoras, do Governo Federal, dos governos de Minas Gerais e Espírito Santo, e de órgãos públicos, porém, mais uma vez, sem a participação das pessoas atingidas e encaminhada de forma sigilosa. A repercussão desse novo acordo de repactuação surge no mesmo momento em que um processo judicial, que coloca as empresas mineradoras no banco dos réus, passa a tramitar em Londres, impulsionado pela luta das pessoas atingidas e pelo movimento Revida Mariana para responsabilizar as empresas pelo crime socioambiental.

O novo acordo, assinado no Brasil, instituiu o valor de R\$170 bilhões para as empresas mineradoras, visando uma resolução definitiva para o caso. Com isso, a

Fundação Renova deixará de existir, encerrando suas atividades de forma gradual, em consideração à pauta mobilizada pelos movimentos sociais, que apontam a ineficiência, falta de transparência, descrédito e alto nível de questionamentos judiciais da Fundação. A partir disso, os recursos advindos do acordo de repactuação serão administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a gestão das reparações será direcionada pelo poder público, com algumas ações compensatórias, como a recuperação de áreas afetadas, sob responsabilidade direta das empresas mineradoras.

Desse modo, o novo acordo de repactuação evidencia que a responsabilização privada pelo desastre não foi capaz de atender às demandas e de dar respostas ao cenário devastador causado pelas empresas mineradoras. Ainda assim, o acordo pode preservar as estruturas de poder que condicionam essas empresas a serem vistas como benevolentes e conciliadoras no processo de reparação, não sendo julgadas pelo crime que cometeram, bem como aptas a coordenar projetos e programas educativos que mantêm seu modelo de dominação. Resta agora saber como esse novo processo de repactuação será conduzido nas regiões atingidas, considerando a cooptação política e econômica desses territórios pelas empresas mineradoras e os tensionamentos das lutas dos movimentos sociais e das pessoas afetadas.

É neste contexto que discuto a luta no campo da educação ambiental, uma vez que sua essência educativa, especialmente diante de desastres, está em disputa. A hegemonia do projeto neoliberal tem se fortalecido por meio dos interesses privados que dominam as agendas educativas e ambientais. Assim, a concepção política da sustentabilidade, orientada para o desenvolvimento sustentável, convoca a educação ambiental em programas de responsabilidade social centrados na reparação e compensação dos danos causados. Isso é resultante de uma visão oficializada por organismos internacionais e homogeneizada pelas empresas de mineração na educação, pautando a educação ambiental pelo viés do empreendedorismo.

O empreendedorismo, assim, está intrínseco à noção política da sustentabilidade pela Educação para o Desenvolvimento Sustentável, expressando os interesses privados na educação e produzindo sujeitos pacificados pelas características da essência neoliberal: ser resiliente, flexível e gerir soluções pontuais. Deste modo, em resposta aos desastres socioambientais, inerentes as empresas de mineração, o agenciamento da educação ambiental se caracteriza pela via da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, concretizando o projeto neoliberal em torno deste campo em meio às crises.

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável emerge de concepções ideológicas e hegemônicas de uma educação ambiental conservadora e pragmática, sendo orientada de forma instrumentalizada e prescritiva. Logo, esse tipo de educação guiou a formação de indivíduos diante do desastre socioambiental do rompimento da barragem de Fundão pelo Projeto de Formação de Lideranças Jovens da Fundação Renova. Como exposto em minhas análises, nos documentos definidores do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce, ao propor a Formação de Lideranças Jovens, foram mantidos discursos que conservam essa concepção neoliberal pela educação, nas significações empresariais acerca da resiliência para a sustentabilidade e do protagonismo juvenil.

Os sentidos da resiliência pela via da sustentabilidade e do protagonismo juvenil se entrelaçaram nas análises discursivas, posicionando uma formação dirigida aos/as jovens da Bacia do Rio Doce, situando-os como os/as principais atores do processo de revitalização dos territórios atingidos. A partir da problematização desses discursos, a relação com a juventude proposta pela Fundação Renova se orienta por linguagens como da construção de uma “visão de futuro”, enfatizando as “oportunidades” que emergem de condições de fragilidade e crises decorrentes de desastres. Como efeito, esses/as jovens são provocados/as pela construção metafórica da realização de “sonhos” por meio de projetos. Portanto, a formação proposta baseou-se nos princípios da “aprendizagem baseada em projetos”, focando em habilidades e competências para a mensuração dos resultados das práticas realizadas pelos/as jovens.

Destaco que estes sentidos discursivos, implicados em uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável, não se restringiram à Fundação Renova, pois estão presentes nos discursos de outras organizações sociais parceiras, revelando um padrão comum compartilhado entre tais organizações. Mesmo que não assumam diretamente a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, sua essência educativa permanece enquadrada neste viés.

À luz das discussões teóricas com os campos da educação e da educação ambiental, identifico nestes discursos uma orientação política e educativa neoliberal presente no projeto de Formação de Lideranças Jovens. Isto quer dizer que, perante o desastre socioambiental, ele se propõe a formar gerações para o estímulo da responsabilidade social individualizada, mobilizada pelo empreendedorismo, conduzindo a juventude para solucionar problemas construídos socialmente, pautados em condutas, comportamentos e ações como na tolerância e no trabalho voluntário. Aponto que tais sentidos educativos se distanciam de uma perspectiva crítica da

educação ambiental e dos interesses de classe, podendo convencer sujeitos a uma complacência frente às condições de exploração e alienação.

Frente a tais resultados, enfatizo que esta formação não ofereceu respostas substanciais à complexidade das consequências decorrentes do rompimento da barragem de Fundão. Pelo contrário, o desastre foi silenciado durante o processo formativo e os/as jovens foram convencidos a se formalizarem como novas organizações para pleitear projetos por meio dos Editais Doce da Fundação Renova, mantendo, assim, as estruturas desiguais perpetuadas pelo desastre nesses territórios. Com isso, aponto que esta formação pode desestimular o potencial transformador dos/as jovens, limitados a gerir projetos em conformidade com as exigências das empresas mineradoras, conforme as regras estabelecidas pela Fundação Renova, transferindo a responsabilidade da reparação da bacia do Rio Doce para os/as jovens.

Em diálogo com os resultados das análises discursivas desta tese, sintetizo, aqui, os discursos proeminentes enunciados pelos/as jovens participantes da formação de Lideranças Jovens no Projeto Júpiter, assim como o modo como tais discursos produziram significações sobre a educação ambiental. Desta maneira, as análises dos documentos e das entrevistas com os/as jovens, demonstram a produção de intertextos entre a agência dos/as jovens e a influência das organizações no processo de formação. Isso permitiu identificar como os/as jovens se retrataram e como eles/elas enunciaram suas propostas educativas ambientais para os seus territórios.

Quero destacar que as estruturas que sustentam as relações de poder empresariais da mineração, por meio do discurso educacional, reverberaram nas subjetividades dos/as jovens, moldando-os/as dentro de uma racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016). Embora alguns discursos dos/as jovens tenham contestado a hegemonia do discurso empresarial sobre o rompimento da barragem de Fundão e a autonomia em relação aos seus projetos, estas perspectivas alternativas foram rejeitadas pela organização social parceira da Fundação Renova. Como resultado, os/as participantes foram convencidos/as a manter os sentidos empresariais para que seus projetos fossem aceitos.

Identifico, assim, três amplos discursos fundantes que convergem das análises, vinculando formas de se identificar, agir e pensar com uma educação ambiental direcionada para a racionalidade neoliberal, capazes de moldar nos/as jovens comportamentos empresariais e convencê-los/as a abandonar outras alternativas pedagógicas e formas de se mobilizarem para enfrentar os problemas intrínsecos ao

rompimento, baseadas no conhecimento de suas realidades coletivas e vivências com a natureza.

O primeiro discurso empresarial assumido pelos/as jovens foi o da **resiliência**. Ou seja, a formação de Lideranças Jovens produziu significações educativas referentes a se especializar em empresas de si mesmo para enfrentar as adversidades. Isso quer dizer que, após a formação, os/as jovens passaram a se identificar e assumir papéis em suas comunidades como novas organizações sociais, adaptadas às exigências da Fundação Renova.

Portanto, o discurso empresarial, enquanto expressão da racionalidade neoliberal, se manifestou nos/as jovens sob a forma como justificaram as incertezas relacionadas à implementação e continuidade de seus projetos, o que envolveu: buscar parcerias, encontrar voluntários (em grande medida sendo os próprios familiares), captar e otimizar recursos. Assim, o sentido de resiliência revelou uma autorresponsabilização e autoculpabilização dos/as jovens pelo sucesso e/ou fracasso de seus papéis como lideranças jovens.

Desta maneira, o sentido de resiliência parece ter assumido o lugar da resistência. Ser resiliente como resposta ao desastre socioambiental produziu significações sob a educação ambiental pautando condutas, comportamentos e ações individualizadas que transferiu para os sujeitos a responsabilização por problemas socioambientais de suas comunidades. Logo, os/as jovens foram moldados a encontrar oportunidades frente às situações adversas, engajando-se como lideranças para empreender soluções pontuais que são, em sua essência, problemas estruturais nos territórios. Como consequência, são ocultadas demandas locais urgentes que requerem intervenções políticas e recursos econômicos, a exemplo de serviços públicos como a assistência social, jurídica e psicológica, acesso à educação, lazer e saúde, serviços fortemente impactados pelo rompimento da barragem de Fundão.

O sentido de resiliência do discurso empresarial instrumentalizou uma educação ambiental hegemônica capaz de naturalizar os problemas socioambientais como permanentes ou inevitáveis. Neste caso, os/as jovens ressaltaram positivamente o desenvolvimento de habilidades e competências como valores de mercado. Desta forma, as problemáticas socioambientais de suas comunidades foram postas como desafios a serem superados através de dinâmicas colaborativas e harmônicas, convertidos em práticas para geração de resultados produtivos, mesmo com recursos limitados. Interpreto este discurso, marcado pela orientação educativa do referido processo de formação, como na “pedagogia do copo cheio” ou no “paradigma da abundância e

escassez”, conforme evidenciado nas análises documentais no capítulo 6. Portanto, identifico a construção de estratégias pedagógicas relacionadas a aprender a ser resiliente, que se alinha a sentidos empresariais na significação da educação ambiental hegemônica.

Esta abordagem é colocada como única perspectiva válida para tratar as questões socioambientais, individualizando a responsabilidade pela degradação decorrente do rompimento da barragem de Fundão. Desta forma o rompimento, recai sobre certa essência humana generalizada e falta de conscientização, maus comportamentos, que suprime os nexos estruturais políticos e econômicos que sustentam desastres, degradações e injustiças socioambientais.

Compreendo, assim, que a dimensão discursiva da resiliência, em seu aspecto educativo, pode fragmentar o sentido de coletividade dos/as jovens, além de isolar indivíduos e grupos que buscam outras formas de lutar por seus direitos e os de suas comunidades, suavizando e dissimulando a complexidade dos problemas desencadeados pelo rompimento da barragem de rejeitos tóxicos de Fundão. Cabe ressaltar que, quando os/as jovens, no processo formativo, questionaram as práticas empresariais da mineração e da Fundação Renova, seus discursos críticos não são reconhecidos pelas organizações sociais, logo, evidenciam a legitimação de que esses discursos podem ser problemáticos por adotarem uma postura de contestação, conforme demonstram na prática social. Assim, prevaleceu o sentido de resiliência e o discurso empresarial como resposta a estes questionamentos. Com receio de terem seus projetos rejeitados, os/as jovens passaram a evitar manifestações críticas, resultando em um processo de silenciamento e apassivamento frente às condições impostas, vistas como o único caminho possível, como discutido no capítulo 7.

A resiliência, assim, caracteriza-se por uma confluência perversa na educação ambiental. Além de manter a estrutura de poder hegemônica das empresas de mineração, sustentada pela ideologia neoliberal, também nega os conhecimentos críticos dos/as jovens, manifestados por suas vivências e suas relações com a natureza, relações profundamente alteradas como consequência do desastre. Além disso, valoriza os/as jovens que se sobressaem, reforçando uma lógica meritocrática. No entanto, reflito com o campo da educação ambiental crítica, sobre a inclusão pela educação daqueles/as jovens cujas perspectivas de vida são sistematicamente negadas. Em territórios marcados por vulnerabilidades que se desencadearam em consequência do rompimento da barragem de Fundão, muitos/as jovens enfrentam a exclusão, adoecem, se perdem no uso de drogas e vivem sem acesso a oportunidades dignas de educação, saúde, apoio

psicológico e lazer. Portanto, é importante refletir sobre a perspectiva de educação ambiental na qual esses/as jovens sentem tomar parte, em alternativas pedagógicas que estejam profundamente conectadas com suas realidades, buscando uma vida digna e justiça socioambiental.

Assim, destaco o segundo discurso empresarial predominante entre os/as jovens, que foi o do **protagonismo juvenil**. Os/as jovens assumiram papéis de lideranças a partir dos elementos discursivos do protagonismo juvenil. Isso quer dizer que, ao assumirem a responsabilidade associada ao papel ensinado, o desempenho de ser uma liderança incube em empreender soluções por meio de projetos e propostas de intervenções para seus territórios, apoiados/as pela Fundação Renova. Aqui, emergem sentidos como o de “fazer a diferença”. Desta forma, a concepção de ser jovem é tratada pelas organizações de forma homogênea, sugerindo que todos/as jovens se comportam ou pensam de maneira similar, devendo a juventude, selecionada como liderança, se destacar dos demais jovens dos territórios. Esse sentido atua ideologicamente na padronização da juventude pelo viés da produtividade neoliberal, estabelecendo um modelo a ser seguido, o que, na realidade da bacia do Rio Doce, acaba por deslegitimar a diversidade de identidades que essa juventude representa.

Deste modo, o/a jovem líder se destaca pelas ações que desenvolve em propostas educativas ambientais, como práticas de protagonismo. Ao assumir o papel de protagonista, o/a jovem inverte o sentido de participação política, que passa a ser confundida com uma ação social limitada. Esse processo dissimula sua real participação, forjando um consenso entre interesses divergentes e, ao mesmo tempo, preservando as estruturas dominantes, uma vez que o/a jovem é convencido/a por meio deste discurso empresarial. Assim, o/a jovem se percebe como um/a suposto/a agente de transformação, mas sua atuação é restrita a ações pontuais e restringidas pelos limites empresariais, sem desafiar as estruturas de poder.

Como implicações para a educação ambiental, a prática educativa do/a jovem é proposta como um instrumento de intervenção para solucionar problemas pontuais como desmatamento, queimadas e lixo, incorporando a educação ambiental como meio para atingir determinado fim, de maneira pragmática. Como identifiquei nas análises do capítulo 7, no discurso empresarial há uma clara separação entre o que é considerado um projeto ambiental e um projeto social, o que reforça a visão pragmática e limitada da educação ambiental, como se a prática do/a jovem se restringisse apenas ao cuidado com plantas, animais e água. Esta abordagem simplifica o papel da educação ambiental, desconsiderando suas dimensões sociais e políticas mais amplas. Além disso, as causas

de problemas socioambientais, ressaltadas pelos/as jovens, são salientadas como resultado de uma suposta falta de conscientização humana, falta de educação e de aspectos culturais negativos que necessitam de intervenções educativas.

Desta maneira, os/as jovens, ao se identificarem com o discurso do protagonismo juvenil, validam pequenas ações individualizadas como caminho para atingir grandes resultados, reforçando o sentido hegemônico da educação ambiental pautada no “cada um faz a sua parte”. Este enfoque pragmático foi destacado nos resultados das análises documentais e nas entrevistas com os/as jovens, enfatizando a valorização de “resultados tangíveis”.

Compreendo que, a partir do discurso do protagonismo juvenil, as causas e consequências do rompimento da barragem de Fundão são reificadas por meio de projetos pontuais que descontextualizam o desastre e silenciam a discussão. O problema passa a ser tratado como algo do passado, trazendo oportunidades de atuação, enquanto questões como a poluição e o lixo são apresentadas como exemplos de educação ambiental de maneira superficial. Este discurso não só minimiza as responsabilidades das empresas, como também dissimula os riscos e incertezas relacionados às contaminações pelos rejeitos tóxicos, que permanecem presentes nas águas, no solo e nos quintais das pessoas.

O discurso do protagonismo juvenil oculta as injustiças socioambientais e essa crise mais ampla que afeta a natureza, a vida social e emocional das comunidades atingidas. É um discurso que procura construir a imagem de sujeitos ativos, desde que esta atividade esteja alinhada aos interesses do mercado, levando-os a se engajar em iniciativas que atendem às demandas do capital. Ao mesmo tempo em que esse discurso desmobiliza a luta por justiça e as reivindicações por mudanças significativas que demandam mobilização coletiva, promove uma ilusão de proatividade e sustentabilidade, dissimulando as questões estruturais que provocam desastres socioambientais.

O discurso da **autonomia limitada** se destaca como o terceiro discurso predominante entre os/as jovens, marcado pela intertextualidade com os discursos das organizações sociais, que, por sua vez, dialogam com o discurso empresarial. Por meio dele, quero enfatizar que os/as jovens manifestaram contradições em relação aos discursos dominantes, questionando a formação de lideranças promovida pela Fundação Renova, desafiando a função ideológica e hegemônica empresarial da mineração. No entanto, ao contestar os discursos das empresas de mineração, esse pensamento crítico acabou sendo negado pela empresa no processo formativo. Identifico que essa negação

é legitimada por outros discursos e como estratégia pedagógica que busca convencer os/as jovens a aderirem ao discurso empresarial, por meio da educação ambiental hegemônica.

As manifestações das contradições ganharam força no discurso dos/as jovens pela indignação, ao relatarem suas experiências na formação de líderes e ao descreverem suas dinâmicas na realidade, trazendo à tona a problematização do rompimento da barragem, a responsabilidade e o controle das empresas de mineração, assim como a atuação da Fundação Renova. Deste modo, compreendo que os/as jovens manifestaram a denúncia em relação à limitação do que podiam dizer e fazer. Eles/as revelaram uma crítica ao protagonismo prometido, que, na prática, foi restrito, pois tiveram que seguir as diretrizes da Fundação Renova e não puderam atuar da maneira como desejavam.

As contradições se manifestam quando os/as jovens questionam os valores empresariais presentes no discurso da Fundação Renova, mas também identificam no Projeto de Lideranças Jovens, pelo Projeto Júpiter, uma oportunidade para se qualificarem e atenderem às demandas de suas comunidades. Contudo, esta possibilidade se revela bastante restrita, e as escolhas por opções alternativas de formação e atuação permanecem escassas nestes territórios. A ausência de escolhas é uma questão que me fez refletir sobre o direito à educação, pois esta realidade é cruel. Aos jovens que estão em comunidades vulneráveis e impactadas, é incentivado que se tornem empreendedores/as e se responsabilizem pelos resultados negativos de suas vidas, em vez de terem condições que lhes permitam aspirar e acessar alternativas, seja para fortalecer seus modos de vida, prestar vestibular, buscar outra formação, conseguir um trabalho digno ou participar de movimentos sociais.

Partindo desta reflexão, identifico como esses/as jovens procuraram combinar a denúncia com o anúncio, como afirma Freire (2000), afastando-se um pouco do discurso empresarial e procurando enfatizar outras formas de olhar para as questões socioambientais em seus territórios. No entanto, a função particular do discurso dominante se revelou pela negação do pensamento contraditório, limitando os/as jovens ao que poderiam dizer, fazer e pensar em relação a educação ambiental com a ausência da problemática da mineração. As relações de poder das empresas de mineração se revelam, assim, por meio de discursos que deslegitimam as críticas, apresentando-as como inadequadas e imprudentes. Desta forma, são legitimadas outras práticas que convencem os/as jovens a adotarem a questão ambiental pela visão empresarial como um aspecto positivo.

Concluo que este foi o aspecto crucial que visualizei nesta pesquisa: a produção de elementos educativos ambientais como estratégias de poder que mantêm a ideologia neoliberal e o consenso hegemônico empresarial da mineração, especialmente em momentos de crise e desastres socioambientais. Esta ideologia destitui o pensamento crítico por meio de uma educação ambiental hegemônica, compatível com a Educação para o Desenvolvimento Sustentável. A partir da formação de Lideranças Jovens, os sujeitos são convencidos a adotar uma visão única e dominante, alinhada aos interesses da classe empresarial. Portanto, os discursos produzidos por essa educação ambiental se direcionam a determinados fins, quais sejam diminuir a capacidade coletiva de reação frente às injustiças e crises socioambientais.

Desta maneira, o processo de dominação se evidencia pela direção de uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável nos moldes empresariais. Com isto, comportamentos e formas de pensar a educação ambiental são interiorizados sob a perspectiva neoliberal, convencendo jovens pela resiliência e pelo protagonismo juvenil, assim como na elaboração de projetos voltados à solução de problemas ambientais pontuais. Esta formação distancia sujeitos das questões conflituosas da sociedade e da indignação diante das injustiças socioambientais. Tal abordagem desarticula a luta coletiva e o poder transformador presente na sociedade, reduzindo as possibilidades de construir alternativas políticas e pedagógicas que promovam um processo de reparação digno e justo, além de almejar mudanças mais radicais na realidade por meio do poder popular. A produção de contentamento promovida pelo *modus operandi* da mineração, através da política neoliberal na educação, ignora outras oportunidades que emergem de conhecimentos emancipatórios apontados pela educação ambiental crítica, essencial para o enfrentamento das crises socioambientais que vivenciamos.

A educação ambiental, neste contexto, perpetua uma maneira de pensar a relação com a natureza e os territórios, atravessados pelas dimensões da colonialidade do poder, do saber e do ser, como formas de manter as estruturas desiguais e dissimular as exclusões e o racismo ambiental. Nesta perspectiva, a negação do conhecimento reflete uma perversidade, substituindo as potencialidades de superar o sistema vigente na produção de uma vida digna e de justiça socioambiental por um modelo valorizado pela política neoliberal do empreendedorismo individual. Esta perversidade sistêmica adentra o descontentamento, levando à aceitação como mecanismo de sobrevivência e cultivando a crença de que a realidade é imutável, o que leva a adaptação à deterioração, em vez da construção de caminhos para mudá-la.

O rumo em que o capitalismo dirigido pelo projeto neoliberal avança pode ser evidenciado pela naturalização dos desastres socioambientais e pelo trabalho precário que corrói a dignidade humana: a germinação da competitividade, o adoecimento social, o enfraquecimento da coletividade e a negligência em fortalecer ações para enfrentar a emergência climática. Tendo isto em vista, a educação ambiental que visa sustentar as condições existentes, pacificando sujeitos pelo empreendedorismo, se direciona predominantemente à opressão da classe trabalhadora, perpassando questões de gênero, raça e classe. Isso pode resultar na produção da banalidade de desastres e da crise climática que se desenha no horizonte. O conformismo diante das incertezas desarticula os movimentos coletivos. Por sua vez, a geração do descontentamento pode delinear sujeitos em práticas conservadoras que legitimam o negacionismo, a desinformação e o ecogenocídio que devora nossa sociobiodiversidade.

Por fim, quero ressaltar que a educação ambiental para o enfrentamento das crises vigentes não precisa ser reinventada, mas sim fortalecida nos âmbitos institucionais, teóricos e práticos. Enquanto campo teórico e prático, a educação ambiental tem produzido alternativas pedagógicas permanentes entre o campo e a cidade, em conjunto com movimentos sociais, povos originários, comunidades quilombolas, povos tradicionais e periféricos, em suas diversas vertentes críticas. Estas alternativas são propostas pela perspectiva de uma outra rota, que não a da “tempestade moderna”, como nos ensina Ferdinand (2022), sendo necessário atingir as raízes das angústias de um mundo partido pela constituição e permanência de um modo colonial de existir.

Considerando que as transformações dos modelos educacionais refletem as transformações da sociedade como um todo, acredito que romper com a relação colonial, capitalista e neoliberal, expressa nas relações de poder empresariais da mineração, implica em uma mudança radical que envolve a ruptura com um sistema de internalização perpetuado por este modelo na educação, desde suas manifestações mais explícitas até as mais sutis, que sustentam a concepção dominante do capitalismo.

As alternativas concretas baseiam-se em princípios que divergem dos valores do capital, pela essência de outros modos de vida muitas vezes marginalizados. Estes movimentos pela educação ambiental reivindicam o sentido político, pedagógico e epistemológico de ser e estar com a natureza. Assim como Milton Santos (2001) nos aponta, compreendo que estamos em luta por outra possibilidade educativa e de existência, portanto, pela possibilidade que emana da existência de uma verdadeira

sociodiversidade, que surge no plano empírico das resistências e, no plano teórico, de um discurso que se distancia dos valores de mercado.

Como se reivindica no campo da educação ambiental, criar condições para que as pessoas, de forma individual e coletiva, possam agir na transformação do mundo e de si mesmas, possibilitando assim forjar sujeitos ecopolíticos, a fim de superar a condição de impotência e a limitação da ação unicamente individual, para além das armadilhas neoliberais do desenvolvimento sustentável.

Espero que esta tese possa servir de suporte reflexivo a futuros trabalhos que pautem questões relativas à juventude em territórios atingidos, assim como as transformações destes territórios e as afirmações pedagógicas relacionadas às territorialidades. Espero também que esta pesquisa possa contribuir para o fortalecimento das lutas no campo da educação ambiental, apoiando as discussões sobre políticas públicas educacionais em seus diferentes âmbitos.

Quase uma década após o rompimento da barragem de Fundão, as empresas de mineração responsáveis pelo desastre permanecem impunes, enquanto vidas continuam devastadas. Nesse cenário, as pessoas atingidas perseveram na luta cotidiana por justiça. Até o fechamento desta tese, a luta dessas pessoas tomou proporções internacionais, culminando em um julgamento histórico iniciado em outubro de 2024, em Londres, Inglaterra, contra as empresas BHP Billiton e Vale, que constituem a Samarco. O objetivo é responsabilizar essas grandes corporações que seguem expandindo seus lucros bilionários e propagando uma imagem de sustentabilidade (Revida Mariana, 2024). Que esta tese possa contribuir para o fortalecimento da luta das pessoas atingidas e dos movimentos sociais, abrindo possibilidades educativas que transcendam a perspectiva do desenvolvimento sustentável. Nos territórios atingidos pela mineração, emerge a aspiração de diversos grupos e pessoas por condições dignas de vida, as quais foram devastadas pelo rompimento da barragem de Fundão. Diante dessa realidade, que as reflexões aqui construídas possam possibilitar a criação de alternativas pedagógicas como caminho de superação a esse modelo opressor, especialmente para aqueles/as excluídos/as desse sistema dominante, contrapondo a dinâmica empresarial e ampliando a capacidade coletiva e política de reação diante das injustiças e crises socioambientais.

Esta tese, para mim, fecha um ciclo de anos de estudo que se iniciou na graduação, quando buscava compreender as relações de poder em torno das questões ambientais, folheando jornais da cidade de Três Rios (RJ), em seguida passando pela área da comunicação política para aprofundar nos estudos sobre desastres socioambientais e a mineração no campo midiático, até encontrar com a educação

ambiental. Foi durante este percurso que também me formei e me formo a cada dia como professora.

Estas escolhas foram desafiadoras, um ato de resistência, como nadar contra a correnteza, entre as dores e a esperança. Nutrindo-me dos encontros valorosos que me formaram, fui impulsionada pela busca por justiça socioambiental e pela força da luta coletiva. Espero que a partir daqui eu possa seguir um caminho que contribua para com a prática pedagógica dos lugares subalternizados, desconsiderados pelo sistema hegemônico, porém, locais que pulsam pelo sentido da transformação socioambiental e a superação deste sistema capitalista destrutivo, que gera a devastação de sonhos, corpos e da natureza.

Enquanto a certeza da impunidade segue sendo legitimada pela ideologia do “desenvolvimento” e do “progresso”, vão sendo ampliadas o alcance da destruição que lucra com a devastação de biomas, secando rios, contaminando populações e desencadeando desastres ainda mais profundos na vida de muitos. Diante dessa realidade brutal, que seja possível ousar outros caminhos através da educação ambiental, reconhecendo a urgência de uma transformação estrutural para o alcance da justiça ambiental em sua pluralidade. Pela indignação, surge a possibilidade pedagógica de impulsionar uma força coletiva e individual, assim, outras direções da educação ambiental crítica emergem, permitindo desvelar as relações de poder ocultas nos territórios atingidos. Através dessas direções, abre-se a possibilidade de compreender contra o que e para o que se luta, fortalecendo as resistências das comunidades. Se o poder empresarial da mineração, orientado pelo sistema-mundo capitalista moderno-colonial, tenta padronizar até os sonhos, que, por meio da educação ambiental crítica, seja possível imaginar, forjar e habitar outros mundos. Mundos de humanos e não humanos que, cotidianamente, reafirmam a dignidade de suas vidas, recusando a lógica predatória e monetária desse modelo minerador devastador em defesa da multiplicidade da vida que ainda pulsa.

REFERÊNCIAS

A SIRENE. Lucro recorde da Vale mascara violência contra populações atingidas por desastres causados pela empresa. **Jornal A Sirene: para não esquecer**, Mariana, ano 7, n. 73, p. 4, mai. 2022a. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/maio_2022_v3_final_imprensa_o . Acesso em: 28 jul. 2022.

A SIRENE. Moradores(as) de distritos protestam contra mineradoras (19 de maio). **Jornal A Sirene: para não esquecer**, Mariana, ano 7, n. 74, p. 2, jun. 2022b. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/sirenejunho_2022_alta. Acesso em: 15 nov. 2022.

A SIRENE. Vamos gritar mais alto. **Jornal A Sirene: para não esquecer**, ano 4, n. 40, p. 6-7, jul. 2019. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/julho_2019_issuu. Acesso em: 09 nov. 2022.

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Tradução de Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 46-88.

ACSELRAD, Henri. Mariana, novembro de 2015: a genealogia política de um desastre. *In*: ZHOURI, Andréa (org.); OLIVEIRA, Raquel et al. **Mineração, violências e resistências**: um campo aberto à produção de conhecimento no brasil. Marabá: Editorial Iguana, 2018. p. 155-176. Livro Eletrônico. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/ebook_mineracaoviolenciaresistencia1.pdf . Acesso em: 25 mai. 2022.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALIMONDA, Héctor. La colonialidad de la naturaleza: una aproximación a la ecología política latinoamericana. *In*: ALIMONDA, Héctor (org.). **La naturaleza colonizada**: ecología política y minería en américa latina. Buenos Aires: Clacso, 2011. p. 21-58.

ANGELO, Maurício. Com até 7% das emissões globais causadas pela mineração, empresas e governos apostam em "maquiagem verde" na COP 26. **Observatório da Mineração**, 10 nov. 2021. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/com-ate-7-das-emissoes-globais-causadas-pela-mineracao-empresas-e-governos-apostam-em-maquiagem-verde-na-cop-26/> . Acesso em: 15 abr. 2022.

ANGELO, Maurício. 50 maiores mineradoras do mundo atingem US\$ 1 trilhão em valor de mercado pela primeira vez. **Observatório da Mineração**, 13 out. 2020. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/50-maiores-mineradoras-do-mundo-atingem-us-1-trilhao-em-valor-de-mercado-pela-primeira-vez/>. Acesso em: 05 dez. 2020.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; HUNZICKER, Adriane Cristina de Melo; FANTINEL, Lúcia Maria. O rompimento da barragem B1 da Mina Córrego do Feijão e os desafios para a educação. **Ciência e Cultura**, [S. l.], v. 72, n. 2, p. 17-21, abr. 2020.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602020000200007>. Acesso em: 08 jan. 2021.

APIB. Sem assistência, indígenas atingidos por crime ambiental da Vale reivindicam direito à terra. **APIB**, 14 jun. 2021. Disponível em: <https://apiboficial.org/2021/06/14/sem-assistencia-indigenas-atingidos-por-crime-ambiental-da-vale-reivindicam-direito-a-terra/>. Acesso em: 9 nov. 2022.

APRESENTAÇÃO PROJETO JÚPITER. Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce. **Projeto de Lideranças Jovens**. Fundação Renova; CPCD. s/d. Power Point, e-mail: projetojupiter@cpd.org.br.

AQUINO, Mahalia Gomes de Carvalho; LOUREIRO, Yashmin Viola Marote; STORTTI, Marcelo Aranda. A justiça e o racismo ambiental diante do rompimento da Barragem de Fundão (Mariana – MG): a educação ambiental de base comunitária e os movimentos sociais diante da problemática econômica e ambiental em torno da mineração. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EPEA), 9., 2017, Juiz de Fora. **Anais [...]**. [S. l.]: Epea, 2017. p. 1-13. Disponível em: http://epea.tmp.br/epea2017_anais/pdfs/plenary/0027.pdf. Acesso em: 17 nov. 2020.

ARÁOZ, Horacio Machado. Violencia extractivista y sociometabolismo del capital. **Boletín Onteaiken**, [S. l.], n. 32, p. 73-87, dez. 2021. Disponível em: <http://onteaiken.com.ar/wp-content/uploads/2021/12/06-032.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ARÁOZ, Horacio Machado. **Mineração, genealogia do desastre**: o extrativismo na América como origem da modernidade. Tradução de João Peres. São Paulo: Elefante, 2020. 324 p.

ARAÚJO, Aline Da Silva. Lithium valley brazil: considerações sobre a crescente demanda por lítio no brasil. **Anais do XV ENANPEGE [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/94576>. Acesso em: 4 jul. 2024.

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS E ATINGIDAS PELA VALE. Nossa história. **AIAAV**, [s.d.]. Disponível em: <https://atingidosvale.com/articulacao/nossa-historia/>. Acesso em: 06 set. 2022.

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS E ATINGIDAS PELA VALE (AIAAV). **Relatório de Insustentabilidade da Vale 2021**. Disponível em: <https://atingidosvale.com/relatorio-de-insustentabilidade-da-vale-2021/>. Acesso em: 09 nov. 2022.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 11, p. 89-117, ago. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>. Acesso em: 5 jul. 2021.

BATISTA JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamé Borges; MELO, Iran Ferreira de (org.). **Análise de Discurso Crítica**: para linguistas e não linguistas. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018.

BENDER, N. William. **Aprendizagem Baseada em Projetos**: educação diferenciada para o século XXI. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

BETO GUEDES; MILTON NASCIMENTO. **Fé Cega, Faca Amaloda**. Composta por: Milton Nascimento; Ronaldo Bastos. Álbum, Minas, 1975. EMI Brazil.

BETO GUEDES; MILTON NASCIMENTO. **Nada será como antes**. Composta por: Milton Nascimento; Ronaldo Bastos. Produzida por: Milton Miranda. Álbum, Clube da Esquina, 1972. Universal Music Ltda.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. v. 20.

BRASIL. **Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010**. Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens e cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 set. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112334.htm . Acesso em: 4 jul. 2024.

BRUM, Eliane. Prefácio: os loucos somos nós. *In*: ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BRUM, Eliane. Você percebe que estão te matando?. **Sumaúma: jornalismo do centro do mundo**, Nossa Voz, Altamira, Amazônia, 2 set. 2024. Disponível em: <https://sumauma.com/voce-percebe-que-estao-te-matando>. Acesso em: 11 set. 2024.

BULLARD, Robert. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. *In*: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. **Justiça Ambiental e Cidadania**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 41-68.

CADERNO de Campo: Registro pessoal da autora durante a inserção a campo e acompanhamento dos projetos júpiteres - encontro de formação, contato com os/as jovens e visita nas comunidades. Rio Doce – MG; Santa Cruz do Escalvado – MG; Barra Longa – MG; Mariana - MG. Campo 18 a 22 de maio de 2022 e 14 a 23 de julho de 2023. Período de anotações, contatos e trocas de materiais: de fevereiro de 2022 a outubro de 2024.

CADERNO PROJETO COSTURA DO BEM. Cadernos Projeto Júpiter, maio de 2022. PDF, *e-mail*: projetojupiter@cpcd.org.br .

CADERNO PROJETO DOSSIÊ PORTO PLÁCIDO. Cadernos Projeto Júpiter, maio de 2022. PDF, *e-mail*: projetojupiter@cpcd.org.br .

CADERNO PROJETO LÉO GAVETEIRO. Cadernos Projeto Júpiter, maio de 2022. PDF, *e-mail*: projetojupiter@cpcd.org.br .

CADERNO PROJETO MATA CILIAR DA VILA CAFUNDÃO. Cadernos Projeto Júpiter, maio de 2022. PDF, *e-mail*: projetojupiter@cpcd.org.br .

CADERNO PROJETO PLANTANDO VIDA. Cadernos Projeto Júpiter, maio de 2022. PDF, *e-mail*: projetojupiter@cpcd.org.br .

CADERNO PROJETO RENASCER PARA SOBREVIVER. Cadernos Projeto Júpiter, maio de 2022. PDF, *e-mail*: projetojupiter@cpcd.org.br .

CADERNO PROJETO TUIM DA BARRA. Cadernos Projeto Júpiter, maio de 2022. PDF, *e-mail*: projetojupiter@cpcd.org.br.

CADERNOS PROJETOS JÚPITERES. Portifólio dos sete Projetos de Lideranças Jovens - Projeto Júpiter, disponibilizado por e-mail: projetojupiter@cpcd.org.br, em PDF, maio de 2022.

CAMARGOS, Daniel. **Meio ambiente ficará melhor que antes da tragédia da Samarco, diz Vale**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 30 jan. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1954428-meio-ambiente-ficara-melhor-que-antes-da-tragedia-da-samarco-diz-vale.shtml>. Acesso em: 6 jul. 2022.

CANDEIA; PAULO DA PORTELA; NONOCA. **Ouro desça do seu trono / Mil réis**. [S. l.]: Wm Brazil, 1978. Samba. Composição de Paulo da Portela e Candeia. Interpretação de Candeia. Faixa extraída do disco "Axé, gente amiga do samba", de Candeia. WEA, 1978.

CARA, Daniel. Contra a barbárie, o direito à educação. *In*: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 25-32.

CARDOSO, Viviane Amélia Ribeiro Cardoso; COSENZA, Angélica. Discursos empresariais da mineração em projetos de Educação Ambiental: a formação de Lideranças Jovens em territórios atingidos. **Ebook ANPEd 41º Reunião**, no Prelo. 2024.

CARDOSO, Viviane Amélia Ribeiro; COSENZA, Angélica. A ecologia política e a educação ambiental frente a matriz colonial da mineração. *In*: SALDI, Leticia; SALGADO, Stephanie Di Chiara; COSENTINO, Pablo; ESCHENHAGEN, Maria Luisa. (org.). **Senti-pensarnos Tierra: educación ambiental y Ecología política en clave latinoamericana y del Caribe**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2022. p. 31-38. v. 10. Disponível em: <https://www.clacso.org/boletin-10-senti-pensarnos-tierra/> . Acesso em: 9 nov. 2022.

CARDOSO, Viviane Amélia Ribeiro; COSENZA, Angélica. Os discursos das empresas de mineração e seus efeitos na educação ambiental. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, São Cristóvão, v. 10, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revisea/article/view/19676> . Acesso em: 27 out. 2023.

CARDOSO, Viviane Amélia Ribeiro; RODRIGUES, Angélica Cosenza. A temática da mineração na pesquisa em educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 39, n. 3, p. 310-331, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/remea.v39i3.13895>. Acesso em: 16 dez. 2022.

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MINAS GERAIS. **Narrativa enganosa: entenda a sentença que reconheceu a ilegalidade de propaganda da Fundação Renova**. Áreas de Atuação, 23 ago. 2024. Disponível em:

<https://mg.caritas.org.br/noticias/narrativa-enganosa-entenda-a-sentenca-que-reconheceu-a-ilegalidade-de-propaganda-da-fundacao-renova>. Acesso em: 11 set. 2024.

CARNEIRO, Karine Gonçalves; MARQUES, Monique Sanches; SOUZA, Tatiana Ribeiro de. **A volta da capela em Barra Longa/MG: violações e incertezas**. MAB, 26 jul. 2017. Disponível em: <https://mab.org.br/2017/07/26/volta-da-capela-em-barra-longamg-viola-es-e-incertezas-0>. Acesso em: 15 nov. 2022.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 258 p.

CASSAB, Clarice. O imperativo do gozo em um mundo de incertezas: ser jovem em um conjunto habitacional periférico. In: BARBOSA, Jorge Luiz; DAMASCENO, Ilaina (org.). **Juventudes das cidades**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020. p. 79-98.

CÁSSIO, Fernando. Falsos consensos e a luta pela revogação da reforma do Ensino Médio. **Formação em Movimento**, v. 5, n. 10, p. 138-160, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/formov/article/view/845>. Acesso em: 11 set. 2024.

CAVALCANTE, Nelcilene da S. Palhano. Um olhar sobre a trajetória da Educação Ambiental. **EDUCAmazônia**, Humaitá, v. 25, n. 2, p. 233-249, jul-dez, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educamazonia/article/view/7830>. Acesso em: 1 set. 2021.

CHIAVEGATTO, João; NALON, Carolina. **"Volta Samarco"**. Notícias UFJF, Pesquisa e inovação, 30 jan. 2019. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/01/30/volta-samarco/>. Acesso em: 11 jul. 2022.

CHICO SCIENCE; NAÇÃO ZUMBI. **Monólogo ao pé do ouvido (vinheta)/ Banditismo por uma questão de classe**. Interpretada por: Chico Science e Nação Zumbi. Disco: Da Lama ao Caos, CHAOS, abril de 1994.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COELHO, Tádzio Peters. Minério-dependência e alternativas em economias locais. **Versos – textos para discussão PoEMAS**, v. 1, n. 3, 2017, p. 1-8. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2017/04/Coelho-2017-Minério-dependência-e-alternativas-em-economias-locais-Versos.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2022.

COELHO, Tádzio Peters. O discurso do desenvolvimento pela mineração. In: COELHO, Tádzio Peters. **Projeto Grande Carajás: Trinta anos de desenvolvimento frustrado**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), 2014. p. 62-101. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Coelho-2014-Projeto-Grande-Carajás.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2022.

COSENZA, Angélica. Perspectivas das políticas públicas para educação e formação de professores/as no atual contexto político brasileiro. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 15, n. 1, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.2020-15125>. Acesso em: 7 set. 2022.

COSENZA, Angélica; ARAÚJO, Jaqueline Cerqueira; FERRAZ, Mariana Sell de. O que fazem as escolas que dizem fazer/ter uma horta?. **Ensino, saúde e Ambiente**, v. 13, n. 2, p. 90-111, ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/resa2020.v13i2.a28264> . Acesso em: 8 nov. 2022.

COSTA, César Augusto; LOUREIRO, Carlos Frederico. A ecologia política de Enrique Dussel: aproximações para as lutas sociais na América Latina. **Revista Em Pauta**, v. 14 n. 38, p. 86-113, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2016.27859>. Acesso em: 25 out. 2022.

COSTA, César Augusto; LOUREIRO, Carlos Frederico. Entre lutas e resistências: por uma ecologia política de libertação a partir de Enrique Dussel. *In*: SALDI, Leticia; SALGADO, Stephanie Di Chiara; COSENTINO, Pablo; ESCHENHAGEN, Maria Luisa. (org.). **Senti-pensarnos Tierra** : educación ambiental y Ecología política en clave latinoamericana y del Caribe. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2022. p. 20-26. v. 10.

COTA, Larissa Bezerra; XAVIER, Raquel Wanderley. Afinal, o que é ser atingido?. Conteúdos Temáticos. Ser Atingido. **Mariana Território Atingido**, s. d. Disponível em: <http://territorioatingido.com.br/#/conteudostematicos/seratingido/queseratingido> . Acesso em: 12 nov. 2022.

CPCD PROJETO JÚPITER. **Projeto Júpiter**. Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.cpcd.org.br/projeto-jupiter/> . Acesso em: 12 nov. 2022.

CPCD. **As pedagogias do CPCD**. CPCD, s/d. Disponível em: <http://www.cpcd.org.br/historico/pedagogias-do-cpcd/>. Acesso em: 12 nov. 2022.

CPCD. **Sobre nós**. Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.cpcd.org.br/>. Acesso em: 12 nov. 2022.

CPT NACIONAL. **Brasil é o segundo país que mais mata ambientalistas**. Reportagem de Nádia Pontes e Deutsche Welle. Comissão Pastoral da Terra, 10 set. 2024. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/noticias-2/6905-brasil-e-o-segundo-pais-que-mais-mata-ambientalistas> . Acesso em: 10 out. 2024.

CT – ECLET N° 18. Nota técnica n°18 - Câmara Técnica de Educação, Cultura, Lazer, Esportes e Turismo. Ref: Programa de Educação Ambiental, previsto na Cláusula 172 do TTAC. Belo Horizonte-MG, 08 nov. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/cif/arquivos/notas-tecnicas/CT-ECL/2018/cif-ct-ecl-nt-2018-18.pdf> . Acesso em: 20 mar. 2024.

CT – ECLET N° 47. Nota técnica n° 47 de 2021. Ref. Avaliação da nova versão do documento de definição do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce - PG-33. Vitória-ES, 04 nov. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/cif/ct-ecl-nt> . Acesso em: 20 mar. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, Edson dos Santos. Os (des)encontros internacionais sobre meio ambiente: da Conferência de Estocolmo à Rio+20: expectativas e contradições. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 39, p. 06-33, jan/jun, 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/3538/4453>. Acesso em: 08 set. 2021.

DILGER, Gerhard; PEREIRA FILHO, Jorge. Apresentação à edição brasileira: ousar pensar 'fora da caixa'. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 13-22.

DINIZ, Ana Paula Santos, *et. al.* **Desterritorialização e Reterritorialização**, Mariana: território atingido. Conteúdos Temáticos: casas - desterritorialização. Disponível em: <http://territorioatingido.com.br/#/conteudostematicos/casas/desterritorializacao>. Acesso em: 15 nov. 2022.

DORNELLAS, Leige Coutinho Goulart. **O projeto educativo da Fundação Vale: uma investigação sobre o programa escola que vale**. 2011. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2682>. Acesso em: 20 nov. 2020.

DUARTE, Newton. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. In: MARTINS, Lígia Márcia; DUARTE, Newton (org.). **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias** [online]. São Paulo: UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 33-49. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/ysnm8/pdf/martins-9788579831034-03.pdf>. Acesso em: 23 set. 2024.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?: quatro ensaios críticos-dialéticos em filosofia da educação**. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. (Polêmicas do nosso tempo, 86).

DUSSEL, Enrique. **1492 o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Tradução: Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves; Jaime A. Clasen; Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2000.

EDITORIAL BRASIL DE FATO. Zema é contra os servidores e os serviços públicos, Coluna. Edição: Ana Carolina Vasconcelos. **Brasil de Fato Minas Gerais**, 30 ago. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2024/08/30/zema-e-contra-os-servidores-e-os-servicos-publicos>. Acesso em: 10 set. 2024.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Escrito por Engels em 1876, 2. ed. 1952. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/sobre-o-papel-do-trabalho-na-transformacao-do.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2024.

EQUIPE SUMAÚMA. Marco temporal: os indígenas contra o fim do mundo imposto pelos bandeirantes de terno. **Sumaúma: jornalismo do centro do mundo**, 31 mai. 2023. Disponível em: <https://sumauma.com/marco-temporal-os-indigenas-contra-o-fim-do-mundo-decretado-pelos-bandeirantes-de-terno/>. Acesso em: 11 set. 2024.

FAGUNDES, Ariel. Candeia: o sambista que mudou a história da música brasileira. *Revista Noize Record Club*, 16 nov. 2023. Disponível em: <https://noize.com.br/candeia-o-sambista-que-mudou-a-historia-da-musica-brasileira/#1>. Acesso em: 10 out. 2024.
FAIRCLOUGH, Norman. A dialética do discurso. *Revista Teias*, v. 11, n. 22, p. 225-234, ago. 2010. Tradução: Raquel Goulart Barreto. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24124/17102>. Acesso em: 24 mai. 2021.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003. 279 p.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Tradução, revisão técnica e prefácio à edição Brasileira: Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001. 316 p.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Globalization**. 1. ed. London: Routledge, 2006.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. 3. ed. London: Routledge, 2015.

FAIRCLOUGH, Norman. Semiose, mediação e ideologia: uma visão dialética. **Parágrafo**, v. 4, n. 1, p. 16-27, jan./jun. 2016. Tradução: Ana Flavya Rigolon e Taissa Garcia.

FELIPPE, Miguel Fernandes *et al.* A tragédia do Rio Doce: a lama, o povo e a água. Relatório de campo e interpretações preliminares sobre as consequências do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (Samarco/Vale/Bhp). **Revista Geografias**, Edição Especial, Vale do Rio Doce: formação geo-histórica e questões atuais, Belo Horizonte, p. 63-94, ago. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2237-549X..13468>. Acesso em: 15 nov. 2022.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Tradução: Letícia Mei. São Paulo: Ubu, 2022.

FERREIRA, Ana Paula Alves. **Museu virtual: Mariana território atingido**. 1. ed. Belo Horizonte: Cáritas Brasileira Regional, 2022. Disponível em: <https://mg.caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/May2022/L1MZsdTKlwmF81CkbJeS.pdf>. Acesso: 12 nov. 2022.

FIALHO, Sara. **A flexibilização da política ambiental no estado de Minas Gerais: uma análise da Deliberação Normativa Copam nº. 217/2017 e sua repercussão no licenciamento ambiental de empreendimentos minerários**. 2022. 205 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2022. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/29953>. Acesso: 12 nov. 2022.

FIGUEIRA, Israel Silva; PENNA, Adriana Machado. O porquê da pedagogia histórico-crítica não ser uma pedagogia de projetos. *In: VIII CONGRESSO NACIONAL DE*

EDUCAÇÃO, 2022. **Anais [...]** João Pessoa: Editora Realize, 2022. GT 04, Fundamentos da Educação. Disponível em: <https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT04.003>. Acesso em: 23 set. 2024.

FOLADORI, Guilherme. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

FONTES, Roberta Neves; LOPES, Ivonete da Silva. As representações da mídia sobre o rompimento da barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais. **Revista Espacios**, [S.l.], v. 38, n. 34, p. 32-46, 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n34/a17v38n34p32.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Natureza, especificidade e custos humanos da crise dos anos 1970-1990. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. Cap. 2. p. 63-96.

FUNDAÇÃO RENOVA. A Fundação. Fundação Renova, 2024c. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/a-fundacao/>. Acesso em: 17 jul. 2024.

FUNDAÇÃO RENOVA. Agenda Juventudes: o início da formação de Jovens Lideranças - Projetos e Parcerias. Fundação Renova, 2024. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/paineis/agenda-juventudes>. Acesso em: 22 de jan. 2021.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Definição do Programa - Etapa 3**. PG-033 - Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce. Fundação Renova, jun. 2018a. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/10/DefinicaoEducacaoRevitalizacao.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2024.

FUNDAÇÃO RENOVA. Fundação Renova, c2024. Página inicial. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org>. Acesso em: 21 set. 2024.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Projeto vai selecionar 150 jovens talentos para desenvolver iniciativas sociais e ambientais**. Fundação Renova, Educação Ambiental, 28 fev. 2020. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/release/projeto-vai-selecionar-150-jovens-talentos-para-desenvolver-iniciativas-sociais-e-ambientais/>. Acesso em: 11 nov. 2022.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Projetos apoiados pelo Programa de Formação de Lideranças Jovens fazem a diferença em suas comunidades**. Fundação Renova, Formação Lideranças Jovens, 28 jun. 2022. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/noticia/projetos-apoiados-pelo-programa-de-formacao-de-liderancas-jovens-fazem-a-diferenca-em-suas-comunidades/>. Acesso em: 26 set. 2022.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Projetos de jovens para a bacia do Rio Doce são aprovados**. Fundação Renova, Educação Ambiental, 19 fev. 2019. Disponível em:

<https://www.fundacaorenova.org/noticia/projetos-de-jovens-para-a-bacia-do-rio-doce-sao-aprovados/>. Acesso em: 03 jun. 2022.

FUNDAÇÃO VALE. **Quem somos**. Fundação Vale, Institucional, c2024. Disponível em: <https://www.fundacaovale.org/institucional/quem-somos/>. Acesso em: 06 set. 2022.

FUNDAÇÃO VALE. **Relatório de atividades 2023**. Fundação Vale, 2023. Disponível em: https://www.fundacaovale.org/wp-content/uploads/2024/05/relatorio_atividades_2023.pdf . Acesso em: 17 jul. 2024.

G1 TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA. **Sirenes de barragem são acionadas acidentalmente e moradores evacuam região em Paracatu, MG**. G1, 1 jul. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2022/07/01/sirenes-de-barragem-sao-acionadas-acidentalmente-e-moradores-evacuam-regiao-em-paracatu.ghtml>. Acesso em: 28 jul. 2022.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução: Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2015. 392p.

GEPSA; AEDAS. **Frente Rejeitos: Produto 3 – Relatório de análises laboratoriais das amostras de rejeitos de Barra Longa**. Projeto: Desenvolvimento de estudos, relatórios e pareceres técnicos relativos às ações de reparação integral dos danos decorrentes do desastre de Fundão no município de Barra Longa/MG. Ouro Preto: UFOP, ago. 2021b. 44 p. Disponível em: <https://aedasmg.org/wp-content/uploads/2022/01/Cartilha-Frente-Rejeitos-Analises-laboratoriais-Barra-Longa.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.

GEPSA; AEDAS. **O que você precisa sobre os rejeitos em Barra Longa?**. Aedas, 18 out. 2021a. Disponível em: <https://aedasmg.org/o-que-voce-precisa-saber-sobre-os-rejeitos-em-barra-longa/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

GESTA. **Nota de Repúdio - Projeto Longo Prazo da Samarco (Vale e BHP)**. Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (UFMG), 2 out. 2024. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/noticias/nota-de-repudio-projeto-longo-prazo-da-samarco-vale-e-bhp/>. Acesso em: 10 out. 2024.

GIFFONI PINTO, Raquel. **Conflitos ambientais, corporações e as políticas do risco**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

GOMES, Amélia. **Para além do Curral, conheça outras sete serras em Minas ameaçadas pela mineração**. Brasil de Fato Minas Gerais, Belo Horizonte, 6 mai. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2022/05/06/para-alem-do-curral-conheca-outras-sete-serras-em-minas-ameacadas-pela-mineracao>. Acesso em: 09 nov. 2022.

GOMES, Edson Antônio (Dinho). **Nem mesmo as frutas podemos comer. Jornal A Sirene: para não esquecer**, ano 5, n. 56, dez. 2020. Escrito com apoio de Joice Valverde. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/edi__o_56_-_dezembro_2020_-_a_sirene. Acesso em: 2 ago. 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Coedição: Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [online], n. 80, p.115-147, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697?lang=en#citedby>. Acesso em: 15 abr. 2022.

GRUPO SEMEAR. **História**. Página principal, o Semear, História. Disponível em: <https://gruposemear.org.br/o-semear/historia>. Acesso em: 15 nov. 2022.

GRUPO SEMEAR. **Sítio eletrônico, início e blog**: UP Semear! e O programa de mentoria tem por objetivo. Disponível em: <https://www.gruposemear.org.br/noticias> . Acesso em: 29 mai. 2024.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da natureza**: ética biocêntrica e políticas ambientais. Tradução: Igor Ojeda. São Paulo: Elefante, 2019. 340 p.

GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos**: ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza. Cochabamba: CEDIB/CLAES, 2015.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1989.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HENNING, Paula Corrêa. Verdades educacionais no Brasil e na Espanha: tensionamentos ambientais sob análise. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 674-694, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/etd.v21i1.8651555>. Acesso em: 13 nov. 2021.

HENNING, Paula Corrêa; FERRARO, José Luís Schifino. As lutas políticas da Educação Ambiental nas universidades brasileiras: provocações à governamentalidade neoliberal no âmbito da educação para o desenvolvimento sustentável. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 28, p. 01-15, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320220028>. Acesso em: 26 ago. 2022.

HISTÓRICO CPCD. **Histórico**. Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.cpcd.org.br/historico/historico/>. Acesso em: 12 nov. 2022.

HUNZICKER, Adriane Cristina de Melo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; SANTOS, Marcelo Loures dos. A escola como fator de desterritorialização dos povos atingidos pelo rompimento da barragem do Fundão: desafios para a escola de Bento Rodrigues. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 80-105, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2020.21879>. Acesso em: 19 nov. 2021.

IBAMA. **Comitê Interfederativo (CIF)**. Gov.br, 21 nov. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/cif> . Acesso em: 01 ago. 2024.

IBAMA. Comitê Interfederativo. Câmara Técnica de Participação, diálogo e controle Social. **Nota técnica nº 26/2021/CT-PDCS/CIF**. Programa Comunicação Nacional e Internacional (PG 36) - Portal da Transparência. IBAMA, Brasília [DF], setembro de 2021. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/notas-tecnicas/CT-CPDCS/cif-ct-cpdcs-nt-2021-26.pdf>. Acesso em: 17 de jul. 2022.

IBAMA. **Laudo Técnico Preliminar**: Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais. Ibama, nov. 2015. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_preliminar_ibama.pdf. Acesso em: 08 jun. 2022.

IBAMA. **Rompimento da Barragem de Fundão: Documentos relacionados ao desastre da Samarco em Mariana/MG**. Ibama, 13 ago. 2020. Disponível em <http://www.ibama.gov.br/recuperacao-ambiental/rompimento-da-barragem-de-fundao-desastre-da-samarco/documentos-relacionados-ao-desastre-da-samarco-em-mariana-mg>. Acesso em: 08 jun. 2022.

IBGE CIDADES. **Barra Longa - MG**. IBGE, c2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/barra-longa/panorama>. Acesso em: 29 mai. 2024.

IKE COAN, Emerson. "Fé cega, faça amolada. Milton Nascimento e o sentimento "à flor da pele" nos álbuns "Minas" e "Geraes". **Anais [...]**Seminário Comunicação, cultura e sociedade do Espetáculo. 3. Grupo de Pesquisa da Comunicação e Sociedade do Espetáculo. Faculdade Casper Líbero, 15 a 17 de outubro de 2015. Disponível em: https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2016/04/Emerson-Ike_Semin%E2%80%A0rio-2015.pdf . Acesso em: 20 jul. 2022.

INSTAGRAM PROJETO JÚPITER CPCD. Projeto Júpiter - CPCD, rede social Instagram **@projetojupitercpd**. Disponível em <https://www.instagram.com/projetojupitercpd/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

INSTITUTO ELOS. **Elos novos líderes**. 2022a. Disponível em: <https://institutoelos.org/elos-novos-lideres/>. Acesso em: 11 nov. 2022.

INSTITUTO ELOS. **Filosofia Elos**. 2022b. Disponível em: <https://institutoelos.org/o-elos/#acao>. Acesso em: 11 nov. 2022.

JABACE, Laís; ZANARDI, Paula; GONÇALVES, Pedro. **Migrações das famílias atingidas de Mariana em decorrência do rompimento**. Deslocamento forçado, Mariana: território atingido. Conteúdos Temáticos: casas: deslocamento forçado. Disponível em: <http://territorioatingido.com.br/#/conteudostematicos/casas/deslocamentoforcado> . Acesso em: 15 nov. 2022.

JORNAL A SIRENE. Publicações de todas as edições. Disponível em: <https://issuu.com/jornalasirene>. Acesso em: 12 set. 2024.

KASSIADOU, Anne; SÁNCHEZ, Celso. Potencialidades pedagógicas dos conflitos ambientais: reflexões a partir da educação ambiental em diálogo com ecologia política. *In*: SLADI, L.; SALGADO, S. D. C.; COSENTINO, P.; ESCHENHAGEN, M. L.;

(org.). **Senti-pensarnos Tierra**: educación ambiental y Ecología política en clave latinoamericana y del Caribe. 1. ed. Buenos Aires: Clacso, 2022. p. 10-19. v. 10. Disponível em: <https://www.clacso.org/boletin-10-senti-pensarnos-tierra/>. Acesso em: 25 out. 2022.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do Choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Tradução: Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KONCHINSKI, Vinicius. **Vale já lucrou R\$ 235 bilhões desde crime em Brumadinho; cinco anos depois, atingidos ainda cobram reparação**. Brasil de Fato, 25 jan. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2024/01/25/vale-ja-lucrou-r-235-bilhoes-desde-crime-em-brumadinho-cinco-anos-depois-atingidos-ainda-cobram-reparacao>. Acesso em: 09 out. 2024.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a. 125 p.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b. 22 p.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. **Educação e Agronegócio**: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas. 1. ed. Curitiba: Appris, 2016. 237 p.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz; LOUREIRO, Carlos Frederico B. A educação ambiental e o projeto de sociabilidade das classes dominantes: um estudo sobre o projeto da terceira via no Brasil. **Anais [...]** Encontro "Pesquisa em Educação Ambiental", 6, A pesquisa em Educação Ambiental e a Pós-Graduação no Brasil. Ribeirão Preto, set. 2011. Disponível em: http://www.epea.tmp.br/viepea/epea2011_anais/busca/index.html. Acesso em: 11 nov. 2022.

LAMOSA, Rodrigo. **A educação Ambiental e o novo padrão de sociabilidade do capital**: um estudo nas escolas de Teresópolis (RJ). 2010. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes/rodrigo_lamosa.pdf. Acesso em: 25 ago. 2022.

LANCELOTTI, Padre Júlio. Creio nos Jovens. *In*: LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE; AGENDA FIOCRUZ (org.). **Juventude quer viver**: Esperançar em tempos de pandemia. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

LAYARGUES, Philippe. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. *In*: LOUREIRO, F.; LAYARGUES, P.; CASTRO, R. (org.). **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002. p. 179-220. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7552889/mod_resource/content/2/LAYRARGUES%2C%202002.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Antiecológismo no Brasil: reflexões ecopolíticas sobre o modelo do desenvolvimentismo extrativista-predatório e a desregulação ambiental-pública. *In*: **Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade** [recurso eletrônico]. (org.) OLIVEIRA, Marcia Maria Dosciatti de. *et al.* Caxias do Sul: Educus,

2017. p. 325-356. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-cidadani-meioamb_3.pdf. Acesso em: 09 nov. 2022.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 23-40, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjdZ4hYdqVFdYRtx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 nov. 2022.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Manifesto por uma educação ambiental indisciplinada, [s.l.], **Ensino, Saúde e Ambiente**. Número Especial, p. 44-88, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/40204>. Acesso em: 17 ago. 2021.

LEFF, Enrique. La Ecología Política em América Latina: un campo em construcción. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 17-40, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xf8jDCswFkPF9zS4s4vyfLP/?lang=es>. Acesso em: 11 nov. 2022.

LEFF, Enrique. **Ecologia política: da desconstrução do capital à territorialização da vida**. Tradução: Jorge Calvimontes. Campinas: Unicamp, 2021.

LEHER, Roberto. Hegemonia, contra-hegemonia e problemática socioambiental. *In*: FERRATO JUNIOR, L. A. (org.). **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Brasília: MMA/DEA, 2013. p. 223-231. v. 3.

LEONEL JÚNIOR, Gladstone. **O que está por trás da tentativa descarada de golpe na Bolívia?**. Jornal Brasil de Fato, Colunistas, 26 jun. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/26/o-que-esta-por-tras-da-tentativa-decarada-de-golpe-na-bolivia>. Acesso em: 27 de jun. 2024.

LOBATO, Elvira. **A mídia e as duas tragédias de Mariana**. Observatório da Imprensa, 1015. ed., 27 nov. 2018. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/atlas-da-noticia-2-0/a-midia-e-as-duas-tragedias-de-mariana>. Acesso em: 7 nov. 2022.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação ambiental crítica e lutas antissistêmicas. *In*: SLADI, L.; SALGADO, S. D. C.; COSENTINO, P.; ESCHENHAGEN, M. L. (org.). **Senti-pensarnos Tierra: educación ambiental y Ecología política en clave latinoamericana y del Caribe**. 1. ed. Buenos Aires: Clacso, 2022. p. 46-52. v. 10. Disponível em: <https://www.clacso.org/boletin-10-senti-pensarnos-tierra/>. Acesso em: 25 out. 2022.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Educação Ambiental: questões de vida**. São Paulo: Cortez, 2019.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. O dito e não-dito na Década da educação para o desenvolvimento sustentável promovida pela UNESCO. **Revista Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 11, n. 2, p. 58-71, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18675/2177-580X.vol11.n2.p58-71>. Acesso em: 01 set. 2021.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Sustentabilidade e Educação**: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012. (Questões da nossa época, v. 39).

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LIMA, Maria Jacqueline Girão Soares de. A hegemonia do discurso empresarial de sustentabilidade nos projetos de educação ambiental no contexto escolar: nova estratégia do capital. **Revista Contemporânea de Educação**, [s. l], v. 7, n. 14, p. 280-294, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1672>. Acesso em: 13 out. 2021.

LOUREIRO, Carlos Frederico B; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia Política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-71, jan./abr., 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462013000100004>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MAB. **6 anos após crime de Mariana, 344 famílias ainda aguardam reconstrução das casas destruídas pela lama**. MAB, 6 nov. 2021a. Disponível em: <https://mab.org.br/2021/11/06/6-anos-apos-crime-de-mariana-344-familias-ainda-aguardam-reconstrucao-das-casas-destruidas-pela-lama> . Acesso em: 8 jun. 2022.

MAB. **Atingidos por Candonga relembram expulsão de povoado**. MAB, 10 mai. 2012. Disponível em: <https://mab.org.br/2012/05/10/atingidos-por-candonga-relembra-expulsao-povoado/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

MAB. **Contas de luz estão pagando crime da Vale em Mariana com usina de Candonga**. MAB, 3 fev. 2021b. Disponível em: <https://mab.org.br/2021/02/03/artigo-contas-de-luz-estao-pagando-crime-da-vale-em-mariana-com-usina-de-candonga>. Acesso em: 15 nov. 2022.

MAB. Leonardo Fernandes, comunicação MAB. **Revida Mariana: oito anos após o crime, atingidos cobram reparação e justiça**. MAB, 5 nov. 2023. Disponível em: <https://mab.org.br/2023/11/05/revida-mariana-ha-oito-anos-do-crime-atingidos-cobram-reparacao-e-justica>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MAIA, Laís Jabace; ZANARDI, Paula Pflüger. Trauma e adoecimento em crianças e adolescentes atingidas. Criança e adolescente, traumas. **Mariana: território atingido**. Conteúdos temáticos: crianças e adolescentes. Disponível em: <http://territorioatingido.com.br/#/conteudostematicos/criancaadolescente/traumas> . Acesso em: 15 nov. 2022.

MAIA, Maiana; MALERBA, Julianna (org.). **A mineração vem aí... E agora?**: um guia prático em defesa dos territórios. Rio de Janeiro: FASE/PoEMAS, 2019. 86 p. Disponível em: <http://emdefesadosterritorios.org/a-mineracao-vem-ai-e-agora/>. Acesso em: 17 nov. 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 31-61.

MANIFESTO GT 22 EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Manifesto da Terexistência: Amazoniar pelo direito de existir. ANPed Nacional. Disponível em:

<https://anais.anped.org.br/news/mocoos-aprovadas-em-assembleia-da-41a-reuniao-nacional>. Acesso em: 18 jul. 2024.

MANSUR, Maíra *et al.* Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referente ao desastre da Samarco/Vale/BHO Billiton. *In*: ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (org.) **Antes fosse mais leve a carga**: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. Marabá: Editorial IGUANA, 2016.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. **La juventud es más que una palabra**. Barcelona: Seix Barral, 1982.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **Ecologismo dos Pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Tradução: Maurício Waldman. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007. 416 p.

MARTINS, André Silva. **A Direita para o social**: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

MARTINS, André Silva; SOUZA, Camila Azevedo; PINA, Leonardo Docena. Empresas sociais e a privatização de novo tipo da educação básica: Um estudo sobre a relação público-privada em cidades de Minas Gerais-Brasil. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 28, n. 183, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14507/epaa.28.5546>. Acesso em: 25 jun. 2024.

MEDEIROS, Étore. **Longe das vítimas, governo assina acordo sobre desastre de Mariana**. Agência Pública, 03 mar. 2016. Disponível em: <https://apublica.org/2016/03/longe-das-vitimas-governo-assina-acordo-sobre-desastre-de-mariana/>. Acesso em: 08 nov. 2022.

MEIRA, Pablo; SATO, Michèle. Só os peixes mortos não conseguem nadar contra a correnteza. **Revista de Educação Pública**, v. 14, n. 25, p. 17-31, 2005.

MENDONÇA, Heloísa. **Preconceito e espera em Mariana, epicentro da dependência da mineração**. EL PAÍS Brasil, Mariana, 06 nov. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/03/politica/1478188722_606609.htm. Acesso em: 20 jul. 2022.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **O Século XXI**: Socialismo ou barbárie?. Editora Boitempo, São Paulo, SP, 2003.

MILANEZ, Bruno. **Crise climática, extração de minerais críticos e seus efeitos para o Brasil**. Brasília: Diálogo dos Povos; Sinfrajupe; MAM, 2021. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2021-Crise-climatica-extração-de-minerais-criticos.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2022.

MILANEZ, Bruno; FELIPPE, Miguel Fernandes (org.). **Minas esgotada**: antecedentes e impactos do desastre da Vale na Bacia do Paraopeba. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/poemas/wp-content/uploads/sites/513/2019/04/Milanez-Felippe-2021-Minas-esgotada.pdf>. Acesso em: 09 out. 2024.

MILANEZ, Bruno; GIFFONI PINTO, Raquel. Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta firmado entre Governo Federal, Governo do Estado de Minas Gerais, Governo do Estado do Espírito Santo, Samarco Mineração S.A., Vale S. A. e BHP Billiton Brasil LTDA. **Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS UFJF)**, abr. 2016. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/publicacoes/desastre-do-rio-doce/>. Acesso em: 24 out. 2022.

MILTON SANTOS. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 174 p.

MINAS DO AMANHÃ. **Sustentabilidade e mineração em convergência**: lições e contribuições do setor mineral em MG para uma economia sustentável. Espaço Publicitário, G1, 28 mar. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/especial-publicitario/minas-do-amanha/sustentabilidade/noticia/2022/03/28/sustentabilidade-e-mineracao-em-convergencia.ghtml>. Acesso em: 06 jul. 2022.

MINAS GERAIS. Mariana. Disponível em: <https://www.minasgerais.com.br/pt/destinos/mariana>. Acesso em: 10 set. 2024.

MORENO, Camila. As roupas verdes do rei: economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 256-296.

MOTA, Alexandre *et al.* E se fosse com você?. **Jornal A Sirene: para não esquecer**, ed. 0, p. 03, fev. 2016. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/sirene_final_diogo_bx. Acesso em: 07 nov. 2022.

MPF. **Grandes Casos: caso Samarco - O Desastre**. MPF, s/d. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/o-desastre>. Acesso em 08 jun. 2022.

MUG *et al.* **Quanto Vale?**. Produção: Lucas Malak e Slim. Produção Executiva: Paulo Alvarez e Erick Russo. Produção Audiovisual: TNV'MOB. Direção: Gabriel Solano. Direção Criativa: Philippe Rios. YouTube, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DztXKsLTcMY> . Acesso em: 27 jun. 2024.

MULAMBA OFICIAL. **Lama**. Composição: Amanda Pacífico. Produção: Virginia de Ferrante e Amanda Moraes. Apoio: Coletivo de Comunicação do MAB. 03 nov. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PILJF5gL9R4>. Acesso em: 05 de nov. 2022.

MUSEU DA LOUCURA. Acervo do Museu da Loucura. Barbacena, MG: Museu da Loucura, 2024. Observação: História dos hospitais psiquiátricos de Barbacena. Visita no dia 01 ago. 2024.

NAÇÃO ZUMBI; MARCOS MATIAS; RODRIGO BRANDÃO. *Propaganda*. In: NAÇÃO ZUMBI. Nação Zumbi [CD]. Marcos Matias; Rodrigo Brandão. São Paulo: Trama, 2002. Faixa 9.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A Nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

NOTA REFLEXIVA ANPEd. Trabalho e Educação (GT 09), Educação Ambiental (GT 22) e Educação de Pessoas Jovens e Adultas (GT 18). A catástrofe climática que irrompeu no Rio Grande do Sul e as lições que não alcançamos. Nota reflexiva. 2024. Disponível em: <https://anped.org.br/grupos-de-trabalho-09-22-e-18-da-anped-divulgam-nota-reflexiva-sobre-a-catastrofe-climatica-no-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

OFÍCIO ANPEd-091/2023. **Moção nº 17 – Educação Ambiental na luta política e epistemológica de seu campo de saber**. Rio de Janeiro, 08 nov. 2023. Disponível em: <https://anais.anped.org.br/news/moco-es-aprovadas-em-assembleia-da-41a-reuniao-nacional> . Acesso em: 18 jul. 2024.

OLIVEIRA, Salete. Política e resiliência: apaziguamentos distendidos. **Revista Eopolítica**, n. 4, p. 105-129, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/13067>. Acesso em: 24 jul. 2023.

PACTO GLOBAL. Rede Brasil. Sobre nós. Pacto Global, c2024. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/a-iniciativa>. Acesso em: 06 set. 2022.

PAES, Cintia; FIÚZA, Patrícia; MARQUES, Laura. **Mariana**: mulher que abortou na tragédia luta há 4 anos para que bebê seja reconhecido vítima. G1, Belo Horizonte, 28 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/10/29/mariana-familias-ainda-sofrem-impacto-de-rompimento-de-barragem-e-tentam-retomar-suas-vidas.ghtml>. Acesso em: 08 jun. 2022.

PAPAGAIO, Sérgio. Minas e a mineração. **Jornal A Sirene: para não esquecer**, Edição Especial 5 Anos, ano 5, n. 55, p. 24, nov. 2020. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/edi_c3_a7_c3_a3o_2055_20_20novembro_20de_2020_2. Acesso em: 09 nov. 2022.

PAPAGAIO, Sérgio. Papo de Cumadres. **Jornal A Sirene: para não esquecer**. 13 abr. 2018. Disponível em: <https://jornalasirene.com.br/papo-cumadres/2018/04/13/1443> . Acesso em: 02 ago. 2022.

PASSETTI, Edson. Mortos e Mortificações: da política das condutas à atitude vital. **Revista TransVersos**, n. 12, abr. 2018. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/33702>. Acesso em: 30 abr. 2023.

PASSETTI, Edson. Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica. **Ecopolítica**, v. 5, p. 2-37, jan./abr., 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/15120/11292>. Acesso em: 30 abr. 2023.

PEREIRA, Dulce Maria (org.). **Perdas ecossistêmicas: barra longa atingida pela ruptura da barragem de fundão da Samarco/vale/bhp billiton um estudo amostral**. 1. ed. 2. ed. Ouro Preto: Gráfica da UFOP, 2020. 201 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340997860_E-

BOOK_PERDAS_ECOSSISTEMICAS_Barra_Longa_atingida_pela_ruptura_da_barragem_de_Fundao. Acesso em: 05 dez. 2020.

PINHEIRO, Jéssica *et al.* Criança e Adolescente. **Mariana**: território atingido. Conteúdos temáticos: crianças e adolescentes. Disponível em: <http://territorioatingido.com.br/#/conteudostematicos/criancaadolescente/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

PITTY. Anacrônico. *In*: PITTY. Disco Anacrônico. São Paulo: Deckdisc, 2005.

PROJETO JÚPITER. **Relatório Final Projeto Formação de Lideranças Jovens - Júpiter**. Realização: CPCD. Parceria: Fundação Renova. 2022. Disponível em: <https://cped.org.br/projeto-jupiter/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ROCHA, Val. **Chega ao fim o projeto Futuro do Rio Doce, uma parceria entre o Instituto Elos e a Fundação Renova**. Instituto Elos, 9 jun. 2020. Disponível em: <https://institutoelos.org/chega-ao-fim-o-projeto-futuro-do-rio-doce-uma-parceria-entre-o-instituto-elos-e-a-fundacao-renova/>. Acesso em: 11 nov. 2022.

ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (org.). **Antes fosse mais leve a carga**: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Marabá: iGuana, 2016. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/publicacoes/desastre-do-rio-doce/>. Acesso em: 08 set. 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. *In*: CECENÁ, Ana Esther; SADER, Emir (coord.). **La guerra infinita**: hegemonía y terror mundial. Grupo de trabajo: economía internacional. Buenos Aires: CLACSO, fev. 2002. p. 217-256. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/11938/1/Cecena-Sader.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006b. (Temas Atuais).

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a. 459 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A desordem do progresso. *In*: ARÁOZ, Horacio Machado. **Mineração, genealogia do desastre**: o extrativismo na América como origem da modernidade. Tradução: João Peres. São Paulo: Elefante, 2020. 324 p.

PROJETO JÚPITER, OFICINA E FORMAÇÕES. Projeto Júpiter CPCD. **Oficina e Formações**. Plataforma CIEDS Educa: agenda juventudes!. Disponível em: <https://projetojupiter.cped.org.br/course/index.php?categoryid=1>. Acesso em: 12 nov. 2022.

PROJETO JUVENTUDES CIEDS EDUCA. **Projeto Formação de Lideranças Jovens**. Agenda Juventudes! Uma rede de soluções colaborativas pelo rio Doce. Disponível em: <https://projetojuventudes.ciedseduca.org.br/>. Acesso em: 11 nov. 2022.

PULSAR JOVEM PELO RIO DOCE. Página inicial. Pulsar jovem pelo Rio Doce. Disponível em: <https://pulsarjovempeloriadoce.com.br/>. Acesso em: 23 set. 2024.

QUIERATI, Luciana. **Mineradora aciona sirene por engano em distrito ameaçado por barragem em MG**. UOL, Barão de Cocais, 25 mai. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/05/25/mineradora-aciona-sirene-por-engano-em-distrito-ameacado-por-barragem-em-mg.htm>. Acesso em: 09 nov. 2022.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278. (Colección Sur Sur). Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 05 mar. 2022.

REDE DE PESQUISA RIO DOCE. Rompimento da Barragem de Fundão. Dossiê TAC Governança. **PoEMAS**, v. 2, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/versos/edicoes/>. Acesso em: 14 jun. 2022.

RESENDE, Viviane de Melo. Perspectiva latino-americanas para decolonizar os estudos críticos do discurso. *In*: RESENDE, Viviane de Melo (org.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 19-46.

REVIDA MARIANA. Manifesto Revida Mariana: Justiça para limpar essa lama. Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (ANAB). Disponível em: <https://www.revidamariana.com.br/>. Acesso em: 21 set. 2024.

RIBEIRO JUNIOR, José Arnaldo; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. A política de desenvolvimento sustentável da Vale. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 15, n. 3, set./dez. 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231196145.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2022.

ROCHA, Erilda M. P; TOMMASIELLO, Maria Guiomar C. Análise de um projeto de educação ambiental proposto por uma empresa mineradora: educação ambiental ou marketing verde? . **Anais[...]** Congreso Internacional sobre Investigación en Didáctica de Las Ciencias, 10, Sevilla, 5-8 de septiembre de 2017. Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/edlc/edlc_a2017nEXTRA/60_-_Analise_de_um_projeto_de_Educacao_Ambiental_proposto_por_uma_empresa_mineradora.pdf. Acesso em: 09 nov. 2022.

RODRIGUES, Angélica Cosenza. **Justiça ambiental e conflito socioambiental na prática escolar docente: significando possibilidades e limites**. 2014. 179 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde, Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2182400. Acesso em: 21 nov. 2022.

ROJAS, Claudia Marcela Orduz. **O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão e a ascensão do capitalismo de desastre no Brasil**. 2020. 345 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação do Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/34445>. Acesso em: 25 mai. 2022.

ROJAS, Claudia Marcela Orduz; PEREIRA, Doralice Barros. As veias continuam abertas: o rompimento da barragem de Fundão/MG e o modus operandi da Samarco. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 41, p. 223-236, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/ls.v22i41.46679>. Acesso em: 03 jun. 2021.

SAES, Beatriz Macchione *et al.* Justiça ambiental e irresponsabilidade social corporativa: o caso da mineradora Vale S.A. **Revista Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 24, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20210014vu2021L4ID>. Acesso em: 01 jun. 2022.

SANTOS, Marcela Alves de Lima; SOL, Núncio Antônio Araújo; MODENA, Celina Maria. Território e desterritorialização: o sofrimento social por desastre ambiental decorrente do rompimento de barragens de mineração. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. especial 2, p. 262-271, jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E218>. Acesso em: 09 nov. 2022.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; MILANEZ, Bruno. A construção do desastre e a 'privatização' da regulação mineral: reflexões a partir do caso do vale do rio doce. *In*: ZHOURI, Andréa (org.); OLIVEIRA, Raquel *et al.* **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá: Editoral Iguana, 2018. p. 111-155. Livro Eletrônico. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/producao-academica/categoria/livros/>. Acesso em: 25 maio 2022.

SARAIVA, Carolina Machado; PEREIRA, Michel Richter de Souza Oliveira. O protagonismo narrativo da Fundação Renova: uma análise do Programa VimVer em material de divulgação. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 8, n. 3, p. 503-537, 2021. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/440>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SEPULCRI, Bruna Neitzel; TRISTÃO, Martha; VIEIRAS, Rosinei Ronconi. A existência em pauta: uma problematização a partir do crime socioambiental na bacia do rio doce. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EPEA), 9., 2017, Juiz de Fora. **Anais [...] Epea**, 2017. p. 1-8. Disponível em: http://epea.tmp.br/epea2017_anais/pdfs/plenary/0211.pdf. Acesso em: 17 nov. 2020.

SILVA, Camila Neves. **Nos caminhos de Lund: significações sobre paleontologia e educação ambiental**. 2022. 398f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/14230>. Acesso em: 22 nov. 2022.

SILVA, Marcos; HORTA, Luiz; BARROS, Ellen. Repactuação: defesa da Matriz de Danos das pessoas atingidas de Mariana é luta para evitar retrocessos. **Jornal A Sirene**, 04 jul. 2022. Disponível em: <https://jornalassirene.com.br/direitos-humanos/2022/07/04/repactuacao-defesa-da-matriz-de-danos-das-pessoas-atingidas-de-mariana-e-luta-para-evitar-retrocessos>. Acesso em: 27 jul de 2022.

SOUZA BRANDÃO, Junito de. **Dicionário mítico-etimológico**. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 2014.

SOUZA, Raul Maurício Aragão; OLIVEIRA, Alberlene Ribeiro de. Impactos socioambientais do extrativismo mineral na caatinga, em cel. João Sá – BA. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EPEA), 10., 2019, São Cristóvão. **Anais [...]** Epea, 2020. p. 1-7. Disponível em: http://epea.tmp.br/epea2019_anais/pdfs/plenary/0163-1-B-01.pdf . Acesso em: 17 nov. 2020.

SOUZA, Regina. Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-28, 2009. Disponível em: <https://www.revista.pgskroton.com/index.php/adolescencia/article/view/183> . Acesso em: 20 mar. 2023.

SOUZA, Welder Nunes de. **A Renova(ção) na cultura do Vale do Rio Doce**. Artigo de opinião. Mineração. Brasil de Fato Minas Gerais, Belo Horizonte, 13 jul. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2022/07/13/artigo-a-renova-cao-na-cultura-do-vale-do-rio-doce>. Acesso em: 11 nov. 2022.

SRK CONSULTING BRASIL. **“As Is” da área urbana e periurbana de Barra Longa/MG**. Relatório Técnico Projeto nº SRKBR_002_2023_OS106, 22 de jun. 2023.

STORTTI, Marcelo Aranda; SANCHEZ, Celso. Educação Ambiental Decolonial de Base Comunitária: a pedagogia dos afetados pelo setor da mineração. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 9., 2017, Juiz de Fora. **Anais [...]** Epea, 2017. p. 1-11. Disponível em: http://epea.tmp.br/epea2017_anais/pdfs/plenary/0074.pdf . Acesso em: 17 nov. 2020.

STROPASOLAS, Pedro. **Vítimas da Samarco: os esquecidos de Barra Longa e a reparação que nunca existiu**. Crime a Céu Aberto. Brasil de Fato, São Paulo, 5 nov. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/05/vitimas-da-samarco-os-esquecidos-de-barra-longa-e-a-reparacao-que-nunca-existiu>. Acesso em: 28 mai. 2024.

TERMO de Transação e de Ajustamento de Conduta. 2 mar. 2016. Dispõem sobre acordo entre o Governo Federal, Governo do estado de Minas Gerais, Governo do estado Espírito Santo e as mineradoras Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf> . Acesso em: 27 jan. 2021.

TERRA DA GENTE. **Informativo da Fundação Renova com as comunidades de Barra Longa, Gesteira e Barreto**, n. 11, jul. 2020. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/jornais-com-a-comunidade/>. Acesso em: 05 abr. 2022.

TERRA DA GENTE. **Informativo da Fundação Renova com as comunidades de Barra Longa, Gesteira e Barreto**, n. 14, mar. 2021a. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/jornais-com-a-comunidade/> . Acesso em: 05 abr. 2021.

TERRA DA GENTE. **Informativo da Fundação Renova com as comunidades de Barra Longa, Gesteira e Barreto**, n. 17, set. 2021b. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/jornais-com-a-comunidade/?search=&category=territorio-alto-rio-doce>. Acesso em: 09 nov. 2022.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 427 p.

TREECE, David. Candeia, o projeto Quilombo e a militância antirracista nos anos 1970. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 70, p. 166-188, ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i70p166-188>. Acesso em: 10 out. 2024.

TREIN, Eunice Schiling. A educação ambiental crítica: crítica de que? **Revista Contemporânea de Educação**, v. 7, n. 14, ago./dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.20500/rce.v7i14.1673>. Acesso em: 15 ago. de 2022.

TROCATE, Charles; ALVES, Murilo da Silva. Análise de conjuntura política, econômica e social da mineração no Brasil e os enfrentamentos necessários. *In*: ALVES, Murilo da Silva; CARNEIRO, Karine Gonçalves; SOUZES, Tatiana Ribeiro de; TROCATE, Charles; ZONTA, Marcio (org.). **Mineração**: realidades e resistências. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 448 p.

TROCATE, Charles; COELHO, Tádzio. **Quando Vier o Silêncio**: o problema mineral brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 149 p. (Fundação Rosa Luxemburgo).

UNESCO. **Educação para o desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/education-sustainable-development>. Acesso em: 11 nov. 2022.

VALE. **Fundação Vale**: uma referência na agenda social brasileira. Iniciativa, ambiental, social. 2022. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/pt/initiatives/environmental-social/fundacao-vale/paginas/default.aspx>. Acesso em: 09 nov. 2022.

VALE. Página inicial. Vale. Disponível em: <https://vale.com/pt/home>. Acesso em: 23 set. 2024.

VALE. **Vale reafirma seu compromisso com os princípios do pacto global da ONU**. Pacto Global da ONU. 2022b. Disponível em: www.vale.com/esg/pt/Paginas/pacto-global-da-onu. Acesso em: 06 set. 2022.

VASCONCELOS, Ana Carolina. **Projeto 'Apolo' da Vale ameaça Serra do Gandarela e segurança hídrica da RMBH**. Brasil de Fato Minas Gerais, Belo Horizonte, 04 jun. 2024a. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2024/06/04/projeto-apollo-da-vale-ameaca-serra-do-gandarela-e-seguranca-hidrica-da-rmbh>. Acesso em: 07 de jun. 2024.

VASCONCELOS, Ana Carolina. **Risco de perder assessoria técnica e reparação lenta: atingidos do rio Doce seguem com direitos violados**. Brasil de Fato Minas Gerais, Belo Horizonte, 11 jun. 2024b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/11/risco-de-perder-assessoria-tecnica-e-reparacao-lenta-atingidos-do-rio-doce-seguem-com-direitos-violados>. Acesso em 24 jun. 2024.

VIEIRA, Diovana Renoldi; SILVA, Marta Zorzal e; Discursos e assimetrias na reparação dos danos decorrentes do desastre da barragem da Samarco. **Revista Psicologia Política**, v. 19, n. spe, p. 62-83, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2019000400005. Acesso em: 15 jun. 2022.

VIEIRA, Josenia Antunes; MACEDO, Denise Silva. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. *In*: BATISTA JR. José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamé Borges; MELO, Iran Ferreira de (org.). **Análise de Discurso Crítica: para linguistas e não linguistas**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018. p. 49-78.

VIEIRA; Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como materialidade de pesquisa**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2016. 196 p. (Coleção Linguagem e Sociedade, v. 1).

WANDERLEY, Luiz Jardim *et al.* Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos, políticos e socioambientais. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 3, p. 30-35, 2016. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2016/06/Wanderley-2016-Desastre-da-Samarco-Vale-BHP.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

WANDERLEY, Luiz Jardim. **Indícios de Racismo Ambiental na Tragédia de Mariana**: resultados preliminares e nota técnica. Relatório Preliminar. Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 20 nov. 2015. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Wanderley-2015-Indícios-de-Racismo-Ambiental-na-Tragédia-de-Mariana.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2022.

ZHOURI, Andréa *et al.* O desastre do rio doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. *In*: ZHOURI, Andréa (org.); OLIVEIRA, Raquel *et al.* **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá: Editorial Iguana, 2018. p. 28-65. Livro Eletrônico. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/producao-academica/categoria/livros/>. Acesso em: 25 maio 2022.

ZHOURI, Andrea. A recorrência dos desastres da mineração no Brasil. **Revista Novamerica**, n. 166, p. 54-57, abr./jun. 2020. Disponível em: <http://www.novamerica.org.br/ong/?p=1521>. Acesso em: 25 mai. 2022.

ZHOURI, Andréa. Introdução: produção de conhecimento em um 'campo minado'. *In*: ZHOURI, Andréa (org.); OLIVEIRA, Raquel *et al.* **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá: Editorial Iguana, 2018. p. 155-176. Livro Eletrônico. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/producao-academica/categoria/livros/>. Acesso em: 25 mai. 2022.

ZHOURI, Andrea; OLIVEIRA, R. *et al.* (org.). **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá: Iguana; Aba, 2018. Livro Eletrônico. 298 p.

ZHOURI, Andreia *et al.* O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 68, n. 3, p.

01-05, jul./set. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300012>. Acesso em: 23 mar 2020.

ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (org.). **Antes fosse mais leve a carga**: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. 1. ed. Marabá: Editorial Iguana, 2016.

APÊNDICE A - Carta de apresentação de pesquisa para o contato com os/as jovens participantes do Projeto Júpiter

Carta de apresentação de Pesquisa

Programa de Pós – Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE/UFJF)

Sou Viviane Amélia Ribeiro Cardoso e estou matriculada no curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE/UFJF) como bolsista CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Sou integrante do Grupo Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental (GEA/UFJF) e estou sob orientação da Profa. Dra. Angélica Cosenza Rodrigues (FACED/PPGE/UFJF). Busco em minha pesquisa estudar o **Programa de Educação Ambiental da Fundação Renova - Programa para Revitalização da Bacia do Rio Doce (PG33) - com foco no Projeto de Formação de Lideranças Jovens**. Procuo compreender as ações e os sentidos presentes nos projetos desenvolvidos pelos/as jovens participantes, bem como as proposições de educação ambiental que neles circulam.

Neste sentido, busco contar com a participação dos/das jovens e gestores/as envolvidos/as no projeto, procurando desenvolver neste estudo: análise documental e entrevistas com os/as jovens do **“Projeto Júpiter - Formação Lideranças Jovens”**.

Considerando o interesse público e a transparência dos programas de reparação e compensação na Bacia do Rio Doce conduzidos pela Fundação Renova, bem como, a importância do diálogo com a sociedade e como parte da pesquisa a ser desenvolvida, venho solicitar acesso aos materiais de formação, aos projetos selecionados pelo programa e aos endereços de contatos com os/as jovens participantes dos projetos.

Saliento que prezo pelo consentimento livre e esclarecido de participação, bem como por assegurar a identidade dos/das participantes. Esta pesquisa não gerará custo algum e nem receberá qualquer vantagem financeira. Fornecerei aos/as participantes informações sobre esta pesquisa, estando os mesmos livres para participar ou recusar.

Desde já agradeço pela colaboração. Para qualquer dúvida e esclarecimento estarei disponível em meus contatos.

Viviane Amélia Ribeiro Cardoso
vivianearcardoso@gmail.com
32 9 99113217

Juiz de Fora, 21 de fevereiro de 2022

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Gostaríamos de convidar você para participar voluntariamente da pesquisa intitulada "O Programa de Educação Ambiental da Fundação Renova: formação de Lideranças Jovens em territórios atingidos" de título provisório.

O objetivo dessa pesquisa é entender como a educação ambiental se relaciona com os jovens participantes do "Programa de educação para revitalização da Bacia do Rio Doce - Formação Lideranças Jovens" da Fundação Renova, através do Projeto Júpiter (CPCD). Queremos ouvir sua opinião sobre o Projeto Júpiter e compreender como você observa a educação ambiental, o território e a juventude a partir da sua participação no Programa de Formação Lideranças Jovens da Fundação Renova.

Caso você aceite participar, o procedimento será simples: você apenas precisará responder às perguntas feitas pela entrevistadora. Os riscos envolvidos na pesquisa são mínimos, como a possibilidade de ser identificado(a). Porém, para reduzir esses riscos, seu nome e qualquer informação que possa identificá-lo(a) não serão publicados ou divulgados. A pesquisa contribuirá para reconhecer e pensar a educação ambiental junto à juventude em contexto de desastres socioambientais, como no caso do rompimento da barragem de Fundão, refletindo como as comunidades têm a oportunidade de se posicionar diante de situações de injustiça, além de ajudar a repensar as questões ambientais, a educação e o território.

É importante ressaltar que você não terá nenhum custo ao participar deste estudo, nem receberá qualquer vantagem financeira. No entanto, caso sejam identificados danos provenientes dessa pesquisa e eles sejam comprovados, você terá direito a indenização. Você terá acesso a todas as informações que desejar sobre a pesquisa e será livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você decida participar agora, poderá desistir ou parar a qualquer momento, sem sofrer qualquer penalidade ou mudança em nosso contato. Sua participação é voluntária, e a pesquisadora não divulgará seu nome. Você poderá ter acesso aos resultados da pesquisa quando finalizados, e seu nome ou qualquer material que indique sua participação nesta entrevista não serão divulgados sem sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar dessa pesquisa.

Os dados coletados durante a pesquisa serão arquivados pela pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos. Após esse período, a pesquisadora avaliará os documentos conforme a legislação vigente. Sua identidade será tratada com sigilo profissional, em conformidade com a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Ao assinar este documento, você declara que concorda em participar da pesquisa e que teve a oportunidade de ler e esclarecer todas as suas dúvidas.

_____, _____ de julho de 2023

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora

Pesquisadora Responsável: Viviane Amélia Ribeiro Cardoso
Endereço: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.
Campus Universitário
Rua José Lourenço Kelmer, S/N, Martelos, Juiz de Fora, Minas Gerais.
CEP: 36036-900
Fone: (32)999113217
E-mail: vivianearcardoso@gmail.com

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF
 Campus Universitário da UFJF
 Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
 CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propp@ufjf.edu.br

APÊNDICE C – Roteiro Entrevista com jovens participantes do Projeto Júpiter**Perguntas Temáticas para as Entrevistas/conversas**

Nome:

Proposta no Projeto Júpiter:

Idade:

Residência:

Profissão:

Gênero/cor:

O PROGRAMA DE FORMAÇÃO LIDERANÇAS JOVENS - PROJETO JÚPITER

1. Como foi sua experiência no Projeto Júpiter?
2. Como surgiu seu interesse em participar do Projeto Júpiter?
3. Que expectativas você tinha ao participar do Projeto Júpiter?
4. Essas expectativas foram atendidas?

CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DE EA DO JOVEM NO PROJETO JÚPITER

1. Como você criou seu projeto no Projeto Júpiter?
2. De que maneira foi possível colocar o seu projeto em prática?
3. Como você deu continuidade ao seu projeto após a finalização do Projeto Júpiter?
4. De que forma o seu projeto conseguiu dar respostas aos problemas ambientais da comunidade/cidade?

PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS JOVENS – JUVENTUDES TERRITÓRIO E EA

1. Como você percebe a presença e importância da educação ambiental no seu projeto?
2. Como você observa o envolvimento de outros jovens em ações e atividades como no Projeto Júpiter?
3. Para você, o que significa ser “Jovem Júpiter”?
4. O que você considera ser “Jovem Liderança” para sua comunidade/cidade?
5. Quais ensinamentos você avalia que foram importantes em sua experiência com o Projeto Júpiter?